

# II Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações

# ANAIIS



## Organizadores

Ana Beatriz Arena (UERJ-FFP)  
Ivo da Costa do Rosário (UFF)  
Milena Torres de Aguiar (UERJ-FFP)  
Monclar Guimarães Lopes (UFF)

UFF

2019

# Anais do II Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações

## Organizadores

Ana Beatriz Arena (UERJ-FFP)  
Ivo da Costa do Rosário (UFF)  
Milena Torres de Aguiar (UERJ-FFP)  
Monclar Guimarães Lopes (UFF)

1ª edição  
Niterói – RJ  
Letras da UFF  
2019

Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Letras

Niterói – RJ



Ficha catalográfica elaborada pelo sistema Edoc Brasil

Anais do II Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações / organização Ana Beatriz Arena, Ivo da Costa do Rosário, Milena Torres de Aguiar e Monclar Guimarães Lopes. – 1. Ed. – Niterói: Letras da UFF, 2019 – v. 1, n.2.

352 p.  
Inclui sumário

ISBN 978-85-65355-27-8

1. Linguística. 2. Linguagem e línguas. 3. Linguística Funcional Centrada no Uso. 4. Conectivos e conexão de orações

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65355-27-8



## Sumário

CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES: PESQUISAS, TENDÊNCIAS E REFLEXÕES.....	6
O ‘DESGARRAMENTO’ COMO ESTRATÉGIA DE FOCALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA .....	17
COGNIÇÃO E PROCESSAMENTO LINGUÍSTICO: O CASO DAS RELATIVAS DE ENCAIXAMENTO CENTRAL E RECURSIVO .....	35
ENSINANDO GRAMÁTICA EM TRÊS EIXOS: CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES..	57
CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS: UMA ABORDAGEM COGNITIVA E MULTIMODAL ....	80
O DESGARRAMENTO DE ORAÇÕES COMPLETIVAS NO FACEBOOK.....	93
MICROCONSTRUÇÃO AVALIATIVO-MODALIZADORA COM “SUPER” NA LÍNGUA PORTUGUESA – UMA ANÁLISE A PARTIR DA LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO .....	113
A MULTIFUNCIONALIDADE DE “ALIÁS”: VALORES SEMÂNTICOS E SINTÁTICOS EM PERSPECTIVA FUNCIONAL.....	131
CONSTRUÇÕES CORRELATAS PROPORCIONAIS SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO .....	155
A CONSTRUÇÃO [(X) AGORA (Y)] NA ESFERA JORNALÍSTICA DO SÉCULO XIX.....	172
O CONECTIVO “E” E O TRAVESSÃO COMO TRAÇO DE ESTILO EM MEMÓRIAS DO CÁRCERE, DE GRACILIANO RAMOS .....	197
CONSTRUÇÕES COMPARATIVAS CANÔNICAS E NÃO CANÔNICAS DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO .....	209
ESTILO REDUZIDO NA ESCRITA DE SURDOS.....	226
OPERADORES ARGUMENTATIVOS EM REDAÇÕES MODELO ENEM: DA OCORRÊNCIA À ARTICULAÇÃO TEXTUAL-DISCURSIVA.....	246

<b>UM ENQUADRE COGNITIVO DE ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES “SÓ QUE X” .....</b>	<b>260</b>
<b>UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS EMPREGADAS NO DISCURSO PUBLICITÁRIO DA UBER .....</b>	<b>273</b>
<b>O FUNCIONAMENTO DO CONECTOR EMBORA: NUANCES DA CONCESSÃO .....</b>	<b>286</b>
<b>ORAÇÕES SUBORDINADAS GERUNDIVAS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO E EM FRANCÊS: UM ESTUDO EM SINTAXE COMPARATIVA.....</b>	<b>306</b>
<b>RELATIVAS DE GERÚNDIO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ANÁLISE FUNCIONAL .....</b>	<b>316</b>
<b>CONEXÕES VIRTUAIS: AS RELAÇÕES SEMÂNTICAS E SINTÁTICO-DISCURSIVAS NA LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE MEMES .....</b>	<b>331</b>

## **CONNECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES: PESQUISAS, TENDÊNCIAS E REFLEXÕES**

Connectives and clause connection: researches, tendencies and reflections

Ana Beatriz Arena (UERJ-FFP)  
Ivo da Costa do Rosário (UFF)  
Milena Torres de Aguiar (UERJ-FFP)  
Monclar Guimarães Lopes (UFF)

Com grande satisfação, apresentamos aos estudiosos do campo da linguagem a segunda edição dos Anais do CCO. Trata-se de uma coletânea de diversos trabalhos apresentados ao longo do II Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações, realizado nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2018, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, em Niterói – RJ. Os Anais do CCO, nesta segunda edição, contam com dezenove trabalhos, redigidos por pesquisadores de diversas regiões do Brasil. Os textos aqui reunidos têm em comum a temática da conexão de orações e/ou o uso de conectivos a partir do olhar da Linguística Funcional e de suas interfaces.

Em “O ‘desgarramento’ como estratégia de focalização em língua portuguesa, Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG) apresenta uma discussão sobre estruturas que ocorrem como um enunciado independente, por isso denominadas “desgarradas”, consideradas, pelos estudos de orientação tradicional da língua, como orações subordinadas sem a principal. Com base na abordagem funcionalista, alicerçada na língua portuguesa em uso, propõe-se considerar o ‘desgarramento’ como uma estratégia de focalização para atender a objetivos comunicativos do usuário da língua, constituindo uma opção organizacional a serviço da interatividade.

Primeiramente, a autora parte da discussão de aspectos que não são apropriados para caracterizar essa estratégia para, em seguida, serem feitas considerações sobre as características mais marcantes das estruturas “desgarradas” em seu uso a serviço da argumentação. Os dados exemplificados são, em sua grande maioria, de língua escrita, por ser nessa modalidade que se torna mais evidente a ocorrência do fenômeno. Por fim,

a autora destaca quatro funções desempenhadas por essas estruturas: *avaliação, retomada (ou recapitulação), especificação/elaboração e adendo*.

Em “Cognição e processamento linguístico: o caso das relativas de encaixamento central e recursivo”, Eduardo Kenedy (UFF) apresenta resultados experimentais de pesquisa acerca do encaixamento central e recursivo de orações relativas em perspectiva formal. Segundo o autor, relativas desse tipo são intrigantes porque, diferentemente do que se passa com as relativas de encaixe recursivo à direta, o encaixe central recursivo é linguisticamente improcessável em qualquer língua natural.

As razões para essa impossibilidade psicolinguística são ainda alvo de debate na literatura especializada. Os dados experimentais *off-line* e *on-line* apresentados e discutidos no trabalho convergem em favor da hipótese de que o processamento psicolinguístico – e a consequente sensação de (in)aceitabilidade – de relativas encaixadas ao centro, sendo seu encaixe único ou recursivo, é fortemente influenciado por fatores extralinguísticos, notadamente, o custo de manutenção na memória de diferentes entidades do discurso (SNs plenos, nomes próprios, pronomes dêiticos). Tais achados, à luz da fundamentação teórica adotada, compõem evidência de que a inaceitabilidade universal das relativas de encaixe central recursivo provavelmente decorra das restrições que memória de trabalho humana impõe ao *parser*, e não de fatores de natureza puramente linguística.

Em “Ensinando gramática em três eixos: conectivos e conexão de orações”, Sílvia Rodrigues Vieira (UFRJ) apresenta diretrizes e propostas referentes ao estudo da conexão de orações no ensino de Língua Portuguesa. Argumenta que o tratamento da gramática, na Educação Básica, deve dar conta dos seguintes objetivos: a) reconhecer os elementos/conceitos em termos teórico-descritivos que devem ser do domínio do aluno para um bom tratamento da gramática; b) relacionar a gramática à produção de sentidos no nível textual; c) observar como a gramática se relaciona ao domínio de normas frente à realidade da variação linguística.

Em síntese, Vieira argumenta que o ensino de gramática deve contar com uma transposição didática fundamentada no diálogo entre diferentes perspectivas teóricas do estudo da linguagem, tais como: funcionalismo e formalismo, estudos do texto e do discurso, sociolinguística, entre outros. Sendo assim, com o intuito de atender aos pontos supracitados, a pesquisadora propõe: a) um estudo sistemático e integrado da predicação, das relações de dependência e independência sintática, das estruturas sintagmáticas e

oracionais e dos elementos conectivos; b) a promoção de atividades de leitura e produção de textos que levem os alunos a perceber os efeitos diversos da conexão na construção da coesão gramatical e referencial; c) a investigação da existência de regras variáveis no que se refere à conexão, com foco na identificação das variantes de prestígio/desprestígio em função dos contínuos da variação.

Em “Construções condicionais: uma abordagem cognitiva e multimodal”, Lilian Ferrari (UFRJ), com base em estudos de Dancygier & Sweetser (2005), busca investigar os aspectos cognitivos das construções condicionais, enfocando recursos multimodais (gestos manuais, de cabeça, etc.). A autora argumenta que os gestos que acompanham essas construções não são aleatórios, na medida em que refletem figurativamente as relações entre espaços condicionais propostas na literatura cognitivista.

A partir de vídeos referentes a noticiários televisivos, extraídos do *Corpus RedHen Brasil*, a autora identifica três diferentes padrões gestuais, cada qual associado a um tipo diferente de condicionalidade: a) nas condicionais de conteúdo, os gestos visam a representar a sequencialidade temporal e as relações de causalidade; b) nas condicionais epistêmicas, os gestos de cabeça, sobrancelha e olhos indicam metonimicamente os processos de raciocínio característicos na relação entre prótase e apódose; c) na condicionais pragmáticas, os gestos apresentativos indicam metaforicamente a realização de atos de fala. Por fim, vale frisar que os resultados de Ferrari convergem com os resultados iniciais de Sweetser (2007), que investigou os mesmos processos na Língua Inglesa. Sendo assim, Ferrari argumenta que o aprofundamento dessa pesquisa no Português Brasileiro e sua posterior comparação com o inglês e outras línguas certamente promoverão uma generalização mais adequada das relações entre prótase e apódose das orações condicionais.

Em “O desgarramento de orações completivas no Facebook”, Violeta Virgínia Rodrigues (UFRJ) busca descrever, com base em Decat (2011), o fenômeno do desgarramento em português, partindo da hipótese de que as orações completivas desgarradas são construções altamente produtivas no Facebook. Embora os dados confirmem essa hipótese, a autora se depara com um tipo distinto de desgarramento, ainda não descrito na literatura. No Facebook, encontram-se completivas desgarradas que não ocorrem em sequenciações parafrásticas, o que contraria trabalhos anteriores de Decat (2011) e Silvestre e Rodrigues (2014).

Paralelamente, com base na literatura e no comportamento dos dados analisados, Rodrigues propõe uma recategorização do fenômeno do desgarramento. Sob esse ponto de vista, defende a existência de três tipos de desgarramento: a) inerentemente pragmáticos; b) contextuais; c) cotextuais. Por fim, a autora considera que seus estudos possam contribuir com o ensino de Língua Portuguesa, não só por meio da identificação e aceitação do fenômeno, como também por meio de uma reflexão sobre os processos de integração de orações e as diferentes possibilidades do uso dos sinais de pontuação.

Em “Microconstrução avaliativa-modalizadora com ‘super’ na língua portuguesa – uma análise a partir da Linguística Funcional Centrada no Uso”, Lauriê Ferreira Martins Dall’Orto (UFJF) e Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda (UFJF) descrevem o pareamento forma-função da microconstrução avaliativa “*super*” *mais verbo* na língua portuguesa – {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> – a partir de uma proposta de rede taxonômica que relaciona tal padrão construcional de maneira hierárquica em torno de um esquema abstrato comum – {[X]<sub>op</sub> + [Y]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup>.

No trabalho, as autoras assumem o aporte teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso, que tem como pressupostos básicos a renovação da língua pelo uso, o estudo da gramática e do discurso simultaneamente e a correlação entre formas e funções linguísticas. Adotam como procedimento metodológico o equacionamento entre a análise qualitativa das ocorrências e o cálculo da frequência de uso. Para o levantamento e a análise das ocorrências, utilizam um *corpus* sincrônico escrito, cujos textos, retirados de *blogs* e de revistas disponíveis na internet, foram distribuídos em um *continuum* de (in)formalidade. Os resultados obtidos apontam que a microconstrução {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> tem como características (i) o posicionamento avaliativo do locutor com atitude focalizadora, (ii) a propriedade da modalização, (iii) a atribuição da intensificação de maneira implícita e (iv) o uso [+ intersubjetivo]. Nesse sentido, observa-se que “*super*”, na microconstrução analisada, cumpre propósito comunicativo específico na língua portuguesa.

Em “A multifuncionalidade de ‘aliás’: valores semânticos e sintáticos em perspectiva funcional”, Nice da Silva Ramos (UFF) investiga o papel funcional desse item de articulação em língua portuguesa, tanto em seus aspectos sintáticos como semânticos. A pesquisa é embasada no aparato teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), da Linguística Textual (LT), e da Argumentação, e o *corpus* consiste

nas teses de doutoramento em Letras Vernáculas da UFRJ, defendidas nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Segundo a autora, grande parte das obras normativas, como também a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), classifica o *aliás* como palavra denotadora de retificação, enquadrando-o no rol das palavras não incluídas entre os advérbios. Em gramáticas e dicionários de autores consagrados, *aliás* é classificado muitas vezes como advérbio. Durante a pesquisa, constatou-se o uso de *aliás* como operador argumentativo em 100% das ocorrências, seja articulando variadas porções textuais, seja retificando enunciados.

Em “Construções correlatas proporcionais sob a perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso”, Thaís Pedretti Lofeudo Marinho Fernandes (UFF) busca descrever as construções correlatas proporcionais e seus diferentes usos no português. Com base em dados extraídos do *Corpus do Português*, a autora identifica dois diferentes padrões construcionais: a) um formado pelas expressões conectoras *à medida que* e *à proporção que*; b) outro formado pelos correlatores *quanto mais/menos... (tanto) mais/menos*.

Fernandes argumenta que os dois diferentes padrões devem receber tratamento particular, uma vez que apresentam características sintáticas distintas. Nesse sentido, a autora descreve as propriedades da forma e do significado de cada um dos padrões e estabelece a hierarquia construcional das correlatas proporcionais, na medida em que essas relações podem ser observadas em diferentes níveis de abstração na rede construcional.

Em “A construção [(X) agora (Y)] na esfera jornalística do século XIX”, Danielle dos Santos Cleres (UERJ), Marcos Luiz Wiedemer (UERJ-FFP) e Maria Maura Cezário (UFRJ) buscam descrever as diferentes construções com “agora”, representadas pelo padrão [(X) agora (Y)], em diversos jornais do século XIX. Segundo os autores, os resultados evidenciam a existência de dois subesquemas: a construção [circunstanciadora agora TEMPO] e a construção [comparação agora ENUNCIATIVA]. Ambos subesquemas licenciam, ainda, outras construções menos esquemáticas: a) na primeira, há as construções [VERBO agora], [agora VERBO] e [PREPOSIÇÃO agora]; b) na última, [agora ADJETIVO], [agora SUBSTANTIVO], [agora], [agora QUE], [agora (X) ORAÇÃO].

Cleres, Wiedemer e Cezário consideram que as construções com “agora” devem ser vistas sob uma perspectiva gradiente, na medida em que algumas delas apresentam conceptualização mais referencial (de conteúdo) e outras mais procedurais. No entanto, os autores dão especial relevância a estas últimas, como [agora QUE] e [agora (X) ORAÇÃO], na medida em que possuem função conectora e, por isso, ajudam na transição textual ao relacionar, coerentemente, duas partes de um mesmo enunciado.

Em: “O conectivo *e* e o travessão como traço de estilo em *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos” Erick da Silva Bernardes e Raquel Sampaio dos Santos (FFP-UERJ) analisam a escrita desta obra, tendo, como tema central, o traço estilístico voltado para o emprego do conectivo “e” que é posposto ao travessão, bem como para as variadas facetas que as suas utilizações assumem.

Os autores tomam, como meta investigativa, o aspecto adversativo e o consecutivo que cobrem a tradicional conjunção aditiva “e”, além da ênfase ou realce de enredo autobiográfico perceptíveis no emprego constante do “e” juntamente com o travessão. Sobre o uso do travessão nos enunciados, são apontados alguns modos característicos do escritor, a saber: o discurso indireto livre, as digressões explicativas e o discurso direto. Bernardes e Santos consideram o conectivo “e”, juntamente ao travessão, um artifício de composição textual usado para separar expressões ou frases explicativas no manejo da autorreferencialidade, já que se trata de uma autobiografia.

Em: “Construções comparativas canônicas e não canônicas do Português Contemporâneo”, Leticia Martins Monteiro de Barros (UFF) apresenta, à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), um panorama sincrônico geral das diferentes construções comparativas do português contemporâneo, as quais incluem formas canônicas, mais facilmente identificáveis no discurso, e não canônicas, isto é, aquelas que fogem ao padrão contemplado pelas gramáticas, mas que, ainda assim, estabelecem uma relação de comparação.

A autora evidencia a diversidade, no que tange às construções comparativas da Língua Portuguesa, e a possível insuficiência de análises gramaticais adequadas capazes de abranger tamanha variedade verificada na língua em uso. Esse tratamento, no entanto, é considerado insatisfatório por autores como Oiticica (1952), Módolo (1999, 2008) e Castilho (2012), os quais, em suas obras, problematizam a rígida separação entre coordenação e subordinação, e propõem a existência de um processo bastante produtivo e até mais adequado para explicar certas construções comparativas: a correlação. Assim,

sob a ótica da LFCU e da Gramática das Construções, a autora analisa estruturas produzidas no uso discursivo real, retiradas do *site corpusdoportugues.org*, considerando o pareamento forma-sentido e contrastando os exemplos encontrados com a literatura disponível sobre esses tipos de construções, a fim de verificar se eles são contemplados pelas análises já existentes.

No artigo “Estilo reduzido na escrita de surdos”, Lou-Ann Kleppa (UNIR) toma, como objeto de análise, enunciados que não apresentam conectivos ou conexão na escrita em português de alunos surdos matriculados no curso regular de Letras - Libras da Universidade Federal de Rondônia. A esta escrita peculiar, a autora aplica o conceito de estilo reduzido, desenvolvido por Kleppa (2008, 2009, 2010 e 2018) e definido como resultado de um planejamento sintático simplificado, apresentando algumas características, a saber: não finitude (em que não há verbos no enunciado ou não há verbos flexionados), ordem de palavras não necessariamente canônica e baixa frequência de conectivos (conjunções e preposições).

Os dados coletados são de escrita espontânea e foram produzidos ao longo de quatro meses num grupo de WhatsApp da turma de Libras. Para caracterizar a escrita no grupo de WhatsApp, foi destacado um grupo controle (formado por quatro sujeitos participantes deste mesmo grupo de WhatsApp), cujos resultados são contrastados com os do grupo de alunos surdos. Lou-Ann Kleppa afirma que o conceito de estilo reduzido pode ser usado para descrever a fala agramática, telegramas, manchetes de jornal e a escrita de surdos aprendizes de português como língua estrangeira, mas cada um destes registros apresenta suas especificidades quanto à manifestação da não finitude, ordem das palavras e uso de conectivos.

Em: “Operadores argumentativos em redações modelo Enem: da ocorrência à articulação textual-discursiva”, Paulo Ricardo Soares Pereira (UFCG) investiga o comportamento dos operadores argumentativos na organização textual de textos dissertativo-argumentativos modelo ENEM, não só examinando a ocorrência desses operadores como também analisando a articulação por eles promovida e suas funções textuais-discursivas, nos textos em referência.

O estudo fundamenta-se essencialmente nos aportes teóricos da Linguística Textual (KOCH, 1984, 2015; KOCH & ELIAS 2016). A análise dos dados revelou como principais resultados pouca variedade/diversidade e repetição de OA; ausência de OA intra/interparágrafos; e inadequação no uso dos OA quanto à orientação argumentativa

estabelecida entre as orações, períodos e parágrafos. Isso significa presença expressiva de redações com articulação precária e/ou pouca variedade de operadores; e articulação adequada e variedade mediana de operadores.

Em: “Um enquadre cognitivo de análise das construções “só que x”, Tharlles Lopes Gervásio (UERJ) objetiva analisar as construções “só que não”, “só que sim” e “só que nunca”, aplicadas ao discurso como expressões indicadoras de oposição ou, em alguns casos, reiteração, acompanhadas de certa nuance de ironia. Tais construções, que podem ser compreendidas ou não como elementos de conexão, são analisadas à luz da Gramática de Construções, de Goldberg (1995) e da Mesclagem Conceptual, de Fauconnier e Turner (2002). As ocorrências foram extraídas da muito utilizada rede social *Facebook*, por se notar grande frequência de uso dessas construções em suas postagens, principalmente sob a forma da *hashtag* “#sóqueX”, em que o elemento X é figurado pelos advérbios “não”, “sim” ou “nunca”.

Como se trata de construções semelhantes sintática e semanticamente, em seu sentido básico, busca-se mostrar, também, que as extensões de sentido veiculadoras da ironia são fornecidas pragmaticamente, a partir do contexto de uso dessas expressões. A análise de tais construções revelou que “só que não” desempenha, nas porções textuais em que figura, o papel de gatilho para oposição das ideias apresentadas; ao passo que “só que sim” indica reiteração do pensamento expresso nos textos e “só que nunca” pode indicar, além de oposição, uma forte recategorização dos fatos propostos.

Em “Uma análise semiolinguística das construções condicionais empregadas no discurso publicitário da Uber”, Anabel Medeiros Azerêdo de Paula (UFF) e Camila de Oliveira Groppo Lourenço Lima (UFF) explicitam e analisam as estratégias utilizadas no discurso publicitário, cujo objetivo é seduzir o público. As autoras, com base nos pressupostos da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, analisam seis peças publicitárias da Uber, a fim de que se investigue o comportamento linguageiro dos sujeitos em interação no domínio discursivo da publicidade. Destacam-se as construções condicionais, que, por serem recorrentes nesse domínio discursivo, é estrategicamente utilizado pela empresa para sugerir sua qualidade exclusiva.

Primeiramente, as autoras dissertam sobre publicidade, esclarecendo que se trata de um gênero inscrito no discurso propagandístico, diferenciando publicidade e propaganda, estando a segunda relacionada “apenas a mensagens comerciais, explorando um universo particular: o universo dos desejos”. Em seguida, as peças publicitárias são

analisadas e, a partir de concepções lógico-semânticas e discursivas, as construções condicionais emergem como estratégia discursiva, utilizando o recurso do *seinversivo*, que, em vez de apresentar a causa, contém a consequência do fato expresso pela segunda parte do período. Por fim, as autoras confirmam que, ao empregar construções condicionais epistêmicas factuais, o consumidor em potencial é persuadido a utilizar o serviço anunciado.

“O funcionamento do conector *embora*: nuances da concessão”, de Antônio Vianez da Costa (IFAM), trata da possibilidade de sentidos de *embora*. O autor analisa textos dissertativo-argumentativos de discentes da 3ª série do Ensino Médio e destaca que o advérbio *embora* passa por gramaticalização, atingindo o estatuto de conjunção concessiva, modificando, assim, a textura oracional. Nesse contexto, a partir da concessão, emergem alguns matizes semânticos no uso do *embora*, entre eles a *negação de inferência* e o *contraste*.

O autor apoia-se no aporte teórico funcionalista para demonstrar como conexões contrastivas se aproximam das concessivas, destacando, ainda, como a posição sintática do conector tem relevância semântico-discursiva. A análise de dados indicou que o matiz semântico *contraste* e a anteposição foram os traços mais recorrentes. Segundo Costa, essa posição sintática pode ser uma estratégia de defesa de possíveis ataques utilizada pelo o escritor/falante. Por fim, o autor destaca a relevância discursiva do conector *embora*, principalmente no âmbito da argumentação.

Em “Orações subordinadas gerundivas em português brasileiro e em francês: um estudo em sintaxe comparativa”, Fernanda C. Cruzetta (UFPR) investiga, de maneira comparativa, construções gerundivas no português e no francês, mais especificamente, orações subordinadas adverbiais reduzidas de gerúndio. Com base nos pressupostos teóricos do Gerativismo, a autora defende que, apesar de a oração reduzida não ser conectada à oração principal por conjunções ou locuções conjuntivas, existe conexão entre ambas, e tal conexão se estabelece a partir de relações de modo, tempo etc.

Primeiramente, é apresentada uma breve descrição do gerúndio no português e suas formas equivalentes no francês. No francês, as formas equivalentes ao gerúndio são aquelas marcadas pelo sufixo *-ant*: o *gérondif* [Ger] e o *participe présent* [Ppr]. Em seguida, a análise de dados aponta para uma correspondência entre as formas em *-ant* do francês e ou o gerúndio adnominal (e no francês equivale ao Ppr) ou o gerúndio predicativo ou adverbial do português. Por fim, a autora conclui que, ao contrário do que

ocorre em português, as frases contendo as formas *-ant*, no francês, nunca ocupam função de argumento, nem compõem perífrases progressivas. Outra conclusão relevante é a de que as formas francesas em *-ant* correspondem ou ao gerúndio adnominal ou ao gerúndio predicativo ou adverbial do português.

O trabalho “Relativas de gerúndio no português brasileiro: uma análise funcional”, de Laíza Teixeira Delatorre (UFF), objetiva identificar propriedades sintático-semânticas das orações relativas (adjetivas) restritivas e apositivas no português escrito brasileiro, apontando alguns aspectos que expliquem a forma ‘independente’ das orações relativas apositivas de gerúndio. Os dados foram coletados do *corpus* sincrônico do Português Brasileiro, referente ao século XXI.

Ancorada no suporte teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), a autora demonstra, em sua análise de dados, que o uso do gerúndio em orações relativas é bastante produtivo na escrita. Observa, também, que as orações relativas apositivas podem ser caracterizadas como estruturas mais autônomas, que apresentam maior independência semântica, exibindo, assim, um processo de mudança rumo à sua gramaticalização.

Em “Conexões virtuais: as relações semânticas e sintático-discursivas na leitura e interpretação de memes”, Thatiana Muylaert Siqueira (UERJ) investiga o funcionamento da proposta de “subordinação sincronizada” no gênero meme, que tem como alvo o ex-Presidente da República, Michel Temer, em sua fotografia oficial com a faixa presidencial (2016/2017). O foco são as relações semânticas e sintático-discursivas que há entre palavra e imagem, expondo os nexos estabelecidos virtualmente nos eixos sintáticos, embasando as noções de subordinação.

Pautada na perspectiva da Análise Semiolinguística do Discurso, a autora, utilizando-se de um *corpus* composto de duas peças retiradas da internet, reconhece que as seleções lexicais e a manutenção de alguns elementos visuais são intencionais, para fazer com que o interlocutor possa, de imediato, inferir e aceitar o contrato comunicativo vigente. Por fim, Siqueira avalia também que a questão política instaurada nesta sociedade por meio da propagação desses novos gêneros traz à tona conflitos entre a população, decorrentes de um sentimento de insatisfação e injustiça, em face dos problemas sociais presentes nas comunidades.

Esperamos que esses textos possam proporcionar importantes reflexões aos leitores e que sirvam como convite ao estudo e à análise dos conectivos e dos diferentes processos de conexão de orações em língua portuguesa e em outras línguas.

*Os editores*

## O ‘DESGARRAMENTO’ COMO ESTRATÉGIA DE FOCALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Unattached structures as focusing strategy in Brazilian Portuguese

Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG)

### Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão sobre estruturas que ocorrem como um enunciado independente, por isso denominadas “desgarradas”, consideradas, pelos estudos de orientação tradicional da língua, como orações subordinadas sem a principal. Numa abordagem funcionalista, baseada na língua portuguesa em uso, propõe-se considerar o ‘desgarramento’ como uma estratégia de focalização para atender a objetivos comunicativos do usuário da língua, constituindo uma opção organizacional a serviço da interatividade. Primeiramente, parte-se da discussão de aspectos que não são apropriados para caracterizar essa estratégia para, em seguida, serem feitas considerações sobre as características mais marcantes das estruturas “desgarradas” em seu uso a serviço da argumentação. Os dados aqui exemplificados são, em sua grande maioria, de língua escrita, por ser nessa modalidade que se torna mais evidente a ocorrência do fenômeno.

**Palavras-chave:** estruturas desgarradas; focalização; articulação de orações; opção organizacional; Funcionalismo

### Introdução

**D**esde 1999 (DECAT, 1999), venho estudando um tipo de estruturas muito recorrente em português, a que chamei, por um impulso pouco adequado (veremos depois por quê) - ou inadvertidamente - de “desgarradas”, conforme exemplifico abaixo:

- (a) O rapaz não passou no concurso. **Embora tivesse estudado bastante.**<sup>1</sup>
- (b) Quando os ladrões entraram em sua casa, ela deu um grito. **O que assustou a toda a vizinhança.**<sup>2</sup>

A metáfora presente no uso desse termo teve duas consequências: por um lado, passei a ser chamada, várias vezes, de “a moça das desgarradas” - expressão que tem, na delicadeza do uso de termo relacionado à mocidade, seu ponto positivo; por outro, a noção

---

<sup>1</sup> Exemplos criados por introspecção são identificados por letras entre parênteses.

<sup>2</sup> Neste trabalho, todas as estruturas desgarradas estão marcadas em negrito, preferencialmente; outros recursos como itálico e sublinhado são, por vezes, utilizados para estabelecer alguma diferenciação entre as estruturas.

de ‘desgarramento’ que a expressão “estrutura desgarrada” carrega proporcionou uma leitura/interpretação equivocada da maneira como eu analiso esse fenômeno. Por força disso, enfoco, inicialmente, **o que não é ‘desgarramento’**, pelo menos na visão desta funcionalista convicta!

Para isso vejamos, primeiramente, algumas ocorrências dessa estrutura em português, a partir do excerto de texto a seguir:

- (1) A percepção de perda de representatividade, de corrosão das instituições e de descrédito com a política continua crescendo. Esse clima abre caminho para algo novo. **Que pode ser bom ou ruim.** (...)

A democracia representativa falhou em garantir o respeito aos anseios de sociedades plurais e complexas. Isso não significa, por outro lado, que a solução seja negar a política e suas instituições. **Que podem não ser perfeitas, mas é o que temos neste momento.** (...)

A alternativa a isso, historicamente, passou por saídas rápidas, vazias, populistas e, não raro, autoritárias e enganosas. **Porque não há nada mais político do que algo que se diz não-político.** E temos vários exemplos de não-políticos, quase-políticos, mais-do-que-políticos e não-sou-nem-deixo-de-ser-político, na fila de espera. (...)

Pior do que saber que haverá uma tempestade no horizonte é não conseguir nem enxergá-lo. E os que reclamam da fumaça que turva a vista foram os mesmos que atearam fogo em tudo. **Três vezes loucura.**

(SAKAMOTO, Leonardo. *Quem pariu o clima de loucura na política não pode reclamar de Luciano Huck*. Blog do Sakamoto – UOL NOTÍCIAS – 09/02/2018, 21h09min).

No trecho dado em (1), temos quatro estruturas que exemplificam casos de ‘desgarramento’. As duas primeiras constituem o que, na Gramática Tradicional, se conhece como orações relativas explicativas, ou, em termos mais modernos, orações relativas apositivas. Como podemos ver, essas estruturas ocorreram como enunciados independentes, contrariando, pelo menos no que diz respeito à forma como estão materializadas - depois de ponto final - o que a gramática normativa postula no que se refere à pontuação correta, segundo a qual essas estruturas deveriam vir após uma vírgula. O mesmo se pode dizer para a terceira ocorrência, que exhibe, em termos genéricos, uma relação de motivo/causa com a porção textual que a antecede no texto. Ora, estruturas como essa, por terem o caráter de subordinadas, não poderiam, segundo a tradição

gramatical, ocorrer de forma isolada de sua oração principal. A última ocorrência traz um caso de ‘desgarramento’ a que Ono & Thompson (1994) chamam de SNs ‘soltos’ (Sintagmas Nominais ‘soltos’), exatamente por ocorrerem de forma independente e, mesmo assim, servindo a uma função comunicativa - no caso, uma *avaliação*.

Também é muito recorrente no português escrito uma estrutura como a exemplificada a seguir:

- (2) Agregue-se a isso, a proibição, com o advento da Revolução de Outubro de 1930, das línguas e dialetos originais falados por milhões de descendentes de imigrantes estrangeiros, especialmente italianos e alemães, vindos para o Brasil, com passagem paga pelo governo daqui, para suprir a carência de mão de obra decorrente da proibição do tráfico negreiro e da abolição da escravatura. **Proibição que teve em vista forçar a disseminação, também no cotidiano, de uma língua nacional.** (MARTINS, José de Souza. *Aliás, a semana revista* – ESTADÃO).

Tem-se, nesse caso, uma estrutura de função apositiva, em que se retoma, por repetição, o referente da oração relativa - “proibição” - dando origem a uma estrutura do tipo [. Nome + que], toda ela considerada, por mim, como um aposto, uma oração relativa apositiva (e não um nome + oração relativa). E é no texto desse mesmo autor que ocorre uma oração concessiva em sua forma “desgarrada”, solta, independente, como em (3) e (4), a seguir. Ressalte-se que, em (4) – um anúncio publicitário de Portugal –, ocorre uma desgarrada temporal.

- (3) É falso que a “classe dominante” use a norma culta. Frequentemente, empresários urbanos e rurais tropeçam nas normas da língua. Basta acompanhar falas e debates da Câmara e do Senado para testemunhar o reiterado atropelo de nossa língua nacional pela elite do poder. **Sem contar que durante oito anos um presidente da República valeu-se de suas próprias regras linguísticas para falar à nação e ao mundo.** (id. ib.)
- (4) Visite já os escritórios da GreiMed e realize o seu sonho. **Enquanto pode.** (VISÃO, n.343, Lisboa, 7 a 13 de outubro de 1999, p. 13).

Para fechar essa introdução, observemos o título de matéria produzida por Valmir Moratelli e publicada no portal UOL.COM.BR, que acessei em 05 de junho de 2018:

(5) Instantâneos de realidade do Brasil e do mundo

(ESPAÇO DA FOTO) **Quem manda em casa é Malvino, diz Kyra Gracie. Que luta contra machismo.**<sup>3</sup>

Imagem: André Rodrigues/UOL  
(MORATELLI, Valmir. Para Universa - 05/06/2018).

Transcrito aqui da forma como apareceu no referido portal, podemos perceber a ocorrência de uma oração relativa solta, desgarrada, e já no título. Seria isso um ‘erro’, assim como nos demais exemplos? Seria uma falha na capacidade de construção/produção textual por parte dos autores dos trechos citados acima?

Meus estudos sobre as estruturas desgarradas culminaram (DECAT, 2011, p. 129) com a proposta de se tratar o ‘desgarramento’ como um mecanismo “a serviço da estratégia de focalização, destacando a relação semântica mais frouxa entre os enunciados, permitindo considerar-se a estrutura *desgarrada* como correspondendo a um ato de fala por si”. Estamos diante, pois, de uma estratégia de focalização que decorre também da necessidade de ressaltar o rema. Assim, uma estrutura ‘desgarrada’ está a serviço da interatividade, permitindo produções textuais diversas, como veremos mais adiante. Por ora, interessa ressaltar o que não caracteriza ‘desgarramento’, o que faço logo a seguir.

### 1. O que o ‘desgarramento’ não é

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é de que desgarramento não significa ‘deslocamento’, separação, exclusão! No meu modo de entender, não existe exclusão, porque não parto desse pressuposto não funcionalista. Ser uma estrutura ‘desgarrada’ não significa que ela tenha ocorrido, antes, numa forma acoplada a outra oração, em

---

<sup>3</sup> O tamanho da fonte utilizada nessa parte do exemplo tentou retratar o *layout* original publicado no portal referido.

termos de sua materialização linguística. Dizendo mais claramente, uma estrutura desgarrada, do tipo oração subordinada adverbial concessiva – como a que ocorre no exemplo (6), a seguir –

- (6) Oi, Débora,  
finalmente me sentei para olhar as mensagens! Obrigada pela singeleza da atitude!  
Desejo a você e a Jorginho paz e felicidade. E que possamos tomar muitos vinhos e  
jogar muita conversa fora. **Embora eu saiba que a meneirice (sic) não permita.**  
Abs. Celeste  
(E-mail enviado em 24/12/2008)

não decorre de uma estrutura em que ela aparecesse primeiro como parte de outra oração - a principal - e se separou por algum motivo (que seria até difícil determinarmos!). A estrutura desgarrada não vem de outra, mas ela tem existência própria, no sentido de que ela já foi materializada assim, por força da intenção comunicativa do falante/escritor. Portanto, trata-se de uma escolha, uma opção do falante ao construir seu texto, sua fala, com uma estrutura à qual ele já atribui a focalização que ele deseja dar, a ênfase que ele atribui.

Disso decorre que ‘desgarramento’ não é também um fenômeno derivado de uma operação/transformação de uma estrutura chamada ‘original’, em que a oração não vinha desgarrada; a estrutura desgarrada já é produzida na forma independente, servindo aos objetivos comunicativos do falante (de focalização, de manifestação de expressividade). Não se trata de uma estrutura que antes ocorreu ‘presa’, encaixada em outra e que, por decisão de algum tipo, foi ‘transformada’ em outra. Não consiste na substituição de uma estrutura por outra, ou seja: a estrutura com a oração nela encaixada, e a estrutura em que a encaixada ‘se desgarrou’. Os dois tipos de estrutura (ou de materialização) ocorrem em português; uma estrutura não elimina a outra. Não há ‘precedência’ de ocorrência da estrutura ‘completa’ em relação à estrutura desgarrada (por vezes chamada de ‘incompleta’). Ela já foi construída assim! Desse modo, as duas estruturas continuam a existir na língua, até o momento em que uma se torne mais frequente do que a outra, que acabará desaparecendo, ou não, como mostram os exemplos a seguir.

(7) (Entrevistador) *Como encara as críticas negativas que, de forma generalizada, têm sido feitas Herman SIC?*(Herman José) São as mesmas que me têm feito desde que me estreei, em 1981[...]. Salvo raras exceções, os críticos distraem-se a falar de mim, **o que acho excelente**. (VISÃO, nº 369, 6 a 12 de Abril 2000, p. 15-17) – Português europeu

(8) Estava sem assunto. **O que não deve surpreender ninguém.**

Afinal, esta é praticamente uma constante. Estou sempre sem assunto. Mas aí tocou o telefone. Era a Adriane Galisteu.

(Artur Xexéo, JORNAL DO BRASIL, 3 de set. de 1999)

Pode-se dizer que estamos diante de uma mudança em curso. Entretanto, esse ‘curso’ se prolonga demasiadamente - se é que se pode falar assim -, pois as desgarradas são encontradas em outras sincronias bem mais distantes da atual<sup>4</sup>. No meu entender, são duas opções de uso que a língua tem; a escolha entre elas fica por conta do falante, dependendo do que ele quer comunicar.

Um segundo aspecto a ser considerado é o de que ‘desgarramento’ também não tem relação com apagamento, isto é, não decorre de eliminação da oração principal, como no caso de estruturas que carregam certo grau de expressividade, como (c) e (d), a seguir:

(c) Se eu ganhasse na Sena!....

(d) Se seu pai souber disso...

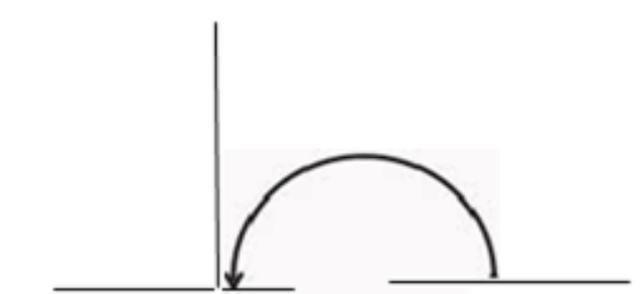
Ainda que não haja a oração principal explícita no ambiente sintático anterior à desgarrada, é possível, de certa forma, recuperá-la no próprio cotexto ou no contexto, pois ela mantém algum tipo de dependência pragmática com o material anterior e também alguma(s) propriedade(s) sintática(s) de uma oração subordinada prototípica (presença de conector subordinativo, por exemplo). Digo mesmo que a estrutura desgarrada não pode ser analisada sem o contexto ou o cotexto, pois eles é que vão mostrar com que outra porção textual - ou com que outra oração - a estrutura desgarrada se relaciona.

Como terceiro aspecto da presente discussão, gostaria de destacar que ‘desgarramento’ não equivale a coordenação. As orações se apresentam na forma

---

<sup>4</sup> Não vou tratar, aqui, de outras sincronias, por limitação de espaço.

desgarrada, ou seja, ocorrendo isoladamente, volto a dizer, como um enunciado por si mesmas. A noção de subordinação permanece (ou a função de subordinação). Em termos da Teoria da Estrutura Retórica<sup>5</sup> - RST - que é uma teoria funcionalista que se ocupa da descrição da estrutura organizacional do texto, de sua estrutura retórica, procurando mostrar como as partes (sejam orações ou porções maiores) se relacionam com vistas à coerência do texto -, podemos dizer que as orações desgarradas são satélites de uma porção anterior no discurso, como representado na figura abaixo



**Figura 1 – Relação núcleo-satélite**

a qual pode ser uma oração com a qual a desgarrada se relacione, ou uma outra porção textual qualquer (por exemplo, todo um período, um parágrafo, um conjunto de orações etc.). Na coordenação, as orações são, cada uma, um núcleo, como mostra a figura a seguir,



**Figura 2 – Relação multinuclear**

e a relação entre várias coordenadas é multinuclear. Só se dá a ocorrência de desgarrada quando esta mantém, com a porção anterior (núcleo), uma relação subsidiária (satélite), elaborando o núcleo, explicando, avaliando etc. Por esse motivo, pode-se dizer que as

---

<sup>5</sup> Teoria desenvolvida por funcionalistas da costa oeste dos Estados Unidos, tendo como iniciadores William Mann, Sandra Thompson e Christian Matthiessen. O texto considerado marco dessa teoria é o de Mann e Thompson (1988). Outras informações podem ser acessadas no site <http://www.sfu.ca/rst>

coordenadas são independentes semanticamente; mas as subordinadas ainda mantêm um vínculo semântico-pragmático com a porção anterior.

Os exemplos a seguir ilustram essa característica:

- (9) Levantar cedo, acordar os filhos, seguir para o trabalho, fazer compras, ir buscar os filhos,  
fazer o jantar, sorrir ao marido. Sempre com boa disposição. **Mesmo sabendo que, amanhã, vai ser tudo igual, igual, igual...** (VISÃO, nº 343, 7-13/10/99, p. 79 – Português europeu)
- (10) E o governador do DF demitiu mesmo o gerúndio. **Sendo que o problema de Brasília não é o gerúndio, é o passado.** E não é questão de verbo, mas de verba! (JOSÉ SIMÃO, *Buamba! O Congreço é um suceço!* FOLHA DE SÃO PAULO – Ilustrada, 04/10/07 – On line)

## 2. Afinal, o que é ‘desgarramento’? Como se caracterizam as estruturas desgarradas?

Como já anunciado no início deste artigo, o ‘desgarramento’ é uma opção do falante ao construir seu discurso, para fins de **focalização** ou expressividade (no caso das exclamativas subordinadas, do tipo de (c) e (d) dadas anteriormente). Trata-se de uma questão pragmática, entendendo essa última como o estudo da maneira como os falantes organizam suas mensagens a partir de seus objetivos comunicativos. São, portanto, estruturas que revelam a parte a que o produtor do texto quis dar ênfase. Ressalte-se, portanto, a relevância interacional do ‘desgarramento’, ou da ocorrência ‘desgarrada’, de uma oração, seja ela adverbial, relativa apositiva ou que esteja com o verbo em alguma de suas formas nominais – mais especificamente, as orações (reduzidas) de gerúndio, infinitivo e particípio. As estruturas desgarradas se dão no Nível Interpessoal (tendo a metafunção interpessoal, segundo Halliday (1994[1985]), ou seja, o da interação entre falante/escritor e ouvinte/leitor. Bechara (1999, p. 48 e ss.) já aponta a necessidade de se considerar a “camada superior do texto” na análise da língua. Segundo ele (p. 49), há estruturas que “manifestam funções sintagmáticas no nível do texto”. Embora o autor estivesse se referindo à coordenação (que não é o caso aqui), podemos atribuir às estruturas desgarradas o mesmo tratamento.

A partir dos dados que venho examinando já há algum tempo, é possível dizer que as estruturas desgarradas são hipotáticas. Melhor dizendo, somente estruturas de hipotaxe (portanto, orações adverbiais e relativas apositivas) ocorrem desgarradas. As estruturas de subordinação por encaixamento não ocorrem desgarradas, excetuando-se os casos em que a necessidade de ênfase leva o usuário a elaborar uma espécie de ‘enumeração’, como as estruturas sinalizadas em itálico em (11) a seguir, as quais, por sua vez, constituem o sujeito (orações completivas subjetivas) da estrutura anterior, uma desgarrada com valor condicional – “se ficar claro”.

- (11) Todas as sugestões feitas nos textos anteriores só farão sentido se os professores estiverem convencidos — ou puderem ser convencidos — de que o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica. **Em outras palavras, se ficar claro que conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra.** *Que saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra. Que saber usar suas regras é uma coisa e saber explicitamente quais são as regras é outra. Que se pode falar e escrever numa língua sem saber nada “sobre” ela, por um lado, e que, por outro lado, é perfeitamente possível saber muito “sobre” uma língua sem saber dizer uma frase nessa língua em situações reais.* (POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996, p. 53-54) (Grifos meus)

As relativas restritivas, que são encaixadas num sintagma nominal (SN) – estando, pois, em constituência com outro termo do sintagma - também não ocorrem desgarradas, salvo se houver, por parte do falante, alguma intenção comunicativa de focalizá-las.

O ‘desgarramento’ deve ser visto, pois, como uma estratégia de focalização, permitindo que se perceba uma relação semântico-pragmática mais frouxa entre os enunciados. Dessa forma, a estrutura desgarrada será vista como um ato de fala por si, um único ato discursivo, mantendo relações retóricas com o restante do texto. Por isso, estruturas como as desgarradas devem ser analisadas no nível discursivo, para que se possa perceber suas funções dialógicas. Nesse ponto é que podemos retornar à Teoria da Estrutura Retórica, citada na seção anterior, que irá trabalhar não com as noções de oração principal e subordinada, mas com a relação retórica de núcleo-satélite mantida entre duas porções textuais - estejam, ou não, ligadas por conectivos -, entre as quais emerge uma relação semântica ou relação de coerência. E é com base nas relações propostas pela RST

que se pode apontar a não existência de diferença de análise entre enunciados com ou sem estrutura desgarrada. Exemplificando, é possível explicar da mesma forma tanto uma estrutura com desgarramento quanto outra em que essa estratégia não foi utilizada, como no caso dos exemplos (7) e (8), dados anteriormente, em que a mesma oração relativa apositiva aparece, num caso - o exemplo (7), como parte do enunciado, e, no outro - o exemplo (8) -, como um enunciado à parte, independente. A estrutura desgarrada em (8) não tem um vínculo formal com a porção antecedente, mas tem o mesmo vínculo semântico com o enunciado precedente; ou seja, em ambos os casos, a oração relativa apositiva **elabora** a porção anterior, ou **avalia**, sendo que, no caso de (8), essa relação semântica recebeu uma carga focalizadora, através do ‘desgarramento’.

A estratégia do ‘desgarramento’ ocorre tanto na modalidade oral quanto escrita da língua. Na escrita, a materialização dessa estratégia se dá pela pontuação de final de sentença. Melhor dizendo, ela ocorre entre dois pontos finais, como nos exemplos vistos até aqui (ou precedida de um ponto final, ou após um ponto final). Assim, não se trata de desgarramento quando a oração vem depois de ponto e vírgula, vírgula, travessão (esse último merece maior discussão) etc. Na fala, o desgarramento se materializa pela curva entonacional descendente (característica de final de frase) da porção anterior; e há sempre uma pausa antes da desgarrada (o que corresponde, na escrita, ao ponto final da porção antecedente), pausa essa representada nos exemplos a seguir por reticências:

(12) porque o problema que acontece ( ) é que eu não vou chegar em Belo Horizonte no mesmo dia...vou ter que dormir ou em Campinas ou dormir na divisa...ou em Teófilo Otoni... **se o tempo der** (SSA/D2-98, apud SOUZA, G.C., UNESP/IBILCE, 2003)

(13) e tinha o parto... que era outro risco... **porque eu tenho uma queda de pressão:: violentíssima né?** (NDO4F, 15, 277-280 – apud DECAT, 2001, p. 125)

(14) eu quero:... trabalhar... com o... cotidiano do corpo na escola... de primeiro grau... **principalmente porque é o meu trabalho né?** (NDO3M, 2, 57-59, apud DECAT, 2001, p. 142)

(15) mas realmente então está encerrado... mas gostaríamos demais de mais filhos... **embora eu fique quase biruta...** (D2-SP-360:90-94)

Ou, ainda, em (16):

- (16) ...apartamento com vista pra favela [vídeo interrompendo o fluxo da fala] **de onde já partiram balas** (Jornal Nacional, Rede Globo de Televisão, 24/02/07)

O exemplo (16) evidencia um tipo muito recorrente em falas televisivas, por exemplo, em que se tem a inserção de vídeos explicativos na notícia veiculada. Ao término do vídeo, o locutor retoma a fala, começando por uma oração *desgarrada*, muitas vezes iniciada por uma forma verbal no gerúndio. Também a estrutura dada em (e) - que constitui um dado de introspecção construído com base em inúmeras ocorrências ouvidas na rede televisiva brasileira - exemplifica esse uso em português:

- (e) chegou o Cirque du Soleil... o maior espetáculo de dança e acrobacia dos últimos tempos... [VÍDEO]... **lembrando que as apresentações começam no próximo mês...no Rio de Janeiro** (frase-tipo: telejornais e rádios)

Para demonstrar a ocorrência de uma estrutura desgarrada a serviço da interatividade, observemos o exemplo (17), a seguir, retirado de Neves (1999, p. 567):

- (17) L1: é, a cachoeira é bonita

L2: Muito bonita

L1: **Se bem que agora você não vê...**

(D2-SSA-98; 1.22, p.25 e 1.1-2, *apud* NEVES, 1999, p. 567)

Em (17), os objetivos interacionais permitiram uma produção textual conjunta, mostrando o ‘desgarramento’ funcionando na organização do fluxo informacional.

O ‘desgarramento’ é, pois, juntamente com a Topicalização e a Clivagem – como em “É dinheiro que João quer” (clivada) e “O que João quer é dinheiro” (pseudoclivada), *apud* Oliveira e Braga (1997) - uma estratégia de **focalização**, com vistas a diferentes funções pragmáticas e/ou textual-discursivas, tais como: elaboração (as relativas apositivas, de modo geral); avaliação (também orações relativas e SNs ‘soltos’); retomada/recapitulação/ponte de transição - as de formato [. N + Especificador + Que]; adendo (ou mesmo parentético), que são apresentadas a seguir.

Da forma como visto até aqui, o ‘desgarramento’ caracteriza-se como uma **opção organizacional** de que se vale o usuário da língua para atingir seus propósitos comunicativos. Dentre as funções exercidas pelas estruturas desgarradas, ressaltam-se:

**A) Avaliação** – a estrutura desgarrada traz uma avaliação do que é dito na porção anterior. E isso tanto pode se dar através de SN ‘solto’, como em (18),

- (18) Pior do que saber que haverá uma tempestade no horizonte é não conseguir nem enxergá-lo. E os que reclamam da fumaça que turva a vista foram os mesmos que atearam fogo em tudo. **Três vezes loucura.** (SAKAMOTO – *Quem pariu o clima de loucura na política não pode reclamar de Luciano Huck* – Blog – 09/02/2018)

ou como oração desgarrada, como (19) a seguir:

- (19) Este o teor da carta recebida do leitor Aresio Marques, pescador que acredita na existência do caboclo d’água. **Um direito que lhe assiste.** (BARRETO, Plínio. *Caboclo de novo*, ESTADO DE MINAS, 12/06/04, p.2).

**B) Retomada (ou recapitulação)** - O usuário procura reaver, de alguma forma, uma informação (através de um termo ou de uma ideia) que foi dada anteriormente no texto (por isso também chamada de “recapitulação”, por Ono & Thompson, 1994), como se pode ver nos exemplos (20) e (21):

- (20) O mais impressionante dessa história é medo que o mundo ocidental sentiu, depois do assassinato desse líder. **Medo que mantém a lógica do terrorismo na crista da onda.** Incrível, mata-se o representante do terror e o terror aumenta! (SADDI, Luciana. *O corpo de Osama*. <http://falecomigo.folha.blog.uol.com.br> – 05/05/2011)

Também com função de retomada/recapitulação são as duas estruturas sinalizadas em (21), a seguir, a primeira em negrito e a segunda em itálico, ambas do tipo [. N + Especificador + Que], como apontado anteriormente.

(21) Fica, então, a questão do próprio estatuto dessa apreensão abstrata do contexto: ela não é apenas uma restrição metodológica ilusória, uma forma de ocultar “o impudor” do trabalho psicossocial que funciona em qualquer produção textual? **Trabalho esse que consiste em decisões descritas por Adam, aliás, de forma muito explícita** (*op. cit.* p. 27). *Decisões essas que são tomadas por um agente-produtor determinado, posto em uma situação de interação precisa, e que se traduzem por formas de discurso cujas propriedades formais ou linguísticas específicas, em última instância, só podem ser explicadas fazendo-se referência a esse trabalho específico do agente.* (BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo.* São Paulo: EDUC, p. 147-148)

**C) Especificação/elaboração** – o usuário elabora um termo ou uma ideia dada anteriormente.

(22) E naquela noite, Célius, ao sair da sede do *Jornal da Cidade*, notou que estava sendo seguido por um dedo-duro. **Um cara que, pelos favores prestados à repressão, ganhou um polpudo cargo em um banco oficial.**” (VIANA, Arnaldo. *Uma avó e um 38 atrás da cortina.* ESTADO DE MINAS, Caderno CULTURA, 29/06/2012, p. 6).

**D) Adendo** – a estrutura desgarrada veicula informação que é dada tardiamente, como um acréscimo, uma informação suplementar; e, por isso, muitas vezes tem um caráter parentético. Essa natureza do adendo permite explicar porque essas estruturas são sempre pospostas.

(23) Outra coisa que aprendi: como morador, se tiver um automóvel, tenho direito a estacionar no meu bairro e em alguns bairros selecionados de acordo com o imposto que pago daquela área. **O que faz com que tenha sempre lugar para os moradores daquele bairro estacionarem.** (AZEVEDO, Guilherme. *Lula é um homem de marketing intuitivo muito forte, diz Washington Olivetto.* <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas>> - São Paulo -21/04/2018)

Quero ressaltar a força focalizadora no exemplo (24), a seguir, em que a estrutura desgarrada, com função de adendo, adquiriu também o caráter parentético, evidenciando mais ainda a função interlocutiva, interpessoal:

- (24) A forma escrita descontextualiza a piada, priva-a de boa parte de sua força emocional, do privilégio e da proteção do grupo fechado. Apenas quando nos imaginamos nas circunstâncias originais e nos lembramos de nossa humanidade comum, é que podemos apreciar a maioria dessas antigas piadas. **(Muito embora eu tenha passado pela experiência de tentar demonstrar a fragilidade de uma dessas piadas velhas, contando-a a um grupo, o que resultou em gargalhada geral.)** O leitor solitário pode imaginar-se no grupo, mas também pode colocar-se como o estranho, caso em que a piada pode ofender quando, originalmente, não havia essa intenção. (BREWER, Derek. Livros de piada em prosa predominantes na Inglaterra entre os séculos XVI e XVIII. In: BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares/ Nota Assessoria – Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 133-163)

A estrutura desgarrada exemplificada acima é uma concessiva complexa, na qual existe até uma oração relativa apositiva sem estar desgarrada, como costuma acontecer. O interessante nesse exemplo é que a **necessidade de focalizar** algo com vistas à argumentação leva o autor (ou o tradutor, no caso) a colocar a estrutura entre parênteses, o que a torna ainda mais desgarrada! É diferente de uma inserção, pois essa costuma vir através de uma estrutura completa, em termos de constituintes da oração, como em (25), trecho retirado do mesmo autor dado em (24), em que ocorre uma estrutura colocada também entre parênteses, mas que não é uma desgarrada, é tipicamente uma inserção:

- (25) Ele também as tinha anotado em outubro, mas, infelizmente, o livro de contos se perdeu. Há outra referência a elas em 28 de março de 1664. **(Pepys registra a história de uma engenhosa fraude de seguro em 30 de novembro de 1663, mas não fica claro se ele a achou engraçada.)** (id. ib.).

Uma última palavra aborda o aspecto **posição** da estrutura desgarrada, o qual tem sido objeto de alguns equívocos. No meu entender, e levando em conta, principalmente, o caráter de adendo das estruturas desgarradas, não se pode falar em ocorrência anteposta dessa estrutura, dado também o seu caráter anafórico, ou seja, de relação com alguma

porção textual anterior com a qual se combina. ‘Ocorrer desgarrada’ já diz, a meu ver, que ela vem após algo com que se relaciona, semântica e pragmaticamente, constituindo uma unidade de informação à parte.

Observemos, por exemplo, o trecho a seguir:

(26) O STF retorna à civilidade quando em discussão o direito de conceder ou não a prisão domiciliar para José Genuíno e liberar o trabalho externo para 4 apenados. O Ministro Barroso nega a Genuíno a prisão domiciliar e é seguido pela maioria. (...) **Quanto ao trabalho dos 4 apenados que recorreram da decisão monocrática de Joaquim Barbosa em negar-lhes tendo em vista a lei dizer que o apenado em regime semi-aberto teria que cumprir um sexto da pena, e que dentro dos tribunais, inclusive no Superior Tribunal de Justiça já existia jurisprudência de não se exigir o cumprimento de um sexto do tempo de prisão.** Por maioria foi sacramentada essa jurisprudência e os 4 condenados da ação penal 470 serão beneficiados. (MENELEU, Raul. *STF retorna à civilidade* – 25/06/2014 – via Facebook - Disponível em [www.publikador.com/direito/meneleu/2014/06/stf-retorna-a-civilidade/](http://www.publikador.com/direito/meneleu/2014/06/stf-retorna-a-civilidade/))

O trecho destacado em (26), se for considerado um caso de estrutura desgarrada anteposta, não tem significado, porque não há como recuperar um referente. Nesse caso, sim, pode-se falar em ‘erro’ de construção do texto. É o que comumente se chama de ‘período inacabado’. E essa não é uma característica das estruturas desgarradas. Ao contrário, a forma de sua ocorrência é resultado de uma escolha do falante/escritor para atingir determinado objetivo comunicativo dentro da interlocução.

Uma argumentação em favor da posição anteposta de uma estrutura desgarrada poderia valer-se de ocorrência tal como a dada em (27):

(27) (...) Os seus dez romances em conjunto são, desde já, um fato da história literária; cada um daqueles romances é um fato, todos eles são cheios de fatos numa riqueza que é a da própria vida orgânica, espontânea e como que sem problema. José Lins do Rêgo não é um escritor problemático.

**Verificação que me deixa perplexo.** José Lins do Rêgo não é um escritor problemático como não é problemática a própria vida. Então, como é? A vida não seria problemática? A riqueza poética de José Lins do Rêgo é a vida orgânica antes de tornar-se problemática: é orgânica, espontânea, inconsciente. (CARPEAUX, Otto Maria. O

Brasileiríssimo José Lins do Rêgo (Prefácio). In: RÊGO, José Lins do. *Fogo Morto*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1972, p. 21-22.)

A estrutura desgarrada em (27) está, graficamente, começando um parágrafo, o que leva facilmente à afirmação de que se trata de uma desgarrada anteposta. No entanto, o que se tem aí é meramente um equívoco gráfico, ou mesmo do autor, pois a estrutura desgarrada é, claramente, uma **retomada**, ou mesmo uma **avaliação** da informação dada no último período do parágrafo anterior.

O exemplo (28) evidencia melhor a questão:

(28) Enfim, este estudo fornece, pela primeira vez, as bases de uma descrição detalhada do gênero *diário de leituras*, como uma entidade que reúne propriedades dos gêneros *diário íntimo*, *resumo* e *comentário de texto*.

**Trabalho notável, portanto, que tive a honra e o prazer de co-dirigir e que me deu, além disso, um verdadeiro prazer de leitura, a despeito de meu domínio muito relativo do português.** Sob o estilo austero da argumentação científica, aflora, de fato, permanentemente, o prazer da autora, a profundidade de seu investimento e o olhar definitivamente poético que dirige aos textos dos outros, assim como à sua própria experiência. (BRONCKART, Jean-Paul. Prefácio. In: MACHADO, Anna Rachel. *O diário de leituras: a introdução de um novo instrumento na escola*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 25).

Por tudo isso, nem vejo necessidade de se abordar o aspecto “posição”, no caso de ‘desgarramento’. E, por isso mesmo, não creio que se deva falar que uma estrutura ‘está’ desgarrada, mas que **ela É desgarrada!**

### 3. Considerações finais

Para terminar a discussão aqui apresentada e exemplificada, segue-se um trecho com várias estruturas desgarradas de mesma tipologia. Observe-se a força focalizadora também da ocorrência sequenciada dessas estruturas, que estão sinalizadas por recursos gráficos diferentes (negrito, itálico e sublinhado), para indicar que se trata de várias desgarradas:

(29) Conhecido mundialmente (sic) como o país do jeito para tudo, o Brasil vai se revelando o país que não tem jeito mesmo. É como se existisse na nação uma falha estrutural. **Uma auto-indulgência congênita que frustra todas as tentativas de reformá-la.** *Uma maldição mais forte do que o sentimento de culpa. Uma urucubaca que leva a uma constatação asfixiante: na política brasileira, não há mais culpados nem inocentes, só há cúmplices.* O cinismo transcende a indignação das ruas. (SOUZA, Josias de. UOL, 16/08/2015, 05h31min)

Finalmente, quero terminar essa exposição da maneira como meu livro sobre as desgarradas começou: no excelente e carinhoso Prefácio elaborado pelos queridos colegas linguistas Erotilde Goreti Pezatti e Roberto Gomes Camacho, ambos da UNESP-São José do Rio Preto (PEZATTI; CAMACHO, 2011, p.11-14). Relembrando a tradição greco-alexandrina para a ideia de unidade de informação (ou frase) como uma “expressão que se basta”, um enunciado que tem um “fim em si mesmo”; e aplicando Câmara Jr. (Princípios de Linguística Geral) para o tratamento das desgarradas, ressaltam aqueles autores o “funcionamento autônomo no intercâmbio social” que têm essas estruturas. Ressaltam, ainda, o fato de eu ter observado,

por um lado, que as propriedades de enunciados linguísticos são adaptáveis aos objetivos comunicativos do usuário de língua, na interação com outros usuários, e, por outro, que toda a explicação linguística deve ser buscada na relação entre língua em uso no contexto social (PEZATTI; CAMACHO, 2011, p. 13-14).

De tudo o que foi dito até agora, penso que se pode ver o ‘**DESGARRAMENTO**’ como **ESTRATÉGIA DE FOCALIZAÇÃO NA ARGUMENTAÇÃO**.

### Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*, 37 ed. ver. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999, p. 48 e ss.).

DECAT, M.B.N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *SCRIPTA* (Linguística e Filologia), Belo Horizonte, PUC Minas, v.2, n.4, p. 23-28, 1999.

DECAT, M.B.N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT et al *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. (Coleção Ideias sobre Linguagem).

DECAT, M.B.N. *Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

HALLIDAY, M.A.K. *Na Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold Publishers Ltd., 1994 [1985].

NEVES, M.H. de Moura. As construções concessivas. In: NEVES, M.H.M. (org.) *Gramática do português falado*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, v. VII (Novos Estudos), 1999.

OLIVEIRA, M.A.; BRAGA, M.L. On focussing sentences in Brazilian Portuguese. In: GUY, Gregory R. et al (eds) *Social interaction and discourse structures* (Papers in honor of William Labov). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1997, p. 207-221. (Series: Towards a social science of language 2).

ONO, Tsuyoshi; THOMPSON, Sandra A. Unattached NPs in English Conversation. *Proceedings of the Twentieth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley, 1994, p. 402-419).

PEZATTI, E.G.; CAMACHO, R.G. Prefácio. In: DECAT, M.B.N. *Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 11-14.

SOUZA, Gisele C. de. *Se tempo fosse condição...: um estudo das estruturas de tempo e condição no português oral brasileiro*. São José do Rio Preto, SP: UNESP/IBILCE, Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), 2003.

#### **Abstract**

This paper brings to the center of discussion structures that are instantiated as independent utterances, thus the label “unattached”, considered in traditional studies as subordinate clauses without a main clause. Within the framework of functional linguistics, we propose here that the phenomenon of “detachment” is a strategy used by the speaker to create focus in order to attain her communicative goals, and thus it constitutes an organizational option in service of interactivity. In order to do so, we first discuss aspects that are not relevant to characterize detachment, and then we describe its most relevant patterns found in language use. The data used in this paper is mostly from written language, since the phenomenon in question is more evident in this modality of language use.

**Keywords:** unattached structures; focalization; clause combining; organizational options; functionalism.

## COGNIÇÃO E PROCESSAMENTO LINGUÍSTICO: O CASO DAS RELATIVAS DE ENCAIXAMENTO CENTRAL E RECURSIVO

Cognition and language processing:  
the central and recursive embedded relative clauses cause

Eduardo Kenedy (UFF/CNPq)

### Resumo

Neste texto, são apresentados resultados experimentais de pesquisa acerca do encaixamento central e recursivo de orações relativas. Relativas desse tipo são intrigantes porque, diferentemente do que se passa com as relativas de encaixe recursivo à direita, o encaixe central recursivo é linguisticamente improcessável em qualquer língua natural. As razões para essa impossibilidade psicolinguística são ainda alvo de debate na literatura especializada (ver, por exemplo, INGVE, 1960; MILLER & CHOMSKY, 1963; MACDONALD ET AL., 1994; GIBSON, 2001 e GORDON et al., 2001, para uma perspectiva histórica). Os dados experimentais *off-line* e *on-line* aqui apresentados e discutidos convergem em favor da hipótese de que o processamento psicolinguístico – e a consequente sensação de (in)aceitabilidade – de relativas encaixadas ao centro, sendo seu encaixe único ou recursivo, é fortemente influenciado por fatores extralinguísticos, notadamente, o custo de manutenção na memória de diferentes entidades do discurso (SNs plenos, nomes próprios, pronomes dêiticos). Tais achados compõem evidência de que a inaceitabilidade universal das relativas de encaixe central recursivo provavelmente decorra das restrições que memória de trabalho humana impõe ao *parser*, e não de fatores de natureza puramente linguística.

**Palavras-chave:** Encaixamento de orações, orações relativas, recursividade, encaixe central.

### Introdução

**N**a literatura linguística, as “orações subordinadas adjetivas restritivas”, também denominadas “cláusulas relativas” ou, simplesmente, “orações relativas” são um dos temas mais investigados. Em especial, um fenômeno relacionado a um emprego específico de relativas vem intrigando os linguistas desde, pelo menos, os anos 1960: as orações relativas de encaixe central recursivo (cf. INGVE, 1960; MILLER & CHOMSKY, 1963; entre outros). Esse tipo de estrutura sintática é gerado por uma computação linguística que consiste na introdução de uma nova oração relativa (OR) no domínio de outra OR previamente apresentada na linearidade da sentença. Em (1a), a seguir, apresenta-se uma OR de encaixe central único. Em (1b), por sua vez, vê-se uma nova OR encaixada no interior da relativa presente em (1a), fato que exemplifica o encaixe central recursivo de ORs.

(1a) O rato [ORque o gato perseguia] fugiu.

(1b) O rato [ORque o gato [ORque o cachorro espantou] perseguia] fugiu.

As gramáticas das línguas naturais não fazem restrições à quantidade de ORs que podem ser encaixadas recursivamente ao centro de uma sentença. Com efeito, o encaixamento central de duas ou mais ORs é um expediente tão legitimamente gramatical quanto o encaixe ao centro de uma única OR. No entanto, o encaixe central de uma segunda OR, tal como ocorre em (1b), torna a estrutura resultante inaceitável para a maioria dos falantes das línguas. Na verdade, conforme se ilustra em (2), a introdução de uma terceira OR, no domínio da segunda previamente existente na linearidade do estímulo linguístico, resulta numa estrutura sintática que, apesar de gramatical, é inaceitável para virtualmente qualquer ser humano.

1

(2) O rato [OR que o gato [OR que o cachorro [OR que o menino espantou] mordeu] perseguia] fugiu.

Os exemplos (1) e (2) estão em língua portuguesa, porém o mesmo fenômeno se registra em todas as línguas naturais conhecidas, independentemente de sua tipologia morfossintática. Numa língua núcleo final como, por exemplo, no japonês, o nome que sofre a relativização é linearizado depois da OR. Nessas línguas, mais de uma OR encaixada ao centro leva inevitavelmente à inaceitabilidade da sentença. Interessantemente, a inaceitabilidade de múltiplas relativas encaixadas ao centro ilustra um dos poucos fenômenos linguísticos sem exceção nos estudos sobre as diferentes línguas naturais.

Miller & Chomsky (1963) chamaram a atenção para o fato de que ORs das dos tipos em (1b) e (2) não violam qualquer aspecto puramente linguístico da competência linguística de um falante de uma língua humana. Antes, a inaceitação desse tipo de estrutura é um fenômeno da ordem do desempenho linguístico, para o qual intervêm

---

<sup>1</sup> Gibson (2001) indica haver um percentual muito pequeno de falantes de inglês que conseguem processar *on-line* até duas orações relativas de encaixa central, índice que é reduzido a zero com a introdução de uma terceira relativa encaixada ao centro.

fatores que até o presente não foram suficientemente esclarecidos nem pela teoria da gramática, tampouco pela psicolinguística.

Ora, ao se assumir a clássica dicotomia chomskiana (1965), o estudo das relativas encaixadas recursivamente ao centro fará emergir o seguinte questionamento: se aspectos do conhecimento linguístico não vêm ao caso, quais seriam os fatores da performance que provocam a rejeição universal desse tipo de estrutura sintática? O presente texto tem como objetivo justamente fornecer evidências experimentais que buscam encontrar respostas, ainda que parciais, para tal problema. Um conjunto de três experimentos explorará a noção sintática de *localidade* a fim de verificar a hipótese de que o processamento psicolinguístico de ORs, seja com encaixe único ou recursivo, pode ser variável conforme a natureza referencial das expressões nominais que separam o alvo da relativa de seu respectivo predicador no domínio da oração matriz. Tal hipótese foi motivada por evidências de natureza intuitiva que indicam, por exemplo, que a presença de um pronome pessoal dêitico no interior da segunda relativa torna o processamento de duas ORs encaixadas ao centro consideravelmente menos custoso. Compare-se o efeito subjetivo de maior inaceitabilidade em (3a) por oposição a (3b) a seguir.

(3a) O rato [OR que o gato [OR que o cachorro espantou] perseguia] fugiu.

(3b) O rato [OR que o gato [OR que ele espantou] perseguia] fugiu.

Em (3a), a expressão nominal presente na segunda relativa é um sintagma de valor referencial pleno (“cachorro”), que contrasta com natureza dêitica, referencialmente menos custosa (cf. BENVENISTE, 1976), do pronome sujeito da segunda OR, em (3b). Essa diferença de status referencial entre nomes plenos e pronomes pessoais poderia explicar a sensação subjetiva que licencia (3b), mas rejeita (3a). A hipótese a ser aqui defendida explorará essa intuição: no cálculo do custo da localidade no processamento de ORs de encaixe central recursivo deve-se considerar a natureza referencial de elemento interveniente entre o alvo da primeira OR e seu respectivo predicador, linearizado após a segunda OR.

O presente texto está organizado em cinco seções, seguidas de um sumário dos resultados da pesquisa. Na seção 1, descreve-se a hipótese chomskiana, dos anos 60, que explica a inaceitabilidade de ORs centrais recursivas em função de parâmetros puramente sintáticos – o número de relações de dependências estruturais não saturadas por algum

item lexical. Na seção 2, apresenta-se a noção de *entidade referencial* (cf. GIBSON, 2001 e GORDON et al., 2001), a ser considerada como uma das métricas fundamentais para o cômputo da localidade no processamento das ORs centrais. Na seção seguinte, descreve-se um experimento de julgamento imediato de aceitabilidade, que verificou como 50 brasileiros adultos perceberam relativas com dois encaixes centrais que variavam de acordo com a natureza do nome presente na segunda relativa (se um referencial pleno, um nome próprio ou um pronome dêitico). A seção 4 apresenta e comenta um experimento de escolha de paráfrase, em que 40 crianças do primeiro ciclo do ensino fundamental escolheram, entre duas opções, a sentença sem OR que parafraseava uma sentença com uma OR de encaixe central único. Um experimento de leitura segmentada autocadenciada é discutido na seção 5. Nele, 20 brasileiros adultos leram sentenças com dois tipos de ORs de encaixe único ao centro, que se diferenciavam pela ocorrência das mesmas variáveis controladas no experimento de julgamento imediato de aceitabilidade. Como conclusão, na seção “Resultados” faz-se uma análise geral dos possíveis achados aduzidos nas seções anteriores e apresenta-se uma reflexão sobre os fatores do desempenho linguístico que podem ser responsáveis pela improcessabilidade – e a conseqüente rejeição universal – de ORs de encaixe central recursivo.

### **1. Pressupostos teórico-metodológicos: a explicação sintática**

Desde Miller & Chomsky (1963), a hipótese dominante na teoria linguística atribuiu a inaceitabilidade universal de ORs de encaixe central recursivo à existência, nesses tipos de OR, de duas ou mais estruturas de dependência em longa distância não saturadas por algum item lexical. De fato, uma relativa de encaixe central único possui a característica de retardar a saturação da predicação referente à expressão nominal, no domínio da oração matriz, que é modificada pela OR. Assim, em (1a), a predicação de “O rato” só é estabelecida quando da introdução do verbo “fugiu”, linearizado após a OR, a qual, por sua vez, introduz na sentença uma nova expressão referencial – “o gato” – e a satura imediatamente, com a linearização local de seu predicador “persegue”. Nesse tipo de estrutura sintática, gera-se, portanto, uma e somente uma relação de dependência de longa distância (o alvo da relativa e seu respectivo predicador não local). Por contraste às ORs de encaixe central, ORs encaixadas à direita (ou à esquerda, nas línguas do tipo núcleo final) modificam expressões nominais cuja predicação é saturada imediatamente

nos limites da oração matriz, tal como se ilustra em (4). Nesse exemplo, “o rato” já tem sua predicação estabelecida pelo verbo “persegue” antes mesmo da introdução da OR, não gerando, dessa forma, relações sintáticas não locais.

(4) O gato perseguia o rato [OR que fugiu].

É em função dessa saturação local que ORs encaixadas à direita não apresentam restrições a possíveis encaixamentos recursivos, tal como explorado no famoso poema “Quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade. No caso, ilustrado em (5), todas as expressões nominais (nomes próprios) são saturadas localmente como complemento do verbo que as antecede.

(5) João amava Teresa [OR que amava Raimundo [OR que amava Maria [OR que amava Joaquim [OR que amava Lili [OR que não amava ninguém]]]]].

ORs de encaixe central recursivo – também denominadas *aninhadas* ou, em inglês, *nested* – fazem crescer exponencialmente a complexidade na saturação não local da predicação existente em OR centrais de encaixe único – e essa seria, na hipótese chomskiana, a causa da dificuldade de processamento desse tipo de estrutura sintática. Ou seja, o encaixe de uma segunda OR ao centro, como ocorre em (1b), deixaria não somente a predicação de “O rato” em suspenso, mas também a de “o gato”. Dessa forma, esse tipo de estrutura geraria pelo menos duas relações de dependência sintática não local. Veja-se, para ilustração, o que acontece em (6a), exemplo em que há duas ORs encaixadas ao centro. A predicação de “O rato” e “o gato” já estão em aberto (não saturadas) no momento em que mais uma expressão nominal (“o cachorro”) é introduzida na sentença. A predicação desse último constituinte é estabelecida imediatamente pelo verbo “espantou” e, só então, a predicação de “o gato” é saturada com a apresentação do item “persegue” (primeira relação de longa distância). Logo em seguida, o predador de “O rato” (o verbo “fugiu”) é finalmente introduzido (segunda relação de longa distância) e o processamento da sentença pode ser concluído. Note-se, por contraste, que, nas relativas de encaixe à direita, esse tipo de complexidade não acontece, afinal, como dito, a introdução de uma OR ocorre somente quando a predicação da expressão nominal

respectiva já se encontra saturada localmente (cf. 6b). Essa é a essência da explicação clássica chomskiana.

(6a) O rato [OR que o gato [OR que o cachorro espantou] perseguia] fugiu].

(6b) O cachorro espantou o gato [OR que perseguia o rato] [OR que fugiu].

A explicação puramente sintática para o fenômeno das improcessabilidade psicolinguística e a conseqüente rejeição universal de duas ou mais ORs encaixadas ao centro não conseguiria explicar a diferença de aceitabilidade entre (3a) e (3b), citados mais acima. Deve-se notar que, nesse par de sentenças, o número de dependências de longa distância existentes é rigorosamente o mesmo. Com efeito, para além da oposição entre o pronome “ele” e a expressão referencial plena “cachorro”, (3a) e (3b) são sentenças exatamente idênticas. Por que, então, não seriam ambas rejeitadas da mesma forma? Na tentativa de superar as limitações da explicação clássica, será apresentada a seguir uma abordagem que leva em consideração a natureza referencial da expressão nominal existente no domínio das ORs e seu respectivo impacto no processamento psicolinguístico.

## **2. Pressupostos teórico-metodológicos: a natureza referencial das expressões nominais**

Como visto, de acordo com a concepção dominante em teoria da gramática, a razão para a improcessabilidade de ORs dupla ou triplamente aninhadas seria puramente estrutural: a ocorrência de duas ou mais relações sintáticas não locais impõe um custo de processamento que a memória humana simplesmente não consegue suportar (cf. YNGVE, 1960; MILLER & CHOMSKY, 1963, entre outros). No entanto, desde o início dos anos 70, estudos psicolinguísticos independentes vêm indicando que a razão para o alto custo demandado por estruturas dessa natureza é possivelmente derivado de outros fatores para além de questões de ordem sintática. Por exemplo, Kimball (1973), em seu clássico “Seven principles of surface structure parsing in natural language” (“Sete princípios de parsing sobre estruturas de superfície em língua natural”), anunciava, com o Princípio 4, denominado “Two sentences” (“Duas frases”), que o *parsing* em línguas naturais não é capaz de analisar mais do que duas orações simultaneamente. Para o autor, seu princípio apenas atestaria um fato relativo à natureza do processamento sintático. A

causa mais profunda para esse fato deveria ser revelada pela pesquisa psicolinguística então programática. Anos depois, MacDonald et al. (1994) indicaram, de maneira explícita, diversos tipos de informação extrassintática que podem ser levadas em conta pelo *parser* durante o processamento de sentenças estruturalmente ambíguas ou sem ambiguidade, abrindo assim espaço para a exploração teórica e experimental acerca do papel que fatores lexicais e discursivos desempenham na computação mental de frases em tempo real. É na esteira dessas trabalhos que surgiram os estudos de Gibson (2001) e Gordon et al. (2001), que se caracterizam como os primeiros em que a questão das relativas de encaixe central recursivo foi especificamente contemplada.

Gibson (2001) e Gordon et al. (2001) investigaram experimentalmente dados intuitivos formulados inicialmente por Bever (1970), segundo os quais a natureza da expressão nominal contida no domínio da segunda (da terceira etc.) OR pode tornar esse tipo de estrutura sintática mais facilmente processável. De fato, comparem-se os exemplos (7a-b) do inglês, estruturalmente idênticos aos apresentados em (3) do português. As relações sintáticas de longa distância são precisamente as mesmas em ambas as sentenças, entretanto o custo de processamento de (7b) parecer ser muito menor do que o de (7a), do que resultaria sua maior aceitabilidade.

(7a) The reporter [ORwho the senator [OR that John met] attacked] disliked the editor.

O repórter que o senador que João encontrou atacou desagradou ao editor.

(7b) The reporter [OR who everyone [OR that I met] attacked] disliked the editor.

O repórter que todo mundo que eu encontrei atacou desagradou ao editor.

Para dar conta da possível assimetria no processamento e na percepção de estruturas como (7a) x (7b), Gibson (2001) explorou a possibilidade de o cálculo do processamento de ORs de encaixe central recursivo ser medido por meio do custo de manutenção, na memória de trabalho, das entidades referenciais à espera de sua respectiva predicação. Assim, cada unidade desse tipo imporia custo para memória (medido em uma unidade para cada entidade referencial) quando sua predicação não é saturada localmente, por oposição a expressões não referenciais (por exemplo, pronomes pessoais dêiticos), cujo custo para o processamento seria igual a zero.

A teoria formulada por Gibson mostrou-se interessante, inclusive, para explicar a assimetria encontrada, em seus experimentos, entre o processamento de relativas de sujeito e de objeto com encaixe recursivo único. Relativas de sujeito demonstraram menores latências num experimento de leitura segmentada autocadenciada, por contraste a tempos de reação maiores na leitura de relativas de objeto (GIBSON, 2001, p.111-113). Para o autor, isso ocorreu porque, nas relativas de sujeito, nenhuma entidade referencial no domínio da relativa tem sua predicação estabelecida à longa distância, dado que o verbo da relativa satura localmente seu wh-sujeito e seu objeto. Já nas relativas de objeto, o wh-objeto é separado de seu predicador por uma entidade referencial interveniente (a expressão nominal sujeito da relativa), o que torna sua saturação não local. Para Gibson, é em função dessa assimetria imposta na representação dos dois tipos de estrutura que os tempos de leitura são maiores para estruturas como (8a) – relativas de objeto –, por oposição a relativas de sujeito, como em (8b).

(8a) The reporter [ORwho the photographer sent \_ to the editor] hoped for a story.  
O repórter que o fotógrafo enviou para o editor esperava uma história.

(8b) The reporter [ORwho \_ sent the photographer to the editor] hoped for a story.  
O repórter que enviou o fotógrafo para o editor esperava uma história.

No caso específico das ORs encaixadas ao centro, Gibson (2001) indicou que a presença, no domínio da OR, de entidades menos custosas referencialmente do que a expressão nominal plena alvo da relativização poderá diminuir o custo de processamento desse tipo de estrutura. O exemplo máximo dessa “facilitação” são os casos de relativas com pronomes pessoais dêiticos na função de sujeito, como ilustrado em (3b) e (7b). Pronomes desse tipo seriam, de acordo com Gibson, “gratuitos” para a memória de trabalho usada durante o processamento linguístico, no sentido de que apontam para as pessoas do discurso (e, assim, são não referenciais ou são apenas indiretamente referenciais) e não impõem custos para a memória. O extremo oposto dos pronomes pessoais dêiticos seriam as expressões nominais (SNs) plenas indefinidas, como “um senador”, “uma casa”, que seriam as representações mais custosas para o processamento, já que introduzem entidades plenamente referenciais novas no discurso, que precisam ser ativadas e armazenadas na memória de trabalho. Entidades referências plenas definidas

(“o senador”, “a casa”) e, por isso, velhas no discurso – isto é, conhecidas pelo locutor e seu interlocutor – seriam menos custosas do que expressões indefinidas, visto que se encontram ativas na memória durante a construção mental do discurso. Nomes próprios, por sua vez, seriam menos custosos do que expressões nominais plenas, definidas ou não, dado que não demandam o tipo de representação plena que uma expressão nominal impõe para a memória de longo prazo (recuperação de um item lexical) e para a memória de trabalho (reativação e manutenção de um item lexical). O *continuum* da complexidade referencial proposta por Gibson (2001) é representado na ilustração que se segue.

/

SNs indefinidos > SNs definidos > nomes próprios > pronomes pessoais

**Ilustração 1. Do mais complexo ao menos complexo. Representações de entidades na memória.**

Gordon et al. (2001) apresentam um modelo psicolinguístico que faz as mesmas previsões que o paradigma acima. A diferença é que se trata de um modelo menos explícito, o qual faz alusão somente à maior ou à menor “diferença” entre as entidades referenciais que devem ser mantidas na memória de trabalho durante o processamento de ORs encaixadas ao centro. Assim, os autores afirmam que, se o SN alvo da relativização for maximamente diferente do SN interveniente, no domínio da OR, até a saturação de seu respectivo predicador, então o processamento dessa estrutura será menos complexo do que o de estruturas que apresentem SNs semelhantes. O modelo de Gibson pode ser considerado mais explícito do que o de Gordon et al. justamente porque fornece uma métrica explícita capaz de medir a diferença entre os SNs envolvidos no processamento de ORs.

### **3. Experimento 1: julgamento de aceitabilidade**

Com o objetivo de testar, com dados do português brasileiro, as previsões do modelo de Gibson (2001), foi conduzido, no âmbito do GEPEX (Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Teórica e Experimental) da Universidade Federal Fluminense<sup>2</sup>, um experimento *off-line* denominado julgamento imediato de aceitabilidade por meio de

---

<sup>2</sup>Queria visitar o site [www.gepex.org](http://www.gepex.org). Agradecimentos aos bolsistas IC-CNPq Juliana Benevides e Luiz Guimarães, que ajudaram a programar e aplicar os experimentos aqui descritos.

notas em escala. Trata-se de um paradigma experimental clássico na pesquisa em psicolinguística e em sintaxe experimental (cf. COWART, 1997), cuja tarefa consiste em apresentar ao participante, na tela de um computador, uma dada frase e solicitar-lhe que atribua, tão rapidamente quanto possível, uma nota à frase lida, conforme sua percepção de maior ou menor aceitabilidade.

### 3.1. Desenho experimental

Trata-se de um ensaio randômico, com apenas uma variável independente – a natureza do SN no interior da segunda OR – realizada em três níveis, de acordo com a ilustração que se segue.

/
I) Pronome O repórter que o senador que <b>[eu]</b> conheço atacou desagradou o editor.
II) Nome próprio O repórter que o senador que <b>[João]</b> conhece atacou desagradou o editor.
III) SN indefinido O repórter que o senador que <b>[um estudante]</b> conhece atacou desagradou o editor.

**Ilustração 2. Exemplos das três condições experimentais da tarefa.**

A variável de resposta (variável dependente) foi a nota atribuída numa escala de 1 a 5, em que 1 significava muito difícil de entender; 2 significava difícil de entender; 3 significava razoável de entender; 4 significava fácil de entender e 5 significava muito fácil de entender.

### 3.2. Hipóteses e previsões experimentais

Assumindo as hipóteses do modelo de Gibson (2001), o experimento previa que ORs que apresentassem, na posição de sujeito da segunda OR encaixada, elementos da categoria pronome pessoal dêitico receberiam as notas mais altas no julgamento dos participantes. No extremo oposto, previu-se que figurariam as ORs com SN indefinidos, que, de acordo com o modelo assumido, possuiriam o maior custo de processamento e, assim, deveriam receber as piores notas médias. Intermediariamente, figurariam as ORs

com nomes próprios, que seriam menos aceitáveis do que as relativas com pronomes, porém receberiam notas superiores às conferidas a ORs com SNs indefinidos.

### 3.3. Materiais

Compuseram o experimento um total de 36 sentenças, sendo 4 de cada uma das três condições e 24 sentenças distratoras, isto é, estímulos sem OR que também apresentavam maior ou menor aceitabilidade em função da manipulação de algum outro fator gramatical aleatório.

A distribuição dos materiais entre os participantes da tarefa foi a intraparticipantes, no sentido de que todos os participantes julgaram as mesmas 12 frases experimentais, 4 de cada condição. Para que isso fosse possível e atendendo à exigência metodológica de que um mesmo participante não julgasse a versão exata de uma frase em cada uma das condições do experimento, recorreu-se à criação de um conjunto de sentenças para balanceamento no esquema do quadrado latino. Dessa forma, cada condição possuía um conjunto de frases de modo que um mesmo participante nunca fosse exposto a versões exatas de uma mesma sentença, mas, sim, a 4 estímulos por condição compostos, cada qual, por itens lexicais completamente independentes.

### 3.4. Participantes

Participaram do experimento 50 brasileiros, falantes monolíngues do português. Todos alunos do primeiro período de Letras da UFF, com média etária de 19 anos. 36 participantes eram do sexo feminino e os demais do masculino.

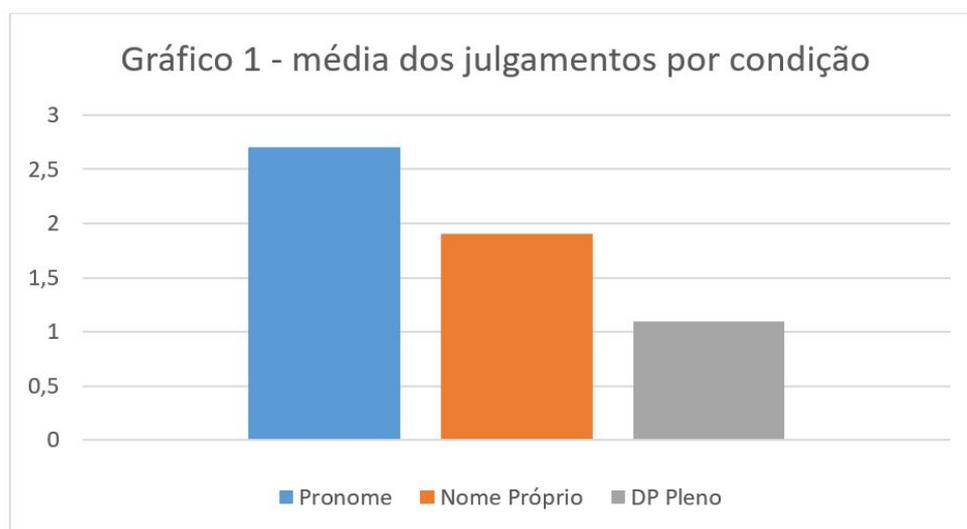
### 3.5. Procedimentos

Cada participante foi conduzido individualmente ao Laboratório do GEPEX, recebeu instruções para a realização do experimento e participou de um treinamento, diante do experimentador, composto apenas por frases distratoras. Após a certificação de que o participante havia compreendido perfeitamente a tarefa e a conseguia executar corretamente no computador, ele passa a ficar sozinho no Laboratório e, então, dava-se início ao experimento.

O participante deveria ler e julgar uma frase por vez. Cada frase permanecia centralizada na tela de um computador durante 5 segundos e, em seguida, desaparecia, dando lugar a três pontos de interrogação. Nesse momento, o participante deveria julgar o mais rapidamente a frase lida, conferindo-lhe, conforme sua percepção, uma das 5 notas descritas em 3.1. Para tanto, o participante tinha em suas mãos uma caixa de resposta com 5 botões, cada um com um adesivo correspondente à cada possibilidade de nota, de 1 a 5. A caixa de resposta também continha uma tecla amarela, que deveria ser acionada pelo participante para que o próximo estímulo fosse apresentado, após a conclusão do julgamento do estímulo anterior. A média de realização do experimento foi de 7 minutos.

### 3.6. Resultados e discussão

SNs indefinidos apresentam nota média 1,1. Nomes próprios atingiram a média 1,9. Pronomes pessoais dêiticos alcançaram as notas mais altas, com média 2,7. Esses dados corroboraram o experimento piloto descrito em Kenedy (2015) e parecem indicar que, apesar de todas as condições terem recebido notas muito baixas, os participantes discriminaram ORs de encaixe recursivo de acordo com a natureza do SN presente na segunda OR.



As médias de cada condição foram consideradas significativamente diferentes entre si no teste qui-quadrado de proporção ( $X^2$  de Pearson), com a estatística  $X^2 = 5,77$ ,  $p < 0,05$ . Tal resultado pode ser interpretado como evidência empírica favorável à atuação da variável “representação do tipo referencial do SN na memória de trabalho” como um fator relevante para explicar, ainda que parcialmente, a dificuldade de processamento –

e, por isso mesmo, a inaceitação – de ORs encaixadas recursivamente ao centro da sentença.

#### **4. Experimento 2: escolha de paráfrase**

Este experimento foi reportado, de maneira informal, em Kenedy (2015). Trata-se do paradigma psicolinguístico *off-line* nomeado “escolha forçada”. Nesse tipo de tarefa, o participante é apresentado a um estímulo e, então, num leque de opções, deve escolher outro estímulo que, de alguma forma, esteja relacionado ao primeiro.

Especificamente, o experimento consistiu em apresentar a crianças do 5º ano escolar ORs de encaixe central único, que variavam conforme a natureza do SN presente, na função de sujeito, no domínio do OR – se pronome dêitico, nome próprio ou SN definido. A tarefa de cada criança consistia em escolher a paráfrase que melhor descrevesse o conteúdo semântico da OR, em termos de valor de verdade, dentre duas opções disponíveis. Numa opção, apresentava-se a paráfrase correta, em que o sujeito da OR era relacionado ao conteúdo do verbo descrito no domínio da OR. Na outra opção, apresentava uma paráfrase incorreta, na qual o sujeito da matriz era apresentado como o agente da ação descrita pelo verbo da OR, que possuía sujeito não correferente ao sujeito da matriz. O objetivo do experimento era verificar se a identificação da paráfrase correta poderia variar de acordo com a natureza referencial do SN sujeito da OR.

##### **4.1. Desenho experimental**

Novamente, trata-se de um experimento caracterizado como ensaio randômico, constituído de somente uma variável independente – a natureza do SN sujeito da OR. Essa variável única possuía três níveis: pronome pessoal dêitico, nome próprio e SN definido. Na ilustração 3, cada uma dessas condições e suas opções de paráfrase são apresentadas.

/
I) Pronome
A menina que você assustou correu.
Paráfrase correta: Você assustou a menina.
Paráfrase incorreta: A menina assustou você.
II) Nome próprio
A menina que Joãozinho assustou correu.
Paráfrase correta: Joãozinho assustou a menina.
Paráfrase incorreta: A menina assustou Joãozinho.
III) SN definido
O aluno que aquela menina assustou correu.
Paráfrase correta: Aquela menina assustou o aluno.
Paráfrase incorreta: O aluno assustou aquela menina.

**Ilustração 3. Exemplos das três condições experimentais da tarefa.**

A variável dependente nesse experimento foi o índice de identificação da paráfrase correta por condição experimental.

#### 4.2. Hipóteses e previsões experimentais

Em acordo com o modelo de Gibson (2001), previu-se que ORs que veiculassem pronomes dêiticos na posição de sujeito apresentariam maiores índices de acertos na identificação da paráfrase correta. Por contraste, as ORs com SN definidos como sujeitos apresentariam o menor número de acertos na identificação correta das respectivas paráfrases. Por fim, esperava-se um nível intermediários de acertos/erros no caso dos nomes próprios, que apresentariam escores maiores do que os SNs definidos, mas inferiores aos dos pronomes.

Embora possa parecer contraintuitivo que crianças do 5º possam ter dificuldades numa tarefa tão simples como a aqui descrita, dados apresentados por, entre outros, Costa et al. (2011) apontaram que infantes precisam de um longo período, até a puberdade, para conseguir processar de maneira completa relações de dependência à longa distância, como as que ocorrem em ORs. Foi essa evidência a motivar o presente design.

#### 4.3. Materiais

O experimento foi composto por 36 sentenças, 4 de cada condição experimental e 24 distratoras. Novamente, dado que a distribuição dos estímulos adotada foi a intra-sujeitos, com medidas repetidas, recorreu-se ao balanceamento no esquema do quadrado latino para que não houvesse repetição de itens lexicais e, assim, que algum participante fosse exposto à exata versão de um estímulo em mais de uma condição experimental. Os estímulos distratores apresentavam diversos tipos de confirmação ou inversão do valor de verdade das sentenças alvo, tais como sinônimos, antônimos e negações.

#### 4.4. Participantes

Participaram do experimento 40 crianças do 5º ano escolar do CIEP Geraldo Reis, o Colégio de Aplicação da UFF, em Niterói. A idade média foi 10 anos e 5 meses. Foi possível distribuir a tarefa para 20 participantes de cada sexo.

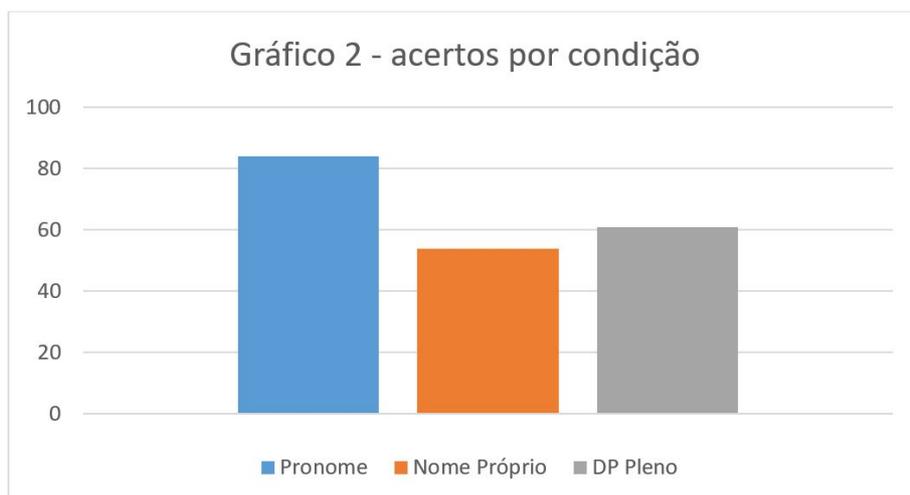
#### 4.5. Procedimentos

Cada participante foi conduzido individualmente a uma sala privada do CIEP Geraldo Reis e recebeu instruções para a realização do experimento, realizando um treinamento composto apenas de estímulos distratores. Após a certificação de que o participante havia compreendido a tarefa, tinha início a aplicação do experimento.

Os participantes recebiam um conjunto e folhas de papel. Cada folha continha a frase alvo e duas propostas de paráfrases, tanto nos estímulos experimentais, como nos distratores. O participante deveria ler, em voz alta, a frase alvo e as propostas de paráfrases para, então, escolher somente uma delas, indicando sua escolha com uma caneta. O tempo médio de realização da tarefa foi 13 minutos. As opções com a paráfrase correta e a incorreta eram ordenadas randomicamente, de modo que a paráfrase correta poderia figurar aleatoriamente como a primeira ou a segunda entre as opções de escolha.

#### 4.6. Resultados e discussão

ORs com pronomes apresentaram 84% de identificação correta de paráfrases, contrastando com somente 54% de acertos na condição SN definido. Nomes próprios registraram 61% de identificações corretas.



Embora SNs definidos (plenos) e nomes próprios apresentem percentuais de acerto diferentes, tal distinção não foi considerada significativa no teste estatístico: ambos foram selecionados pelo participantes de maneira aleatória (nível da chance). Somente a condição pronome pessoal dêitico distinguiu-se das demais na análise do qui-quadrado ( $X^2 = 6,33$ ,  $p < 0.05$ ), indicando uma escolha consistente, para além do nível da aleatoriedade.

Esses resultados, mais uma vez, confirmam as previsões derivadas do modelo de Gibson (2001) e, dessa forma, podem ser interpretados como evidência empírica em favor da hipótese de que ORs de encaixe central (recursivo ou único) tornam-se mais ou menos problemáticas para o processamento psicolinguístico conforme a natureza das expressões nominais presentes no domínio da(s) OR(s). Tais evidências corroboram a interpretação de que fatores relativos à natureza da memória de trabalho humana, com recursos consumidos durante o *parsing*<sup>3</sup>, são responsáveis pela dificuldade de processamento de ORs centrais, possivelmente em associação a outros fatores, como o número de dependências de longa distância não saturadas.

---

<sup>3</sup>*Parsing* é termo técnico da psicolinguística experimental para fazer referência ao processamento cognitivo de sentenças. *Parser* é termo referente ao processador sentencial mental.

## 5. Experimento 3: leitura segmentada automonitorada

O último experimento caracteriza-se como a versão *on-line* das tarefas anteriores. Nele, os participantes tiveram como tarefa a leitura de sentenças que continham orações relativas idênticas às do experimento 2 – portanto, com somente um encaixe central de OR. Os estímulos, nesse tipo de paradigma experimental, são apresentados em segmentos, e não todos de uma vez de maneira global, como no mundo real em textos impressos ou virtuais. Desse modo, torna-se possível aferir o tempo de leitura consumido durante o processamento do segmento que contém a OR, considerando-a isoladamente do restante da sentença. Nesse caso, objetivava-se verificar se o tempo de leitura de uma OR seria variável em função da natureza referencial da expressão nominal presente em seu domínio, na função de sujeito – se pronome pessoal dêitico, nome próprio ou SN pleno definido. O objetivo desse experimento era conferir a possibilidade de ORs com pronomes dêiticos apresentarem latências de leitura menores em relação aos demais tipos de expressões nominais, controlados, naturalmente, fatores outros, como a extensão da relativa em termos de palavras ou sílabas.

### 5.1. Desenho experimental

Mais uma vez, tratou-se de um ensaio randômico, com apenas uma variável independente – a natureza do SN sujeito da OR. Tal variável continha três níveis, projetados nas seguintes condições experimentais: pronome pessoal dêitico, nome próprio e SN definido.

/
<b>I) Pronome</b>
A menina / que você mesmo assustou / correu/ espantada.
<b>II) Nome próprio</b>
A menina / que Mariazinha assustou / correu/ espantada.
<b>III) SN definido</b>
A aluna/ que a menina assustou / correu/ assustada.

**Ilustração 4. Exemplos das três condições experimentais da tarefa.**

As barras inclinadas indicam o limite entre os quatro segmentos apresentados em cada sentença. A medida dependente (variável de resposta) coletada nesse experimento foi o tempo médio de leitura do segmento que continha a OR – chamado de segmento crítico – que, no caso, foi o segundo segmento. Os tempos de leitura do segmento pós-crítico (terceiro segmento, com o verbo da oração matriz) foi também registrado para verificar possível efeito *spill-over*, que ocorre quando um custo de processamento de um segmento é derramado sobre o segmento imediatamente seguinte e, às vezes, somente lá se torna visível.

## 5.2. Hipóteses e previsões experimentais

Pelo exposto nas seções anteriores, é possível entender que, a partir do modelo aqui adotado, deriva-se a previsão comportamental de que ORs com pronomes pessoais dêiticos demandarão latências de leitura menores, uma vez que impõem menos demanda à memória de trabalho humana consumida durante o *parsing*. Por sua vez, SNs referenciais plenos definidos apresentarão as maiores latências, dado que demandam consumo de mais recursos da memória de longo prazo, com a busca lexical, e também da memória de trabalho, coma representação de entidades ativas no universo do discurso presente. Finalmente, tempos médios entre as condições já citadas são esperados para os nomes próprios, em função dos mesmos argumentos apresentados nos experimentos anteriores.

## 5.3. Materiais

O presente experimento foi composto por 36 sentenças, 12 experimentais, 4 de cada condição, e 24 *fillers*, isto é, duas dúzias de estímulos distratores. A distribuição dos estímulos foi intraparticipantes e, por isso, houve balanceamento de sentenças no quadrado latino.

As ORs continham, todas, o mesmo número médio de caracteres (23), apesar de o número de itens lexical em cada condição não poder ser rigorosamente o mesmo, uma vez que o pronome dêitico é um item monossilábico, com dois ou três caracteres apenas. Por isso, uma palavra a mais foi adicionada à condição pronome pessoal dêitico, de modo

que houvesse um equilíbrio entre as três condições em termos de extensão e material físico para leitura.

#### 5.4. Participantes

Deste experimento participaram 20 brasileiros, monolíngues do português. Todos eram alunos do primeiro período de Letras da UFF, 20 indivíduos de cada sexo, com faixa etária média de 19 anos.

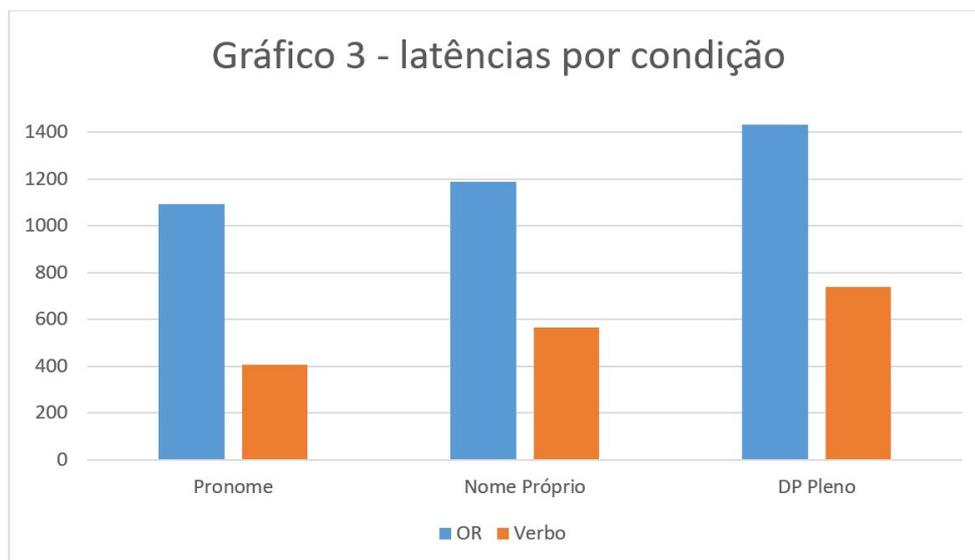
#### 5.5. Procedimentos

Individualmente, cada participante foi conduzido ao Laboratório do GEPEX, onde recebeu instruções para a realização do experimento. Houve um treinamento, diante do experimentador, constituído apenas estímulos distratores. Após a certificação de que o participante havia compreendido perfeitamente a tarefa e a conseguia executar corretamente no computador, ele passa a ficar sozinho no Laboratório e, então, dava início ao experimento.

#### 5.6. Resultados e discussão

Na condição SN definido, foram registradas as maiores latências. Relativas nessa condição foram lidas em médio 1431 milissegundos. Num teste de análise da variância (*one way a Nova*), essa média foi considerada significativamente diferente das latências nas outras duas condições ( $[F_1 (1, 20) = 195,51; p < .05]$ ): nomes próprios atingiram média de 1189 milissegundos, indistintos em termos de significância estatística dos 1092 milissegundos médias da condição pronome dêitico.

Essa tendência de distinção entre a condição “SN pleno” das demais manteve-se, inclusive, quando foram analisadas as latências do segmento pós-crítico – no caso, o verbo da oração matriz. Na condição com SN definido, o verbo da matriz foi lido em médios 738 milissegundos. Interessantemente, quando considerado o segmento pós-crítico, um efeito *spill-over* foi verificado, já que a condição “pronome dêitico” recebeu tempos de leitura significativamente mais rápidos do que as médias da condição “nome próprio”: respectivamente 408 x 567 milissegundos ( $[F_1 (1, 20) = 173,22; p < .05]$ ).



Tais resultados constituem evidência *on-line* em favor das hipóteses de Gibson (2001), considerando-se que o processamento de cada uma das condições experimentais testadas parece variar em função do status referencial do SN que ocupa a função de sujeito de relativa, e não somente em decorrência das estruturas de dependência não local estabelecidas.

## 6. Resultados

Os dados experimentais *off-line* e *on-line* apresentados e discutidos neste texto convergem em favor da hipótese de que o processamento psicolinguístico – e a consequente sensação de (in)aceitabilidade – de ORs encaixadas ao centro, sendo seu encaixe único ou recursivo, é fortemente influenciado por fatores extralinguísticos, notadamente, o custo de manutenção na memória de diferentes entidades do discurso (SNs plenos, nomes próprios, pronomes dêiticos). Tais achados compõem evidência de que a inaceitabilidade universal das ORs de encaixe central recursivo provavelmente decorra das restrições que memória de trabalho humana impõe ao *parser*, e não de fatores de natureza puramente linguística. Isso quer dizer que a rejeição a ORs aninhadas é um fenômeno de performance específico: a representação e a manipulação, na memória, da natureza referencial de SNs envolvidos no processamento de relativas.

Se, por um lado, os dados aqui descritos e interpretados suportam as hipóteses de Gibson (2001) e rejeitam a análise puramente estrutural de Miller & Chomsky (1963), eles não permitem uma distinção entre o modelo de Gibson e o de Gordon et al. (2001).

Com efeito, pronomes dêiticos são diferentes, em termos de morfofonologia e de frequência de ocorrência, de nomes próprios. Nomes próprios, por sua vez, distinguem-se de SN plenos novamente em função de sua massa fônica e de sua frequência. Sendo assim, os modelos de Gibson e de Gordon et al. parecem derivar exatamente as mesmas previsões. Em todo caso, todas as evidências empíricas reunidas em torno do debate sobre ORs de encaixe central recursivo indicam que esse é fenômeno de natureza muito mais psicolinguística do que estritamente linguística.

## Referências

- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: USP, 1976.
- BEVER, T. The cognitive basis for linguistic structures. IN: HAYES, J. (ed.). *Cognition and the development of language*. New York: Wiley, 1970. pp. 279- 362.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- COSTA, J. et al. Subject-object asymmetries in the acquisition of Portuguese relative clauses: adults vs. children. *Lingua* 121.6; 2011.
- COWART, W. *Experimental syntax: applying objective methods to sentence judgments*. London: Sage Publications, 1997.
- GIBSON, E. The Dependency Locality Theory: A Distance-Based Theory of Linguistic Complexity. In: MARANTZ, A.; MIYASHITA, Y. & O'NEIL, W. (Ed.). *Image, language, brain: papers from the first mind articulation project symposium*, Cambridge, Cambridge: MIT Press, 2000. pp. 95-126
- GORDON, P. et al. Memory interference during language processing. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition* 27, 2001. pp. 1411–23.
- INGVE, V. A model and a hypothesis for language structure. *Proceedings of the American Philosophical Society*. Vol. 104, n. 5., 1960. pp. 444-466.
- KENEDY, E. Modelos interativos no processamento de frases: a teoria da dependência local. *Prolingua* (João Pessoa), v. 10, 2015. pp. 150-162.
- KIMBALL, J. Seven principles of surface structure parsing in natural language. *Cognition*, Volume 2, Issue 1, 1973. pp 15-47.
- MACDONALD, M. et al. Lexical nature of syntactic ambiguity resolution. *Psychological Review*, 101: 1994. pp. 676–703.
- MILLER, G.& CHOMSKY, N. Finitary models of language users. In. LUCE, R. et al. (Ed). *Handbook of mathematical psychology*. New York: Wiley, 1963. pp. 419-461.

**Abstract**

In this paper, we present some experimental results concerning the central and recursive embedded relative clauses. Such relative clauses are intriguing because unlike what happens with right recursively embedded relative clauses, central recursively embedded relative clauses are linguistically unprocessable in any natural language. The reasons for such psycholinguistic impossibility are still under debate (see INGVE, 1960, MILLER & CHOMSKY, 1963, MACDONALD ET AL., 1994; GIBSON, 2001 and GORDON et al., 2001, for a historical perspective). The off-line and on-line experimental data presented and discussed here converge in favor of the hypothesis according to which the psycholinguistic processing - and the consequent sense of (in)acceptability - of central embedded relative clauses is strongly influenced by extralinguistic factors, particularly the memory cost for different discourse entities representation. Such findings compose evidence that the universal unacceptability of central (and recursive) relative clauses is probably due to the constraints that human working memory imposes over the parser rather than purely linguistic factors.

**Keywords:** clauses embedding, relative clauses, recursion, central embedding.

## ENSINANDO GRAMÁTICA EM TRÊS EIXOS: CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES

Teaching grammar in three axes: connectives and connection of sentences

Sílvia Rodrigues Vieira (UFRJ)

### Resumo

O presente artigo tem por finalidade desenvolver diretrizes e propostas referentes ao tratamento da conexão de orações no ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica. Para tanto, apresenta, primeiramente, os pressupostos básicos assumidos quanto ao ensino, bem como as concepções de língua/gramática adotadas. Com base nessas concepções, o texto sintetiza a proposta de um “ensino de gramática em três eixos” (VIEIRA, 2014, 2017, 2018). Após a apresentação dos referidos tópicos, ocupa-se, mais especificamente, do tema da conexão de orações, desenvolvendo duas frentes de trabalho: (i) uma de natureza descritiva, em que se apresentam resultados que colaboram na atualização conceitual do tema da conexão; e (ii) outra de natureza mais aplicada, em que se ilustra o tratamento de sub-temas relacionados à conexão de orações, a fim de contribuir com o desenvolvimento de metodologias para o ensino de gramática.

**Palavras-chave:** Ensino; Gramática; Conectivos; Orações.

### Introdução

**T**ratar de questões atinentes ao ensino de Português, dada a inegável importância de promover o letramento de milhões brasileiros, ocupa a agenda não só de profissionais da área – pedagogos e professores dos diversos níveis escolares –, mas também de pesquisadores das mais diversas linhas da Linguística, comprometidos com questões pedagógicas. É nesse contexto que o presente artigo se insere, estabelecendo por finalidade apresentar reflexões, diretrizes e sugestões referentes ao tratamento da conexão de orações no ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica.

A fim de contextualizar a proposta, é preciso delimitar, primeiramente (Seção 1), os pressupostos básicos assumidos quanto ao ensino de Língua Portuguesa, bem como as concepções de língua/gramática adotadas. Com base nessas concepções, o texto sintetiza a proposta desenvolvida no âmbito do Mestrado profissional em Letras (PROFLETRAS), qual seja a de um “ensino de gramática em três eixos” (VIEIRA, 2014, 2017a, 2017b, 2017c, 2018).

Após a apresentação dos referidos pressupostos, o texto ocupa-se, mais especificamente, do tema da conexão de orações (Seção 2) e sua correlação com os três eixos do ensino de gramática. A abordagem empreendida se desenvolve em duas subseções, uma de natureza mais descritiva; e outra de natureza mais aplicada. Primeiramente, apresentam-se resultados de

trabalhos que colaboram na atualização descritivo-conceitual acerca do tema da conexão; em segundo lugar, ilustra-se o tratamento didático de subtemas relacionados à conexão de orações, a fim de contribuir com o desenvolvimento de metodologias para o ensino de gramática.

Por fim, destacam-se os principais pontos da proposta e anunciam-se os desafios a serem perseguidos no campo do ensino de temas gramaticais.

## **1. Pressupostos teórico-metodológicos: gramática e ensino**

### **1.1. Orientações oficiais e abordagens do ensino de gramática**

Para o tratamento pedagógico de temas gramaticais, é necessário, antes do mais, observar as orientações oficiais em relação ao que se concebe como pertinente ao ensino de Língua Portuguesa no país.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998) constituem detalhado documento para orientar as práticas pedagógicas quanto ao ensino. Nos limites do presente artigo, podem ser destacados cinco pressupostos oficialmente assumidos para o Ensino Fundamental: (i) a linguagem deve ser concebida como atividade discursiva, e ensinar Português é, em última instância, dar oportunidade para que os estudantes desenvolvam a competência comunicativa; (ii) o texto, em sua diversidade de gêneros (orais e escritos), constitui o objeto central de ensino; (iii) o tratamento de temas gramaticais deve estar articulado às práticas da linguagem, sendo a metalinguagem – a ser usada com parcimônia e funcionalidade – instrumento de apoio; (iv) os fenômenos da linguagem, dentre os quais se destacam a variação linguística e o combate ao preconceito, devem ser objeto de reflexão; e (v) no que tange à variação linguística, é preciso promover o domínio das chamadas normas urbanas de prestígio, especialmente na modalidade escrita.

Passados cerca de 20 anos da divulgação dos PCN, já se podem avaliar as muitas iniciativas, absolutamente variadas na grande extensão do país, para dar cumprimento às referidas orientações. Embora a pluralidade de experiências não permita aquilatar em detalhe os efeitos do documento, pode-se afirmar que o lugar da gramática nas aulas de Língua Portuguesa ainda parece ser objeto de divergências em termos não só teórico-descritivos, mas também metodológicos.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2016), documento normativo que visa à homogeneização da grade curricular por série do Ensino

Fundamental, prevê quatro eixos a serem sistematicamente trabalhados nas aulas de Língua Portuguesa, quais sejam: (i) oralidade; (ii) leitura/escuta; (iii) produção (escrita e multissemiótica) e (iv) análise linguística/semiótica. Este último “envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão –, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e elementos de outras semioses.” (p. 67). Como se pode observar, é no campo dos chamados conhecimentos linguísticos que se localizam as competências relacionadas ao sistema gramatical, às orientações normativas e à apropriação da modalidade escrita.

Essa breve incursão em dois documentos oficiais é suficiente para demonstrar como está prevista a abordagem do componente linguístico no Ensino Fundamental. A apropriação das referidas orientações para o trabalho com questões gramaticais, entretanto, não parece ter gerado, ainda, uma trajetória que assegure ao profissional da área as ferramentas, os procedimentos e métodos que sejam efetivamente funcionais para o cumprimento das metas estabelecidas.

Nesse sentido, linguistas de linhas diversas – sobretudo da Linguística Aplicada, da Linguística Textual e da Análise do Discurso, tendo em vista a concepção de linguagem priorizada – produziram vasta bibliografia em relação a um ensino de gramática situado em termos discursivos/interacionais. Nessa empreitada, acabou-se por defender que a “gramática contextualizada” (ANTUNES, 2014) ou a “prática de análise linguística” (MENDONÇA, 2006) funcionassem como modelos capazes de resolver malefícios supostamente produzidos pelo tradicional “ensino de gramática”.<sup>1</sup>

Em termos práticos, abordagens diversas, valendo-se dos pressupostos dos documentos oficiais, passaram a conviver nas aulas de Língua Portuguesa, em uma mesma região, em um mesmo bairro e até em uma mesma escola – abordagens que vão do ensino descontextualizado e dedutivo de categorias gramaticais (muitas vezes, a partir de exercícios de metalinguagem pela metalinguagem), passando por outras que levam em consideração temas gramaticais tão-somente quando eles manifestam inequívoco efeito no plano macrotextual<sup>2</sup>, até tratamentos quase exclusivos do componente textual-discursivo mais amplo (no léxico ou na

---

<sup>1</sup> Vieira (2017c) apresenta uma apreciação crítica dessa dicotomia “prática de análise linguística” *versus* “ensino de gramática” conforme proposta de Mendonça (2006, p. 207).

<sup>2</sup> Vieira; Durval (2017) apresenta resultados de uma investigação acerca do lugar da gramática nos *Cadernos pedagógicos do município do Rio de Janeiro*. Com base em índices quantitativos, a análise revela os temas que são trabalhados nas atividades propostas em determinadas séries para toda a rede de escolas públicas da referida cidade.

macroestrutura), sem qualquer abordagem, para além do superficialmente instrumental, de fenômenos gramaticais.

Além de essas abordagens serem distintas quanto à definição dos temas linguísticos a serem contemplados, são igualmente plurais no que se refere ao emprego ou não de sistematização por meio de atividades metalinguísticas. Embora a orientação oficial do uso parcimonioso da metalinguagem tenha sido motivada por uma boa causa – dado o flagrante uso exacerbado de rótulos sem qualquer reflexão gramatical ou aplicabilidade funcional –, algumas práticas pedagógicas acabaram por recusar o trabalho descritivo e o emprego de categorias, equívoco que merece necessária reparação, a nosso ver, em propostas contemporâneas.

A diversidade de abordagens pedagógicas também é patente no que se refere ao trabalho com a variação linguística, tema particularmente destacado nas orientações oficiais. Nesse sentido, as propostas que se observam em materiais e em sala de aula admitem perfis que vão da propagação de um modelo normativo artificial (nos moldes de uma “norma curta”, conforme propõe Faraco, 2008), mais restrito do que o que a própria “norma gramatical” oferece, passando por abordagens que acabam por substituir o conceito de certo e errado pelo de adequado e inadequado embora mantenham práticas semelhantes de cerceamento da variação (já que, por vezes, se limitam a identificar as variantes de prestígio como mais adequadas), até tratamentos que recusam a abordagem de uma norma-padrão.

## 1.2. Pressupostos e proposta para o “Ensino de gramática em três eixos”

Frente a tanta diversidade em termos conceituais e metodológicos, apresentamos, na presente seção, as concepções que adotamos para o ensino de gramática. Nos limites deste artigo, não seria possível detalhar a proposta que intitulamos “ensino de gramática em três eixos” (Cf. VIEIRA, 2014, 2017a, 2017b, 2017c, 2018); sintetizamos, então, seus pressupostos elementares.

Desenvolvida no âmbito do PROFLETRAS, seu princípio basilar é o de que eleger um único quadro teórico-metodológico para o cumprimento dos múltiplos desafios das aulas de Português não é desejável nem sequer produtivo. Isto porque essa eleição contrariaria as próprias descobertas científicas acerca das faces que compõem a exuberância da linguagem/língua. Buscando traduzir, para fins didáticos, as bases elementares dos sistemas linguísticos em uma imagem, pensamos na analogia a um banquinho doméstico como o representado adiante (Figura 1). Constituído de três pés, qualquer deles é tão fundamental

quanto os demais para o equilíbrio e a funcionalidade do objeto. Admitindo propriedades tipológicas presentes em todas as línguas do mundo, consideramos inegável que ao menos três atributos – representados na figura a seguir – caracterizam os sistemas linguísticos.



Figura 1. Representação das propriedades elementares dos sistemas linguísticos

Em consonância com as referidas propriedades, Vieira (2014, 2017, 2018) apresenta proposta que, de forma conciliatória, abrange diversos campos do saber segundo três frentes de trabalho.

Em primeiro lugar (**Eixo I**), a autora defende que a abordagem reflexiva da gramática é necessária para promover a compreensão da sistematicidade inerente a todas as línguas. Nesse sentido, diversos pesquisadores – muitos deles fundamentados nas descobertas da (Psico-)Linguística Experimental, Cognitiva e/ou Formal, como Basso; Oliveira, 2012; Kleiman; Sepulveda, 2012; Costa, 2013; Foltran, 2013; Vieira, 2014, 2017, 2018; Gerhardt, 2016; Avelar, 2017; Oliveira; Quarezemin, 2017; Pilati, 2017; dentre outros – sustentam que a construção do conhecimento gramatical em termos explícitos, provocada por planejada atividade de metacognição, colabora não só para a reflexão teórico-descritiva acerca do sistema linguístico, mas também para o desenvolvimento de competências (nos planos da leitura e da produção) que exijam diferentes graus de complexidade.

O conjunto dessas propostas, em meio a outras diversas, oferece argumentos suficientes para defender que o ensino de gramática cumpre propósitos relevantes ao desenvolvimento do raciocínio científico, o que, a um só tempo, dá acesso a informações (culturais) sobre a língua materna e permite a manipulação da matéria linguística com consciência. Nesse sentido, (...) parece razoável supor que a metacognição em nada pode atrapalhar esse processo e possivelmente o facilite. De todo modo, independentemente de análises experimentais com comprovação empírica dessa correlação, iniciativas que buscam propor e aplicar atividades gramaticais explícitas considerando a língua em uso têm comprovado a eficácia dos procedimentos adotados no sentido de tornar o aprendiz mais autônomo na produção ou na recepção do componente linguístico. (VIEIRA, 2019, p. 72-73)

Essa assunção implica desenvolver atividades de natureza linguística, epilinguística e, ainda, metalinguística – atividades previstas nos PCN e desenvolvidas em Franchi (2006) –, que, de forma transversal, devem estar associadas a outras duas frentes de trabalho complementares. Estas permitem abordar as outras faces da gramática:

sua interatividade, em uma concepção discursivo-interacional, que se revela na instância dos gêneros textuais de circulação social (Eixo II); e sua inegável heterogeneidade, que se revela no conjunto de regras variáveis em uso nas comunidades de fala, nas modalidades discursivas e no contexto sociocomunicativo, conforme asseguram propostas sociolinguísticas (Eixo III). (VIEIRA, 2019, p. 73)

Talvez seja no âmbito do **Eixo II** que tenha sido empreendido maior investimento nas reflexões científicas para o campo pedagógico – cf., por exemplo, Mendonça, 2006; Santos, Riche, Teixeira; 2012; Antunes, 2014; dentre muitos outros. Vieira (2014, 2017, 2018) tem destacado bases analíticas funcionalistas e discursivas para a consideração de fenômenos gramaticais quanto à produção de sentidos. No âmbito funcionalista, Neves (2006), por exemplo, aborda os elementos linguísticos como recursos expressivos na construção do sentido. Assim, o texto é considerado uma unidade de uso, na qual se desenvolvem operações fundamentais, como as de predicação, referenciação, modalização e conexão. No âmbito da abordagem semiolinguística do discurso, Pauliukonis (2007), por exemplo, concebe o texto como um evento em situação dialógica, segundo o contrato comunicativo vigente para os diversos modos de organização textuais. Nesse sentido, interessa descrever o componente gramatical como aquele que é capaz de codificar o mundo segundo operações diversas (identificação; caracterização; processualização; modalização/explicação; relação).

No plano do **Eixo III**, as análises de fenômenos gramaticais que constituem regras variáveis segundo os pressupostos sociolinguísticos – Vieira, Brandão, 2007; Gorski; Coelho, 2009; Faraco, 2008; Martins, 2013; Gorski; Freitag, 2013; Martins; Vieira; Tavares, 2014; Abraçado; Martins, 2014; Zilles; Faraco, 2015; Faraco; Zilles, 2017; dentre outros – também têm sido de fundamental importância para as orientações normativas escolares. A esse respeito, podemos sintetizar, a partir de Faraco, os desafios centrais da área pedagógica no campo do tratamento da variação linguística, quais sejam:

(i) abordagem explícita da diversidade linguística e da avaliação social que a recobre ao tratarmos dos usos orais e escritos da língua. (Cf. FARACO; ZILLES, 2017, p. 176)

(ii) reconhecimento de que “os instrumentos normativos reflitam a norma efetivamente praticada”, assumindo que as variedades cultas são diversificadas e heterogêneas. (Cf. FARACO, 2015, p 8).

Vieira (2014, 2017), desenvolvendo o terceiro eixo, assume que o ensino de Língua Portuguesa, ao lidar com a diversidade de gêneros textuais, precisa necessariamente admitir a face do sistema linguístico como uma manifestação de normas/variedades (cultas e populares). Para tanto, propõe que a noção de contínuos de variação, como os postulados por Bortoni-Ricardo (2005), constitui aporte relevante para a promoção do letramento. Nesse sentido, destaca os contínuos de oralidade-letramento (do mais oral ao mais escrito) e os de monitoração estilística (do mais ao menos monitorado).

Como se pode observar, cada eixo de trabalho objetiva, como propõe a autora, dar conta de questões elementares (Cf. VIEIRA, 2017c, p. 314-315) no tratamento de cada fenômeno linguístico a ser tratado nas aulas de Português, quais sejam:

- a) que elementos/conceitos em termos teórico-descritivos devem ser do domínio do aluno para que o tratamento desse tema gramatical seja bem trabalhado? [Eixo I – Gramática e atividade reflexiva];
- b) qual a relação entre esse tema gramatical e a produção de sentidos no nível textual (leitura ou produção de gêneros diversos da fala e da escrita)? [Eixo II – Gramática e produção de sentidos];
- c) Como esse tema se relaciona ao domínio de normas frente à realidade da variação linguística? [Eixo III – Gramática e normas/variedades]

Embora o desenvolvimento metodológico e a avaliação de propostas didáticas que integrem os três referidos eixos se encontrem ainda em construção, algumas experiências – Souza (2015); Gouvêa (2016); Chagas (2016); Lima (2016); Durval (2017); Almeida (2018) – testaram o referido modelo. Ainda que nenhuma dessas iniciativas tenha abordado o tema específico da conexão de orações, os trabalhos permitem apresentar reflexões acerca da aplicabilidade de cada eixo ao referido tópico por meio dos resultados alcançados e das atividades sugeridas.

## **2. Resultados: conectivos, orações e os três eixos para o ensino de gramática**

As contribuições dos estudos científicos ao tratamento do tema “conexão de orações e conectivos” são diversas, no que se refere não só aos pressupostos teórico-descritivos, mas também aos tipos de estruturas/ítems considerados. Desse modo, não constitui nosso objetivo esgotar o tema nos limites desta seção. Trata-se, aqui, tão-somente de duas frentes de trabalho

que permitem articular pesquisa-ensino no planejamento dos três eixos para o tratamento da conexão de orações: uma de base teórico-descritiva; outra de natureza aplicada.

Assim, nas subseções a seguir, que consideram internamente cada eixo do ensino de gramática, busca-se apontar, primeiramente, elementos essenciais à atualização descritiva/conceitual referente à conexão de termos. Em segundo lugar, apresentam-se atividades e/ou sugestões para o desenvolvimento de metodologias relacionadas ao referido tema.

## 2.1. Atualização descritivo-conceitual

### 2.1.1. Conexão e predicação – Eixo I

Concebendo o trabalho de explicitação e construção do conhecimento gramatical, proposto por Vieira (2014, 2017, 2018) no **Eixo I** para o ensino de gramática, busca-se delimitar, aqui, conhecimentos indispensáveis para a abordagem didática da conexão de termos, de modo a oferecer perspectivas que não se limitem à descrição tradicional.

Seja em um quadro formalista (Cf., por exemplo, DUARTE, 2013), seja em um quadro funcionalista (Cf., por exemplo, NEVES, 2006) – para ficar apenas nessas duas grandes abordagens –, não se pode negar que o estudante necessita ativar seu conhecimento natural acerca de relações gramaticais e hierarquia sintática para construir a abordagem reflexiva/ativa do tema em questão. Nesse amplo universo conceitual, propomos que trabalhar com conexão depende de sistematizar, minimamente, no plano formal, a organização de cenas a partir da grade argumental de predicadores, de modo a identificar papéis temáticos dos elementos participantes exigidos na seleção lexical (argumentos) e as noções circunstanciais/particulares da cena (adjuntos).

Em outras palavras, o conhecimento de predicação (que os professores costumam trabalhar a partir de perguntas feitas ao predicador, seja este verbo ou predicativo) constitui um dos fundamentos para a abordagem da conexão. É necessário depreender que uma organização sintática elementar depende de uma predicação verbal (Sujeito + Verbo pleno + complementos [adjuntos] ou, sinteticamente, S V O [Adj.]) ou nominal (Sujeito + verbo de ligação + predicativo do sujeito ou, sinteticamente, S VL PS). Independentemente da metalinguagem a ser empregada e do método a ser desenvolvido para o alcance dessa generalização, é absolutamente desejável que esse conhecimento seja partilhado pelos estudantes, para que, a

partir dele, se construam as concepções mais elementares de encaixamento/não-encaixamento estrutural ou dependência/independência sintática ou subordinação/coordenação.

Um detalhamento mínimo no plano da dependência sintática ilustra o pressuposto. Delimitados semanticamente os participantes da cena (papéis semânticos) e, por meio dessa delimitação, identificados os elementos subordinados ao predicador, na qualidade de argumentos ou de adjuntos (papéis sintáticos), torna-se possível descrever esses elementos do ponto de vista estrutural (formas dos constituintes). É nessa empreitada que o trabalho didático demonstrará se a coordenação ou a subordinação conecta elementos sintagmáticos simples (sintagmas nominais, preposicionais, adverbiais) ou orações (finitas ou não finitas). O trabalho com a forma dos constituintes permite visualizar, uma vez mais, a sistematicidade da língua no tema da conexão entre elementos, que pode ser assim representada:

(i) No âmbito do predicador verbal:

Argumentos (Complementação verbal): sintagmas simples – SN (1a, 3a) ou SPrep (2a, 3a) ou SAdv (3b) – ou oração completiva (introduzida por conjunção integrante, como em (1b) ou (2b), ou interrogativo indefinido, como em (3c)<sup>3</sup>).

(1a) Os pais querem a felicidade dos filhos.

(1b) Os pais querem que os filhos sejam felizes.

(2a) Os filhos necessitam do amor dos pais.

(2b) Os filhos necessitam (de) que os pais os amem<sup>4</sup>.

(3a) As pessoas moram em regiões montanhosas.

(3b) As pessoas moram lá.

(3c) As pessoas moram onde não mora ninguém.

Adjuntos (Circunstancialização): SAdv (4a), SPrep (4b) ou SN (4c), ou oração adverbial (4d).

---

<sup>3</sup> Para maiores detalhes sobre a interpretação das chamadas orações relativas livres, conferir Duarte (2007, p. 215-216).

<sup>4</sup> Só estão exemplificadas orações completivas correspondentes aos constituintes que exercem, conforme o quadro proposto por Rocha Lima (2006), o papel de complementos relativos, como no exemplo (2), e complementos circunstanciais, como em (3), que se introduzem com conjunções integrantes. Os complementos indiretos (dativos), quando representados por oração, são iniciados pelas preposições “a” ou “para”, seguidas dos chamados interrogativos indefinidos (como em “O aluno agrada ao professor” e “O aluno agrada a quem lhe ensina tudo na vida”).

- (4a) Os alunos estudaram a matéria ontem.
- (4b) Os alunos estudaram a matéria de manhã.
- (4c) Os alunos estudaram a matéria o dia inteiro.
- (4d) Os alunos estudaram a matéria quando o professor pediu.

(ii) No âmbito interno aos sintagmas:

Argumentos (Complementação nominal): SPrep (5a), ou oração completiva de nome (5b).

- (5a) A esperança de dias melhores nos move.
- (5b) A esperança de que os dias serão melhores nos move.

Adjuntos/apostos (Modificação):

adjuntos adnominais (modificação restritiva) - SAdj (6a) ou SPrep (6b) ou oração relativa/adjetiva (6c).

- (6a) Não podemos ter [a casa dourada].
- (6b) Não podemos ter [a casa de ouro].
- (6c) Não podemos ter [a casa que vale ouro].

Apostos (modificação explicativa) – SN (7a, 7c), ou oração relativa/adjetiva explicativa

- (7b), ou substantiva apositiva (7d).
- (7a) Minha filha, um exemplo de fé na vida, me inspira.
- (7b) Minha filha, que é um exemplo de fé na vida, me inspira.
- (7c) O professor destacou uma característica: a dedicação do aluno ao estudo.
- (7d) O professor destacou uma característica: que o aluno é dedicado ao estudo.

Valendo-se apenas da tradicional oposição coordenação *versus* subordinação (ou utilizando outros processos sintáticos relacionais não canônicos<sup>5</sup>), podemos observar que o conhecimento explícito da conexão entre elementos pode ser alcançado por diversos processos indutivos de construção da aprendizagem. Esses processos vão do reconhecimento do elemento predicador e dos constituintes argumentais e adjuntos a ele relacionados, até as formas concretas

---

<sup>5</sup> Não cabe, nos limites do presente texto, apresentar tipologias de relações sintáticas entre palavras, sintagmas ou orações, o que não significa ignorar a relevância de tratamentos científicos que buscam dar conta dos tipos estruturais não canônicos, de modo a trazer à tona a correlação, as estruturas desgarradas, dentre outros tipos que não foram objeto do presente artigo (Cf. DECAT, 2011; RODRIGUES, 2007; 2010; 2013).

desses constituintes (sintagmas simples ou orações de tipos e relações diversas) e dos elementos que os introduzem e conectam, os conectores – preposições, conjunções, pronomes relativos.

### 2.1.2. Conexão, coesão e referenciação – Eixo II

Buscando associar o tema da conexão ao plano mais amplo da produção de sentidos ou dos efeitos discursivos nos textos em que se encontram, podem ser estabelecidos os objetivos que se cumprem no âmbito do chamado **Eixo II** para o ensino de gramática. Trata-se, então, dos efeitos significativos da conexão na instância textual-discursiva. A esse respeito, para além de os elementos que ligam termos estabelecerem conexão gramatical (na qualidade de complementadores/conjunções integrantes ou pronomes relativos), eles promovem diversas relações lógico-semânticas de natureza circunstancial, como se observa na conexão adverbial (na qualidade de conjunções subordinativas adverbiais). Ademais, alguns dos conectores, desempenhando duplo papel simultâneo, atuam como promotores de coesão e referenciação anafórica (pronomes/advérbios relativos) a um só tempo.

Valendo-se de concepções funcionalistas, Neves (2006), em relevante obra sobre a relação texto e gramática, demonstra que “conexão”, “coesão” e “referenciação” são propriedades fundamentais à construção dos sentidos micro e macrotextuais. Nesse sentido, o tema da conexão entre termos constitui uma oportunidade ímpar de trabalhar efeitos semântico-discursivos no âmbito do segundo eixo do ensino de gramática.

A esse respeito, é preciso destacar que, embora o escopo do Eixo II ultrapasse os objetivos do presente texto, ignorar a oportunidade de aliar gramática e texto no âmbito do tema da conexão de orações geraria um indesejável e conhecido efeito negativo, o de a abordagem se limitar à unidade do período/sentença e à listagem descontextualizada dos conectores como privativos de determinadas relações semânticas, listagem que qualquer observação da língua em uso é capaz de contradizer.

### 2.3. Conexão e variação – Eixo III

Para além do exposto, uma proposta didático-pedagógica abrangente – e que concilie as propriedades de sistematicidade, interatividade e heterogeneidade – não pode prescindir do reconhecimento de regras variáveis relativas ao tema da conexão de orações, o que integra os objetivos do chamado **Eixo III** do ensino de gramática.

Nesse sentido, pode-se definir o comportamento de regras variáveis em algumas perspectivas: primeiramente, uma de caráter mais geral, que implicaria conceber a criatividade gramatical, nos termos de Franchi (2006), e contemplar as estruturas simples ou complexas e, ainda, com ou sem conectivos (subordinadas desenvolvidas, reduzidas, justapostas e/ou desgarradas dentre outras; e outra de caráter mais específico, que se desdobraria em diversas regras variáveis relacionadas com cada tipo de oração, o que implicaria observar, também, a diversidade de itens conectivos.

No tratamento de regras variáveis, é preciso valer-se, aqui, de um princípio básico sociolinguístico, que propõe a condição de manutenção de sentido entre as formas alternantes, ou ao menos, considerando a inexistência de sinonímia perfeita, a condição mínima de comparabilidade funcional. Desse modo, é de fundamental importância que o tratamento dos conectores como pertencentes a uma regra variável seja sensível ao contexto textual-discursivo.

Assim, cabe indicar uma face adicional do tratamento variável do tema: a avaliação das formas de conexão como mais ou menos adequadas a determinadas situações sociointeracionais, seja no plano da modalidade (mais oral ou mais escrito), seja no plano do registro (mais ou menos formal/monitorado). A título de ilustração, podemos citar a descrição de uma das regras variáveis relacionadas a tipo de oração, qual seja a das estratégias de relativização, como demonstrado nos exemplos (8), (9) e (10), a seguir.

(8) O livro **de que eu preciso** está na biblioteca (padrão).

(9) O livro **que eu preciso** está na biblioteca (cortadora).

(10) O livro **que eu preciso dele** está na biblioteca (copiadora).

Dando início a um projeto científico intitulado *Contínuos de/em variedades do Português: análises contrastivas*, foi elaborado um banco de textos distribuídos segundo gêneros em um suposto *continuum* de oralidade/letramento e monitoração estilística: textos de concepção mais oral ou mais escrita e, ainda, produzidos em situação de maior/menor monitoração – supostamente mais ou menos formais. O objetivo inicial da composição desse banco de textos – construído com a colaboração de alunos de disciplina de Pós-graduação em Letras Vernáculas no primeiro semestre de 2018 – foi o de servir de material para a descrição do comportamento de fenômenos morfossintáticos variáveis<sup>6</sup> em diversas instâncias de

---

<sup>6</sup> Os fenômenos estudados foram os seguintes: estratégias de indeterminação do sujeito (clítico se, formas pronominais, expressões nominais); preenchimento do objeto direto (clítico, zero, SN, pronome reto);

expressão de variedades cultas. Para tanto, foram contemplados dez gêneros textuais: entrevistas sociolinguísticas (*Corpus concordância*)<sup>7</sup>; tirinhas; entrevistas impressas (em jornais ou revistas); anúncios; cartas de leitor; crônicas jornalísticas; notícias; editoriais; teses/dissertações da área da Comunicação Social; artigos em revistas científicas também da área da Comunicação Social).

A título de ilustração, os resultados obtidos para o fenômeno das estratégias de relativização no referido projeto<sup>8</sup> são esclarecedores: os indivíduos, todos com escolaridade superior (representativos, portanto, de um dos critérios de reconhecimento da chamada fala culta), utilizam a relativa cortadora e a padrão<sup>9</sup> em índices que vão de 0 a 100% em função do gênero textual. Assim, a estratégia padrão é a opção preferencial no pólo extremo do letramento e da maior monitoração, e a cortadora, no pólo extremo da oralidade e da menor monitoração.

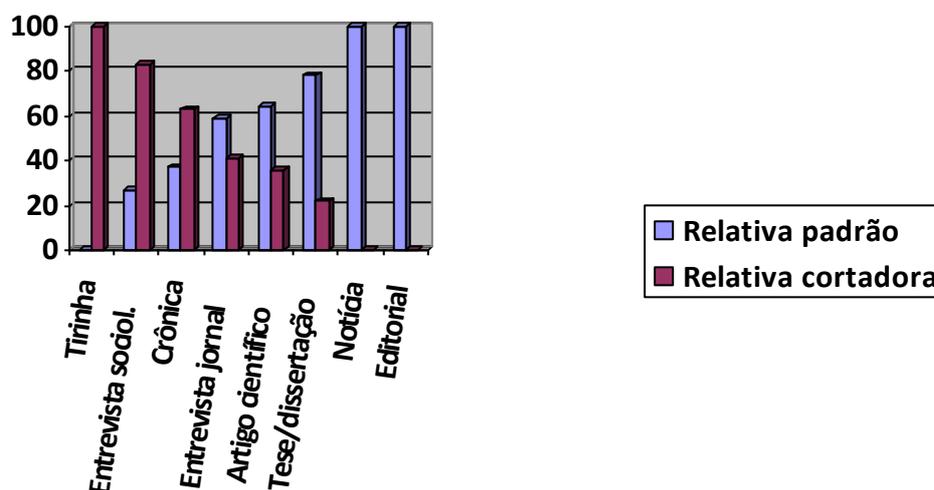


Figura 2. Distribuição das estratégias de relativização segundo o continuum fala-escrita (Mallmann; Garcia; Silvestre, 2018)

O acesso a resultados científicos relativos ao comportamento das regras variáveis é fundamental para a proposição de atividades/procedimentos pedagógicos. O caso do tema das estratégias de relativização, que serviu de exemplo, demonstra que (i) a variedade culta reúne,

preenchimento do objeto indireto/dativo (clítico *lhe(s)*, zero, *a/para ele*, *a + SN*); colocação pronominal (próclise, ênclise, mesóclise); expressão de futuro (forma analítica, forma simples, presente do indicativo); construções existenciais (*ter X haver*); orações relativas (cortadora, copiadora, padrão).

<sup>7</sup> Para maiores detalhes sobre o banco de dados Concordância, consultar [www.corporaport.letras.uff.br](http://www.corporaport.letras.uff.br).

<sup>8</sup> O tratamento das estratégias de relativização foi realizado pelas pós-graduandas Adriana Cristina Lopes Gonçalves Mallmann; Juliana Cristina Vasconcellos Garcia; e Rachel Escobar Silvestre.

<sup>9</sup> Não foi registrada qualquer ocorrência da variante copiadora, o que se relaciona ao fato de essa variante ser limitada a um contexto discursivo específico de retomada anafórica de referentes postos em destaque.

na realidade, um conjunto de usos variáveis; e (ii) a norma-padrão utilizada na escola precisa ser sensível ao perfil dessas normas de uso.

Desse modo, no âmbito do Eixo III, é preciso levar em conta não só a diversidade de usos dos conectores/tipos de conexão, mas também os contextos produtivos de sua utilização. Com base nessa empreitada, será possível oferecer orientações normativas consoante avaliação da circulação social das formas alternantes.

## 2.2. Conectivos, orações e desenvolvimento de metodologias

Com base no escopo de cada eixo para o ensino de gramática discutido na seção anterior, o planejamento de atividades e métodos para o trabalho pedagógico com a conexão sintática não pode prescindir da definição dos objetivos a serem alcançados com a abordagem desse tema.

Assim, antes do mais, propomos que um primeiro procedimento de fundamental relevância para o planejamento didático seja o de natureza diagnóstica: realizar o levantamento do conhecimento prévio dos estudantes não só quanto às noções descritas no âmbito do Eixo I, mas também quanto ao uso das estratégias de conexão mais empregadas pelos alunos, no âmbito do Eixo III. A depender dos resultados dessa diagnose, entende-se que será possível estabelecer com embasamento os objetivos de cada unidade, aula ou atividade didática.

De todo modo, no plano hipotético e global do ensino de conexão entre termos, propõe-se, como algumas das metas a serem desenvolvidas na Educação Básica, levar o aluno a:

- a) no plano do Eixo I: construir e sistematizar, da forma mais integrada possível, o conhecimento gramatical dos seguintes temas: predicação (S V O (Adj) / S VL PS); relações de dependência e independência sintática; estruturas sintagmáticas simples e oracionais (com ou sem conectivos); elementos conectivos;
- b) no plano do Eixo II: reconhecer e desenvolver, em atividades de leitura e de produção textual, os efeitos diversos da conexão na construção da coesão gramatical (complementação; circunstancialização; modificação) e referencial (no caso da retomada instaurada pelos advérbios/pronomes relativos); e
- c) no plano do Eixo III: reconhecer e manipular a existência de regras variáveis no que se refere à conexão, além de identificar o prestígio/desprestígio das variantes em função

dos contínuos de variação; além de, por fim, conscientizar-se quanto aos limites da descrição tradicional no que tange à lista descontextualizada de conectores.

Embora não se disponha, ainda, de uma sequência didática específica sobre o tema nem sobre os diversos subtemas a ele relacionados, atividades planejadas ou experimentadas em alguns trabalhos acadêmicos oferecem sugestões para o cumprimento das metas ora elencadas.

No que se refere ao desenvolvimento dos objetivos específicos do **Eixo I**, diversos pesquisadores têm envidado esforços no sentido de desenvolver metodologia para promover o conhecimento da sistematicidade que envolve a construção da gramática da língua, como um todo, e da sentença, em particular. Partindo de metodologias diferentes, podem-se citar ao menos três iniciativas: Oliveira e Quarezemin (2016); Gerhardt (2016); Pilati (2017). Oliveira e Quarezemin (2016), além de apresentarem os pressupostos teóricos de sua proposta de “gramáticas na escola”, elaboram atividades didáticas para a referida construção do conhecimento gramatical. Gerhardt (2016), com base em pressupostos das ciências cognitivas, propõe o “desenvolvimento metacognitivo e metalinguístico dos aprendizes” (p. 7); a autora, além das bases conceituais e das reflexões acerca da proposta, apresenta seção de exercícios – dentre os quais contempla “as palavras na organização dos textos”, a “estrutura argumental” e, ainda, a “articulação de sentenças” – para a promoção do chamado letramento linguístico. Pilati (2017)<sup>10</sup>, articulando “conhecimentos linguísticos” e “metodologia de ensino baseada na aprendizagem ativa”, define e desenvolve oficinas de temas gramaticais. Esse conjunto de propostas – articulando ou não o plano das sentenças e o plano textual – tem oferecido, sem dúvida, contribuições para o avanço teórico-metodológico na área do ensino de gramática.

Em propostas didáticas baseadas no “ensino de gramática em três eixos” (VIEIRA, 2014; 2017; 2018), alguns trabalhos, tratando de outros temas gramaticais e não exatamente o da conexão de orações, propõem atividades relacionadas ao plano da construção da sentença. A título de ilustração, Chagas (2016, p. 148-149), desenvolvendo estudo dirigido acerca da concordância verbal de terceira pessoa plural, propõe atividade específica para a identificação dos participantes da predicação. Mendes (2018), em trabalho relativo ao tema da regência verbal, elabora uma sequência de atividades também segundo a proposta dos três eixos para o ensino de gramática.

---

<sup>10</sup> Cabe destacar, ainda, a proposta de Eloisa Pilati, em curso, de construção de material concreto para a construção/explicação do conhecimento gramatical.

No âmbito da conexão e construção de sentidos (**Eixo II**), propostas didáticas – que tentam associar a abordagem reflexiva da gramática ao plano textual – esforçam-se por contemplar (i) as relações lógico-semânticas entre enunciados em textos de diversos gêneros; (ii) a dependência semântica entre enunciados, o que se revela em orações sem síndetos ou por meio da atuação de conectores; (iii) a observação de mesmos conectores com sentidos diferentes a depender do enunciado; e (iv) o uso de conectores como operadores argumentativos, modalizadores, referenciadores.

A título de ilustração, um trabalho de fim de disciplina do Mestrado Profissional em Letras-UFRJ (CARDOSO *et alii*, 2017)<sup>11</sup>, considerando especificamente as orações adverbiais, desenvolveu uma sequência de atividades a fim de levar o aluno a perceber os elementos argumentais e adjuntos do predicador verbal, situando os referidos expedientes gramaticais como recursos que auxiliam na construção do sentido.

Para essa tarefa, as professoras-pesquisadoras propõem a leitura do conhecido anúncio do chocolate “Baton”, em versão impressa, e promovem, com base em atividade epilinguística, o reconhecimento dos termos argumentais relacionados ao verbo “comprar”, a partir da sentença “Compre batom”. Após essa tarefa, solicitam aos alunos que ampliem o enunciado com orações que agreguem informações circunstanciais, como em “Compre baton quando.../ porque.../ se...”.

Em seguida, outra atividade, focando a leitura e a interpretação do texto com produção de respostas a questões discursivas, vale-se da canção “À primeira vista”, de Chico César, composição toda estruturada com orações subordinadas adverbiais temporais introduzidas pelo conector “quando”, seguidas de oração principal. Assim, as questões permitem identificar a relação de temporalidade de cada atitude em relato (como na frase “Quando não tinha nada, eu quis” ou “quando tudo era ausência, esperei”), além de reconhecer a função adverbial e a presença do conector subordinativo.

Outro trabalho (CANAVEZES *et alii*, 2017)<sup>12</sup>, utilizando a abordagem reflexiva de temas gramaticais, demonstrou ser possível explorar a conexão entre orações (também adverbiais) no âmbito do Eixo II. O objetivo geral das atividades propostas foi o de desenvolver

---

<sup>11</sup> Ana Paula dos Santos Cardoso; Carla Bento; Cássia Casaes; Tamara Alcoforado; Vanessa Reis, alunas do PROFLETRAS, desenvolveram o referido trabalho, durante o segundo semestre de 2017, em disciplina ministrada pelas Professoras Filomena Varejão e Silvia Rodrigues Vieira.

<sup>12</sup> Este trabalho foi desenvolvido pelos estudantes Amanda Canavezes; Ghabriela Carneiro, Marcelle Benetti, Thaís Montenegro e Vitor Lima de Oliveira, como atividade final da disciplina *Ensino de Língua Portuguesa*, ministrada pela Professora Filomena Varejão, no segundo semestre de 2017, em curso de Licenciatura da Faculdade de Letras da UFRJ.

a compreensão do sentido das referidas orações, em um contexto micro e macroestrutural, por meio de diferentes gêneros textuais, todos envolvendo a temática específica referente a “suspense”. A sequência didática em questão foi planejada de modo a se desenvolver em três aulas, da seguinte forma:

AULA 1: Introduzir o tema e trabalhar as orações subordinadas adverbiais causais, finais e temporais com um texto do gênero notícia.

AULA 2: Retomar as orações subordinadas adverbiais por meio de uma atividade com microcontos e introduzir as orações subordinadas adverbiais condicionais com uma animação (*Gravity Falls*: um verão de mistérios).

AULA 3: Revisar as orações subordinadas adverbiais por meio do jogo *Black Stories* e realizar proposta de redação.

No que se refere à utilização do “Black Stories” na Aula 3, cabe informar que se trata de um jogo cujo objetivo é adivinhar o que aconteceu numa cena de crime ou enigma macabro. O narrador lê cartões com cenas da história e os investigadores fazem perguntas ao narrador sobre as cenas em questão. A atividade envolve, portanto, o teor da narrativa e o reconhecimento de circunstâncias adverbiais (além de sua importância para a solução do enigma). Ademais, na proposta de redação final, os autores solicitam que os alunos, valendo-se do tema suspense e das “cartas-histórias” do referido jogo, utilizem produtivamente as orações subordinadas adverbiais, com noções de tempo (quando se passa a história; acontece simultaneamente, antes ou durante algum fato, etc.); finalidade (o que levou o(s) personagem(s) a efetuar certo ato e com qual objetivo); causa (por quais motivos os fatos ocorreram); condição (cogitações que podem ou não mudar o curso da história).

Embora não seja possível detalhar a referida proposta nos limites do presente texto, é possível perceber que o conjunto de atividades planejado permite não só trabalhar as construções adverbiais, conforme já proposto no Eixo I, mas também associar tais construções aos efeitos da contextualização da narrativa.

Por fim, contemplando os objetivos do **Eixo III**, que visa a articular gramática e variação linguística, o planejamento de atividades depende, como já se afirmou anteriormente, do conhecimento das normas de uso. Assim como demonstrado no estudo das estratégias de relativização, é preciso que o professor permita ao aluno observar o *continuum* de variação e

identificar as formas mais produtivas em cada porção de fala/escrita por meio de atividades com os dados em questão.

A título de ilustração, Cardoso *et alii* (2017) também abordaram as orações comparativas e, de forma específica, os conectivos que as introduzem, tais como “tipo”, “que nem”, “como”, dentre outros. No conjunto de atividades propostas, as autoras declaram que, por meio de atividades epilinguísticas, objetivaram conduzir o aluno a uma reflexão referente aos diversos conectores comparativos que podem equivaler ao “como”, e os diferentes contextos em que se costuma usar cada um deles. Atividades como essas, segundo as autoras, permitem que os alunos percebam que suas escolhas linguísticas estão relacionadas ao contexto comunicativo em que se encontram e que determinadas situações interacionais exigirão maior ou menor grau de monitoração.

Valendo-se da leitura de uma postagem em redes sociais (“meme”), em que a antiga personagem de telenovela brasileira, Nazaré Tedesco, descreve uma crise de ansiedade de forma comparativa (“Crise de ansiedade é uma delícia né... é tipo ter um maçarico ligado dentro de vc, um liquidificador no estômago e um pulmão de 99 asmático”), as professoras-pesquisadoras solicitam ao aluno o reconhecimento da comparação e do conector comparativo.

Em seguida, por meio da análise comparativa dos períodos “Crise de ansiedade é tipo ter um embrulho no estômago”, “Crise de ansiedade é que nem ter um embrulho no estômago” e “Crise de ansiedade é como ter um embrulho no estômago”, a sequência introduz a regra variável de conexão comparativa e o valor social das formas alternantes, de modo a trabalhar a correlação entre monitoração estilística e seleção do conector. Desse modo, é possível perceber que alguns conectores – como “tipo”, “que nem” – são mais empregados em situações menos monitoradas, enquanto o emprego de “como” seria menos marcado e, assim, mais amplo. Com base no encaminhamento das atividades, os autores estimulam o aluno a avaliar a pertinência do uso do conector comparativo “tipo” em gênero do tipo meme, ao contrário do que ocorreria em outros gêneros textuais.

Com base em atividades como essas, entendemos ser possível trabalhar as restrições e as avaliações quanto ao uso de conectores e tipos de conexão em um suposto *continuum* de gêneros textuais de circulação social.

### **3. Considerações finais**

Objetivando apresentar reflexões sobre o ensino de gramática aplicado ao tema da conexão de termos, o presente texto mapeou as orientações oficiais relativas aos objetivos da área pedagógica de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, os pressupostos teóricos assumidos em correntes da Linguística contemporânea, para, por fim, sintetizar a proposta do Ensino de gramática em três eixos (VIEIRA, 2014, 2017, 2018).

Com base em resultados científicos e em experiências de propostas de atividades didáticas desenvolvidas por estudantes e professores de Língua Portuguesa, espera-se que se tenham apresentado contribuições no que se refere a dois campos de atuação: (i) a sistematização conceitual e descritiva dos fenômenos gramaticais, o que implica acomodar contribuições das diversas linhas de pesquisa com necessária pluralidade teórica; e (ii) a proposição de atividades didáticas que suscitem o desenvolvimento de metodologias para o ensino de temas gramaticais.

Em linhas gerais, podemos destacar o êxito do exercício de construção das estratégias pedagógicas segundo os três eixos propostos, quanto aos seguintes aspectos: (i) a promoção do conhecimento gramatical explícito, sempre a partir de construção indutiva das concepções – do linguístico e epilinguístico ao metalinguístico (Eixo I); (ii) a testagem e apreciação das possibilidades de engajamento gramática-texto (Eixo II); e a ampliação do repertório dos alunos em termos de variação e normas linguísticas (Eixo III).

Por fim, e talvez o mais importante, as experiências de o próprio professor elaborar, experimentar e avaliar os métodos para o ensino cientificamente embasado – em caminho que se pode considerar compatível com os procedimentos sugeridos em uma pesquisa-ação – devem ser levadas a cabo, de modo a permitir não só o trabalho pedagógico, mas também a construção do conhecimento teórico-metodológico a partir desse fazer, em um exercício diário do desejável papel de professor-pesquisador.

### **Referências Bibliográficas**

ANTUNES, I. *Gramática contextualizada: limpando ‘o pó das idéias simples’*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 160 p.

AVELAR, J. O. de. *Saberes gramaticais: formas, normas e sentidos no espaço escolar*. São Paulo: Parábola, 2017. 128 p.

BASSO, R. M.; OLIVEIRA, R. P. Feynman, a Linguística e a curiosidade revisitada. *Matraga*, v. 19, n. 30, p. 13-40, 2012.

BORTONI-RICARDO, S. M. Um modelo para a análise sociolinguística do português brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, Cap. 4, p. 39-52.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versãorevista.pdf>> Acesso em: 12. set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 12. set. 2018.

CANAVEZES, A; CARNEIRO, G.; BENETTI, B.; MONTENEGRO, T; OLIVEIRA, V. L. de. 2017. *Orações subordinadas adverbiais: um caso a ser desvendado*. Trabalho de fim de disciplina (Licenciatura em Letras) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

CARDOSO, A. P. dos S. C.; BENTO, C.; CASAES, C.; ALCOFORADO, T.; REIS, V. 2017. *Orações adverbiais e o discurso*. Trabalho de fim de disciplina (PROFLETRAS) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

CHAGAS, D. S. *Concordância verbal de terceira pessoa: descrição sociolinguística e proposta pedagógica em turmas do ensino fundamental*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

CHAGAS, D. S. Concordância verbal: estratégias para o trabalho com os três eixos para o ensino de gramática. In: VIEIRA, S. R. (org.) *Gramática, variação e ensino: diagnose & propostas pedagógicas*. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Blucher, 2018. (no prelo)

COSTA, J. Desenvolvimento da linguagem e ensino de língua materna. In: MARTINS, M. A. (org.) *Gramática e ensino*. Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino, volume I. Natal: EDUFRRN, 2013. p. 205-224.

DECAT, M. B. N. *Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. 157 p.

DUARTE, M. E. L. Coordenação e subordinação. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.) *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 205-223.

DUARTE, M. E. L. O papel da Sociolinguística no (re)conhecimento do Português Brasileiro e suas implicações para o ensino. *Revista Letra*. Ano VIII, v. 1 e 2, p. 15-30, 2013.

DURVAL, L. F. da S. Uma experiência com o futuro do presente: reflexão linguística, variação e ensino. In: VIEIRA, S. R. (org.) *Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras: UFRJ, 2017. [e-book]

FARACO, C. A. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES; A. M. S.; FARACO, C. A. (orgs.) *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015. p. 19-30.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

FOLTRAN, M. J. Ensino de sintaxe: atando as pontas. In: MARTINS, M. A. (org.) *Gramática e ensino*. Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino, volume I. Natal: EDUFRN, 2013. p. 163-184 .

FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FREITAG, R. A mudança linguística, a gramática e a escola. *Revista Percursos*, v. 18, n. 37, p. 61-91, 2017.

GERHARDT, A. F. *Ensino de gramática e desenvolvimento metalinguístico: teorias, reflexões e exercícios*. Campinas, SP: Pontes, 2016.

GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. Variação linguística e ensino de gramática. *Working papers em Linguística*, 10 (1), p. 73-91, 2009.

GORSKI, E. M.; FREITAG, R. M. K. O papel da sociolinguística na formação dos professores de língua portuguesa com língua materna. In: TAVARES, M. A.; MARTINS, M. A. (orgs.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de língua portuguesa*. Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino, volume V. Natal: EDUFRN, 2013. p. 11-52.

GOUVÊA, I. P. *Variação das formas interlocutivas de segunda pessoa: estratégias pedagógicas*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

KLEIMAN, A. B.; SEPULVEDA, C. *Oficina de gramática. Metalinguagem para principiantes*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2012. 170 p.

LIMA, M. D. A. de O. *Quadro de pronomes pessoais na escola: diagnose e proposta pedagógica 2017*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

MALLMANN, A. C. L. G.; Garcia, J. C. V.; SILVESTRE, R. E. *Variação em estratégias de relativização no Português Brasileiro*. 2018. Trabalho de fim de disciplina (Pós-graduação em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

MARTINS, M.; VIEIRA, S.R; TAVARES, A. (orgs.) *Ensino de Português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014. 170 p.

MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (orgs.). *Mapeamento sociolinguístico do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. 336 p.

MENDES, E. R. dos S. Ensino de regência verbal nas aulas de português: da atitude transmissiva à intervenção contextualizada. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

MENDONÇA, M. R. de S. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (orgs.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006. p. 199-226.

NEVES, M. H. M. Texto e gramática. São Paulo: Contexto, 2006. 335 p.

OLIVEIRA, R. P. de; QUAREZEMIN, S. *Gramáticas na escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 183 p.

PAULIUKONIS, M. A. L. Texto e contexto. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.). Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. p. 237-258.

PILATI, E. *Linguística, gramática e aprendizagem ativa*. Campinas: Pontes, 2017. 145 p.

ROCHA LIMA, H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. 553 p.

RODRIGUES, V. Correlação. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.) Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. p. 225-235.

RODRIGUES, V. (org.) *Articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 182 p.

RODRIGUES, V. (org.) *Gramaticalização, combinação de cláusulas, conectores*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. 159 p.

SANTOS, L. W. dos; RICHE, R. C.; TEIXEIRA, C. de S. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2012. 190 p.

SOUZA, D. da S. *Estratégias de indeterminação do sujeito: uma proposta pedagógica para o ensino de gramática*. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

VIEIRA, S. R. Sociolinguística e ensino de português: para uma pedagogia da variação linguística. In: TAVARES, M. A.; MARTINS, M. A. (orgs.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de língua portuguesa*. Coleção Ciências Aplicadas ao Ensino, volume V. Natal: EDUFRN, 2013. p. 53-90.

VIEIRA, S. R. *Orientações oficiais para o ensino de gramática: uma proposta em três frentes de trabalho*. Trabalho apresentado no V Encontro Nacional das Licenciaturas, Natal/RN, 8 a 12 de dezembro, 2014.

VIEIRA, S. R. Três eixos para o ensino de gramática: uma proposta experimental. In: NORONHA, C. A.; SÁ JR., L. A. de. (orgs.) *Escola, ensino e linguagem* [recurso eletrônico]. Natal-RN: EDUFRN, 2017a. <<http://repositorio.ufrn.br>>

VIEIRA, S. R. Três eixos para o ensino de gramática. In: Vieira, S. R. (org.) *Gramática, variação e ensino: diagnose & propostas pedagógicas*. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2017b.

VIEIRA, S. R. Prática de análise linguística sem ensino de gramática? Reflexões e propostas. In: ATAÍDE, C. A. de *et alii* (org.) *Gelne 40 anos. Vivências teóricas e práticas nas pesquisas em Linguística e Literatura*. São Paulo: Blucher, 2017c. p. 299-318.

VIEIRA, S. R. (Org.) *Gramática, variação e ensino: diagnose & propostas pedagógicas*. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Blucher, 2018.

VIEIRA, S. R. Objetivos pedagógicos e níveis gramaticais: um olhar sobre o ensino de Língua Portuguesa. In: PILATI, Eloisa; NAVES, Rozana, SALLES, Heloisa (Orgs.) *Novos olhares para a gramática na sala de aula: questões para estudantes, professores e pesquisadores*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 67-91.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. 262 p.

VIEIRA, S. R.; DURVAL, L. F. O tratamento do componente gramatical nos cadernos pedagógicos da rede municipal de ensino: breve diagnose. In: VIEIRA, S. R. (Org.) *Gramática, variação e ensino: diagnose & propostas pedagógicas*. 2 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Blucher, 2018, p. 7-22.

ZILLES; A. M. S.; FARACO, C. A. *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015. 320 p.

#### **Abstract**

This article aims to develop proposals regarding the treatment of the connection of sentences in the teaching of Portuguese in Basic Education. In order to do so, it presents, firstly, the basic and general assumptions regarding the teaching of Portuguese Language, as well as the conceptions of language / grammar adopted. Based on these conceptions, the text synthesizes the proposal of a "grammar teaching in three axes" (VIEIRA, 2014, 2017, 2018). After presenting these topics, it deals specifically with the topic of connecting sentences, developing two proposals: (i) one of a descriptive nature, in which results about connection of sentences are presented in order to collaborate in updating conceptual framework; and (ii) a more applied one, which illustrates the treatment of sub-themes related to the connection of sentences, in order to contribute to the development of methodologies for grammar teaching.

**Keywords:** Teaching; Grammar; Connectives; Sentences.

## CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS: UMA ABORDAGEM COGNITIVA E MULTIMODAL

Conditional constructions:  
a cognitive and multimodal approach

Lílian Ferrari (UFRJ)

### Resumo

Este trabalho enfoca construções condicionais do Português Brasileiro, sob a perspectiva teórica da Linguística Cognitiva. Com base na classificação proposta por Dancygier & Sweetser (2005), baseada no modelo dos espaços mentais, a análise busca caracterizar as construções condicionais conjugando aspectos cognitivos e multimodais. Os resultados indicam que padrões gestuais específicos ocorrem, de forma sistemática, associados a diferentes tipos de condicionais. Esses achados representam uma contribuição relevante para a investigação cognitivista das condicionais, na medida em que acrescentam evidência independente, de natureza multimodal, para uma tipologia inicialmente proposta apenas com base na estrutura linguística.

**Palavras-chave:** construções condicionais; cognição; multimodalidade.

### Introdução

A investigação de construções condicionais faz parte de uma ampla tradição de estudos, fundamentada inicialmente na filosofia da linguagem e na lógica. No âmbito da linguística, as construções condicionais foram abordadas por diferentes vertentes teóricas, abarcando pesquisas formalistas de base gerativa (IATRIDOU, 2000; BHATT & ROUMANIA, 2006), estudos na área de universais e tipologia (COMRIE, 1986), além de investigações funcionalistas, como as reunidas no livro organizado por Ford & Thompson (1986).

Sob a perspectiva cognitivista, os estudos pioneiros de Fillmore (1990) e Sweetser (1990) lançaram as bases para o tratamento do assunto. Posteriormente, Dancygier & Sweetser (2005) apresentaram uma análise detalhada das condicionais [If P, Q] do inglês, reenquadrando as propostas iniciais nos termos da Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER 1994, 1997). A tipologia proposta caracterizou três tipos principais de estruturas, classificadas como condicionais de conteúdo, epistêmicas e pragmáticas; a classificação leva em conta a relação estabelecida entre os espaços condicionais (denominados Fundação e Expansão), ativados pela prótase P e apódose Q, respectivamente.

Essa caracterização tornou-se possível a partir da associação entre aspectos formais (estrutura modo-temporal) e características semântico-pragmáticas. Em que pese seu papel fundamental no estabelecimento de uma classificação cognitivista das condicionais, uma descrição pautada apenas em pistas linguísticas pode ser considerada circular, já que a estrutura linguística é tomada como evidência da relação cognitiva entre espaços condicionais, ao mesmo tempo em que a relação cognitiva entre espaços condicionais é confirmada linguisticamente.

Considerando esse panorama analítico, e visando a contribuir para seu aprimoramento, o presente trabalho busca ampliar o escopo de investigação cognitivista das condicionais, enfocando recursos multimodais (gestos manuais, de cabeça, etc.) que acompanham a produção dessas construções. A análise baseia-se em vídeos referentes a noticiários televisivos, retirados do *RedHen, Brasil*, que é parte do projeto internacional *Distributed Little RedHen Lab*, codirigido por Francis Steen e Mark Turner e sediado na *University of California, Los Angeles* (UCLA). Com base nas condicionais identificadas nos dados, argumenta-se que os gestos que acompanham essas construções refletem figurativamente (de forma metafórica ou metonímica) as relações entre espaços condicionais propostas na literatura cognitivista.

O trabalho está organizado em duas seções principais. A seção 1 enfoca os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa. A seção 2 apresenta a análise, na qual a classificação cognitivista das condicionais é revisitada à luz de uma abordagem multimodal. Os resultados evidenciam que diferentes tipos de condicionais são associados a gestos específicos, corroborando as relações entre espaços identificadas anteriormente na literatura, com base na estrutura linguística.

## **1. Pressupostos teórico-metodológicos**

Nesta seção, os pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa são apresentados. Na subseção 1.1, a abordagem cognitivista das condicionais, proposta por Dancygier & Sweetser (2005), é detalhada. A subseção 1.2 discute o papel dos gestos que acompanham a fala, destacando os gestos metafóricos. A subseção 1.3 detalha aspectos metodológicos que fundamentam a pesquisa, caracterizando a plataforma *RedHen Lab*, que fornece dados videogravados de noticiários televisivos em várias línguas. Em especial, a subseção descreve a plataforma *RedHen, Brasil*, de onde foram retirados os dados videogravados para a presente pesquisa.

### **1.1. A abordagem cognitivista das condicionais**

Na lógica, as condicionais são definidas como implicações materiais, que estabelecem uma relação entre duas proposições – a prótase (P) e a apódose (Q) -, com base nos valores “verdadeiro” ou “falso”.<sup>1</sup> No que se refere às línguas naturais, entretanto, vários estudos têm argumentado que as condicionais não pertencem ao domínio estático da lógica matemática, mas ao domínio dinâmico do discurso, em que indivíduos com diferentes sistemas de crença se confrontam (Comrie, 1986; Akatsuka 1986; Van der Auwera, 1986).

Mais recentemente, a investigação das condicionais ganhou tratamento cognitivista, a partir da Teoria dos Espaços Mentais. Nos termos de Fauconnier (1994), domínios cognitivos locais – os chamados espaços mentais – são construídos à medida que o discurso se desenvolve. No caso das condicionais, a proposta é que a prótase condicional, introduzida pela conjunção “se”, cria um espaço *Fundação (P)*, que estabelece o enquadre para a interpretação semântica do espaço *Expansão (Q)*. Esse padrão pode ser ilustrado no exemplo a seguir:

(1) Se fizer calor, José viajará.

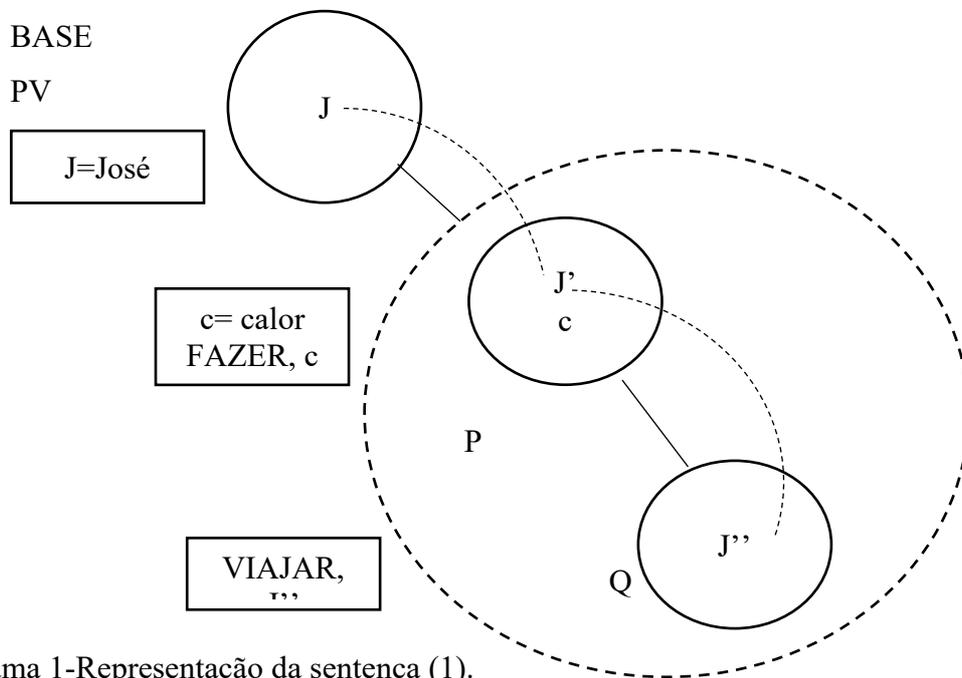


Diagrama 1-Representação da sentença (1).

O Diagrama 1 representa a construção cognitiva da condicional, a partir do espaço Base

<sup>1</sup>As combinações lógicas possíveis são: (i) *p* e *q* são ambos verdadeiros; (ii) *p* e *q* são ambos falsos ou (iii) *p* é falso e *q* é verdadeiro. A única possibilidade que é excluída é *p* ser verdadeiro e *q* ser falso.

(B), que é o Ponto de Vista (PV) a partir do qual os espaços Fundação P e Expansão Q são criados. O exemplo constitui uma condicional de conteúdo (SWEETSER, 1990; DANCYGIER & SWEETSER, 2005), que se caracteriza por estabelecer uma relação condicional e causal entre os eventos descritos, de modo que Q sucede P. Além disso, ambos os eventos são futuro em relação ao PV do falante que, por *default*, está na Base.

Sweetser (1990) e Dancygier & Sweetser (2005) incluíram, ainda, em sua proposta de classificação cognitivista das condicionais, as condicionais epistêmicas e pragmáticas, exemplificadas a seguir:

- (2) Se ele não está comendo doce, (é porque) está de dieta.
- (3) Se você está de dieta, não coma doce.

Em (2), o evento P (“ele não está comendo doce”) não causa o evento Q (“ele está de dieta”); na verdade, a apódose Q constitui uma conclusão estabelecida pelo falante a partir da premissa expressa em P. Em (6), P explicita uma pré-condição para a realização do ato de fala diretivo “não coma doce” em Q, caracterizando uma condicional pragmática.

Vale notar, ainda, que as relações entre P e Q em cada tipo de condicional envolvem enquadramentos mais ou menos subjetivos (FERRARI & SWEETSER, 2012; FERRARI, 2012). Assim, enquanto nas condicionais de conteúdo, a relação entre P e Q é apresentada como uma conexão temporal e causal que se estabelece objetivamente entre eventos do mundo, de forma aparentemente independente da perspectiva do falante. Nas condicionais epistêmicas e pragmáticas, a relação entre P e Q envolve uma premissa em P e uma conclusão ou ato de fala em Q, respectivamente. Em ambos os casos, essas condicionais são mais subjetivas do que as condicionais de conteúdo, na medida em que sinalizam mais diretamente a perspectiva do falante no estabelecimento de uma conclusão ou de um ato de fala.

Os diferentes enquadramentos e relações estabelecidos entre P e Q, por sua vez, podem ser representados metaforicamente a partir de padrões gestuais distintos. Na subseção a seguir, discute-se brevemente a questão dos gestos metafóricos.

## 1.2. Gestos e metáforas

A fala humana ocorre normalmente acompanhada de gestos. Em estudos pioneiros, McNeill e Levy (1982) e McNeill (1992) propõem a seguinte classificação dos gestos que

acompanham a fala:

- (i) Batidas (*Beats*) – gestos rítmicos que marcam palavras ou expressões como significativas por seu conteúdo discursivo/pragmático.
- (ii) Dêiticos – gestos que apontam para entidades no espaço ou para um espaço em particular.
- (iii) Icônicos – gestos que representam a forma ou movimento de entidades físicas, ou a relação física entre essas entidades.
- (iv) Metafóricos – gestos cujo conteúdo pictórico apresenta uma ideia abstrata.

Em especial, os gestos metafóricos têm recebido atenção privilegiada na literatura, na medida em que fornecem evidência independente de que as metáforas são processos de pensamento, conforme proposto por Lakoff & Johnson (1980). Entretanto, se é verdade que a Teoria da Metáfora Conceptual lançou nova luz à investigação da metáfora nos estudos da linguagem, é também verdade que suscitou uma série de críticas. Um dos questionamentos recorrentes diz respeito à circularidade, na medida em que o analista parte das expressões linguísticas para identificar metáforas conceptuais, mas confirma a existência de metáforas conceptuais pela identificação de expressões linguísticas que as refletem (Gibbs, 2011).

Entretanto, conforme apontado por Cienki & Müller (2008) e Cienki (2016), o estudo dos gestos metafóricos permite a ruptura dessa circularidade. Assim, ainda que se parta de expressões linguísticas para identificar metáforas conceptuais, a confirmação da legitimidade dessas mesmas metáforas pode ser feita, de forma independente, pela identificação dos gestos que as refletem. Por exemplo, a metáfora conceptual TEMPO É ESPAÇO tem sido amplamente exemplificada em várias línguas. A expressão “próximo ano”, em português, que indica metaforicamente um ano imediatamente futuro em relação ao ano em curso, apresenta correlatos em várias outras línguas, como o inglês (“*next year*”) e o francês (“*l’année prochaine*”), por exemplo.

A metáfora TEMPO É ESPAÇO pode ser evidenciada também nos gestos. Calbris (1990) observa que nas culturas europeias, o futuro é representado gestualmente na direção de andar ou escrever, ou seja, para frente ou para a direita (inversamente, o passado é para trás e para a esquerda). Como será descrito na análise, o Português Brasileiro mantém esse tipo de representação gestual; assim, no caso das condicionais de conteúdo, a sequência temporal entre os eventos descritos na prótase e apódose costuma ser representada com gestos de mãos em deslocamento para frente.

Na subseção a seguir, serão detalhados os recursos metodológicos que possibilitaram a realização da pesquisa de caráter multimodal, em que se articulam estruturas condicionais e padrões gestuais.

### 1.3. Banco de dados: *Red Hen Lab* e *Red Hen, Brasil*

Em termos metodológicos, a pesquisa selecionou dados videogravados, com o objetivo de estabelecer uma análise multimodal das condicionais do português brasileiro. Esses dados integram o *Distributed RedHen Lab*, que constitui uma plataforma digital codirigida por Francis Steen e Mark Turner, com sede na *University of California, Los Angeles* (UCLA). A plataforma fornece dados videogravados de noticiários televisivos, e possui estações de captação de noticiários em várias línguas. Em especial, os dados utilizados na presente pesquisa foram retirados do *RedHen, Brasil*, que reúne dados de noticiários de três redes de televisão brasileiras - Rede Globo, Bandeirantes e Record. O *RedHen* é codirigido por Maíra Avelar (UESB), Gustavo Guedes (CEFET-RJ) e Lilian Ferrari (UFRJ), e a estação brasileira está sediada no CEFET-RJ.

Para a presente pesquisa, foram selecionados dez vídeos em que havia ocorrência de condicionais. Em seguida, procedeu-se à classificação dessas condicionais, obtendo-se a seguinte distribuição: 4 condicionais de conteúdo, 3 epistêmicas e 3 pragmáticas. Procedeu-se, então, a uma análise qualitativa desses dados, com a finalidade de verificar a hipótese de que cada tipo de condicional apresenta padrões gestuais específicos, que decorrem de mapeamentos metafóricos distintos para a representação das relações entre prótase e apódose. Os resultados da análise são compatíveis com a hipótese estabelecida, como será descrito a seguir.

## 2. Resultados

A análise das condicionais do português brasileiro identificadas no corpus apontou regularidades quanto aos padrões gestuais, descritas a seguir a partir de exemplos emblemáticos, associados a cada tipo de condicional.

As condicionais de conteúdo que, como vimos anteriormente, são aquelas que estabelecem relações condicionais e causais entre *P* e *Q*, são acompanhadas principalmente de gestos de mãos. Como, metaforicamente, o futuro é para frente, os gestos característicos nessas condicionais são aqueles em que as mãos se movimentam para frente, afastando-se do corpo.

Vejamos o seguinte exemplo, em que um delegado busca esclarecer sobre os procedimentos adotados pela Polícia Civil com relação à recuperação de celulares roubados:

- (1) A polícia não se comunica pela internet. *Se o seu equipamento eventualmente for recuperado, a polícia vai lhe intimar para que você vá no distrito, (...) e posteriormente, seja formalizada a entrega através de um auto de entrega do equipamento.* (2017-08-26\_0045\_BR\_Record\_Jornal\_da\_Record\_138-161.mp4. Los Angeles, California. UCLA News Scape Archive, 2005-present. Available at<<http://newsscape.library.ucla.edu/>>

Na análise dos gestos que acompanham a condicional no exemplo (1), foram identificados gestos icônicos, como o formato da mão em concha e o movimento representando a recuperação do celular, acompanhando a produção da prótase (“*Se o seu equipamento for recuperado*”). Particularmente interessante para a presente análise, entretanto, são gestos de mãos que têm início simultaneamente à produção da apódose. No exemplo em questão, ocorrem gestos que permitem identificar o delineamento do espaço Q no espaço gestual físico, em que MOVIMENTO PARA FRENTE, afastando-se do CORPO, representa metaforicamente estrutura temporal e causal. É o que vemos a seguir:

- (2) a polícia vai lhe intimar para que você vá no distrito...



Figura 1 – Início de movimento de mão esquerda para frente (“A polícia vai...”)



Figura 2- Continuação de movimento para frente (“..lhe intimar para que você vá no distrito”)

Como a apódose envolve orações coordenadas, os gestos iniciais de movimento para frente ocorrem simultaneamente à primeira oração (“*a polícia vai lhe intimar para que você vá ao distrito*”), conforme as Figuras 1 e 2. Entretanto, o gesto se repete no início da segunda oração, agora com a mão direita (“*e posteriormente seja formalizada a entrega...*”). Esses momentos são captados a seguir:

(3) E posteriormente seja formalizada a entrega...



Figura 3 – Início de movimento de mão direita para frente (“e posteriormente...”)



Figura 4– Continuação de movimento de mão direita para frente (“seja formalizada a entrega...”)

Como demonstrado nas Figuras 3 e 4, o movimento da mão para frente (afastando-se do corpo), busca representar o caráter futuro do evento descrito, a partir da metáfora FUTURO É PARA FRENTE.

Com relação às condicionais epistêmicas, verifica-se um outro tipo de padrão gestual. Essas condicionais são identificadas como aquelas em que o espaço Q abriga uma conclusão a partir da premissa estabelecida em P. Embora essas condicionais também possam ser acompanhadas de gestos de mão, em que o MOVIMENTO PARA FRENTE indica metaforicamente a sequencialidade temporal entre PREMISSE e CONCLUSÃO, o aspecto que as diferencia mais claramente das condicionais de conteúdo é justamente a ocorrência

simultânea de gestos de cabeça e movimentos faciais (sobrancelha, olhos, etc.). É o que se verifica no seguinte exemplo, em que um economista avalia as situações em que vale a pena antecipar a restituição do Imposto de Renda:

(4) *Se a taxa de juros da sua dívida for maior do que a taxa de juros que o banco tá te cobrando pra antecipar a restituição, então faz todo sentido você usar esse dinheiro (...)* (2017-08-08\_2220\_BR\_Band\_Jornal\_da\_Band\_341-356.mp4. Los Angeles, California. UCLA NewsScape Archive, 2005-present. Available <<http://newsscape.library.ucla.edu/>>).

No exemplo (4), o falante realiza gestos sucessivos de movimento lateral de cabeça e sobrancelha. Esses movimentos acompanham o início da apódose:

(5) ...então faz todo sentido...



**Figura 5 – Olhos fechados e Sobrancelha levantada (“então faz todo sentido...”)**

A Figura 5 mostra o movimento ascendente de sobrancelha e fechamento dos olhos realizado no início da apódose. Em seguida, o falante faz um movimento lateral de cabeça:

(6) você usar esse dinheiro...



Figura 6 – Movimento lateral de cabeça (“você usar esse dinheiro”)

Os gestos de cabeça que acompanham a condicional epistêmica, conforme as Figuras 5 e 6, sinalizam um processo metonímico do tipo CABEÇA POR RACIOCÍNIO, na medida em que há uma relação de contiguidade entre ambos.

Por fim, as condicionais pragmáticas co-ocorrem com gestos apresentativos, que representam metaforicamente a performance de atos de fala. Observemos o seguinte exemplo, em que o jornalista Ricardo Boechat constrói uma situação contrafactual, imaginária, como contraponto à situação real em que vivem os sete bilhões de habitantes do mundo:

- (7) Olha, se o mundo fosse uma gigantesca Noruega, tudo funcionando direito saúde, educação, assistência social, ambiente ... uma gran...globonoruega, **imaginem só uma grande Noruega com sete bilhões de noruegueses dentro... que maravilha!** (2017-08-14\_2220\_BR\_Band\_Jornal\_da\_Band\_2886-2903.mp4Los Angeles, California. UCLA NewsScape Archive, 2005-present. Available at <<http://newsscape.library.ucla.edu/>>)

Na análise dos gestos que acompanham a condicional no exemplo (7), foram identificados gestos icônicos, tais como as duas mãos em formato de concha representando uma esfera, simultaneamente à criação lexical “Globonoruega” (“*se o mundo fosse uma gigantesca Noruega (...) uma globonoruega*”). Particularmente interessante para a presente análise, entretanto, são gestos de mãos que acompanham a produção da apódose, como vemos a seguir:

- (8) imaginem só (...) que maravilha!



**Figura 7- “imaginem só”**

Aapódose da condicional em (8) co-ocorre com um gesto apresentativo (palma aberta, mãos para cima), para indicar a realização de um ato de fala (no caso, um ato de fala expressivo, em que o falante avalia positivamente uma situação). Metaforicamente, o falante apresenta uma ideia como se ela fosse um objeto.

### **3. Considerações finais**

Este trabalho investigou as relações entre diferentes tipos de condicionais (conteúdo, epistêmicas e pragmáticas) e padrões gestuais associados a cada uma das classes. A partir da análise de dados videogravados, extraídos de corpus brasileiro que reúne noticiários televisivos (*RedHen Brasil*), identificaram-se os seguintes padrões gestuais:

- (i) Condicionais de conteúdo co-ocorrem com gestos que representam metaforicamente as relações de sequencialidade temporal e causalidade que essas condicionais veiculam.
- (ii) Condicionais epistêmicas co-ocorrem com gestos de cabeça, sobrancelha e olhos, indicando metonimicamente processos de raciocínio que caracterizam a relação entre prótase e apódose nessas construções.
- (iii) Condicionais pragmáticas co-ocorrem com gestos apresentativos, que indicam metaforicamente a realização de atos de fala.

As generalizações encontradas neste estudo convergem com os resultados iniciais da pesquisa de Sweetser (2017) para o inglês. Essa convergência é particularmente significativa, na medida em que evidencia que os processos cognitivos associados aos diferentes tipos de condicionais independem da língua. Os resultados encontrados para o Português Brasileiro sugerem que o aprofundamento da pesquisa, em termos de uma comparação sistemática com o

inglês e outras línguas, poderá promover uma melhor compreensão das relações entre prótase e apódose nas condicionais, a partir de evidências de natureza multimodal.

### Referências bibliográficas

AKATSUKA, N. Conditionals are discourse-bound. In Traugott, E. C., terMeulen, A., Reilly, J. S. & Ferguson, C.A. (eds). *On Conditionals*. Cambridge: CUP, 1986.

BHATT, R. & ROUMANYA, P. Conditionals. In Everaert & van Riemsdijk (eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*, v. 1. Oxford: Blackwell, 2006, p. 638-687.

CALBRIS, G. *The Semiotics of French Gestures*. Bloomington, IN: University of Indiana Press, 1990.

CIENKI, A. Cognitive linguistics, gesture studies and multimodal communication. *Cognitive Linguistics*, 27, 2016, p.603-618.

CIENKI, A.; MULLER, C. (eds), *Metaphor and Gesture*. Amsterdam/ Philadelphia, PA: Benjamins, 2008.

COMRIE, B. Conditionals: A typology. In E. Traugott et al. (eds.), *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 77-99.

DANCYGIER, B. & SWEETSER, E. *Mental spaces in grammar; conditional constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces; aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

FERRARI, L. Acrobacias cognitivas: ponto de vista e subjetividade em redes condicionais. In Moura & Gabriel (org.), *Cognição e linguagem*. Florianópolis: Insular, 2012, 43-62.

FERRARI, L. & SWEETSER, E. Subjectivity and upwards projection in mental space structure. In Dancygier & Sweetser (eds.), *Viewpoint in language: a multimodal perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, 47-68.

FILLMORE, C. *Epistemic Stance and Grammatical Form in English Conditional Sentences*. Papers from the twenty-sixth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society, 1990, p. 137-162.

FORD, C. & THOMPSON, S. Conditionals in discourse: a text-based study from English. In E. Traugott et al. (eds.), *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 353-372.

GIBBS, R. Evaluating conceptual metaphor theory. *Discourse Processes*, 48, 2011, p.529-562

IATRIDOU, S. The grammatical ingredients of counterfactuality. *Linguistic Inquiry* 31.2, 2000.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: The University of Chicago Press, 1980.

McNEILL, D. *Hand and mind: what gestures reveal about thought*. Chicago: Chicago University Press, 1992.

MCNEILL, D. & LEVY, E. Conceptual Representations in Language Activity and Gesture. In Jarvella & Klein (Eds.), *Speech, Place and Action*. Chichester, England: Wiley, 1982, p.271-295.

STEEN, F; TURNER, M. Multimodal Construction Grammar. In Borkent, Dancygier & Hinnell, J. (eds.), *Language and the creative mind*. Stanford, California: CSLI Publications, 2013, p.255-274.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWEETSER, E. Gesture, conditional constructions, TV data, and multiple deictic viewpoints. *Multimodality in Linguistic Research – Workshop series at the Department of English and American Studies*, University of Potsdam, Alemanha. Apresentação oral, 2017.

VAN DER AUWERA, J. Conditionals and speech-acts. In Traugott, E. C., terMeulen, A., Reilly, J. S. & Ferguson, C.A. (eds.). *On Conditionals*. Cambridge: CUP, 1986.

#### **Abstract**

This work takes a cognitive linguistics approach to conditional constructions. Relying on Dancygier & Sweetser's (2005) mental spaces classification of conditional constructions, this research investigates cognitive and multimodal aspects related to Brazilian Portuguese conditionals. The results show a systematic association between gesture patterns and different classes of conditional constructions. These findings bring independent multimodal evidence for the classification of conditionals initially proposed on the basis of linguistic structure.

**Palavras-chave:** conditional constructions; cognition; multimodality.

## O DESGARRAMENTO DE ORAÇÕES COMPLETIVAS NO FACEBOOK

Detachment of complement clauses on *Facebook*

Violeta Virginia Rodrigues (UFRJ)

### Resumo

Decat (2011, p. 42) afirma que as completivas só se *desgarram* quando formam uma sequenciação parafrástica, reiterando ou repetindo estruturas sintáticas que ocorreram antes na cadeia discursiva, contribuindo para enfatizá-las e visando a objetivos comunicativo-interacionais. Em “Não sei [onde você mora]. [Onde você quer ir.]”, a segunda oração introduzida por ONDE é argumento do verbo “saber” e se separa da anterior por ponto final, ou seja, se encontra *desgarrada* desta, realçando-a. A oração entre colchetes em “[Que as nossas palavras, nossos gestos e nossas ações, façam a diferença na vida das pessoas.] Porque a vida só tem sentido se for realmente para fazer o bem”, segundo Góis (1943, p 65-66), denomina-se, quanto ao sentido, optativa, exprimindo votos, tendo verbo no subjuntivo, vindo regida de conjunção expletiva “que”, permitindo elipse do verbo “desejar”. Levando-se em conta a elipse destes verbos, a noção de gramaticalização e a frequência de uso dessas estruturas, podemos postular que é um caso de *desgarramento* de completiva diferente do apresentado por Decat (2011). Assim, pretendemos complementar a descrição das completivas *desgarradas* de Decat (2011), utilizando postagens do *Facebook* como *corpus* e adotando o Funcionalismo como teoria.

**Palavras-chave:** Funcionalismo; *desgarramento*; completivas.

### Introdução

Segundo Decat (2011), cláusulas *desgarradas* são aquelas que ocorrem isoladas como enunciado independente ou de “maneira solta”, sem vínculo com a oração nuclear. Este trabalho pretende descrever, seguindo a autora, o fenômeno do *desgarramento* em português, partindo da hipótese de que no *Facebook* as completivas *desgarradas* são as estruturas mais produtivas.

Decat (2011, p. 42) assevera que as orações completivas se *desgarram* quando formam uma sequenciação parafrástica, reiterando ou repetindo estruturas que ocorreram antes no discurso, contribuindo para enfatizá-las e visando a objetivos comunicativo-interacionais. Em “Não sei [onde você mora]. [Onde você quer ir.]”, a primeira oração introduzida por ONDE é argumento do verbo “saber” assim como a segunda. Contudo, ela se separa da primeira por ponto final, ou seja, se encontra *desgarrada* desta, enfatizando-a. O mesmo pode ser verificado na postagem a seguir, em que se enumeram três *desgarradas* (“Que vale a pena estudar.” / “Que vale a pena trabalhar.” / “Que é preciso construir: a vida, o futuro, a família, as amigas e os

amores.”) após um uso não *desgarrado* da cláusula introduzida pelo complementizador *que* – “que vale a pena ser honesto” – que é argumento do verbo “acreditar”.

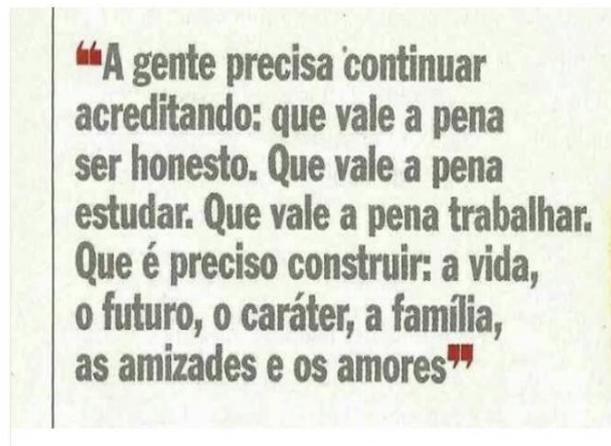


Figura 1

Fonte: minha própria *timeline*

Em "*Que as nossas palavras, nossos gestos e nossas ações, façam a diferença na vida das pessoas*". Porque a vida só tem sentido se for realmente para fazer o bem", chamou atenção, em termos de uso, a cláusula em itálico. Segundo Góis (1943, p 65-66), estruturas como estas se denominam, quanto ao sentido, optativas, porque exprimem votos, têm verbo no subjuntivo, vêm regidas de conjunção expletiva “que” e permitem a elipse do verbo “desejar”. Parafraseando tal cláusula, segundo as observações de Góis (1943), teríamos “Gostaria que nossas palavras, nossos gestos e nossas ações, fizessem a diferença na vida das pessoas”. Considerando-se a elipse destes verbos, a noção de gramaticalização e a frequência de uso dessas estruturas, podemos postular que é um caso de *desgarramento* de completiva diferente do apresentado por Decat (2011), antes exemplificado.

Casos como esses, descritos por Góis (1943), chamaram atenção no *Facebook* em termos de frequência e, por isso, segue um exemplo retirado deste *site*, em que se pode notar a elipse de verbo “desejar” e o uso da conjunção expletiva “que” nas cláusulas *desgarradas* empregadas na postagem.

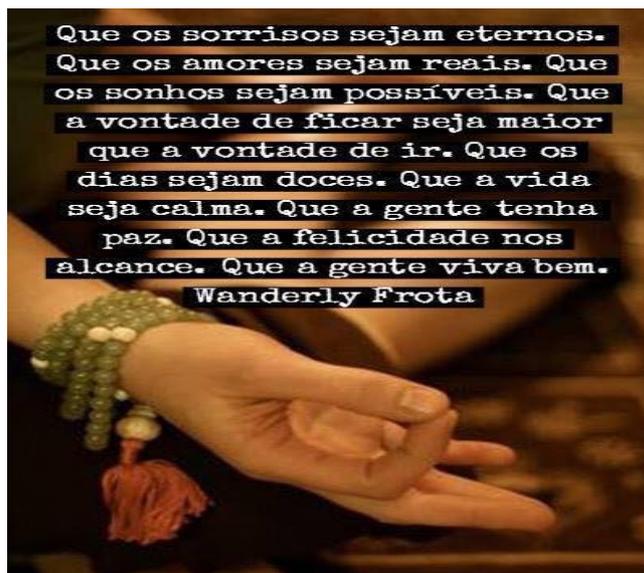


Figura 2

Fonte: minha própria *timeline*

Como se vê, há nove cláusulas *desgarradas*, separadas umas das outras por ponto final, que são enumeradas (efeito de lista) e que não apareceram em uma cláusula não *desgarrada* inicialmente para depois manifestarem-se *desgarradas*, conforme postulado por Decat (2011).

Assim, para defendermos que esses casos são diferentes daqueles apresentados por ela, utilizamos postagens como essas coletadas de nossa *timeline* do Facebook de julho a dezembro de 2016 como *corpus*. Como metodologia de análise, em cada postagem, foram identificadas as *desgarradas* e separadas as completivas, que foram analisadas levando-se em conta os seguintes aspectos: tipo de *desgarramento*, estrutura em que se encontra a *desgarrada*, presença/ausência de verbo na *desgarrada*, sinal de pontuação utilizado antes da *desgarrada*, que serão abordados mais adiante neste artigo.

Adotando o Funcionalismo como teoria, já que trabalhamos com usos efetivos produzidos pelos falantes em interação numa rede social, além de Decat (2011), utilizamos autores como Chafe (1980), Dik (1997), Rodrigues (2011), Silvestre e Rodrigues (2014), sobre *desgarramento* e, ainda, estudos de Ford (1980), Tenani (2008), Soncin e Tenani (2015) sobre pontuação. Vale mencionar, também, que recorreremos às gramáticas de Góis (1943) e Cunha e Cintra (1985).

De um total de 331 postagens analisadas, identificamos 221 casos de cláusulas completivas *desgarradas*, 95 dados de circunstanciais *desgarradas*, 15 ocorrências de relativas apositivas *desgarradas*. Seguindo a proposta funcionalista, consideram-se as completivas (substantivas da tradição gramatical) casos de subordinação, tendo em vista que estas cláusulas

são constituintes de outra; já as cláusulas circunstanciais (adverbiais da tradição gramatical) e as relativas apositivas (adjetivas explicativas da tradição gramatical) são casos de hipotaxe, ou seja, cláusulas que se combinam umas com as outras, assim como acontece na parataxe (coordenação). Portanto, adotando a tríade funcionalista parataxe, hipotaxe, subordinação para se articularem cláusulas, verificamos que as completivas, por estabelecerem uma relação de constituição a um núcleo e as hipotáticas, por contribuírem para o estabelecimento de relações circunstanciais com esse núcleo, não têm o mesmo *status*. A natureza de constituinte das completivas distingue-as das circunstanciais e das relativas apositivas, porque estas não são constituintes, embora dependam do núcleo a que se liguem do ponto de vista semântico. As paratáticas (coordenadas da tradição gramatical) também não são nem constituintes e nem dependentes uma da outra. O caráter de não constituinte das hipotáticas – circunstanciais e relativas apositivas - explica a maior tendência destas se materializarem *desgarradas* em comparação com as completivas. No entanto, no *corpus* por nós analisado, exatamente as que seriam mais integradas é que se destacaram em termos de frequência como *desgarradas*, o que nos permitiu revisitar e ampliar a proposta de Decat (2011) sobre cláusulas *desgarradas*.

Na combinação, as cláusulas não estão sujeitas à integração sintática, ou seja, não são constituintes de outra, como dito anteriormente, pois se relacionam com o aspecto organizacional do discurso. Portanto, cláusulas combinadas podem modificar ou expandir, de alguma forma, a informação contida em outra cláusula, estabelecendo, assim, uma relação circunstancial. A noção de combinação de cláusulas, tal como propõe os estudos funcionalistas, permite que se aplique a noção de circunstância para além das orações chamadas tradicionalmente subordinadas adverbiais, estendendo-a às orações adjetivas explicativas e, até mesmo, às coordenadas assindéticas da Gramática Tradicional.

A análise das cláusulas *desgarradas* aqui proposta faz parte do Projeto *Cláusulas hipotáticas: uso(s) de articuladores*, desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), envolvendo os seguintes subprojetos: usos de articuladores; procedimentos sintáticos; interface sintaxe-prosódia. O tema deste artigo - uso das completivas *desgarradas* – insere-se no último dos subprojetos antes mencionados.

Pretendemos com este estudo complementar a descrição das completivas *desgarradas* já apresentada por Decat (2011) e desejamos num futuro bem próximo também aventar a hipótese de que estamos diante de um caso de gramaticalização de cláusulas completivas.

## 1. Pressupostos teórico-metodológicos

Para definir *desgarramento*, Decat (2011) parte da noção de unidade informacional que, segundo Chafe (1980), constitui um “jato de linguagem” que contém toda a informação que pode ser ‘manipulada’ pelo falante num único foco de “consciousness”. Assim, podemos entender que uma cláusula *desgarrada* é uma unidade de informação que pode conter verbo ou não, desde que estabeleça comunicação e/ou interação entre os falantes. Normalmente, as noções de cláusula e oração são tomadas como sinônimas.

Também podemos relacionar a estrutura *desgarrada* ao constituinte extraoracional (ECC), que, segundo Dik (1997), separa-se da cláusula núcleo por uma ruptura no contorno prosódico ou ocorre em posição absoluta, não pertence à estrutura interna da predicação a que se liga, ou seja, não é um constituinte nuclear, podendo, portanto, separar-se da cláusula núcleo. Note-se que, assim como Decat (2011), Dik (1997) aponta aspectos prosódicos para identificar a cláusula *desgarrada*. No caso específico de Decat (2011), considera-se a pausa um fator determinante para a identificação do *desgarramento* na língua falada, embora a autora não tenha verificado esse aspecto.

Silvestre e Rodrigues (2014) comprovaram a hipótese de Decat (2011) em seu trabalho sobre cláusulas hipotáticas coletadas de roteiros do *site* [www.roteirodecinema.com.br](http://www.roteirodecinema.com.br), que disponibiliza, desde 2003, mais de 380 roteiros de inúmeros filmes nacionais na íntegra, já produzidos ou inéditos. As estudiosas, além da diferença em relação ao tom que antecede as cláusulas *desgarradas*, verificaram ser categórica, em seus dados de pesquisa sobre as hipotáticas circunstanciais, a existência de pausa entre a cláusula núcleo e a cláusula *desgarrada*, fato não observado nos sintagmas entoacionais (Is) em que não há *desgarramento*.

Pela configuração tonal, segundo elas, pode-se postular que a cláusula *desgarrada* constitui um sintagma entoacional (I) à parte e essa verificação corrobora a afirmação de Decat (1993), em referência à Chafe (1980), sobre o fato de as cláusulas *desgarradas* formarem uma unidade de informação à parte e serem identificáveis pela entoação ou pela pausa, ainda que breve, que as separa de outra. A figura 3 a seguir permite ratificar o comportamento de uma cláusula hipotática circunstancial *desgarrada* comparativa.

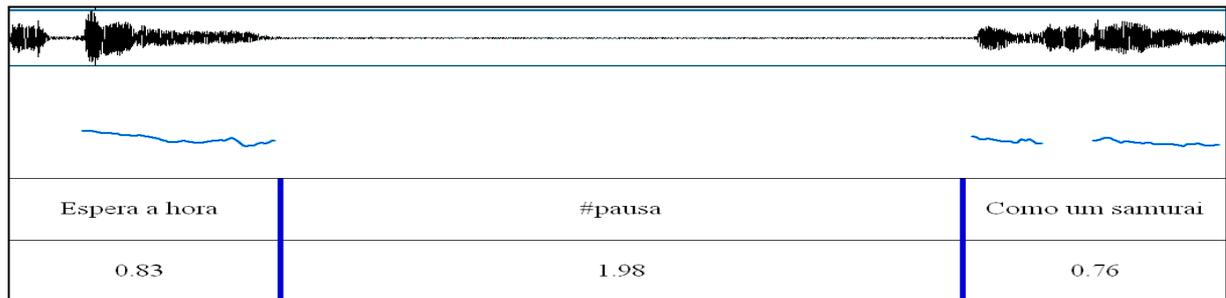


Figura 3

Fonte: Silvestre e Rodrigues (2014)

Na figura anterior, verificamos que a cláusula *desgarrada* comparativa “Como um samurai”, extraída do roteiro de cinema *Jogo subterrâneo*, separa-se da cláusula anterior por uma pausa de 1.98 milissegundos, apresentando uma curva de entoação final ou separada, como defende Ford (1988).

A duração da pausa observada nas cláusulas separadas por ponto nos roteiros foi, segundo as autoras, pelo menos, quatro vezes maior do que a verificada nas cláusulas separadas por vírgula, o que se relaciona à afirmação de Ford (1988) sobre pontos serem melhores sinais de separação do que as vírgulas. Tal observação justifica que se use o ponto final ou os sinais de pontuação terminativa como indicadores do fenômeno do *desgarramento* na língua escrita, conforme já fez Decat (2011) e conforme, também, fazemos aqui.

Assim, no que se refere aos dados de língua escrita, em particular, nas cláusulas coletadas do *Facebook*, os usos dos sinais de pontuação são muito importantes para a análise das cláusulas completivas *desgarradas*. Nas postagens, mesclam-se recursos das linguagens verbal e não verbal, e todos eles contribuem para a interação entre escrevente/leitor.

Na perspectiva funcionalista, Ford (1988), ao contrastar dados de fala com os de escrita e a relação entre a fronteira entoacional de cláusulas hipotáticas temporais, causais e condicionais com a pontuação, conforme elucidamos antes, afirma serem os pontos melhores sinais de separação entre as orações do que as vírgulas.

Na perspectiva tradicional, Cunha e Cintra (1985, p. 632), ao descreverem o uso dos sinais de pontuação, ainda que não abordem explicitamente a noção de *desgarramento*, indiciam o uso de estruturas *desgarradas* ao apresentarem o seguinte comentário:

O PONTO tem sido utilizado pelos escritores modernos onde os antigos poriam PONTO-E-VÍRGULA, ou mesmo VÍRGULA. Trata-se de um eficiente recurso estilístico, quando usado adequada e sobriamente. Com a segmentação de períodos compostos em orações absolutas, ou com a transformação de termos destas em novas orações, obriga-se o leitor a ampliar as pausas entre os grupos fônicos de determinado texto, com o que lhe modifica a entoação e, conseqüentemente, o próprio sentido. As

orações assim criadas adquirem um realce particular: ganham em afetividade e, não raro, passam a insinuar ideias e sentimentos, inexprimíveis numa pontuação normal e lógica.

Os que os gramáticos denominam de “segmentação de períodos compostos em orações absolutas” podemos relacionar com as unidades de informação de Chafe (1980) e, portanto, com as *desgarradas* de Decat (2011) e o que chamam de expressão de “ideias e sentimentos inexprimíveis numa pontuação normal e lógica” podemos aplicar ao *corpus* por nós utilizado, que se vale de muitos recursos além da pontuação convencional.

Segundo Tenani (2008), as segmentações não convencionais nos dão pistas de que o branco pode ser também usado pelo escrevente para construir sentidos do texto. Ainda, segundo a autora, ao adotarmos essa perspectiva de análise, “que considera o texto na análise das segmentações não convencionais, passamos a tomar tais segmentações como representação de um modo de dizer, de recortes da realidade que é simbolizada por meio da grafia” (cf. TENANI: 2008, p. 241).

Nas palavras de Soncin e Tenani (2015, p. 476), “conceber a escrita como heterogênea significa não restringi-la à sua condição de código, mas concebê-la, na diversidade de seus usos e de seus espaços de circulação, como modo de enunciação, em que os sentidos são produzidos por meio de relações simbólicas.”

As considerações sobre pontuação supramencionadas possibilitaram uma melhor compreensão e análise da escrita utilizada nas redes sociais, principalmente, no *site Facebook*, do qual foram coletadas as cláusulas completivas, objeto de nosso estudo.

A escolha de um *site* de rede social para coletar as cláusulas *desgarradas* deveu-se a vários fatores, que passamos a enumerar: o *Facebook* é um espaço 1) público; 2) híbrido, que mescla características da interação verbal e não verbal; 3) que apresenta uma escrita oralizada; 4) em que a unidade temporal é elástica; 5) em que há representação dos agentes envolvidos; 6) em que há borramento da fronteira entre público e privado.

Além disso, o *Facebook* é usado para postagem de textos, fotos, desenhos e vídeos, sendo uma rede composta por agentes em interação. É um sistema adaptativo, visto que está em constante processo de mudança e adaptação, sendo por isso complexo, dinâmico, aberto, sensível a *feedback*, adaptativo e não linear.

Segundo Araújo & Leffa (2016, p. 62),

no FB, as possibilidades criadoras são ainda maiores, uma vez que esta rede social possibilita a mobilização de diferentes modos semióticos na constituição das postagens, que vão desde a escrita, passando por imagens, áudio e vídeos. Contudo, é relevante destacar que a multiplicidade de modos semióticos só é garantia de mais possibilidades criadoras caso os utentes possuam letramentos

compatíveis com as diversas linguagens utilizadas (edição de vídeo, áudio, elaboração de formas gráficas...).

A escolha de um *corpus* com tais características coaduna-se com a proposta funcionalista de análise, tendo em vista que pressupõe usos linguísticos em interação em diferentes gêneros e tipos textuais, mesclando diferentes modalidades linguísticas, mostrando além disso, a variação e mudança por que vem passando a língua em uso nas redes sociais.

## 2. Discussão/análise do objeto

Como dissemos na **Introdução**, foram analisadas um total de 331 postagens no *Facebook*, no qual se coletaram 221 cláusulas completivas, 95 cláusulas circunstanciais; 15 cláusulas relativas. A recolha dos dados que integram o *corpus* desta investigação seguiu a seguinte metodologia: 1) escolha e coleta das postagens; 2) escolha e coleta das estruturas a serem analisadas; 3) codificação dos dados, 4) cálculo das ocorrências, 5) interpretação dos resultados, 6) análise prosódica (que não será apresentada aqui).

Os aspectos analisados nas postagens do *Facebook* foram: tipo de cláusula *desgarrada* (inerentemente pragmática, cotextual, contextual); sinal de pontuação antes da cláusula *desgarrada* (ponto final, exclamação, reticências, dois pontos, não há sinal de pontuação); conjunção usada na cláusula *desgarrada* (*que, se*); modo verbal usado na cláusula *desgarrada* (subjuntivo, indicativo, imperativo); verbo implícito na cláusula *desgarrada* (*desejar, esperar, etc.*) e verbo explícito antes da cláusula *desgarrada*; forma verbal da oração *desgarrada* (desenvolvida *versus* reduzida); gênero textual da postagem (oração/benção, cartão de aniversário, de Natal, de Ano Novo, mensagem de autoajuda, recado, exortação, horóscopo, letra de música); composição da cláusula *desgarrada* (simples, enumeração, correlação, subordinação). Dentre esses aspectos observados, alguns tiveram comportamento quase categórico e, por isso, não serão comentados detalhadamente aqui. Estamos nos referindo ao caso da conjunção integrante *que*, introdutor prototípico dessas estruturas, confirmando os comentários de Góis (1943) anteriormente apresentados. O modo verbal também ratificou, mais uma vez, a assertiva do autor, já que predominou o uso do modo subjuntivo. Também se confirmou seu comentário sobre a forma da estrutura ser a desenvolvida.

Depois do refinamento da análise com base nos critérios antes elucidados, ficamos com um total de 201 dados de completivas *desgarradas*, cujos resultados serão mostrados a partir de agora.

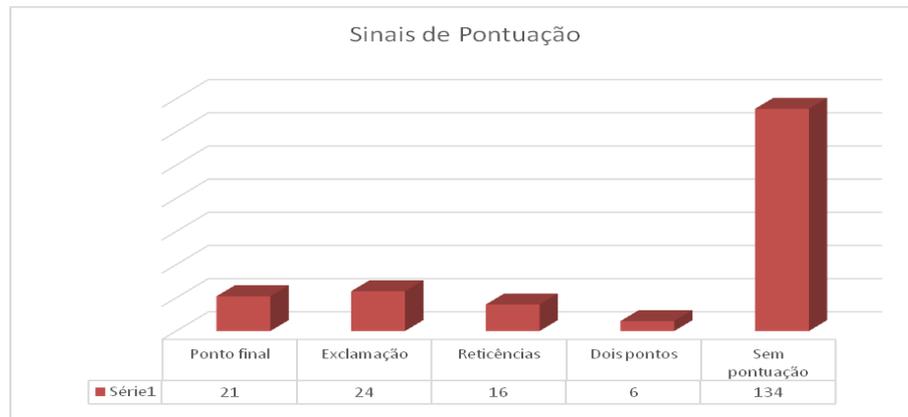


Gráfico 1: autoria própria

O gráfico 1 revela o que Tenani (2008) comenta sobre os espaços em branco, tendo em vista que a ausência de sinal de pontuação apresenta o maior número de dados – 134 – vindo em sequência os pontos de exclamação – 24 dados – e depois o ponto final com 21 ocorrências, portanto, sinais terminativos e não continuativos como a vírgula.

No que se refere à presença e/ou ausência do verbo na *desgarrada*, 194 dados apareceram com verbo implícito na cláusula *desgarrada* do tipo *desejar, esperar* etc.), 2 dados com verbos *pedir* (1) e *achar* (1). Já os casos de verbo expresso antes da cláusula *desgarrada* foram 5: *querer* (1), *pedir* (2), *aprender* (1), *deixar* (1). Assim, verificou-se o que Góis (1943) já apontara - uso quase categórico dos verbos de volição do tipo “desejar”, “esperar” etc.

As postagens a seguir ilustram os casos de menor frequência no *corpus*:

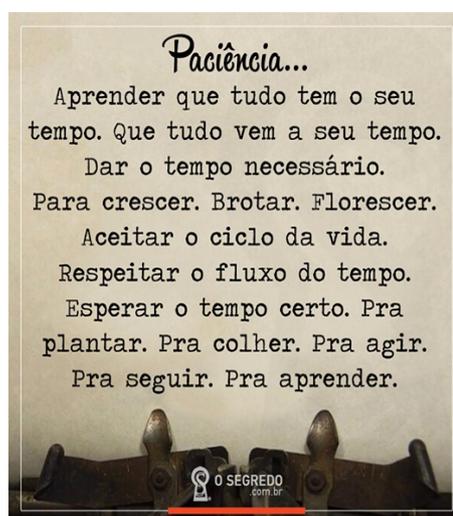


Figura 4

Fonte: minha própria *timeline*

Observa-se, pela figura 4, que a *desgarrada* “Que tudo vem a seu tempo” separa-se por ponto final da cláusula anterior, tendo como argumento o verbo “aprender”, que apareceu expresso na cláusula anterior, recuperável pelo cotexto (contexto estritamente linguístico). Note-se que, além da completiva *desgarrada*, objeto de análise aqui, são empregadas na mesma postagem as seguintes cláusulas circunstanciais finais *desgarradas* – *Para crescer; Brotar; Florescer; Pra plantar; Pra colher; Pra agir. Pra seguir; Pra aprender*, formando uma enumeração enfática com ou sem uso de conectores (no caso, *para/prá* ou sua ausência).



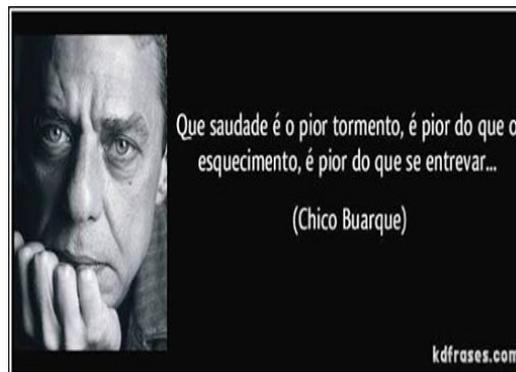
**Figura 5**  
Fonte: minha própria timeline

Na figura 5, a cláusula *desgarrada* “Que ninguém morasse nas ruas, que Deus proteja os moradores de rua e os animaizinhos abandonados” separa-se novamente por ponto final da cláusula anterior e se percebe a recuperação cotextual do vínculo com o predicador “querer” expresso antes.



**Figura 6**  
Fonte: minha própria timeline

Na figura 6, as duas cláusulas completivas *desgarradas* enumeradas “Que a rotina acomode” e “Que o medo impeça de tentar” vinculam-se cotextualmente ao verbo “deixar” expresso na cláusula anterior. Além disso, vale comentar que a cláusula *Fazendo que planejando, vivendo que esperando.* também é uma *desgarrada*, só que circunstancial modal. Em sequência, na mesma postagem, temos uma outra circunstancial *desgarrada* – *Porque embora quem quase morre esteja vivo.* expressando a relação semântica de causalidade.



**Figura 7**  
**Fonte: minha própria *timeline***

Contrariamente ao verificado nas figuras 4, 5 e 6, na figura 7, o verbo não aparece expresso numa cláusula anterior; pode-se, contudo, inferir um verbo do tipo “achar” como possível predicador para a cláusula *desgarrada* em foco, ou seja, pelo nosso conhecimento partilhado de mundo e/ou conhecimento linguístico chegamos a ele. A imagem do cantor Chico Buarque e a identificação do texto de sua autoria não interferem nessa inferência.

No que tange ao gênero textual usado nas postagens do *Facebook*, no que se refere à reelaboração dos gêneros, temos o que se chama transmutação inovadora, ou seja, as alterações sofridas por um gênero, sem modificá-lo em suas feições internas, sem dar origem a um gênero distinto. Os resultados revelam que os gêneros mais frequentes foram as mensagens de autoajuda, com 112 casos em relação ao total de 201 cláusulas completivas *desgarradas*; na sequência, temos as orações (rezas) com 49 casos e, depois, os cartões com 30 dados.

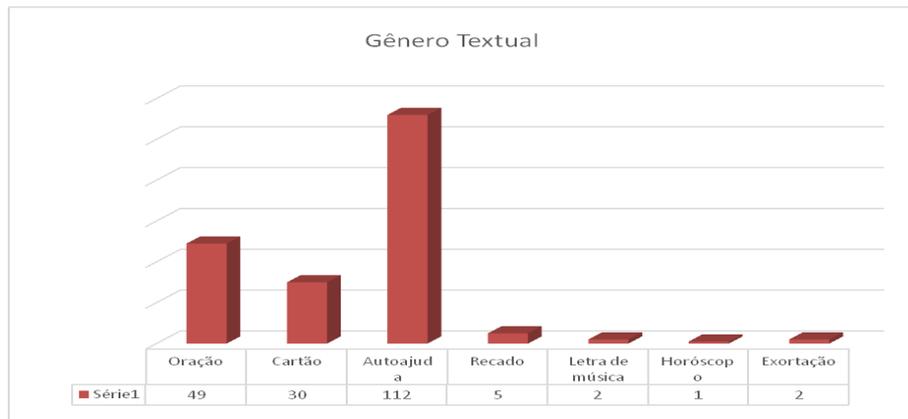


Gráfico 2: autoria própria

Na figura 8 a seguir, ilustra-se um cartão de aniversário, em que as duas cláusulas *desgarradas* “Que Deus em sua infinita bondade lhe dê tudo de bom” e “Que você tenha muita alegria, paz, saúde e felicidade” ancoram-se ao sintagma nominal destacado em vermelho na postagem “Feliz aniversário!” e, nesse contexto, possibilita a inferência de um verbo volitivo do tipo “desejar”, “esperar” etc.



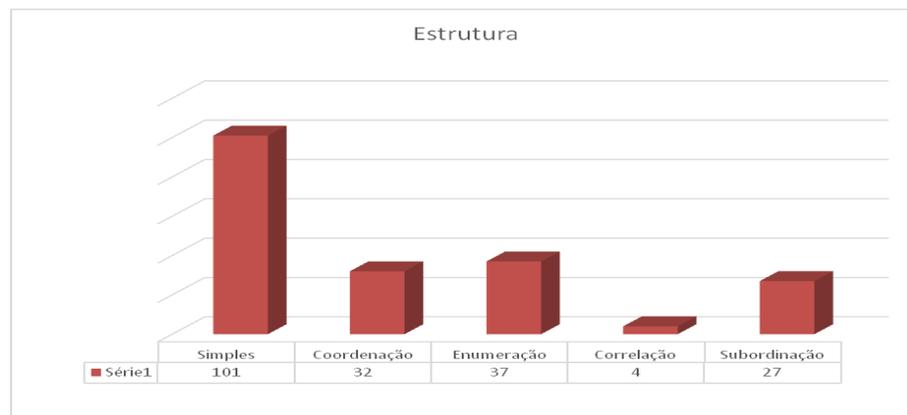
Figura 8  
Fonte: minha própria *timeline*



**Figura 9**  
**Fonte: minha própria timeline**

Em 9, há mescla dos gêneros cartão e oração, só que agora a cláusula *desgarrada* “Que Ele nos livre do mal e nos proteja sempre, amém” pode ser relacionada ao predicador “pedir” expresso anteriormente.

O gráfico 3 a seguir evidencia que a maioria das cláusulas *desgarradas* do *corpus* aparecem na forma simples, ou seja, vem sozinhas – são 101 casos – como na figura 10, por exemplo, e na sequência temos o caso de *desgarradas* formando uma enumeração, uma lista – com 37 casos –, como evidencia a figura 2, inicialmente apresentada.



**Gráfico 3: autoria própria**

A figura 10 mostra como se apresenta o que chamamos de enumeração ou efeito de lista nos usos das cláusulas *desgarradas*.



Figura 10

Fonte: minha própria *timeline*

Encontram-se na postagem antes mostrada três cláusulas completivas formando uma sequência, mas, como dissemos, o uso mais frequente é o ilustrado pela figura 11 a seguir.



Figura 11

Fonte: minha própria *timeline*

Como se observa na figura 11, há uma completiva *desgarrada* na forma simples “Que Deus esteja com cada um de nós...”, seguida de duas cláusulas hipotáticas circunstanciais *desgarradas*, que estabelecem a relação semântica de modo e cujos verbos estão na forma

reduzida de gerúndio. Na abordagem tradicional, que segue a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), as orações modais não são contempladas. No entanto, estamos privilegiando aqui as relações que as orações estabelecem umas com as outras no cotexto e contexto (contexto extralinguístico).

### 3. Resultados: proposta para uma tipologia para o *desgarramento*

Durante a análise dos dados do *corpus*, verificou-se que há tipos de *desgarramento* diferentes – algumas cláusulas *desgarradas* prescindem tanto de cotexto quanto de contexto, conforme se verifica na figura 12 a seguir e a estas chamamos de *desgarradas* inerentemente pragmáticas; há aquelas que são identificadas pelo contexto em que se inserem e a estas denominamos de *desgarradas* contextuais, como se vê na figura 13; outras guardam alguma vinculação com alguma porção textual anterior, sendo, por isso, cotextualmente identificadas, sendo, então, chamadas de *desgarradas* cotextuais, conforme se nota na figura 14.

A nomenclatura adotada para distinguir as cláusulas *desgarradas* cotextuais das contextuais consiste numa adaptação da proposta de Travaglia (1996, p. 70; 85) em que o autor tece comentários sobre as noções de contexto e co-texto. Segundo ele, contexto refere-se aos aspectos extralinguísticos e co-texto àqueles que são estritamente linguísticos.

Antes de comentarmos as figuras supracitadas, vale conferir a frequência de cada tipo de *desgarramento* no *corpus* pesquisado por meio do gráfico 4, em que se percebe o predomínio, em termos de frequência, das *desgarradas* cotextuais – com 131 dados em 201 no total:

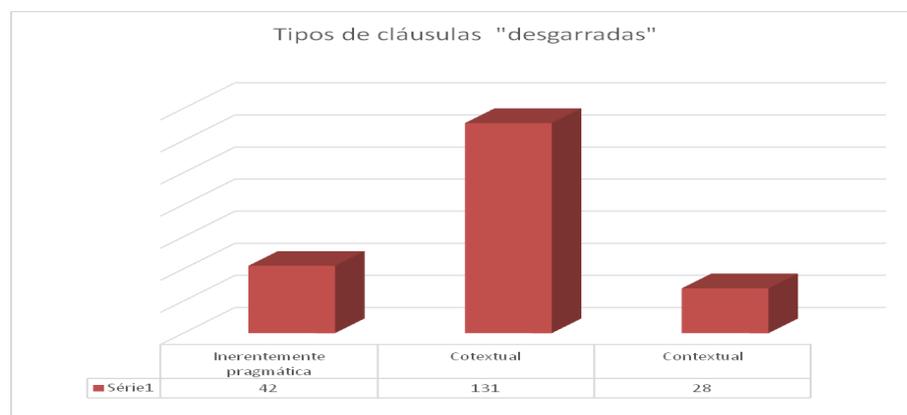
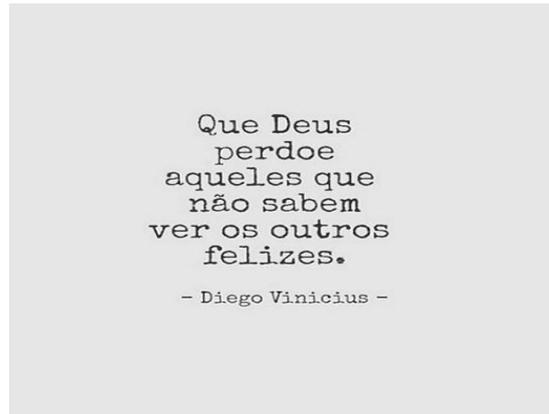


Gráfico 4: autoria própria

A figura 12 a seguir pertence ao grupo das *desgarradas* inerentemente pragmáticas, que apresenta 42 dados no *corpus*, segundo o gráfico 4 antes mostrado. Percebe-se que a sua análise não depende nem do cotexto (palavra(s) ou cláusula antes expressas, que não existe, nesse caso) e nem do contexto, já que não há imagem, por exemplo, sendo utilizada na postagem. A interpretação da *desgarrada* é possível pelo nosso conhecimento linguístico e de mundo compartilhado.



**Figura 12**  
**Fonte: minha própria *timeline***

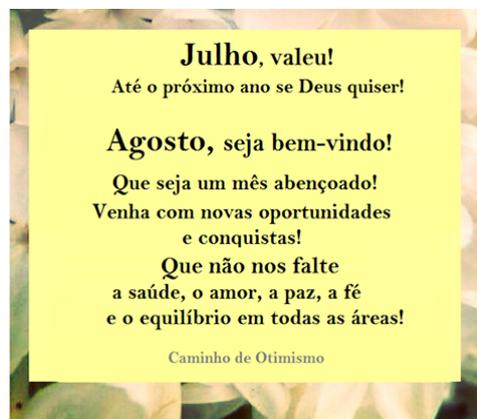
Nota-se que na postagem aparece apenas a cláusula *desgarrada* e a isto denominamos forma simples.

Já na figura 13, apoiando-nos nas imagens utilizadas – 4 Nossas Senhoras, 2 de cada lado, e 1 vela ao centro –, é que podemos afirmar que é um caso de *desgarramento* contextual. Há uma menção ao nome da Nossa Senhora Desatadora de Nós na própria cláusula *desgarrada* – “Que desate os nós da sua vida e de sua família, assim seja” com o uso do vocábulo “nós”. Além disso, o uso do pronome demonstrativo “esta” referindo-se à imagem da vela usada na primeira cláusula “Compartilhe esta vela suplicando a Nossa Senhora” reforça que existe uma relação tanto com a porção textual anterior quanto ao domínio discursivo religioso envolvido pela postagem. Por isso, não é simplesmente um dado de *desgarramento* cotextual, mas sim, contextual. Não foi usado nenhum sinal de pontuação terminativo entre a cláusula que apresenta o predicador “suplicar” e a *desgarrada* nem tampouco se usam espaços em branco (cf. Tenani: 2008). A separação e o realce dado à *desgarrada* é propiciado pelas imagens de Nossa Senhora ao lado e a vela ao centro. Nessa postagem, a imagem é fundamental para a análise do fenômeno.



**Figura 13**  
Fonte: minha própria *timeline*

O que notamos na figura 14 é bem diferente. Embora se utilizem cor e imagens de borda na figura, estas não contribuem para a construção do sentido do texto como vimos em 13. A *desgarrada* “Que seja um mês abençoado!” vincula-se imediatamente à cláusula anterior “Agosto, seja bem-vindo!”, estando separada desta pelo ponto de exclamação. O mesmo acontecerá com a outra *desgarrada* enumerada “Que não nos falte a saúde, o amor, a paz, a fé e o equilíbrio em todas as áreas”.



**Figura 14**  
Fonte: minha própria *timeline*

#### 4. Conclusão

Os resultados antes apresentados ratificaram o fato de que, na língua escrita, o ponto é o principal índice do fenômeno do *desgarramento* e, conforme vimos em Cunha e Cintra (1989, p. 632), com o isolamento pela pontuação de orações que comporiam um período composto, o falante não só modifica a estrutura sintática do período como também seu sentido. A nova

oração criada por ele ganha mais realce e isto não se verifica no uso convencional dos sinais de pontuação, como asseveram Soncim e Tenani (2015).

Tendo em vista que, no *corpus* analisado, há casos em que a estrutura *desgarrada* é usada e identificada tão somente pela situação comunicativo-interativa e um grande número deles em que as cláusulas são identificadas pelo cotexto, independente do gênero textual em que se inserem, a distinção proposta neste artigo ajuda principalmente na análise de dados de língua escrita.

A análise dos dados do *corpus* permitiu comprovar a hipótese de que as completivas podem ser *desgarradas*, mesmo que não estejam em sequenciação parafrástica, reiterando ou repetindo estruturas sintáticas que ocorreram antes na cadeia discursiva, conforme postulado por Decat (2011).

Portanto, há relativas apositivas *desgarradas* e não *desgarradas* e circunstanciais *desgarradas* e não *desgarradas*, conforme os trabalhos de Decat (2011) e de Silvestre e Rodrigues (2014) e agora acrescentamos que há completivas *desgarradas*, que não aparecem apenas em estruturas parafrásticas, conforme descrito por Decat (2011), e há completivas não *desgarradas*.

Propomos, por isso, a recategorização do fenômeno do *desgarramento*, com base no comportamento das completivas do nosso *corpus* em comparação com as de Decat (2011), em *desgarramento* inerentemente pragmático; *desgarramento* contextual; *desgarramento* cotextual.

<b>Tipos de <i>desgarramento</i></b>
<i>Desgarramento</i> inerentemente pragmático
<i>Desgarramento</i> contextual
<i>Desgarramento</i> cotextual

Esperamos que esta proposta de tipologia possa contribuir para o refinamento da análise das cláusulas *desgarradas*, principalmente, na modalidade escrita da língua. Esperamos, ainda, que, em termos de ensino de Língua Portuguesa, a identificação e aceitação do fenômeno promova uma reflexão sobre os conceitos de oração principal e subordinada, e, também sobre os usos dos sinais de pontuação.

### Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Júlio & LEFFA, Vilson (org.). *Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?* São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- BOSSAGLIA, Giulia. Orientação pragmática da sintaxe na fala espontânea: uma análise *corpus-based* da subordinação completiva e adverbial no português do Brasil. *Domínios da linguagem* (<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>) –v.9, n. 5 (dez. 2015) – ISSN 1980-5799.
- CHAFE, Wallace L. *The deployment of consciousness in the production of a narrative*. In: CHAFE, W. L. (Ed.) *The Pear Stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luiz F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DECAT, Maria Beatriz N. *Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas: Pontes Editora, 2011.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- FORD, Cecilia. *Variation in the intonation and punctuation of different adverbial clause types in spoken and written English*. Santa Bárbara Papers. Santa Bárbara, 1988.
- GÓIS, Carlos. *Método de análise (lexia e lógica) ou sintaxe das relações*. 12<sup>a</sup>. ed., Gráfica Sauer: Rio de Janeiro, 1943.
- SILVESTRE, A. P. S.; RODRIGUES, V. V. O 'Desgarramento' de cláusulas comparativas e a interface sintaxe-prosódia. In: XXV Jornada Nacional do GELNE, 2014, Natal - RN. *Anais da XXV Jornada Nacional do GELNE*. Campus Lagoa Nova - Natal - RN: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - EDUFRN, 2014. v. 1. p. 1-11.
- TRAVAGLIA, L. C. (1996). *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez. p. 70; 85.
- SOUSA, Gisele Cássia. Determinantes semântico-funcionais na integração gramatical de orações completivas. *Estudos Linguísticos XXXVI* (1), janeiro-abril, 2007. p. 143-151.
- SONCIN, Geovana e TENANI, Luciani. Emprego de vírgula e prosódia do Português Brasileiro: aspectos teórico-analíticos e implicações didáticas. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 473-493, jul./dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v17i2p473-493>.
- TENANI, Luciani. Notas sobre a relação entre constituintes prosódicos e a ortografia. *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 231-245, jan./jun. 2008. p. 233-245.

### Abstract

Decat (2011, p. 42) states that complement clauses can only *detach* when they form a paraphrastic sequence, reinforcing or repeating syntactic structures that have occurred before in discursive chain, contributing to emphasize them or aiming at interactive and communicative objectives. In an example such as “Não sei [onde você mora]. [Onde você quer ir].”, the second clause introduced by the connective “ONDE” is argument of the verb “saber” and it is separated from the preceding clause by a full stop; that is, it is detached from the preceding clause, reinforcing its meaning. In “[Que as nossas palavras, nossos gestos e nossas ações, façam a diferença na vida das pessoas.] Porque a vida só tem sentido se for realmente para fazer o bem”, the clause between brackets, according to Góis (1943, p. 65-66), is denominated, in relation to its meaning, optative, since it expresses vows, its verb is in the subjunctive mode, it presents the expletive conjunction “que”, and it allows ellipsis of the verb “desejar”. Taking into consideration the ellipsis of such verbs, the idea of grammaticalization and use frequency of these structures, we can postulate that it is a case of complement detachment different from the one presented by Decat (2011).

Thus, we intend to complement the description of complement detached clauses introduced by Decat (2011) through the use of posts from *Facebook* and the adoption of Functionalism theory.

**Keywords:** Functionalism; detachment; complement clauses.

## MICROCONSTRUÇÃO AVALIATIVO-MODALIZADORA COM “SUPER” NA LÍNGUA PORTUGUESA – UMA ANÁLISE A PARTIR DA LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO

Evaluation-modifying microconstruction with “super” in the Portuguese language – an  
analysis from usage-based functional linguistics

Lauriê Ferreira Martins Dall’Orto (UFJF)

Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda (UFJF)

### Resumo

Este artigo tem como finalidade a descrição do pareamento forma-função da microconstrução avaliativa “*super*” mais verbo na língua portuguesa – {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> – a partir de uma proposta de rede taxonômica que relaciona tal padrão construcional de maneira hierárquica em torno de um esquema abstrato comum – {[X]<sub>op</sub> + [Y]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup>. Assume-se, para tanto, o aporte teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso, que tem como pressupostos básicos a renovação da língua pelo uso, o estudo da gramática e do discurso simultaneamente e a correlação entre formas e funções linguísticas. Adota-se como procedimento metodológico o equacionamento entre a análise qualitativa das ocorrências e o cálculo da frequência de uso. Para o levantamento e a análise das ocorrências, foi constituído um *corpus* sincrônico escrito, cujos textos, retirados de *blogs* e de revistas disponíveis na internet, foram distribuídos em um *continuum* de (in)formalidade. Os resultados obtidos apontam que a microconstrução {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> tem como características (i) o posicionamento avaliativo do locutor com atitude focalizadora, (ii) a propriedade da modalização, (iii) a atribuição da intensificação de maneira implícita e (iv) o uso [+ intersubjetivo]. Nesse sentido, observa-se que “super”, na microconstrução analisada, cumpre propósito comunicativo específico na língua portuguesa.

**Palavras-chave:** Linguística Funcional Centrada no Uso; Microconstrução; Avaliação; Modalização; “*Super*” mais verbo.

### Introdução<sup>1</sup>

**A**ssumimos, neste artigo, uma concepção de língua como interação, isto é, entendemos que atividade linguística é atividade social e cultural. É através da língua que os indivíduos relatam acontecimentos, expressam vontades e medos,

---

<sup>1</sup> O presente artigo constitui um recorte de nossa tese de Doutorado, defendida em 2018, na Universidade Federal de Juiz de Fora (MARTINS DALL’ORTO, 2018).

tentam solucionar problemas, avaliam situações, influenciam seus interlocutores, planejam ações, dentre outras funções (SALOMÃO, 1999)<sup>2</sup>.

Uma vez que a língua constitui um reflexo das experiências sociais e culturais dos indivíduos no mundo, pode-se dizer que as formas linguísticas consistem em materializações das funções discursivas pretendidas pelos usuários da língua nas interações comunicativas. Sendo assim, a funcionalidade do sistema linguístico é compreendida em termos de estrutura interna da língua e de funções que a língua desempenha no discurso (NEVES, 1997, 2011 [2006]; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2016; MOURA, 2017).

A língua se adapta, desse modo, às necessidades comunicativas dos falantes. É nesse sentido que defendemos, neste trabalho, o conceito de gramática emergente, que diz respeito à necessidade que toda gramática tem de (re)formulação e de (re)elaboração, que se dá no e pelo contexto de uso (GONÇALVES *et al.*, 2007; FURTADO DA CUNHA, 2008; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2013; MOURA, 2017).

Embora o sistema linguístico seja dinâmico, adaptativo e complexo, construindo-se na interação entre locutores e interlocutores, acredita-se que tal dinamismo não se estabelece de maneira arbitrária na língua (WILSON & MARTELOTTA, 2013 [2008]).

Dessa maneira, a gramática da língua é entendida como um conjunto de regularidades (ou de esquemas simbólicos) que são mobilizados no momento da elaboração e da organização do discurso, e de estruturas linguísticas em variação e mudança (MARTELOTTA *et al.*, 1996; FURTADO DA CUNHA, 2008; BYBEE, 2010; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2013). Segundo Furtado da Cunha (2008, p. 173), “ao lado de padrões morfossintáticos estáveis, sistematizados pelo uso, a gramática de qualquer língua exhibe mecanismos de codificação emergentes, que são consequentes da necessidade de formas mais expressivas”.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo a descrição do pareamento forma-função da microconstrução avaliativa {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup>, que é instanciada na língua portuguesa para cumprir propósito comunicativo específico, conforme é possível observar no exemplo seguinte:

---

<sup>2</sup> Cf.: “Na verdade, a linguagem existe para que as pessoas possam relatar a estória de suas vidas, eventualmente mentir sobre elas, expressar seus desejos e temores, tentar resolver problemas, avaliar situações, influenciar seus interlocutores, predizer o futuro, planejar ações.” (SALOMÃO, 1999, p. 65).

(1) A Ana Beatriz Barros ainda não terminou o olho, mas dá para ver bem a pele aqui. O Giovanni também contou que a cobertura é daquelas, beem pesada. Na vida real é tenso, mas pro desfile-show **super rola**. (*Corpus* 2008 – Nível de formalidade 1)<sup>3</sup>

No exemplo (1), o locutor, por meio da construção “super rola”, avalia positivamente o uso da maquiagem pesada em um “desfile-show” – embora o avalie negativamente “na vida real”, no dia a dia. “Super”, associado ao verbo “rola”, nesse contexto, desempenha a função morfossintática de advérbio modalizador epistêmico asseverativo, uma que vez que o locutor se compromete com a veracidade da proposição, em uma estratégia de convencimento de seu interlocutor.

Para a investigação da microconstrução avaliativa {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup>, a partir de uma proposta de rede que relaciona tal padrão construcional de maneira hierárquica em torno de um esquema abstrato comum – representado formalmente por {[X]<sub>op</sub> + [Y]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> –, assumimos a abordagem da Linguística Funcional Centrada no Uso, que tem como pressupostos a investigação da língua sob o ponto de vista da gramática e do discurso, a (re)modelagem da gramática pelo uso e a correlação entre estruturas linguísticas e suas funções discursivas.

Como procedimento metodológico, adotamos o equacionamento entre a análise qualitativa e o cálculo da frequência de uso. As ocorrências da microconstrução avaliativa {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> foram coletadas de um *corpus* sincrônico escrito, composto por textos retirados de *blogs* e de revistas disponíveis na internet, os quais foram distribuídos em três níveis de formalidade.

A fim de cumprir o objetivo proposto, este artigo organiza-se da seguinte maneira: (i) na primeira seção, apresentamos os pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentam a análise empreendida neste trabalho; (ii) na segunda seção, apresentamos os resultados obtidos da análise realizada; (iii) na terceira seção, fazemos as considerações finais.

## 1. Procedimentos teórico-metodológicos

### 1.1. A Linguística Funcional Centrada no Uso

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://diadebeaute.revistaglamour.globo.com/2008/12/01/make-das-angels/>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

A partir das concepções de língua como atividade social e de gramática emergente, adotamos uma abordagem que tem como princípio a língua em uso – a Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante, também, LFCU). *Linguística Funcional Centrada no Uso* é a denominação cunhada no âmbito dos estudos do Grupo Discurso & Gramática (MARTELOTTA, 2011; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2013; BISPO & SILVA, 2016; ROSÁRIO & OLIVEIRA, 2016) para designar um modelo teórico-metodológico que assume que o sistema linguístico está fundamentado em processos linguísticos, comunicativos, socioculturais e cognitivos, os quais motivam sua constante (re)elaboração.

Em LFCU, o sistema linguístico é entendido como sendo o reflexo de capacidades cognitivas, as quais se materializam no ambiente discursivo e interacional (MARELOTTA, 2011; CEZÁRIO & FURTADO DA CUNHA, 2013). Segundo Bybee (2010), formas e funções linguísticas surgem na língua a partir de um processo conceptual de categorização, que se realiza com base em representações simbólicas ou esquemas já existentes.

A gramática da língua é, desse modo, a organização cognitiva da experiência do indivíduo com a linguagem no mundo físico e sociocultural. Por isso, em LFCU, investigam-se os usos efetivos da língua em contextos reais de produção, considerando aspectos motivadores de conceptualização, categorização, analogia, inferência sugerida, interação, experiências socioculturais, entre outros (CEZÁRIO & FURTADO DA CUNHA, 2013; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2013; SAMBRANA, 2017).

Em outras palavras, a gramática da língua, que compreende um conjunto de esquemas simbólicos que se configuram por meio da fonologia, da morfologia, da sintaxe – no polo da forma –, e da semântica, da pragmática e do discurso – no polo da função –, consiste no conhecimento que os falantes têm de determinado sistema linguístico e da organização cognitiva desse sistema a partir de suas experiências no mundo (BYBEE, 2013; TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013).

A correlação entre os aspectos da dimensão da forma e os aspectos da dimensão da função linguística, motivada por princípios cognitivos e sociocomunicativos, é denominada “construção”. Segundo Croft (2001), a noção de construção se aplica a qualquer estrutura da gramática ou do léxico, desde morfemas a padrões completamente esquemáticos. Nesse sentido, consideramos que itens isolados não produzem sentidos, de modo que padrões construcionais compreendem relações cotextuais, que são construídas no ambiente linguístico, e relações contextuais, que envolvem o contexto extralinguístico e as modalidades oral e escrita da língua (FURTADO DA CUNHA & CUNHA LACERDA, 2017).

Dessa maneira, a LFCU confere mesma dimensão ou importância ao componente estrutural e ao componente funcional da construção, assumindo a bidirecionalidade *função* < > *forma* e sugerindo que forma e função são interdependentes (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013; OLIVEIRA & ARENA, 2016; ROSÁRIO & OLIVEIRA, 2016).

Nesse contexto, Bybee (2010) e Traugott e Trousdale (2013) defendem que a língua é formada por um inventário de correlações forma-função, ou seja, por um conjunto de construções que se organizam hierarquicamente em torno de uma rede taxonômica comum. A língua é entendida, em outras palavras, como uma rede de nós interligados por elos que se estabelecem de maneira hierárquica. Tal rede taxonômica é formada por padrões mais idiossincráticos e por padrões mais esquemáticos. E a gramática, dessa maneira, consiste na organização da convivência de todos esses padrões.

Portanto, no presente artigo, dedicamo-nos à descrição da microconstrução avaliativa {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> na língua portuguesa, demonstrando como propriedades da dimensão funcional da construção moldam e são moldadas por propriedades formais na instanciação de um novo pareamento na língua. A partir da análise das ocorrências coletadas em contextos reais de produção, assim, demonstramos de que maneira tal padrão construcional relaciona estrutura linguística e seu funcionamento no contexto discursivo e de que modo pode ser pensado em termos de esquematicidade.

#### 1.1.2. A rede hierárquica e a microconstrução avaliativa {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup>

No âmbito da LFCU, a língua é entendida como sendo uma grande rede de construções, isto é, de pareamentos forma-função que se relacionam de maneira hierárquica em termos de esquematicidade. Sendo assim, assume-se que qualquer língua natural é estruturada a partir de um inventário de construções mais abstratas e gerais e de construções mais específicas (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013).

Traugott e Trousdale (2013) propõem três níveis hierárquicos, a saber, *esquema*, *subesquema* e *microconstrução*, para a compreensão dos graus de generalidade e de especificidade das construções em uma rede construcional.

De acordo com os autores, o *esquema* linguístico consiste na representação virtual mais alta da rede construcional. O *esquema*, sendo uma construção formal e funcionalmente mais geral e altamente abstrata, apresenta diversas possibilidades de preenchimento (*slots*). Nos

níveis intermediários de uma rede estão os *subesquemas*, os quais abarcam conjuntos de construções individuais que possuem semelhanças entre si. Por fim, as *microconstruções* são construções individuais, propriamente ditas, isto é, construções mais básicas, (i) que mantêm suas especificidades em relação ao pareamento forma-função, (ii) que se convencionalizam na língua nos níveis mais baixos da rede e (iii) que preenchem os *slots* dentro dos *subesquemas* (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013).

Uma construção que é mais abstrata e mais esquemática é, também, mais convencionalizada na língua, bem como apresenta mais *slots* em sua constituição. Por outro lado, uma microconstrução é mais específica, apresentando restrições de preenchimento (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013).

No que tange à microconstrução avaliativa  $\{[\text{super}]_{\text{op}} + [\text{verbo}]_{\text{var}}\}^{\text{int/foc}}$ , entendemos que esta seja um pareamento pertencente a um esquema mais abstrato, cuja configuração formal e funcional pode ser observada no quadro a seguir:

ESQUEMA	
<b>Função</b>	<i>Posicionamento avaliativo do locutor com atitudes intensiva e focalizadora</i>
<b>Forma</b>	$\{[X]_{\text{op}} + [Y]_{\text{var}}\}^{\text{int/foc}}$

Quadro 1 : Configuração funcional e formal do esquema

A construção mais esquemática  $\{[X]_{\text{op}} + [Y]_{\text{var}}\}^{\text{int/foc}}$ , recrutada pelo locutor para fins de posicionamento avaliativo com atitudes intensificadora e focalizadora (int/foc), é composta por dois *slots* – X e Y –, que representam duas possibilidades de preenchimento por estruturas simbólicas. X representa o *slot* preenchido por intensificadores e focalizadores, tais como “super”, “mega”, “hiper” ou “ultra” – denominado operador (op) –; e Y representa o *slot* preenchido por elementos intensificados e focalizados, que podem ser um adjetivo, um advérbio, um substantivo ou um verbo – denominada variável (var).

Para Martin (2003), White (2003) e Page (2003), a avaliação está relacionada ao posicionamento, à expressão de emoções, de atitudes e de julgamentos de valor, e aos significados que mostram o compromisso do falante com as proposições. Sendo assim, formas linguísticas são utilizadas para avaliar, para adotar posturas, para construir personalidades e para administrar posicionamentos e relações interpessoais.

Martin (2003) distingue três categorias de avaliação: (i) o afeto, (ii) a apreciação e (iii) o julgamento. A avaliação por afeto diz respeito à manifestação das emoções e dos sentimentos do falante; a avaliação por apreciação refere-se a atributos; a avaliação por julgamento diz respeito à manifestação de atitudes sobre a moral do indivíduo (VIEIRA, 2007).

No âmbito dos estudos em LFCU, o posicionamento avaliativo do locutor tem sido tratado a partir da perspectiva da (inter)subjativização – expansão semântico-pragmática de uma construção em direção a funções mais abstratas e interpessoais. Segundo Traugott (1995, 2010), Traugott e Dasher (2005) e Cuyckens *et al.* (2010), a subjativização consiste na codificação linguística das atitudes, das crenças, dos valores e das avaliações do locutor. Já a intersubjativização consiste na codificação da preocupação do locutor com o *self* de seu interlocutor.

No que concerne à pesquisa empreendida, assumimos que a construção mais esquemática  $\{[X]_{op} + [Y]_{var}\}^{int/foc}$ , que envolveria a instanciação de construções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” ou “ultra” associadas a adjetivo, advérbio, substantivo ou verbo, teria como função mais abstrata a expressão do posicionamento avaliativo do locutor sobre si mesmo, sobre alguém, sobre algo ou sobre a própria proposição.

Além do domínio funcional mais abstrato do posicionamento avaliativo do locutor e da estratégia semântico-discursiva da intensificação – que, segundo Silva (2014), constitui uma estratégia discursiva de acréscimo semântico a uma noção conceptual para além de sua concepção normal ou já graduada –, evidenciamos que a construção mais esquemática  $\{[X]_{op} + [Y]_{var}\}^{int/foc}$  indexa, ainda, a focalização – também denominada relevo ou proeminência.

Para Travaglia (1999), a focalização, ou proeminência, tem por objetivo enfatizar, intensificar, marcar um valor especial, estabelecer contraste, reforçar argumento, marcar importância, marcar foco informacional etc. Gonçalves (1998) define a focalização como sendo uma espécie de refletor direcional, de modo que o falante chama a atenção do ouvinte para uma porção da proposição, que é entendida como mais informativa ou mais relevante.

A focalização na construção mais esquemática  $\{[X]_{op} + [Y]_{var}\}^{int/foc}$  é denominada por Quarezemin (2009) como foco estreito. O foco estreito é aquele que desencadeia uma relação operador-variável por meio de uma configuração de escopo. Nas construções por nós analisadas, X atua como operador, cuja função é focalizar, ao passo que Y, disposto à direita do operador, funciona como o escopo da focalização, também chamado de variável.

Nesse contexto, identificamos treze microconstruções que se distribuem, por similaridades e por especificidades no que se refere às suas propriedades formais e funcionais, em três diferentes subesquemas. Tais subesquemas se diferenciam semântica e sintaticamente em função do escopo da intensificação e da focalização e do papel morfossintático exercido por “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” nas construções – se advérbio de intensidade, se adjetivo qualificativo, se advérbio modalizador.

Neste trabalho, os três subesquemas identificados são organizados em torno de um esquema construcional mais abstrato e sugerem um possível *continuum* de crescente intersubjetivização. O subesquema 1, representado pela formalização simbólica  $\{[X]_{op} + [adj/adv]_{var}\}^{int/foc}$ , indexa focalização, intensificação explícita e uma ancoragem [+ intersubjetiva]. Nesse subesquema, o locutor expressa sua avaliação explícita sobre si mesmo, sobre o outro ou sobre determinada realidade. O subesquema 2, representado pela formalização simbólica  $\{[X]_{op} + [subs]_{var}\}^{int/foc}$ , tem por características funcionais a focalização, a intensificação implícita, a qualificação e uma ancoragem [+ intersubjetiva] do que a do subesquema 1. No subesquema 2, o locutor exprime sua avaliação sobre o outro ou sobre uma realidade. Por fim, o subesquema 3, representado pela formalização simbólica  $\{[X]_{op} + [verbo]_{var}\}^{int/foc}$ , articula focalização, intensificação implícita, modalização e uma ancoragem [+ intersubjetiva] do que a dos subesquemas 1 e 2. A ancoragem ainda mais intersubjetiva do subesquema 3 deve-se ao fato de as suas microconstruções indexarem o posicionamento do locutor acerca da própria proposição.

Cada um dos subesquemas identificados compreende microconstruções que, além de apresentarem similaridades entre si, possuem suas particularidades. No presente artigo, realizamos um recorte de um trabalho maior, a fim de descrever apenas a microconstrução avaliativa  $\{[super]_{op} + [verbo]_{var}\}^{int/foc}$ , já que esta, além de produtiva e recente na língua, tem demonstrado um comportamento peculiar no que diz respeito ao propósito comunicativo de “super”.

## 1.2. O método misto

Para a realização da pesquisa, adotamos como procedimento de análise o método misto, que diz respeito ao equacionamento entre as análises qualitativa e quantitativa dos dados, uma vez que temos como objetivo descrever o pareamento forma-função da microconstrução avaliativa  $\{[super]_{op} + [verbo]_{var}\}^{int/foc}$ , que se convencionaliza na língua a partir do aumento de sua frequência de uso.

O método misto consiste na combinação entre os métodos qualitativo e quantitativo que visa à ampliação do conhecimento do analista sobre o objeto investigado, uma vez que possibilita a descrição prévia das categorias em que os dados se inserem, a elaboração de generalizações a partir da quantificação dos dados e a interpretação de determinados padrões.

Em suma, o método misto possibilita uma análise mais minuciosa do objeto e de seu contexto de ocorrência (SCHIFFRIN, 1987; CRESWELL, 2007; JOHNSON et al., 2007).

Desse modo, o método misto constitui uma metodologia em conformidade com as proposições teóricas adotadas neste artigo. Segundo Cunha Lacerda (2016), o uso do método misto permite ao pesquisador identificar e descrever padrões construcionais individuais, que se convencionalizam na língua a partir do aumento da frequência de uso e que estão pautados em esquemas abstratos de natureza cognitiva.

As ocorrências das construções avaliativas analisadas foram coletadas em um *corpus* sincrônico escrito, composto por textos retirados de *blogs* e de revistas disponíveis na internet, os quais foram distribuídos em três níveis de formalidade. Cada um dos níveis de formalidade é composto por 900 mil palavras.

A proposta de distribuição dos textos em níveis de formalidade advém da perspectiva da variação diafásica, ou variação da língua por um mesmo indivíduo a depender da situação comunicativa em que está inserido (OLIVEIRA, 2012). Nesse sentido, busca-se uma maior representatividade da língua, em um *continuum* que vai do registro mais formal ao registro mais informal do sistema linguístico. Além disso, o *continuum* de (in)formalidade consiste em mais um controle do pesquisador para evitar que os resultados sejam enviesados, fornecendo pistas acerca dos contextos propícios para a instanciação e a convencionalização das construções avaliativas investigadas.

## 2. Resultados

Na presente seção, descrevemos o pareamento forma-função referente à microconstrução avaliativa  $\{[\text{super}]_{\text{op}} + [\text{verbo}]_{\text{var}}\}^{\text{int/foc}}$ , que está vinculado aos padrões construcionais que configuram o subesquema 3 –  $\{[\text{X}]_{\text{op}} + [\text{verbo}]_{\text{var}}\}^{\text{int/foc}}$  – e o esquema –  $\{[\text{X}]_{\text{op}} + [\text{Y}]_{\text{var}}\}^{\text{int/foc}}$  – da rede construcional.

A microconstrução avaliativa  $\{[\text{super}]_{\text{op}} + [\text{verbo}]_{\text{var}}\}^{\text{int/foc}}$  atua no posicionamento avaliativo do locutor com atitudes intensiva e focalizadora e, ainda, exprime modalização. Nesse caso, o advérbio modalizador, que aparece em posição anteposta a verbos ou a locuções verbais, além de focalizar o elemento subsequente e exprimir intensidade implícita, também modaliza a proposição, podendo ser substituído por “com certeza”, “mesmo”, “de fato”, “realmente”, entre outros.

Segundo Neves (2000) e Castilho (2010), os advérbios modalizadores são utilizados pelo locutor para exprimir seu posicionamento avaliativo no que tange à proposição. Segundo Neves (2000), advérbios modalizadores codificam a atitude do locutor em relação à veracidade da proposição, tendo como função “modalizar quanto ao valor de verdade, modalizar quanto ao dever, restringir o domínio, definir a atitude e, até, avaliar a própria formulação linguística” (NEVES, 2000, p. 244).

Na construção avaliativa analisada neste trabalho, o advérbio modalizador é do tipo epistêmico asseverativo. Advérbios modalizadores epistêmicos asseverativos exprimem uma avaliação do locutor acerca do valor de verdade do que é dito na proposição (CASTILHO, 2010; NEVES, 2000). Sendo assim, advérbios modalizadores epistêmicos asseverativos “podem ser representados pelo predicador ‘eu sei com certeza que p’, em que p corresponde ao conteúdo sentencial” (CASTILHO, 2010, p. 555).

Neves (2000) pondera que o uso de advérbios modalizadores epistêmicos asseverativos não garante que o conteúdo da proposição seja, de fato, verdadeiro. Para a autora, tais advérbios apenas indicam que o locutor pretende marcar sua proposição como digna de credibilidade. É nesse contexto que, nesta pesquisa, assumimos que a microconstrução avaliativa {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> é [+ intersubjetiva], pois, além de codificar o posicionamento avaliativo do locutor em relação à proposição, o locutor assevera seu discurso em uma estratégia de convencimento de seu interlocutor.

A microconstrução avaliativa {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> tem como particularidade a modificação de força intensiva em força com que o locutor acredita na veracidade da proposição. Nesse sentido, a intensificação é de explicitude indireta – nos termos de Silva (2008, 2014). Logo, nessa microconstrução, pode-se dizer que a atribuição de intensidade se torna menos saliente, enquanto a modalização ganha relevo.

Observemos as ocorrências a seguir:

(2) Eu trabalho há 20 anos na Conspiração, que é uma empresa formada por homens. E eu vi mulheres muito fortes passarem lá e não aguentaram a barra. Porque é difícil lidar com tanto homem. Eu **super me dou** com eles, mas tem que ter jogo de cintura o tempo inteiro. Por outro lado, a estrutura de produção hoje no mercado audiovisual é feminina. As mulheres estão em todos os cargos. Às vezes você está numa mesa com 15 mulheres. (*Corpus* 2014 – Nível de formalidade 2)<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/descontrole-de-qualidade>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

(3) Durante a nossa estadia em Miami, nós tivemos uma parceira que nos ajudou em TUDO o que precisávamos nesses dias, a Chris Brooks e sua equipe do Club Concierge, pra quem não conhece, é uma empresa que presta serviço ao cliente e não importa o que você deseja. Eu amei conhecer o trabalho deles e **super indico** pra quem for curtir uns dias na cidade. Foram eles que organizaram praticamente tudo para nós [...] (*Corpus* 2014 – Nível de formalidade 1)<sup>5</sup>

(4) Pois criei coragem e saí outro dia de sombra azul, como falei que faria. E de dia. Escolhi uma da Contém 1g nova, a Fascination na cor Olivina opaco. Ela é meio turquesa mas não é tão vibrante, uma cor bem legal, e o aplicador dispensa pincel. Passei como se fosse um delineador, só que mais grosso um pouco (tentando imitar o da Kate Bosworth no Met). Aí olhei no espelho, achei que tava too much e esfumei um pouquinho, passei rímel e pronto. Eu adorei o efeito, mas a reação das pessoas foi nula!!! Hahaha ou seja, ou ninguém reparou (da próxima vez vou deixar sem esfumar) ou todo mundo **super aceitou** o estilo azul, o que é um bom sinal. (*Corpus* 2008 – Nível de formalidade 1)<sup>6</sup>

(5) Já tinham comentado comigo várias vezes sobre a marca de maquiagem Nyx mas eu nunca tinha prestado atenção... acho até que vi um quiosque deles em Buenos Aires lá na Pacífico, mas também nem dei bola! Esses dias assistindo os tutoriais do youtube (gente eu tô realmente empenhada em aprender novos makes) eu percebi que as meninas americanas usam móóóóinto os produtos da Nyx e **super recomendam**. As sombras são mega pigmentadas e tem em uma variedade de cores tããã grande que fica difícil escolher. (*Corpus* 2008 – Nível de formalidade 1)<sup>7</sup>

(6) Sinceramente não sei dizer qual desses é meu favorito, acabo usando cada hora um. Como já falei aqui no blog algumas vezes, acho lápis preto dos produtos mais versáteis que há, e tendo um em mãos você consegue fazer makes simples, rápidos e que dão o maior efeito!! (...) Reparem que nesse segundo vídeo usei um lápis da categoria “seco” para fazer o borrado – porque **SUPER dá** para ser com ele, é só que os mais cremosos que mostrei acima deslizam melhor! (*Corpus* 2011 – Nível de formalidade 1)<sup>8</sup>

(7) Alguns quilômetros de trânsito na Marginal depois, fui encontrar a Letícia do Notas de Beleza, que convidou a equipe do Vnf? para o SOHO Coleções – Primavera/Verão 2008/2009, um desfile do SOHO, veia artística do SOHO, responsável por inovar, inventar, pensar e criar cores e cortes que refletem as tendências internacionais. Claro que minha professora de inglês **super entendeu** a causa e lá fui eu

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://camilacoelho.com/2014/07/31/nossa-estadia-em-miami-com-o-club-concierge/>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://diadebeaute.revistaglamour.globo.com/2008/06/04/azul-uma-experiencia/>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.garotasestupidas.com/linda-por-menos/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://diadebeaute.revistaglamour.globo.com/2011/12/27/lapis-pretos-comparando/>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

sentar na primeira fila, ho ho ho. Eu nem vou comentar sobre a angústia de “o que vestir num desfile?” ou “o que fazer no cabelo num desfile de cabelo do Soho?” porque acabei não fazendo nada, por sorte, pois a chuva deixou meu cabelo com aparência de gato morto na enchente /piadainterna>. (*Corpus* 2008 – Nível de formalidade 1)<sup>9</sup>

(8) Adoro misturar camisetas “podrinhas” com uma peça de couro, por exemplo. Podem fazer esse teste em casa, **super funciona** e fica um charme! Gostaram desse look tranquilex? Rs (*Corpus* 2011 – Nível de formalidade 1)<sup>10</sup>

No exemplo (2), a executiva Carolina responde à pergunta do entrevistador da revista “TPM” a respeito de como é trabalhar em uma empresa essencialmente masculina. O posicionamento de Carolina é o de que não é fácil lidar com tantos homens, sendo preciso “ter jogo de cintura”. Todavia, ela quebra a expectativa do interlocutor quando profere o enunciado “Eu super me dou com eles”. Com a construção “super me dou com eles”, a locutora se compromete com o conteúdo que está sendo veiculado pela proposição quando assevera sua afirmação de que tem uma relação realmente boa com os homens da empresa, já antecipando uma possível desconfiança do interlocutor em relação a seu discurso. Dessa maneira, Carolina focaliza e assevera a expressão verbal “me dou”. Observamos, ainda, nessa ocorrência, que a leitura intensiva autorizada pela forma “super” se transforma em força asseverativa.

No exemplo (3), o advérbio modalizador “super” focaliza o verbo “indico” e sinaliza para o interlocutor que o locutor está se comprometendo com a verdade da proposição. Dessa maneira, mais do que indicar o trabalho de Chris Brooks e de sua equipe do Club Concierge, o locutor assevera a verdade proferida: ele realmente indica o trabalho, ele o indica com toda certeza. Nessa ocorrência, a intensidade com que o locutor indica determinado trabalho se transforma em força asseverativa. Dessa maneira, a leitura intensiva é alcançada nas entrelinhas do texto.

Em (4), o locutor, com a construção “super aceitou o estilo azul”, além de se comprometer com a veracidade da proposição, julga como sendo positiva a possibilidade de as pessoas aceitarem, com naturalidade, a sombra azul durante o dia. Nessa construção, “super” atua como um advérbio focalizador e de modalização epistêmica asseverativa.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.vendenafarmacia.com.br/2008/10/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.blogdamariah.com.br/index.php/2011/11/look-do-dia-huck/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

Em (5), a blogueira Camila Coutinho pondera que nunca tinha prestado atenção nas maquiagens da Nyx até perceber que as meninas americanas usam muito e “super recomendam”. Com a construção “super recomendam”, Camila avalia os produtos da Nyx como sendo de boa qualidade, bem como pretende convencer seus interlocutores a compartilharem da mesma avaliação.

No exemplo (6), a blogueira Vic Ceridono comenta e avalia a qualidade de alguns lápis pretos para olhos. Com a construção “SUPER dá pra ser com ele”, a blogueira sustenta a sua opinião, alcançada via processo inferencial, de que o lápis da categoria “seco” é bom, e, ainda, avalia como sendo positiva a possibilidade de fazer um borrado com tal lápis, embora os mais cremosos deslizem melhor. O advérbio modalizador “super”, desse modo, além de dar proeminência ao verbo “dá”, assevera a proposição de que, sim, dá para fazer o borrado com o lápis seco. Vic Ceridono utiliza, ainda, o recurso ortográfico das letras garrafais em “SUPER” a fim de maximizar sua avaliação positiva e sua asseveração.

No exemplo (7), o locutor revela ter sido convidado para um desfile do SOHO, que é “responsável por inovar, inventar, pensar e criar cores e cortes que refletem as tendências internacionais”. De acordo com a inferência sugerida no texto, o desfile aconteceria no mesmo horário da aula de inglês do locutor. Nesse sentido, a fim de avaliar o desfile como sendo um evento importante, o locutor utiliza a construção “super entendeu”, referindo-se à compreensão da professora de inglês quanto à falta da aluna à aula. Percebemos, nesse caso, uma motivação emocional e uma motivação argumentativa que justificam seu comportamento final – ir ao desfile.

No que se refere ao exemplo (8), o locutor avalia positivamente a combinação camiseta “podrinha” e peça de couro. Através do advérbio “super”, o locutor coloca em relevo o verbo “funciona”, ao mesmo tempo em que se compromete com a veracidade da proposição, em uma estratégia de convencimento de seus interlocutores. Mais uma vez, observamos que a força intensiva de “super” se transforma em força asseverativa, revelando um uso [+ intersubjetivo].

### 3. Considerações finais

No presente trabalho, defendemos que a microconstrução avaliativa {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> pode ser pensada com base em um esquema mais abstrato – {[X]<sub>op</sub> + [Y]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup>

–, que permite a emergência de novos padrões construcionais, os quais, mesmo possuindo similaridades com outras construções da rede, apresentam especificidades.

Com os exemplos expostos, evidenciamos que, na microconstrução avaliativa {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup>, o locutor codifica linguisticamente seu posicionamento avaliativo em relação à veracidade da proposição, mediante os recursos da focalização, da intensificação e da modalização.

Verificamos, também, com base na análise qualitativa dos dados, que, nessa microconstrução, fica mais evidente o papel do locutor como responsável pela proposição. Ao mesmo tempo em que o locutor seleciona palavras e sentimentos para expor os fatos, posicionando-se como autor, compromete-se com as palavras que profere, posicionando-se como responsável.

Portanto, neste trabalho, defendemos que a microconstrução avaliativa {[super]<sub>op</sub> + [verbo]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> se caracteriza como sendo [+ intersubjetiva], visto que exprime, além da focalização, a intensificação implícita – que fica a cargo da interpretação do interlocutor – e o posicionamento avaliativo do locutor diante da proposição mediante o recurso da modalização. Nessa microconstrução, a intensificação do verbo se transforma em força asseverativa, de maneira a indicar o comprometimento do locutor com relação à veracidade da proposição.

Entendemos, dessa maneira, que a pesquisa realizada será relevante aos estudos que têm como princípio a língua em uso e, mais especificamente, àqueles que se dedicam à investigação da instanciação de construções a partir de uma proposta de rede esquemática. Com o presente trabalho, pretendemos, ainda, contribuir com os estudos teóricos nos domínios da avaliação e da modalização na linguagem.

## Referências bibliográficas

BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Variação linguística, mudança linguística e construcionalização. In: XXI SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS DISCURSO & GRAMÁTICA E VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DISCURSO & GRAMÁTICA. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

BYBEE, J. L. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. 252 p.

\_\_\_\_\_. Usage-based Theory and Exemplar Representations of Constructions. In: HOFFMAN, T; TROUSDALE, G. (Orgs.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. New York: Oxford University Press, 2013, p. 52-64.

CASTILHO, A. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. 768 p.

CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. Apresentação. In: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 7-11.

CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 249 p.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001. 448 p.

CUNHA LACERDA, P. F. A. da. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, volume especial, p. 83-101, dez. 2016.

CUYCKENS, H.; DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L. Introduction. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Orgs.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlim/New York: De Gruyter Mouton, 2010, p. 1-26.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 157-176.

\_\_\_\_\_.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 13-44.

\_\_\_\_\_.; SILVA, J. R.; BISPO, E. B. O pareamento forma-função nas construções: questões teóricas e operacionais. *Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, volume especial, p. 55-67, dez. 2016.

\_\_\_\_\_.; CUNHA LACERDA, P. F. A. da. Gramática de Construções: princípios básicos e contribuições. In: OLIVEIRA, M. R. de; CEZÁRIO, M. M. (Orgs.). *Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes*. Niterói: Eduff, 2017, p. 17-45.

GONÇALVES, C. A. Foco e topicalização: delimitação e confronto de estruturas. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.31-50, jan./jun. 1998.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEBGALVÃO, V. C. (Orgs.). *Introdução à Gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 207 p.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a definition of mixed methods research. *Journal of mixed methods research*, v. 1, n. 2, p. 112-133, abril 2007.

MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011. 136 p.

\_\_\_\_\_.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. (Orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. 320 p.

MARTIN, J. R. Introduction. *Text*, v. 23, n. 2, p. 171-181, 2003.

MARTINS DALL'ORTO. *Construções avaliativas com "super", "mega", "hiper" e "ultra" na língua portuguesa: uma proposta de rede construcional a partir da linguística funcional centrada no uso*. 2018. 225 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais.

MOURA, M. Z. de. *Complexo oracional subjetivo sob a abordagem construcional da mudança*. 2017. 223 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 160 p.

\_\_\_\_\_. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 1008 p.

\_\_\_\_\_. *Texto e gramática*. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011 [2006]. 336 p.

OLIVEIRA, M. R. de; ARENA, A. B. Arquitetura construcional e competição pelo uso. In: XXI SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS DISCURSO & GRAMÁTICA E VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DISCURSO & GRAMÁTICA. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

OLIVEIRA, N. F. de. *Gramaticalização do verbo "esperar": uma abordagem funcionalista*. 2012. 245 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais.

PAGE, R. An analysis of appraisal in childbirth narratives with special consideration of gender and stotytelling style. *Text*, v. 23, n. 2, p. 211-237, 2003.

QUAREZEMIN, S. *Estratégias de focalização no português brasileiro: uma abordagem cartográfica*. 2009. 198 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

ROSÁRIO, I. da C. do.; OLIVEIRA, M. R. de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 233-259, 2016.

SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos de linguagem. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 61-79, 1999.

SAMBRANA, V. R. M. *Marcadores discursivos formados pelos verbos perceptivo-visuais "olhar" e "ver": uma abordagem construcional*. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

SCHIFFRIN, D. Discourse markers. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. 364 p.

SILVA, J. R. Motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas nos processos de intensificação. 2008. 308 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, Rio Grande do Norte.

\_\_\_\_\_. O grau em perspectiva: uma abordagem centrada no uso. São Paulo: Cortez, 2014. 140 p.

TRAUGOTT, E. C. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. In: *ICHL XII*, Manchester: Stanford University, 1995.

\_\_\_\_\_. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Orgs.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlim/New York: De Gruyter Mouton, 2010, p. 13-26.

\_\_\_\_\_.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. New York: Cambridge University Press, 2005. 364 p.

\_\_\_\_\_.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013. 279 p.

TRAVAGLIA, L. C. O relevo no Português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). *Gramática do Português Falado Vol. VII: Novos estudos*. São Paulo: Humanitas / FFLCHUSP; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1999, p. 77-130.

VIEIRA, A. T. *A dimensão avaliativa da argumentação na fala opinativa de profissionais de uma empresa em processo de mudança*. 2007. 160 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WILSON, V.; MARTELOTTA, M. E. Arbitrariedade e iconicidade. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013 [2008], p. 71-85.

WHITE, P. *An introductory tour through appraisal theory*. 2003. Disponível em: <[http://www.gramatics.com/appraisal/Appraisal Guide](http://www.gramatics.com/appraisal/Appraisal%20Guide)>. Acesso em: 10 set. 2004.

### Abstract

This article intends to describe the form-function pairing of the evaluative micro-construction “*super*” associated to a verb in the Portuguese language – {[super]<sub>op</sub> + [verb]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> – from a proposed taxonomic network that relates such constructional pattern in a hierarchical way around a common abstract scheme – {[X]<sub>op</sub> + [Y]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup>. For this, we are based on the contribution of Usage-based Functional Linguistics, whose basic assumptions are the renewal of language through use, the study of grammar and discourse simultaneously, and the correlation between linguistic forms

and functions. The methodology used is the equation between the qualitative analysis of the occurrences and their frequency of use. For the analysis of the occurrences, we have constituted a written synchronic *corpus*, whose texts, taken from blogs and magazines available on the Internet, established within an (in)formality *continuum*. The obtained results point out that the micro-construction {[super]<sub>op</sub> + [verb]<sub>var</sub>}<sup>int/foc</sup> has as characteristics (i) the evaluative positioning of the speaker with a focusing attitude, (ii) the property of modalization, (iii) the attribution of intensification implicitly and (iv) the [+ intersubjective] use. In this sense, it is observed that “super”, in the analyzed micro-construction, fulfills a communicative purpose in the Portuguese language.

**Keywords:** Usage-based Functional Linguistics; Micro-construction; Evaluation; Modalization; “*Super*” associated to a verb.

## A MULTIFUNCIONALIDADE DE “ALIÁS”: VALORES SEMÂNTICOS E SINTÁTICOS EM PERSPECTIVA FUNCIONAL

“Aliás” multifunctionality: semantic and syntax values in a functional perspective

Nice da Silva Ramos (UFF)

### Resumo

Esta pesquisa consiste no estudo funcional de *aliás*, observando seus aspectos semânticos e sintáticos, utilizado no domínio da argumentação. Embasamo-nos no aparato teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), da Linguística Textual (LT), e da Argumentação, e o *corpus* consiste nas teses de doutoramento em Letras Vernáculas da UFRJ, dos anos de 2014, 2015 e 2016. Grande parte das obras normativas, como também a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), classifica o *aliás* como palavra denotadora de retificação, enquadrando-o no rol das palavras não incluídas entre os advérbios. Em gramáticas e dicionários de autores consagrados, *aliás* é muitas vezes considerado advérbio. Durante a pesquisa, constatamos o uso de *aliás* como operador argumentativo em 100% das ocorrências, seja articulando variadas porções textuais, seja retificando enunciados, restando-nos esclarecer os valores sintáticos por trás da função textual de operador argumentativo. A análise preliminar é pautada no posicionamento de *aliás* e na descrição das estruturas morfossintáticas que o instanciam. Os resultados, após uma reavaliação, por tratar-se de pesquisa em andamento, apontam, *a priori*, 21 padrões instanciadores desse item em suas 98 ocorrências.

**Palavras-chave:** *aliás*; multifuncionalidade; funcionalismo.

### Introdução

A força do discurso, nas diversas situações interacionais, molda as estruturas linguísticas, por meio de novas construções, novos significados. Em muitos momentos, retomam-se velhos usos, adaptando a língua às necessidades comunicativas em níveis sintáticos, semânticos e discursivo-pragmáticos.

Segundo Cezário e Furtado da Cunha (2013, p. 174), “se a função mais importante da língua é a contínua interação entre as pessoas, que se alternam como falantes e ouvintes, essa função deve, de algum modo, condicionar a forma do código linguístico”. Assim, os estudiosos funcionalistas enfatizam a importância do uso de dados reais na análise linguística.

Em consonância com as palavras das autoras, esta pesquisa leva em conta o uso do *aliás* em um conjunto de teses de doutoramento em Letras Vernáculas, defendidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (doravante UFRJ). A partir desse *corpus*, objetivamos, neste trabalho, apresentar os aspectos semânticos e sintáticos desse item quando usado no domínio da argumentação, em textos acadêmicos.

A gramática tradicional dá um enfoque compartimentado e, portanto, limitado, às classificações dos itens gramaticais. Em uma visão funcionalista, não há de se contemplar tal ideia, tendo em vista a muito comum multifuncionalidade dos elementos linguísticos, observada nas situações reais de interação, quer na escrita, quer na fala.

A exemplo, grande parte das obras de caráter normativo classifica o *aliás* como palavra denotadora de retificação, enquadrando-o no rol das palavras que, a rigor, não estão incluídas entre os advérbios. Contudo, no dado (1), a seguir, podemos observar o equívoco a respeito dessa classificação:

(1) ...eles, nos albores da poesia moderna, retornam liricamente, outra vez, ao coração, através do poema de Fiamma, guiados pelos golfinhos, que emanam um lirismo marinado, temperado como o sangue romântico, sem a doçura do cânone sentimental, com a luz da razão dos novos tempos, *aliás*. (SARAIVA, tese/UFRJ, 2015, p. 108)

No dado (1), observamos que o *aliás* não retifica o discurso. Nesse caso, sua classificação como operador argumentativo é mais assertiva, se admitirmos que, nessa instância de uso, o *aliás* adiciona um argumento que ratifica os argumentos anteriores, reforçando, inclusive, o argumento de contraexpectativa (“sem a doçura do cânone sentimental”).

Impõe-se, portanto, a necessidade de análises e descrições que ultrapassem o que tradicionalmente é feito. No âmbito da semântica e da sintaxe, é necessário ir além dos limites oracionais e dos próprios itens, considerando-se os componentes discursivo-pragmáticos: a língua em seu uso efetivo, entre sujeitos interagentes, desempenhando seu papel comunicativo, contextualizada no momento da produção.

Nas próximas seções, apresentamos a revisão da literatura, alguns pressupostos teóricos básicos da LFCU, da Linguística Textual e da Argumentação. Abordamos a metodologia aplicada ao trabalho e a constituição do *corpus*, em que verificamos as ocorrências do *aliás*. Apresentamos os resultados parciais da análise acerca das instanciações do *aliás*, considerando a sua frequência de uso, as suas posições e os contextos morfossintáticos que possibilitam o seu recrutamento. Por último, seguimos com algumas considerações finais.

## 1. Revisão da literatura

Nesta seção, apresentamos informações sobre o *aliás*, segundo os autores pesquisados, e sua correspondência com os operadores argumentativos. Tratamos de sua relação entre os

operadores argumentativos, os advérbios e as conjunções e, ao final, apresentamos algumas informações sobre a etimologia, os significados e os sinônimos do *aliás*, segundo alguns autores. Consideramos a discussão desses pontos primordial para o delineamento de um estudo mais concreto dessa partícula nos textos em análise.

### 1.1. O *aliás* e suas definições

*Aliás* apresenta variadas nuances e definições. Aurélio (2007) e Houaiss (2015) o classificam como advérbio, nos verbetes apresentados a seguir:

**“a.li.ás adv. 1.** De outra maneira; do contrário; **2.** Além disso; além do mais. **3.** Diga-se de passagem; **4.** Ou por outra; ou seja”. (AURÉLIO, 2007, p. 110)

Segundo o autor, *aliás* é um advérbio, cujas acepções de modo, de inclusão e, até mesmo, de especificação/explicação – como no caso de “ou por outra” e “ou seja” -, estão presentes. Houaiss (2015) apresenta a mesma categorização para *aliás*, definindo-o, também, como advérbio,

**“a.li.ás adv. 1** de outro modo <estuda muito, a. tiraria notas ruins se não estudasse>**2** além disso <a. não era a primeira vez que faltava>**3** isto é; ou seja <estamos em agosto, a. julho>”. (HOUAISS, 2015, p. 42)

em que, assim como para Aurélio (2007), estão presentes as acepções de modo, de inclusão, de especificação/explicação, observadas nos exemplos citados pelo próprio autor. Bechara (2009) classifica o *aliás* como advérbio, admitindo, contudo, que, “como bem diz Mattoso Câmara, perturba a descrição e a demarcação classificatória ‘a extrema mobilidade semântica e funcional que caracteriza os advérbios’”. O mesmo autor também observa que:

A Nomenclatura Gramatical Brasileira põe os denotadores de inclusão, exclusão, situação, retificação, designação, realce, etc. à parte, sem a rigor incluí-los entre os advérbios, mas constituindo uma classe ou grupo heterogêneo chamado denotadores, [...] muitas das quais têm papel transfrástico e melhor atendem a fatores de função textual estranhos às relações semântico-sintáticas inerentes às orações em que se acham inseridas: [...]  
4 – retificação: aliás, melhor, isto é, ou antes, etc. (BECHARA, 2009, p. 291, grifo nosso)

Algumas expressões, dentre elas o *aliás*, são consideradas pela Tradição conforme a função textual que assumem. Não estabelecem, exatamente, uma função sintática e/ou

semântica entre as orações em que se inserem, mas viabilizam, contudo, o sentido no discurso em que estão inseridas. Cunha e Cintra (1985) salientam que:

certas palavras, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios, passam a ter, com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, classificação à parte, mas sem nome especial. São palavras que denotam, por exemplo:  
e) RETIFICAÇÃO: aliás, ou antes, isto é, ou melhor, etc.(CUNHA e CINTRA, 1985, p. 540-541, grifo nosso)

Dessa forma, segundo as obras inspiradas na NGB, o *aliás* se restringe a uma palavra denotadora de retificação. Essa visão, de *per se*, desconsidera as facetas a propósito dos contextos em que são instanciados. A Tradição categoriza o *aliás* como advérbio e palavra denotadora de retificação, desconsiderando suas nuances nos variados contextos que viabilizam seus usos.

Assim, ressaltamos a inadequada delimitação classificatória imposta pela Tradição aos itens linguísticos. A seguir, abordamos a relação entre o *aliás* e os operadores argumentativos, categoria bastante utilizada nas sequências argumentativas que compõem o *corpus* utilizado nesta pesquisa.

## 1.2. O *aliás* e os operadores argumentativos

O *aliás* é classificado, por alguns autores, como um operador argumentativo. Segundo Koch (2015), sobre os operadores argumentativos que somam a favor de uma mesma conclusão,

existe mais um operador que também introduz um argumento adicional a um conjunto de argumentos já enunciados, [...]: ele é apresentado como se fosse desnecessário, [...], quando, na verdade, é por meio dele que se introduz um argumento decisivo,[...], resumindo ou coroando todos os demais argumentos. Trata-se do operador *aliás*.

f. João é o melhor candidato. Além de ter boa formação em Economia, tem experiência no cargo e não se envolve em negociatas. Aliás, é o único candidato que tem bons antecedentes. (KOCH, 2015, p. 34, grifo nosso)

Antes de comentarmos essa citação mais pormenorizadamente, torna-se imprescindível a esta pesquisa alguns esclarecimentos acerca dos operadores argumentativos, visando a uma análise coerente das sequências textuais eleitas para o trabalho em andamento.

Koch (2011, p. 101) ressalta que o uso da linguagem é inerentemente argumentativo. Segundo a autora, o significado de uma frase é um “conjunto de instruções” referentes às

estratégias a serem utilizadas na decodificação do que se enuncia e na sua atualização, permitindo-lhe diversas leituras.

Essas instruções que permeiam as frases, a fim de atingir a decodificação dos enunciados, orientando a sequência discursiva, são de natureza gramatical. Dessa forma, podemos reconhecer o valor argumentativo inerente à gramática. Os encadeadores dos enunciados responsáveis por essa orientação, por sua vez, são os operadores argumentativos.

No dado (2), a seguir, exemplificamos a função encadeadora, argumentativa, do *aliás*, e não retificadora como preconiza a Tradição:

(2) (...) Quem é ele? Qual o verão? Para quem o Verão é importante? Para o narrador ou para o personagem inominado? Quem narra, *aliás*? Serão narrador e personagem a mesma pessoa? Qual a cidade peninsular, que península? Qual a indagação, qual o pintor? (VENTURA, tese/UFRJ, 2015, p. 113)

Em (2), o *aliás* opera de forma a ratificar, enfatizar todo o discurso anterior, com um argumento que sumariza todas as dúvidas mencionadas previamente no texto. Ele resume, utilizando um argumento importante (“Quem narra, *aliás*?”). Presumimos, nessa instanciação, que o *aliás* tem a função de “encapsulador”, por retomar toda a declaração anterior, em função do cotexto.

Ducrot (*apud* Koch, 2015, p. 30) utiliza o termo “operador argumentativo” para designar elementos da gramática de uma língua cuja função é indicar a força argumentativa dos enunciados, o sentido para o qual apontam, visando ao direcionamento de determinada conclusão.

O autor propõe duas noções básicas: a de *classe argumentativa* (constituída de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para uma mesma conclusão), e a de *escala argumentativa* (dois ou mais enunciados de uma classe se apresentam em gradação de força crescente, direcionados a uma mesma conclusão), conforme o dado (3):

(3) No entanto, embora a comparação seja inevitável, escolheu-se o caminho da hipérbole para a análise deste conto. A concretização metafórica da figura cristã se solidifica quase no final do conto. Todavia isso já não ocorre com o exagero. *Aliás*, toda a narrativa está pautada nele. Desde a primeira frase do texto, quando o leitor sabe que todas as mulheres de uma cidade estavam grávidas e, supostamente, de um mesmo homem. (GAMA, tese/UFRJ, 2016, p. 98)

Em (3), o *aliás* introduz um argumento decisivo para a conclusão de que o “caminho da hipérbole” para a análise do conto é o mais acertado, pois “toda a narrativa” está pautada no exagero. Nesse contexto de uso, atestamos que o uso da partícula *aliás* não se limita à categorização tradicional. Com base nas informações até aqui expostas, podemos, inicialmente, concluir que o *aliás* pode ter diferentes classificações: a) advérbio; b) palavra denotadora de retificação; c) operador argumentativo, introdutor de argumento adicional.

Portanto, cabe aprofundarmos um pouco mais os traços principais das categorias advérbio e conjunção, tendo em vista que elas podem desempenhar, também, a função de operador argumentativo. Buscamos, dessa forma, responder a que grupo o *aliás* seria mais bem enquadrado.

### 1.3. O *aliás* e a classe dos advérbios

Nesta subseção, buscamos analisar as relações entre o *aliás* e a classe dos advérbios. No Quadro 1, a seguir, elencamos algumas definições sobre essa classe de palavras, conforme a visão de alguns autores consagrados no Brasil.

Obra	Definição
<b>Cunha e Cintra (1985)</b>	1. O advérbio é, fundamentalmente, um modificador do verbo; 2. A essa função básica, geral, certos advérbios acrescentam outras que lhes são privativas. Assim, os chamados advérbios de intensidade e formas semanticamente correlatas podem reforçar o sentido: a) de um adjetivo... b) de um advérbio... 3. salienta-se ainda que alguns advérbios aparecem, não raro, modificando toda a oração...(CUNHA e CINTRA, 1985, p. 529-530)
<b>Bechara (2009)</b>	É a expressão que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial. O <i>advérbio</i> é constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal e se refere geralmente ao verbo, ou ainda, dentro de um grupo nominal unitário, a um adjetivo e a um advérbio (como intensificador), ou a uma declaração inteira... Fundamentalmente, distribuem-se os advérbios em assinalar a posição temporal... ou espacial do falante..., ou ainda o modo pelo qual se visualiza o “estado de coisas” designado na oração. (BECHARA, 2009, p. 287-288)
<b>Azeredo(2014)</b>	“O advérbio é a mais heterogênea das classes de palavras. [...]Suas características típicas, além da invariabilidade formal, são a função modificadora e a mobilidade posicional[...]. Existem várias subclasses semânticas e sintáticas de advérbio. [...]Exprimem basicamente posições temporais...; exprimem basicamente posições espaciais... São menos numerosas as subclasses dos advérbios de intensidade...; de adição/inclusão; de focalização...; de negação.” (AZEREDO, 2014, p. 192-193)

**Quadro 1: Definições de advérbio**

Com base nas definições pesquisadas, elencamos as seguintes propriedades:

- 1) É, fundamentalmente, uma classe modificadora do verbo, podendo reforçar o sentido de um adjetivo ou mesmo de outro advérbio;
- 2) Denota circunstâncias: lugar, tempo, modo, intensidade, condição etc., desempenhando, na oração, papel de adjunto adverbial, assinalando a posição temporal ou espacial do falante e o modo como o “estado de coisas” se apresenta nas orações;
- 3) Possui função modificadora, invariabilidade formal e mobilidade posicional, além de várias subclasses. Azeredo (2014, p. 93) faz referência às subclasses de adição/inclusão e de focalização.

Sobre sua mobilidade no discurso, verificamos que o *aliás* se instancia em posição inicial, intermediária e final, aproximando-se da classe dos advérbios. Sobre as subclasses de advérbios - adição/inclusão (AZEREDO, 2014, p. 93) -, notamos que o *aliás* pode adicionar/incluir um argumento com o propósito de ratificar todos os anteriores, conforme foi atestado no dado (1).

#### 1.4. O *aliás* e a classe das conjunções

Nesta subseção, apresentamos o Quadro 2 com as definições de conjunção, buscando estabelecer os pontos convergentes e/ou divergentes entre essa categoria gramatical e o *aliás*.

Autor	Definição
<b>Cunha e Cintra (1985)</b>	1. “[...] vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração. As conjunções que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical têm o nome de coordenativas. Denominam-se subordinativas as conjunções que ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra. [...]” (CUNHA e CINTRA, 1985, p.529-530)
<b>Bechara (2009)</b>	“Conector e transpositor – [...]têm por missão reunir orações num mesmo enunciado. Estas unidades são tradicionalmente chamadas conjunções, que se repartem em dois tipos: <i>coordenadas</i> e <i>subordinadas</i> . [...] coordenadas reúnem orações que pertencem ao mesmo nível sintático: dizem-se <i>independentes</i> umas das outras e, por isso mesmo, podem aparecer em enunciados separados. Daí ser a conjunção coordenativa um <i>conector</i> . [...] podem também “conectar” duas unidades menores que a oração, desde que do mesmo valor funcional dentro de mesmo enunciado. [...] [...] No enunciado <i>Soubemos que vai chover</i> , a missão da conjunção subordinada é assinalar que a oração que poderia ser sozinha um enunciado ( <i>vai chover</i> ) se insere num enunciado complexo em que ela ( <i>vai chover</i> ) perde a característica de enunciado independente, de oração, para exercer, num nível inferior da

	estruturação gramatical, a função de palavra...é um <i>transpositor</i> de um enunciado que passa a uma função de palavra”.(BECHARA, 2009, p.287-288)
<b>Azeredo (2014)</b>	“Chama-se conjunção subordinativa a <i>palavra invariável que, anteposta a uma oração com verbo flexionado em tempo, forma com ela um sintagma derivado</i> . Chama-se conjunção coordenativa a <i>espécie de palavra gramatical que une duas ou mais unidades (palavras, sintagmas ou orações) da mesma classe formal e mesmo valor sintático.</i> ” (AZEREDO, 2014, p.192-193)

**Quadro 2: Definições de conjunção**

Conforme as definições apresentadas, essas palavras gramaticais podem:

- 1) Relacionar termos ou orações de mesma função;
- 2) Ligar duas orações em que uma delas completará o sentido da outra. Bechara (2009) acrescenta os termos “conector” e “transpositor”, diferenciando as conjunções coordenativas das subordinativas, respectivamente.

A pesquisa bibliográfica atesta a difícil classificação do *aliás*, considerando a sua flutuação categorial. No decorrer da pesquisa, verificaremos em qual (is) categoria (s) o *aliás* melhor se enquadra, atentando, sobretudo, ao gênero textual em análise. Na subseção a seguir, abordamos a etimologia, os significados e os sinônimos do *aliás*, a fim de compreendermos melhor os usos atuais dessa partícula, a partir de suas origens e de usos mais pretéritos.

### 1.5. *Aliás*: etimologia, significados e sinônimos

Nesta subseção, apresentamos a pesquisa sobre a etimologia, os significados e os sinônimos de *aliás*, nos Quadros 3, 4 e 5, respectivamente.

<b>Obra</b>	<b>Etimologia</b>
Bueno (1963)	<i>Aliás</i> –adv. de m. De outra maneira, de outro modo, isto é, etc. Lat. <i>alias</i> . Costumava-se acentuar <i>aliás</i> para diferenciar o advérbio do adjetivo <i>alias</i> , no acusativo plural, ( <i>alius, alia, aliud</i> ) sem que na pronúncia houvesse distinção de acentuação. Era apenas um recurso gráfico, mas depois a grafia influenciou na prosódia e a palavra passou à oxítônica. (BUENO, 1963, p. 170)
Machado (1977)	<i>Aliás</i> , adv. e s. Do lat. <i>Alias</i> , cujo sentido clássico era: <<outra vez, outras vezes, noutro momento, noutra época>>; em sentido local não clássico: <<noutro sítio, noutro local>>; a partir de Plínio, o Antigo: <<de outro modo; por outro lado, sob outro ponto de vista; de outra maneira>> ( <i>Gaffiot</i> , s. v.) por via erudita. Séc. XVI: <<Tomemos por valedores a Senhora e a Igreja, por cuja contemplação nos conceda o Senhor o que <i>alias</i> nos poderá negar>>, <i>Arrais</i> , I, 12. (MACHADO, 1977, p. 199)

**Quadro 3 – Etimologia do ALIÁS**

Em Bueno (1963), a literatura pesquisada aponta para a restrita classificação do *aliás* como advérbio de modo. Já em Machado (1977), o *aliás* é classificado como advérbio de tempo (no sentido clássico), advérbio de lugar (no sentido não clássico), advérbio de modo (a partir

de Plínio, o Antigo) e outros usos, funcionando também como conector, com a função de contrastar o que se declara. A seguir, no Quadro 4, elencamos a pesquisa realizada sobre os significados de *aliás*, no latim e no português, com base em Torrinha (1939):

Obra	Significados
Torrinha (1939)	1- <b>aliā</b> ( <i>alius</i> ), adv. Por outro lado. <b>aliās</b> ( <i>alius</i> ), adv. 1. Em outra ocasião; em outras ocasiões; já. 2. Em outro lugar; em outras circunstâncias. 3. De outro modo; por outra razão; <i>aliás</i> ; além disso. 4. Loc.: <i>alias saepe</i> , já muitas vezes, muitas vezes antes; <i>alias antea</i> , até então; <i>raro alias</i> , raras vezes; <i>non alias</i> , nunca; <i>semper alias</i> , sempre. (TORRINHA, 1939, p. 42)
	2 - <b>aliās</b> , adv. 1. De outro modo: <i>aliter</i> , <i>secus</i> , <i>alio modo</i> , Cic. 2. Fora disso: <i>alias</i> , Ulp. 3. Sem o que, quando não: <i>sinaliter</i> , <i>sinminus</i> , <i>sin</i> , Cic.; <i>aut</i> , Ov. (TORRINHA, 1939, p. 65)

**Quadro 4 – Significados do ALLIÁS (1- latim/português e 2- português/latim)**

Podemos observar variedade de possibilidades de classificações sintático-semânticas de *aliás*, como advérbio e locução adverbial, com seus significados permeando diversos valores, como modo (“de outro modo”; “por outro lado”), negação/tempo (“nunca”), afirmação/tempo (“sempre”), tempo (“em outras circunstâncias”), lugar (“em outro lugar”), adição (“além disso”), dentre outros. A fim de aprofundarmos a investigação sobre o *aliás*, apresentamos, a seguir, o Quadro 5, com informações apresentadas por Costa (1967):

Obra	Sinônimos
Costa (1967)	<i>ALLIÁS</i> , alás; além disso; a outros respeito; de outro modo; de outra sorte; ao contrário; de mais a mais; de outra maneira; do contrário; em outras circunstâncias; em outro lugar; no caso contrário; em outros casos; em outras condições; outra parte; outro lugar; pelo contrário; por outra forma; ou por outra; senão, também. Quando - : onde. (COSTA, 1967, p. 143)

**Quadro 5 – Sinônimos do ALLIÁS**

O autor relaciona ao *aliás* o valor de conector aditivo nas formas “além disso”; “senão, também”, ratificando a função conectora dessa partícula na lista de sinônimos apresentada em sua obra. Ele também menciona os demais valores adverbiais dessa partícula, tais quais: modo (“de outra sorte”), contraste (“ao contrário”), tempo (“em outras circunstâncias”), lugar (“outro lugar”), o que reitera a multifuncionalidade do item.

Considerando a etimologia de *aliás*, em seu sentido clássico e não clássico, seus significados e sinônimos, além dos sentidos gramaticais atribuídos a essa partícula nas obras apresentadas nesta seção, concebemos, preliminarmente, dois *clines* que se configuram da seguinte forma: I) ESPAÇO (noutro sítio) > TEMPO (raras vezes); II) ADVÉRBIO (de outro modo) > CONECTOR (além disso).

Nesta seção, observamos a flutuação categorial que o *aliás* pode apresentar, segundo a bibliografia pesquisada. Assim, constatamos que esse item tem correspondências com as classes

dos advérbios e das conjunções, desempenhando, ainda, a função de operador argumentativo. Ademais, os valores semânticos e sintáticos observados corroboram para a assunção de *clines* de uso do *aliás*, que seguem do mais concreto ao menos concreto (espaço>tempo), e do menos gramatical ao mais gramatical (advérbio > conector).

## 2. Fundamentação teórica

Nesta seção, abordamos a fundamentação teórica que sustenta o estudo da multifuncionalidade de *aliás*, apresentando breves informações sobre os pressupostos teóricos da LFCU, da Linguística Textual e da Argumentação.

### 2.1. A LFCU e os contextos de uso

A LFCU concebe a linguagem como meio de interação social, entre falantes e ouvintes reais, e não ideais, conforme postulam as abordagens formalistas. Preocupa-se em “estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas” (CUNHA, 2013, p.157), buscando na situação comunicativa a motivação para a realização da língua. Essa abordagem teórica defende a ideia de que a língua não é autônoma, tampouco independente de fatores ser considerados como motivadores de construções e usos.

Ao lado da sintaxe e da semântica, as circunstâncias pragmáticas são consideradas bastante relevantes pela abordagem funcionalista. É nesse nível de investigação que se buscam os contextos e os propósitos comunicativos dos interlocutores, no uso concreto da língua, caracterizado pela interação e pelas questões sociais. Conforme Givón (2012),

Quando dados reais de discurso são levados em consideração [...] torna-se óbvio que os fenômenos não categóricos são a regra, e não a exceção, na linguagem humana. [...]. Se a língua é um instrumento de comunicação, então é bizarro tentar entender sua estrutura sem referência ao contexto comunicativo e à função comunicativa. (GIVÓN, 2012, p. 49)

Depreendemos das palavras do autor que o objeto de estudo, nas situações reais de interação, é o ponto de partida para se percorrermos os caminhos que levarão à construção dos modelos teóricos, o que, mais uma vez, reforça a ideia da importância da contextualização do item linguístico. No que concerne aos diversos níveis de investigação da língua, no ato do processo comunicativo, as abordagens funcionalista e cognitivista se assemelham, conforme assevera Cunha (2012):

Essas duas correntes compartilham vários pressupostos teórico-metodológicos, como a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e sintaxe, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação. (CUNHA, 2012, p. 29)

Ou seja, os contextos em que se dá o uso da língua, nas situações reais de interação, e a importância do exame das estruturas sintáticas e semânticas, e das estruturas acessadas pelo componente discursivo-pragmático, fazem-se necessários para uma autêntica investigação científica.

Nesta subseção, procuramos enfatizar a importância da LFCU como um dos aparatos teóricos utilizados nesta pesquisa, a fim de apreendermos a multifuncionalidade de *aliás*, preconizando os seus usos efetivos na língua. Assim, os contextos de uso dessa partícula, tanto linguísticos como extralinguísticos, são considerados, por serem constituintes indispensáveis ao estudo da língua.

A seguir, abordamos a LT, também eleita como suporte teórico imprescindível à realização desta pesquisa, uma vez que essa teoria investiga não só os itens linguísticos, isoladamente, mas também todo o contexto viabilizador da interação entre os interactantes.

## 2.2. A Linguística Textual

Nesta subseção, abordamos alguns pressupostos da LT, que acreditamos contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa. Partimos da premissa de que ao item não basta uma análise isolada, tão pouco limitada à frase. Consideramos, nesta pesquisa, uma análise para além dos itens linguísticos, das frases e do próprio texto, salientando a intervenção dos contextos que viabilizam o ato comunicativo.

A necessidade de se ultrapassar os limites das frases, em prol dos fenômenos como referenciação, das relações de sentidos entre frases justapostas, dos fatos de cunho semântico, prosódico, discursivo e pragmático, dentre outros, em um primeiro momento, culminou no aparecimento de estudos relacionados à Linguística Textual. Segundo Koch (1997),

Tentou-se, então, encontrar regras para o encadeamento de sentenças, a partir dos métodos até então utilizados na análise sentencial, procurando ampliá-los para dar conta de pares ou seqüências maiores de frases. Passou-se, assim, a observar, no nível interfrasal - ou transfrástico- uma série de fatos já estudados no nível sentencial- questões relativas, como vimos, à correferência, à conexão entre orações, à relação tópico/comentário, entre outros. O texto,

nesse momento, é definido como "sequência pronominal ininterrupta" (Harweg, 1968) ou "sequência coerente de enunciados" (Isenberg, 1970; Bellert, 1970). Tanto estudiosos da linha estruturalista, como da linha gerativista dedicaram-se a pesquisar tais questões. (KOCH, 1997, p. 68)

Contudo, as regras utilizadas para a análise de frases isoladas não suscitou satisfação quando aplicadas em níveis transfrásticos, em sequências textuais maiores. Dessa maneira, a limitação das análises e a aplicação das regras apenas ampliaram o seu escopo, não satisfazendo questões como, por exemplo, a semântica do texto como um todo significativo e impregnado de intenções.

O texto passa a ser visto como uma unidade hierarquicamente mais elevada, em relação às sentenças isoladas. Dessa forma, passa a constituir uma "entidade do sistema linguístico" (KOCH, 1997, p. 69) e, portanto, sua estrutura é suscetível às regras gramaticais, isto é, à gramática textual.

Destacamos para esta pesquisa a preocupação da Linguística Textual em extrapolar os limites textuais (centrados no texto), admitindo a exploração de traços de ordem situacional, sociocognitiva e cultural (centrados nos interlocutores). Dessa forma, os trabalhos dessa disciplina se mostram afins à nossa proposta de análise, no que diz respeito às questões centradas no texto, nos interlocutores e nas situações de interlocução.

Além disso, no âmbito das pesquisas da Linguística Textual, o estudo dos articuladores discursivo-argumentativos, denominados por Koch (2017) *marcadores de articulação na progressão textual*, muito contribui para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que essas marcas linguísticas são frequentes nos textos argumentativos. Esses marcadores podem operar em diferentes níveis, segundo Koch (2017):

Na organização global do texto, em que explicitam as articulações das sequências ou partes maiores do texto; no nível intermediário, em que assinalam os encadeamentos entre parágrafos ou períodos; e no nível microestrutural, em que articulam orações ou mesmo membros oracionais. (KOCH, 2017, p. 127)

Ainda segundo a autora (2017), o *aliás* se enquadra entre os marcadores chamados "articuladores discursivo-argumentativos", introdutores das relações discursivo-argumentativas, conforme pode ser verificado no dado (4) abaixo:

(4) (...) o livro pode ser identificado como uma *autobiografia artística* (ou intelectual), que se caracteriza pelo fato de que seu recorte busca, prioritariamente, o fio condutor das experiências biográficas e

culturais que levaram um pensador ou um artista (seja ele pintor, poeta, romancista, músico etc.) a formar sua própria identidade enquanto tal.

Aliás, duas obras desse gênero apresentaram grande influência sobre Caetano Veloso: *Popism* de 1980, de Andy Warhol, cujo subtítulo em português “os anos 60 segundo Andy Warhol” explicita a ênfase do relato, e *Les mots (As palavras)* de 1964, de Jean-Paul Sartre, (...). (BARBOSA, tese/UFRJ, 2016, p. 23)

Em (4), o *aliás* orienta a argumentação para dois atos de fala: o primeiro, o tema, que fala sobre o livro autobiográfico que busca o “fio condutor” de experiências que levaram outros artistas a formarem suas identidades artísticas; o segundo, introduzido pelo *aliás*, adiciona um argumento decisivo, a fim de ratificar, comprovar o primeiro ato de fala.

Destacada a relevância dos pressupostos teóricos da Linguística Textual e de seus objetos de investigação, passamos à abordagem, ainda de modo sucinto, da Argumentação, que consideramos igualmente relevante e pertinente à realização desta pesquisa.

### 2.3. Argumentação

Nesta seção, abordamos alguns pressupostos da argumentação. Consideramos esse aspecto do funcionamento da linguagem pertinente à pesquisa, uma vez que, conforme postulado por Ducrot e Anscombre (1983) e Ducrot (1989), a língua é essencialmente argumentativa, e o sentido é construído no encadeamento discursivo. Isto é, segundo os autores, independente do gênero textual e da sequência discursiva, a argumentação é inerente à língua.

Além disso, o nosso objeto de estudo, o *aliás*, é analisado em um contexto específico de trabalhos acadêmicos de cunho argumentativo: teses de doutoramento e dissertações de mestrado. Isso reforça, ainda mais, a necessidade de abordarmos alguns pontos, no que se referem à argumentação, que consideramos importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Valemo-nos da Semântica Argumentativa, de Oswald Ducrot, uma vez que *aliás* está fortemente relacionado às questões discursivas dos textos. Nesse viés, observamos as relações semânticas que ocorrem dentro dos textos, estabelecidas por *aliás*, como operador argumentativo. Importa-nos as relações que essa partícula viabiliza entre os enunciados, de modo a orientar o discurso.

No que tange à Semântica Argumentativa, em sua fase atual, o modelo teórico abordado nesta seção é o da *Teoria dos Blocos Semânticos*, postulada por Ducrot e Carel (2005). Nesse

modelo, o sentido intralinguístico ganha relevo, demonstrando que as entidades linguísticas, por si sós, são imbuídas de argumentação.

Ou seja, segundo os autores, o sentido do item linguístico é revelado pelos encadeamentos argumentativos evocados. Assim, “o próprio significado de uma expressão é dado por discursos argumentativos que podem ser encadeados a partir dessa expressão” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 13, tradução nossa).

O sentido, portanto, é constituído a partir dos encadeamentos argumentativos que se dão na relação entre os segmentos do discurso, conforme podemos observar nos dados (5) e (6), a seguir, em que, por um lado, em 5, a construção *aliás* tem a função de retificação e, por outro, em 6, tem função de inclusão de argumento, ratificando o enunciado anterior. Destacamos que, em ambas as ocorrências, consideramos que *aliás* atua como operador argumentativo, uma vez que orienta o discurso. Vejamos:

(5) Nenhuma, ao que se sabe, se entregou a homens de volantes. Nenhuma se entregou ou entregou companheiros às volantes. Fiéis companheiras, todas deixaram os pais. Todas deixaram a família: (...), amigos. Todos ficaram para trás. Tudo ficou para trás. Havia um homem, apenas um homem a ser seguido. Havia um risco de morte, mas havia um traço de vida. Escolhiam os dois. Aliás, escolhiam os três: o homem, a vida e a morte.

Eis as mulheres do cangaço. Que amaram e viveram e que nunca morrerão. (SANTOS, tese/UFRJ, 2015, p. 164)

Notamos em (5) que o autor do texto retifica o termo “os dois”, utilizando “os três”. Essa retificação é um argumento introduzido em prol de demonstrar a tese de que as mulheres do cangaço eram extremamente fiéis, pois “havia um homem, apenas um homem a ser seguido. Havia um risco de morte, mas havia um traço de vida”.

Na análise do dado (6), a seguir, verificamos que *aliás* não retifica, mas tem um valor de inclusão de argumentos, dando relevo/foco/destaque a termos em seu entorno, conforme podemos depreender abaixo:

(6)A memória voluntária, a recuperação dos dados biográficos, é relatada por meio do binóculo, aumentando ou diminuindo insignificâncias de acordo com o efeito pretendido pelo escritor. Recurso, aliás, como já fora dito, também declarado pelo narrador Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere*. (LESSA, tese/UFRJ, 2016, p. 26)

Note-se que *aliás* vem logo após o aposto “Recurso”, cuja função anafórica tem como escopo o enunciado anterior, mais especificamente o período anterior. O termo “Recurso” passa a tema, ganhando destaque, relevo, com a introdução dos argumentos após o item linguístico *aliás*. Dessarte, sendo a argumentação intrínseca à língua, como postulam Ducrot e Anscombre (1983) e Ducrot (1989), cabe-nos o aprofundamento dessa pesquisa, reconhecendo que a classificação de *aliás* vai além do que é postulado pela Tradição: palavra denotadora de retificação e advérbio.

Expostas as teorias que fundamentam esta pesquisa, abordamos, na próxima seção, a metodologia aplicada à investigação em andamento e o *corpus* eleito para a análise de *aliás*.

#### **4. Metodologia e constituição do *corpus***

Optamos por analisar as teses de doutoramento em Letras Vernáculas da UFRJ (2014, 2015 e 2016), disponíveis em [http://www.letras.ufrj.br/posverna/indice\\_teses.htm](http://www.letras.ufrj.br/posverna/indice_teses.htm), cujas análises preliminares estão calcadas nas posições de *aliás* e nos contextos morfossintáticos que o instanciam.

A escolha do *corpus* se deve pela preferência aos textos mais canônicos, de viés argumentativo, em que verificamos maior frequência de uso de *aliás*. Com isso, buscamos proporcionar uma reflexão sobre as ocorrências do *aliás*, sua frequência de uso nos textos pesquisados e os contextos morfossintáticos em que se instancia, a fim de entender em quais ambientes semântico-sintáticos esse elemento é recrutado pelos usuários da língua, conforme exposto na seção a seguir. Os dados pesquisados são tratados qualitativa e quantitativamente.

#### **5. Resultados das análises dos dados**

Optamos por dividir esta seção em três subseções, conforme as posições recrutadas do *aliás*, assim distribuídas: na subseção 5.1, são analisados os dados cuja posição recrutada para o uso do *aliás* foi a final; na subseção 5.2, a posição inicial; e, na subseção 5.3, a posição intermediária. Na Tabela 1, ilustramos em termos quantitativos, considerando os anos de 2014, 2015 e 2016, a frequência de uso do *aliás*, conforme as posições em que é recrutado nos textos em análise:

	Posição inicial	Posição intermediária	Posição final	Total
2014	29	93	0	122
2015	45	34	5	84
2016	52	41	0	93
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>168</b>	<b>5</b>	<b>299</b>

Tabela 1 – Quantitativo das posições de *aliás* no *corpus*

Optamos por iniciar a análise de *aliás* na posição final, pelo parco número de ocorrências dessa partícula nessa posição, em relação às demais.

### 5.1. O *aliás* na posição final

Nesta subseção, apresentamos os totais de instanciações de *aliás* nas teses de doutoramento da UFRJ (2014, 2015 e 2016) em posição final. Na sequência, apresentamos os contextos morfossintáticos em que o *aliás* é recrutado, nessa posição, descrevendo as estruturas em que aparece. Com isso, iniciamos uma busca por padrões de ocorrências de *aliás*, a partir desses fatores.

Começamos por destacar a baixa produtividade de *aliás* na posição final, perfazendo o total de cinco das 299 ocorrências dessa partícula nos 69 textos submetidos à análise. Ressaltamos que esse número equivale a 1,67% do total de instanciações (299), como podemos verificar na Tabela 2:

ANO	Total de ocorrências de <i>ALIÁS</i>		POSIÇÃO FINAL	
	Total	%	Total	%
2014	122	40,80%	-	-
2015	84	28,10%	5	5,95%
2016	93	31,10%	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>299</b>	<b>100%</b>	<b>5</b>	<b>1,67%</b>

Tabela 2 – Total geral de ocorrências de *aliás* em posição final

Destacamos que, na posição final, essa partícula foi recrutada apenas nas teses do ano de 2015, não restando ocorrências nos demais anos consultados. Vejamos um exemplo de *aliás* na posição ora analisada:

(7)(...); eles, nos albores da poesia moderna, retornam liricamente, outra vez, ao coração, através do poema de Fíama, guiados pelos golfinhos, que emanam um lirismo marinado, temperado como o sangue

romântico, sem a doçura do cânone sentimental, com a luz da razão dos novos tempos, *aliás*. (SARAIVA, tese/UFRJ, 2015, p. 108)

Percebemos, no dado(7), a instanciação de *aliás* como advérbio de inclusão cumprindo a função textual de operador argumentativo. Aqui, o *aliás* acompanha um argumento que ratifica os anteriores, reforçando a ideia de contraexpectativa (“sem a doçura do cânone sentimental”), já que o que se espera do sentimentalismo romântico é essa “doçura” mencionada. Ressaltamos, ainda, a possibilidade de movimentação do *aliás*, nesse excerto, característica inerente à classe dos advérbios, conforme demonstrado em (7’):

(7’)... guiados pelos golfinhos, que emanam um lirismo marinado, temperado como o sangue romântico, sem a doçura do cânone sentimental. *Aliás*, com a luz da razão dos novos tempos.

Deve-se destacar que, apesar da possibilidade de comutar a posição do *aliás*, a fim de demonstrar sua aproximação com a classe dos advérbios, o sentido derivado, apesar de se aproximar do sentido original, jamais será igual. Portanto, trata-se de um recurso utilizado apenas a título de comparação do *aliás* com a classe dos advérbios, em função de sua mobilidade. Com os dados (8), (9), (10) e (11), a seguir, apresentamos exemplos de *aliás* na posição final e, na sequência, descrevemos os contextos morfossintáticos instanciadores desse item linguístico, nessa posição:

(8) (...). Ainda que este período que abre o romance seja composto tão somente de informações, elas não poderiam ser mais vagas. Quem é ele? Qual o verão? Para quem o Verão é importante? Para o narrador ou para o personagem inominado? Quem narra, *aliás*? Serão narrador e personagem a mesma pessoa? Qual a cidade peninsular, que península? Qual a indagação, qual o pintor? (VENTURA, tese/UFRJ, 2015, p. 113)

(9) Apenas uma leitora, entretanto, mencionou a questão do insólito presente na narrativa, (...). A leitora parece se referir, justamente, ao conluio entre ficção e filosofia, tão defendido nas dobras de *Monte Verità*.

O comportamento no narrador também foi mencionado apenas por uma leitora – a mesma, *aliás*: “Durante todo o livro fiquei com a expectativa de descobrir quem era aquele narrador onisciente, onipresente, oniglota, enfim, onipotente que anunciava as Intervenções...” (...). (SOUZA, tese/UFRJ, 2015, p. 352)

(10) (...). Expressando ao máximo o caos primordial, sua poética, em que a realidade é o que “os poetas fundam” (BRANDÃO, 2006, p. 696), reconsidera os fundamentos históricos de eras mitológicas e filosóficas passadas. Como vimos, é a vontade de ir além da utópica reconstrução de um universo outrora unido. Não propriamente o contrário, *aliás*. Mas, sim, o trabalho poético de dar vida nova a corpo e espírito unidos, agora, na interlocução entre os seus e os olhos atentos e dedicados de um leitor igualmente “peregrino” (...).(SARAIVA, teses/UFRJ, 2015, p. 172)

(11) Marco César, porém, diferentemente dos dois colegas, adia seu encontro com Clarice. Com as duas Clarices, *aliás*. É sintomático que tome conhecimento de ambas ao mesmo tempo... (SOUZA, tese/UFRJ, 2015, p. 258)

No dado (8), o *aliás* é antecedido por uma oração interrogativa (“quem narra?”), que é colocada como um argumento, a fim de ratificar, de forma sumária, todas as indagações anteriores: “quem é ele?”, “qual verão?”, “para quem o verão é importante?”, “para o narrador ou para o personagem inanimado?”.

Em (9), o sintagma preposicional (“por uma leitora”) é retomado pela expressão “a mesma”, que antecede o *aliás*. Trata-se de um argumento que ratifica a relevância de determinado fato ter sido mencionado “apenas por uma leitora”.

Em (10), o *aliás* é antecedido pelo sintagma adverbial de negação (“não propriamente o contrário”). No período após o *aliás*, o “sim” enfatiza a contrariedade em relação ao argumento usado junto ao *aliás*. Há um contexto de contraexpectativa, observado na correlação de substituição “não/mas/sim”.

No dado (11), assim como no dado (7), um sintagma preposicional (“com as duas Clarices”) antecede o *aliás*. A expressão é utilizada de modo a reelaborar a declaração anterior (“adia seu encontro com Clarice”), indicando que, apesar de se tratar de uma única pessoa (“Clarice”), para o personagem “Marco César” havia duas: a real e a imaginada.

Como podemos observar, o recrutamento de *aliás* na posição final ocorre em quatro ambientes morfossintáticos, os quais chamamos de padrões morfossintáticos de instanciações de *aliás* em posição final. Na Tabela 3, esquematizamos os padrões encontrados:

<b>Padrões</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nº de ocorrências</b>
1	Sintagma preposicional + <i>aliás</i>	2
2	Sintagma adverbial (de negação) + <i>aliás</i>	1
3	Oração (interrogativa) + <i>aliás</i>	1
4	Oração (declarativa) + sintagma preposicional + sintagma nominal + <i>aliás</i>	1
<b>Total</b>		<b>5</b>

Tabela 3 – Padrões morfossintáticos de instanciações de *aliás* em posição final

No decorrer das análises, verificaremos se esses padrões morfossintáticos, por ora circunscritos ao *aliás*, na posição final, repetem-se nas demais posições de uso dessa partícula. A seguir, analisamos os dados em que o *aliás* se instancia na posição inicial.

## 5.2. O *aliás* na posição inicial

Em relação à posição final e à totalidade de ocorrências dessa partícula, destacamos que o seu recrutamento no início dos textos tem considerável produtividade, totalizando 126 ocorrências, ou seja, 42,14% do total (299). Vejamos a Tabela 4:

<b>ANO</b>	<b>Total de ocorrências do ALIÁS</b>		<b>POSIÇÃO INICIAL</b>	
	<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>2014</b>	122	40,80%	29	23,77%
<b>2015</b>	84	28,10%	45	53,57%
<b>2016</b>	93	31,10%	52	56,38%
<b>TOTAIS</b>	<b>299</b>	<b>100%</b>	<b>126</b>	<b>42,14%</b>

Tabela 4 – Total geral de ocorrências de *aliás* em posição inicial

Além da demanda de quase 50% de instanciações de *aliás* na posição inicial, observamos que, diferentemente de seu recrutamento na posição final, essa partícula é recrutada em todos os anos pesquisados – 2014, 2015 e 2016 –, na posição inicial.

Para esta pesquisa, de caráter preliminar, optamos por verificar as instanciações de *aliás*, na posição inicial, referentes às teses do ano de 2016. Nesse período, foram encontradas 52 ocorrências de *aliás* na posição inicial. Os números apontam para uma alta frequência de uso nessa posição e, no decorrer da pesquisa, observamos quais os contextos motivadores para essa escolha. Os dados (12) e (13) exemplificam a instanciação de *aliás* na posição inicial:

(12) Dessa forma, sem termos comprovação da presença cênica de Gonçalves de Magalhães anterior ao famoso 13 de março de 1838, sua estreia oficial continua sendo a mesma. *Aliás*, é de se prever que a tendência do poeta fosse reivindicar a data correta, não sendo necessários muitos esforços para defini-la. (ALMEIDA, tese/UFRJ, 2016, p. 105)

(13)(...), podemos afirmar, com segurança, que *Verdade tropical* é uma autobiografia. (...), o livro pode ser identificado como uma *autobiografia artística* (ou intelectual), que se caracteriza pelo fato de que seu recorte busca, prioritariamente, o fio condutor das experiências biográficas e culturais que levaram um pensador ou um artista (seja ele pintor, poeta, romancista, músico etc.) a formar sua própria identidade enquanto tal.

*Aliás*, duas obras desse gênero apresentaram grande influência sobre Caetano Veloso: *Popism* de 1980, de Andy Warhol, (...), e *Les mots (As palavras)* de 1964, de Jean-Paul Sartre, (...). (JULIÃO, tese/UFRJ, 2016, p. 23)

Nos dados (12) e (13), observamos o uso de *aliás* na função textual de operador argumentativo. No entanto, essa partícula opera de modo diverso, em cada um dos excertos, como marcador da articulação na progressão textual, proporcionando o encadeamento dos segmentos textuais, de variada extensão, em que se instancia (Koch, 2017, p. 127). Assim, no dado (12), o *aliás* proporciona o encadeamento entre dois períodos, em que o segundo é um argumento que explica o anterior. Já em (13), o *aliás* assinala o encadeamento entre parágrafos, em que o segundo especifica o que foi declarado no primeiro.

Em ambos os dados, *aliás* “articula dois atos de fala, em que o segundo toma o primeiro como tema com o fim de justificá-lo ou melhor explicá-lo, adicionar-lhe argumentos, generalizar, especificar (cf. KOCH, 2017, p. 127). Em (12), introduz uma relação discursivo-argumentativa de explicação; em (13), uma relação de especificação. Na sequência, observamos os contextos morfossintáticos que instanciam o *aliás*, na posição inicial, na Tabela 5:

<b>Aliás – posição inicial (2016)</b>		
Estruturas morfossintáticas	Nº de dados	%
Período>aliás>período	36	69,23%
Parágrafo>aliás>parágrafo	16	30,77%
<b>TOTAIS</b>	<b>52</b>	<b>100%</b>

Tabela 5 – Descrição das estruturas morfossintáticas de instanciações de *aliás* na posição inicial

Nas 52 ocorrências de *aliás* na posição inicial, identificamos dois padrões de uso, em que o *aliás* introduz: 1) um período e 2) um parágrafo, conforme demonstrado na Tabela 5. É preciso salientar que existe uma relação de encadeamento entre o *aliás* e as partes que o antecedem, assim como as partes que ele introduz, seja um período, seja um parágrafo.

Os números apontam para uma forte tendência de uso de *aliás*, na posição inicial, como articulador de relações entre períodos. Isto é, as relações discursivo-argumentativas veiculadas por essa partícula se exprimem através dos períodos introduzidos como argumentos pelo *aliás*.

### 5.3. O *aliás* na posição intermediária

Nesta subseção, analisamos a partícula *aliás* recrutada na posição intermediária dos textos. O *aliás*, nessa posição, foi recrutado 168 vezes nas teses de doutoramento dos anos de 2014, 2015 e 2016. Limitamo-nos à análise das ocorrências do ano de 2016, que correspondem a 41 dados. Na Tabela 6, abaixo, apresentamos os números referentes às instanciações de *aliás* na posição intermediária:

ANO	Total de ocorrências de <i>ALIÁS</i>		POSIÇÃO INTERMEDIÁRIA	
	Total	%	Total	%
2014	122	40,80%	93	76,23%
2015	84	28,10%	34	40,47%
2016	93	31,10%	41	44,09%
<b>TOTAIS</b>	<b>299</b>	<b>100%</b>	<b>168</b>	<b>56,19%</b>

Tabela 6 – Total geral de ocorrências de *aliás* em posição intermediária

Os números mostram a preferência ao uso de *aliás* na posição intermediária, em relação às demais posições. Das 299 ocorrências, 168 são de usos nessa posição, correspondendo a mais de 50% dos dados. Nas teses de 2016, ano que optamos por iniciar as análises preliminares dessa partícula, a sua frequência de uso corresponde a 41 instanciações, isto é, a 44,09%. A fim de ilustrar os usos de *aliás* na posição intermediária, seguimos utilizando o dado (14)e, na sequência, apresentamos a análise dos contextos morfossintáticos que instanciam o *aliás* nessa posição.

(14)Se levarmos em conta a definição de Lejeune, podemos afirmar, com segurança, que *Verdade tropical* é uma autobiografia. De modo mais específico, aliás, o livro pode ser identificado como uma *autobiografia artística* (ou intelectual), que se caracteriza pelo fato de que seu recorte busca, prioritariamente, o fio condutor das experiências biográficas e culturais que levaram um pensador ou um artista (...) a formar sua própria identidade enquanto tal. (JULIÃO, tese/UFRJ, 2016, p. 23)

No dado acima, o *aliás* introduz um argumento expresso por uma oração que especifica o argumento contido no período anterior a ele: “que *Verdade tropical* é uma autobiografia”. O

sintagma adverbial de modo, que vem junto a essa partícula, reforça a ideia de especificação por ela introduzida. Na sequência, com a Tabela 7, passamos à descrição dos contextos morfossintáticos de usos de *aliás* em posição intermediária.

Padrões	Descrição	Nº de ocorrências
1	Sujeito + <i>aliás</i> + oração	11
2	Oração + pronome relativo + <i>aliás</i> + oração	8
3	Sintagma + <i>aliás</i> + oração	6
4	Oração + sintagma + <i>aliás</i> + sintagma	3
5	Oração + <i>aliás</i> + sintagma adverbial + sintagma adverbial + sintagma adverbial + oração	2
6	Oração + <i>aliás</i> + sintagma	2
7	Sintagma adjetival + pronome relativo + <i>aliás</i> + Oração	1
8	Sujeito + <i>aliás</i> + sintagma adjetival	1
9	Oração + <i>aliás</i> + sujeito (posposto)	1
10	Oração + sintagma nominal + <i>aliás</i> + sintagma adverbial + oração	1
11	Oração + <i>aliás</i> + oração	1
12	Oração + <i>aliás</i> + complemento verbal	1
13	Conector + <i>aliás</i> + Oração	1
14	Sintagma adjetival + <i>aliás</i> + sintagma adverbial	1
15	Oração + oração reduzida de gerúndio intercalada por <i>aliás</i>	1
<b>Total</b>		<b>41</b>

Tabela 7 – Padrões morfossintáticos de instanciações do *aliás* em posição intermediária

Nos 41 recrutamentos do *aliás*, na posição intermediária, encontramos quinze padrões diferentes de uso dessa partícula. Ou seja, os números não só apontam para a preferência ao uso de *aliás* nessa posição, mas também para uma variedade de ambientes morfossintáticos, instanciadores dessa partícula.

Neste estudo parcial dos valores semânticos e sintáticos de *aliás*, apoiado na premissa de que há a multifuncionalidade dessa partícula nos contextos em que se insere, buscamos traçar as suas características mais centrais, observadas no *corpus* de teses de doutoramento da UFRJ, dos anos de 2014, 2015 e 2016.

Esta análise preliminar é pautada no posicionamento do *aliás* nos textos de cunho argumentativo, e na descrição das estruturas morfossintáticas que instanciam os seus usos. Os resultados apontam, *a priori*, 21 padrões de instanciações dessa partícula: quinze em posição intermediária, quatro na posição final e dois na posição inicial. Verificamos que *aliás* é mais produtivo na posição intermediária (168), seguida da posição inicial (126). Na posição final, mostrou-se menos produtivo, contabilizando apenas cinco ocorrências.

Os resultados fomentam a necessidade de uma análise mais detalhada, com o propósito de verificar a motivação da escolha de uso do *aliás*, preferencialmente, na posição intermediária e, em seguida, na posição inicial. Além disso, também é objetivo de etapas futuras desta pesquisa investigar a(s) motivação(ões) para a parca escolha dessa partícula na posição final.

Destacamos, ainda de forma preliminar, que o recrutamento de *aliás* ocorreu, em 100% das ocorrências, como operador argumentativo, articulando sintagmas, orações, períodos e parágrafos, e retificando enunciados, orientando, assim, o discurso. Assim, cabe-nos explicitar os valores sintáticos por trás da função textual de operador argumentativo.

Na continuação desta pesquisa, temos como meta prosseguir com as análises pautadas no arcabouço teórico da LFCU, da Linguística Textual e da Argumentação, a fim de responder às questões suscitadas durante este estudo, concluindo, por fim, pela multifuncionalidade de *aliás*.

### Referências bibliográficas

- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2014.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUENO, F. da S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. v.1. São Paulo: Saraiva, 1963.
- CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. *Linguística centrada no uso*. Rio de Janeiro: Mauad x FAPERJ, 2013.
- COSTA, A. *Dicionário de sinônimos e locuções da língua portuguesa*. 3ª. ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1967.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. A linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo-funcional). In: [Organizado por] Medianeira Souza [et al.]. *Sintaxe em foco*. Recife: PPGL/UFPE, 2012. 447 p.: il. (Coleção e Letras).
- FERREIRA, A. B. de H. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ª. ed., Curitiba: Publifolha, 2007.
- GIVÓN, T. *A compreensão da gramática*. Tradução: Maria Angélica Furtado da Cunha, Mário Eduardo Martelotta, Filipe Albani. São Paulo: Cortez; Natal, RN: EDUFRN, 2012.
- HOUAISS, A. *Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ª ed., São Paulo: Moderna, 2015.
- KOCH, I. G. V. Linguística textual: retropecto e perspectivas. *Alfa*, São Paulo, 41: 67-78, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Argumentação e linguagem*. 13º ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2ª. ed., 1ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3ª. ed., v. 1 (a-b). Livros Horizonte: 1977.

TORRINHA, F. *Dicionário português-latino*. 3ª. milhar. Domigos Barreira, editor. Livraria Simões Lopes – Porto, 1939.

\_\_\_\_\_. *Dicionário latino-português*. Gráficos Reunidos LDA. – Porto.

UFFRJ (Letras): [http://www.lettras.ufrj.br/posverna/indice\\_teses.htm](http://www.lettras.ufrj.br/posverna/indice_teses.htm), acessado em março/2017.

### **Abstract**

This research is a functional study of “alias”, observing its semantic and syntactic aspects, used in the field of argumentation. We are based in the theories of Used-based Linguistic (LFCU), Textual Linguistics (LT), and Argumentation, and the *corpus* consists of PhD theses in Vernacular Letters of UFRJ, from the years 2014, 2015 and 2016. Most normative works, such as the Brazilian Grammatical Nomenclature (NGB), classify “aliás” as a word denoting rectification, framing it in the role of words not included among the adverbs. In grammars and dictionaries of consecrated authors, in fact it is classified according to NGB and as adverb. During the research, we verified the use of “alias” as an argumentative operator in 100% of the occurrences, either by articulating various textual portions or by rectifying statements, and we need to clarify the syntactic values behind the textual function of argumentative operator. The preliminary analysis is based on the position of “aliás” and on the description of the morphosyntactic structures that instantiate it. The results, after a reevaluation, since this is a research in progress, point out, *a priori*, 21 instantiating standards of this item in its 98 occurrences. The goal is to continue with the analyzes, answering the questions raised, concluding for the multifunctionality of the “aliás”.

**Keywords:** “aliás”; multifunctionality; functionalism.

# CONSTRUÇÕES CORRELATAS PROPORCIONAIS SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO

Proportional correlation constructions in the Usage-based Linguistics  
perspective

Thaís Pedretti Lofeudo Marinho Fernandes (UFF)

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo examinar os usos das construções correlatas proporcionais com base nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso. Esta corrente teórica analisa a língua em pleno uso e visa a uma abordagem holística, em que nenhum nível linguístico é proeminente em relação aos demais. Toma-se o conceito de *construção* no sentido estabelecido por Traugott e Trousdale (2013), ou seja, como uma unidade básica da língua, composta por um pareamento de forma e sentido. As construções proporcionais são analisadas em seus dois padrões instanciados: o primeiro é constituído pelas expressões conectoras *à medida que* e *à proporção que*, e o segundo é instituído pelos correlatores *quanto mais/menos... (tanto) mais/menos*. Os dados são extraídos do *Corpus do Português*. Defende-se que as construções em ambos os padrões constituem estruturas correlatas em língua portuguesa. Contudo, em razão do comportamento sintático distinto, os chamados Padrão I e Padrão II recebem tratamentos particulares. No primeiro, lança-se mão do critério da telicidade para firmar a conexão sintática entre prótase e apódose. No segundo, evidencia-se a alta produtividade do padrão. Com isso, objetiva-se estabelecer, a partir da visão funcional da língua, a hierarquia construcional das correlatas proporcionais, baseada em diferentes níveis de abstração.

**Palavras-chave:** Correlação; Construção; Proporção.

## Introdução

A presente investigação tem como objeto de análise as construções correlatas proporcionais, conhecidas pela tradição gramatical como orações subordinadas adverbiais proporcionais. Tal objeto de investigação apresenta-se como um tema que carece de análises mais pormenorizadas, principalmente com base em dados de língua em uso. Desse modo, é propósito deste exame científico prover contribuições para o estudo das construções que transmitem valor proporcional, em uma perspectiva de uso real da língua.

A análise pauta-se nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso, que se dedica ao estudo dos diversos níveis linguísticos, visando a uma perspectiva holística dos fenômenos linguísticos. Seguindo os aportes dessa corrente teórica, baseia-se a investigação em dados reais de fala e escrita, extraídos do *site Corpus do Português*, com vistas a mapear os usos efetivos da língua. Nesse sentido, são identificados dois padrões de construções

proporcionais: o Padrão I, instanciado pelas expressões conectoras *à medida que* e *à proporção que*; e o Padrão II, instanciado pelos correlatores *quanto mais/menos... (tanto) mais/menos*.

A hipótese central que norteia a pesquisa é a de que as construções proporcionais, em suas distintas manifestações, fazem parte do rol das construções correlatas, que se distinguem dos tradicionais processos de subordinação e coordenação. A partir dessa hipótese, emergem hipóteses específicas voltadas para os diferentes padrões de construções correlatas. A primeira delas diz respeito à correspondência no nível da telicidade entre os verbos que fazem parte das construções do Padrão I com vistas a identificar a interdependência sintática dessas construções. Já a segunda aponta que as construções proporcionais do Padrão II, apesar de precariamente abordadas em estudos tradicionais, que privilegiam a menção ao Padrão I, compõem um uso produtivo para estabelecer a noção de proporção na língua.

Nesse sentido, propõe-se a demonstrar que as construções correlatas proporcionais apresentam características sintáticas e semântico-pragmáticas que as afastam da categorização tradicional de subordinadas adverbiais proporcionais. Pretende-se, a partir da análise qualitativa e quantitativa das ocorrências que integram os dois padrões das construções proporcionais, colaborar para a análise e descrição dos fenômenos sintáticos da língua, bem como contribuir para os estudos na área da correlação. Assim, espera-se que esta investigação sobre as construções correlatas proporcionais possa se somar aos estudos já realizados no diverso grupo das construções correlatas.

## 1. Pressupostos teóricos

A Linguística Funcional Centrada no Uso constitui a principal base teórica que norteia a análise das construções correlatas proporcionais nesta pesquisa. Essa corrente teórica representa a interface de pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional de vertente norte-americana, também conhecida como Funcionalismo clássico, com a Linguística Cognitiva.

Linguística Funcional e a Linguística Cognitiva compartilham pressupostos, que permitem a integração entre as duas correntes teóricas, gerando a denominação LFCU. Dentre eles, os principais são apontados por Cunha (2012, p. 29):

Rejeição à autonomia da sintaxe e incorporação da semântica e da pragmática às análises; não distinção estrita entre léxico e sintaxe; relação estreita entre estruturas

das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação; entendimento de que os dados para análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural.

A partir dessa fusão, a LFCU visa a uma abordagem holística nas análises, incorporando semântica e pragmática, bem como rejeitando a autonomia de qualquer nível linguístico. Nessa visão, também é valorizada a pesquisa baseada em dados reais de fala e escrita, visto que se concebe que a língua está submetida às pressões comunicativas do meio no qual se insere, o que é refletido diretamente em sua estrutura. Nesse sentido, como apontado por Oliveira e Rosário (2016, p. 2):

(...) é possível postular que a estrutura da língua é forjada na experiência, tanto histórica quanto cotidiana, e que deriva de processos cognitivos de domínio geral. Assim, a visão de língua adotada não mais está centrada nos *tokens* empiricamente comprovados, ou seja, no material linguístico em si, mas em instâncias de maior abstração.

Com isso, não somente os *tokens*, ou seja, as ocorrências reais de fala ou escrita são objeto de investigação, mas também os níveis mais abstratos que instanciam esses usos. Tal iniciativa demonstra o propósito em estabelecer análises de cunho holístico se comparadas às análises da versão clássica do Funcionalismo.

A LFCU considera a gramática como uma representação da experiência dos indivíduos com a língua, admitindo que há padrões regulares de uso e formas emergentes ao mesmo tempo. A estrutura da língua emerge à medida do seu uso, e a gramática está em constante adaptação devido às exigências do discurso. Dessa maneira, as aparentes instabilidades são motivadas e modeladas pelas práticas discursivas dos usuários da língua em seu cotidiano, o que reafirma a relação de vinculação entre discurso e gramática.

Hopper (1987) apresenta o termo “gramática emergente” para evidenciar que a gramática da língua tem um estatuto que é negociado na fala e que não pode ser separado das estratégias de construção do discurso. De acordo com essa abordagem, a gramática não deve ser considerada um produto acabado, mas em constante transformação na produção do discurso, motivada por fatores comunicativos e cognitivos.

Destaca-se, dessa forma, a abordagem voltada não apenas para os itens, mas também para suas relações contextuais. Nessa perspectiva, diferente da versão clássica do Funcionalismo, o binômio *função x forma* é examinado de forma mais integrada, priorizando a correlação de aspectos funcionais e formais.

Tendo em vista os pressupostos teóricos da LFCU, assume-se que esta pesquisa se inclui nessa perspectiva, principalmente por analisar dados em pleno uso da língua e também por investigar o contexto em que estão inseridas as construções correlatas proporcionais.

## 2. Procedimentos metodológicos

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as construções correlatas proporcionais em contextos reais de comunicação, em que a língua tanto oral quanto escrita é empregada em prol de diversos propósitos comunicativos. Por esse motivo, os pressupostos teóricos pautados na LFCU são compatíveis com o *corpus* utilizado e com as hipóteses a serem comprovadas.

Objetiva-se, na análise de dados, estabelecer uma investigação de caráter qualitativo e quantitativo, tendo em vista que as construções são analisadas levando em consideração as estruturas como um todo e as informações contextuais. Além disso, o fator frequência é relevante no exame das construções correlatas proporcionais, por isso as quantidades são dispostas em números absolutos e, em determinados casos, em porcentagens.

As diferentes configurações de construções proporcionais motivam comportamentos sintáticos particulares em relação a cada padrão, o que leva à formulação de distintas hipóteses para cada grupo. Nesse sentido, são elaborados critérios de análise específicos para a comprovação das respectivas hipóteses relacionadas aos padrões de construções proporcionais.

O banco de dados utilizado para o levantamento de ocorrências é o *Corpus do Português*, disponível no site <http://www.corpusdoportugues.org/>. Neste estudo, são utilizados os dados do PB no período do século XX, com o propósito de estabelecer uma análise sincrônica da língua a partir de dados reais de fala e escrita, conforme os pressupostos teóricos da LFCU. No total, há 485 dados, sendo 330 referentes ao Padrão I e 155, ao Padrão II.

No rol das construções proporcionais, destacam-se dois grupos distintos de elementos conectores de cunho proporcional. São eles: *à medida que/à proporção que* e os constituídos pelas variações de *quanto mais/menos... (tanto) mais/menos*. Considera-se que esses dois grupos apresentam características particulares, o que motiva a formulação de diferentes hipóteses para cada um deles, o que será testado na etapa de análise de dados. Nesse sentido, define-se que *à medida que* e *à proporção que* são denominados, neste trabalho, como

expressões conectoras, ao passo que *quanto mais/menos... (tanto) mais/menos* são denominados correlatores, seguindo o termo cunhado por Rosário (2012).

O primeiro grupo, intitulado Padrão I, apresenta as expressões conectoras mais citadas em estudos de cunho tradicional. As orações que as exibem são nomeadas como orações subordinadas adverbiais proporcionais. Como forma de exemplificação, uma ocorrência do Padrão I está disposta a seguir:

- (1) A raiz primária possui três zonas distintas: a coifa, a zona de distensão ou de alongamento e a zona pilífera. A coifa forma uma espécie de capa protetora da zona meristemática apical e constitui-se de algumas poucas células. [**A medida que morrem,**] [estas células vão sendo continuamente substituídas por novas células.] A zona de distensão localiza-se imediatamente acima do ápice meristemático. Nesta região, as células produzidas pelo meristema encontram-se em estado de rápido alongamento. ([19Ac:Br:Enc](#)).

Nesse dado, a expressão conectora *à medida que* demarca a relação entre os eventos *morrer* e a *substituição contínua por novas células*. Assim, o acontecimento de um implica o acontecimento do outro, ressaltando a interdependência entre as partes da construção.

Em contrapartida, no segundo grupo, intitulado Padrão II, há dois correlatores, um na primeira parte (prótase) e outro na segunda parte (apódose). Tais construções são menos citadas em autores de abordagem tradicional, que se voltam, na maior parte das vezes, para a expressão conectora *à medida que*, veiculando sentido proporcional. Um exemplar de construção pertencente ao Padrão II pode ser verificado:

- (2) Acredito no paradoxo de que [**quanto mais** egoísta eu for com minha visão de arte], [**mais** generoso estarei sendo.] Olhem menos pra mim e mais para onde estou apontando. ([19Or:Br:Intrv:ISP](#)).

Nessa ocorrência, o ato de *ser mais egoísta* está atrelado positivamente ao de *ser mais generoso*. Devido aos duplos correlatores, a aplicação do conceito de correlação é mais evidente, uma vez que a interdependência coloca-se no nível estrutural, com a manifestação dos correlatores introduzindo prótase e apódose. Por outro lado, nas construções em que estão presentes *à medida que* e *à proporção que*, há hesitação quanto ao reconhecimento de uma

estrutura correlata, pois a interdependência sintática proveniente da manifestação dos correlatores não está expressa, como ocorre no Padrão I.

Em termos sintáticos, considera-se que os padrões apresentam comportamentos distintos, por isso a eles são vinculadas diferentes hipóteses, que são comprovadas, por sua vez, a partir de fatores de análise particulares. Em comum, as construções do Padrão I e do Padrão II veiculam o sentido de proporção, o que incide no nível semântico-pragmático, relacionando os conteúdos proposicionais expostos em cada parte da construção, de modo a estabelecer a interdependência.

## 2.1 Critérios de análise

Na análise das construções que exibem as expressões conectoras que integram o Padrão I (*à medida que* e *à proporção que*), é focalizado o comportamento dos verbos que as instanciam. Por esse motivo, o critério central de investigação é a telicidade dos verbos. Essa noção aspectual, empregada por Moura Neves (2000), leva em conta a demarcação de finitude de uma ação ou evento. Desse modo, um verbo télico faz referência a um evento acabado, e um verbo não télico ou atélico a um evento inacabado, cujo fim não pode ser identificado.

Há, entre os estudiosos, distintas nomenclaturas que levam em consideração o aspecto semântico dos verbos. Diez (1876) utiliza o nome de *verbos imperfectivos* e *verbos perfectivos*. Jaspersen (1924) refere-se ao par *verbos não conclusivos/verbos conclusivos*, denominados posteriormente por Sten (1953) como *verbos de fase* e *verbos de ação global*, e por Bull (1960) como *verbos não cíclicos* e *verbos cíclicos* e, por fim, Garey (1957) confere-lhes o nome de *verbos télicos* e *verbos atélicos*. Essa última proposta compõe a denominação acolhida neste estudo, sustentada pelo recente emprego em Moura Neves (2000).

Como aponta Castilho (2010), o que unifica os verbos atélicos é que o estado de coisas que eles descrevem envolve diferentes fases em sua execução. Assim, independente da nomenclatura empregada, o valor está na finitude das ações expressas pelos verbos. A escolha desse critério semântico tem como objetivo a verificação da natureza dos verbos que são licenciados nas construções proporcionais do Padrão I e a confirmação de que os verbos que constituem prótase e apódose apresentam naturezas semelhantes quanto à telicidade.

No grupo de construções introduzidas por correlatores, denominado Padrão II, a análise volta-se não para a natureza dos verbos, mas para a demonstração da frequência na ocorrência

desse tipo de construção. Essa escolha é motivada pelo fato de a vinculação sintática estar aparente em razão da presença dos correlatores duplos na prótase e na apódose. Nesse sentido, a interdependência própria da correlação faz-se evidente nas estruturas do Padrão II.

Desse modo, a opção por estabelecer dois padrões de construções proporcionais é motivada por julgar que a distinta natureza dos elementos conectores repercute no comportamento sintático das construções. No entanto, em termos semânticos e pragmáticos, considera-se que o sentido proporcional é veiculado em ambas as estruturas, que materializam diferentes formas de expor um conteúdo proporcional. Assim, procede-se com o capítulo de análise dos dados, em que as diretrizes delimitadas no presente capítulo são aplicadas.

### 3. Análise de dados

No levantamento de dados empreendido no *Corpus do Português*, foram encontradas 485 ocorrências de construções correlatas proporcionais, sendo 330 delas pertencentes ao Padrão I e 155 ao Padrão II, dispostas da seguinte forma:

Configurações	Frequência
À medida que X, Y	298
À proporção que X, Y	32
<b>Total</b>	<b>330</b>

Tabela 1 - Padrão I

Configurações	Frequência
Quanto [mais] X, [mais] Y	131
Quanto [mais] X, tanto [mais] Y	7
Quanto [mais] X, [menos] Y	7
Quanto [menos] X, [mais] Y	5
Quanto [mais] X, [Ø] Y	3
Quanto [mais] X, tanto [menos] Y	1
Tanto [mais] X, quanto [menos] Y	1
<b>Total</b>	<b>155</b>

Tabela 2 - Padrão II

As tabelas 1 e 2 comprovam a viabilidade de organização dos dados em dois grandes grupos, a que se tem chamado até o momento de Padrão I e Padrão II. Com diferentes

configurações e também taxas de produtividade, ambos veiculam o sentido de proporcionalidade, com especificidades singulares que os caracterizam.

No Padrão I, o número de ocorrências de *À medida que X, Y* é bastante superior à quantidade de dados de *À proporção que X, Y*. São 298 ocorrências do primeiro tipo no total de 330 dados do Padrão I. Já no Padrão II, o número de ocorrências de *Quanto [mais] X, [mais] Y* é também superior, se comparado aos demais casos. São 131 dados em um total de 155 do Padrão II. Com isso, *À medida que X, Y* e *Quanto [mais] X, [mais] Y* apresentam-se como os mais produtivos em seus respectivos padrões.

De acordo com a quantificação de dados, as ocorrências que apresentam a expressão conectora *à medida que* são muito mais frequentes do que as que apresentam *à proporção que*. O primeiro grupo representa 90% dos dados, ao passo que o outro, 10%. No Padrão II, ocorre situação semelhante, pois percentualmente, *Quanto [mais] X, [mais] Y* é bastante produtivo em relação aos demais, representando 82% dos casos. As outras instanciações do padrão representam de 6% a 1% do total de dados atestados.

### 3.1 Padrão I

Nesta análise, lança-se mão do fator de análise pautado na telicidade verbal para detectar a interdependência sintática entre os verbos integrantes da prótase e da apódose. Com isso, são mapeados os tempos e modos verbais que fazem parte das construções proporcionais levantadas no *corpus*. No total de 330 ocorrências, foram identificadas 30 configurações modo-temporais distintas dos verbos que compõem a prótase e a apódose.

Dentre as trinta combinações distintas de tempos e modos verbais, cinco delas apresentam maior produtividade se comparadas às demais. Baseando-se nos valores percentuais, identifica-se que as construções em que os verbos estão no presente do indicativo representam aproximadamente 37% dos casos, uma vez que são 123 casos em um total de 330; as constituídas por verbos no pretérito imperfeito representam aproximadamente 17%, pois contam com 56 dados no total de 330. A partir disso, pode-se constatar que as formatações verbais com verbos plenos no presente e no pretérito imperfeito, se somadas, representam, 54% dos dados.

Devido à diversidade de configurações verbais, são analisadas neste trabalho apenas as ocorrências que apresentam as configurações mais frequentes no Padrão I, ou seja, as três

primeiras. São elas, respectivamente: [Presente do indicativo] + [Presente do indicativo]; [Pretérito imperfeito do indicativo] + [Pretérito imperfeito do indicativo]; [Presente do indicativo] + [Verbo auxiliar no presente do indicativo + gerúndio].

A primeira configuração mais frequente é constituída por verbo no presente do indicativo, na prótase, e também verbo no presente do indicativo, na apódose, caracterizando uma construção em que a configuração verbal é espelhada, ou seja, os verbos pertencem ao mesmo tempo e modo. A seguir são expostas ocorrências desta natureza:

[Presente do indicativo] + [Presente do indicativo]

- (3) Se considerarmos, por exemplo, o número de portadores de carga de um condutor e de um semicondutor, veremos que o número contido em um semicondutor é muito menor, resultando também em uma resistividade maior, e um fato curioso reside no coeficiente de temperatura da resistividade do semicondutor ser grande e negativo, o que faz com que, [**a medida que** a temperatura do semicondutor umenta,][sua resistividade diminui,] ao contrário da resistividade de um condutor normal, que obedece à Lei de Ohm. ([19Ac:Br:Enc](#))

Na ocorrência (3), os verbos que compõem prótase e apódose são *aumentar* e *diminuir*. Estes verbos, em seus contextos de uso, encontram-se no presente do indicativo, o que marca uma ação transcorrida no momento da fala ou escrita ou uma ação habitual. Pode-se afirmar, desse modo, que os verbos no presente são considerados verbos atélicos, uma vez que caracterizam ações cujo fim não pode ser identificado.

As construções que fazem parte do Padrão I, tradicionalmente classificadas como orações subordinadas adverbiais proporcionais, apresentam características peculiares no que tange à sua natureza semântico-pragmática. O que se mostra na análise dessas construções é que os laços entre prótase e apódose são intrínsecos, visto que a proporção se dá entre o que é expresso em ambas as partes, ressaltando-se a interdependência entre elas. Assim, em um duplo movimento de conexão, as duas orações constroem a proporção, de tal modo que se torna inadequado denominar uma de principal e a outra de subordinada, como se houvesse uma hierarquia entre elas. Tal relação é mais evidente no polo do sentido, contudo, pode ser verificada também sintaticamente, a partir da relação entre os verbos constituintes da

construção, que em (3) além de serem semelhantes, pois ambos estão no presente do indicativo, também apresentam a não telicidade como característica significativa.

A segunda configuração verbal mais produtiva no Padrão I é constituída por verbos no pretérito imperfeito do indicativo tanto na prótase quanto na apódose:

[Pretérito imperfeito do indicativo] + [Pretérito imperfeito do indicativo]

- (4) Stephen e seus homens apertaram o cerco e isso deve ter contribuído para agravar a precária saúde de Key. Ele estava tenso, irritado, e não conseguia se concentrar no romance. [A medida que ele perdia suas forças,] [a tribo entrava em decadência.] Os guerreiros se diluíam às dezenas, as carroças desapareciam.. e as crianças, sem as mães, ficavam no abandono. Em novembro de 1940, - a situação se tornara insustentável. (19:Fic:Br:Costa:Sala)

Em (4), os verbos são *perder* e *entrar*. Nesses casos, assim como no anterior, há similaridade temporal, mas, desta vez, os verbos encontram-se no pretérito imperfeito do indicativo. Esse tempo expressa um fato que ocorre no passado, mas que não foi completamente terminado, o que converge com a noção de não telicidade. Da mesma forma como ocorre no presente, no pretérito imperfeito não é possível delimitar o fim da ação descrita, caracterizando-se novamente eventos atéllicos.

Em (4), a ação de perder as forças está totalmente relacionada ao fato de a tribo entrar em decadência, visto que uma ação leva a outra. A correspondência entre os verbos ocorre tanto no tempo verbal – pretérito imperfeito do indicativo – quanto na atelicidade. Reitera-se que essa correlação modo-temporal é um fator estrutural importante para a sustentação da hipótese de que essas construções proporcionais podem ser incluídas no processo de correlação, tendo em vista que a interdependência pode ser mais facilmente notada no aspecto semântico.

Como já observou Castilho (1968), aparentemente, presente, pretérito imperfeito simples e gerúndio favorecem a emergência dos verbos imperfectivos, aqui denominados não téllicos ou atéllicos. Contudo, há casos em que não há a total coincidência entre os tempos verbais, e neles, o que se verifica, é a recorrência do uso de verbos de caráter atéllico, ou seja, verbos em tempos como presente, pretérito imperfeito e forma nominal de gerúndio.

Outra configuração verbal produtiva no Padrão I é formada pelo verbo da prótase no presente do indicativo e, na apódose, por verbo auxiliar no presente do indicativo seguido de gerúndio:

[Presente do indicativo] + [Auxiliar no presente do indicativo + Gerúndio]

- (5) O imigrante e Maciel aproveitam os encontros para analisar a justiça brasileira, os brasileiros e seu patriotismo. A avaliação não é das melhores. O juiz impossibilitado de fazer justiça por uma série de circunstâncias observa que a decadência ali existente é um "misto doloroso de selvageria dos povos que despontam para o mundo, e do esgotamento das raças acabadas. Há uma confusão geral". Milkau crê que se pode chegar a algo melhor. Entretanto, [**à medida que acompanha** o definhar da amiga], [vai se deixando tomar pela tristeza]. Finalmente, numa noite, Milkau tira Maria da prisão e foge com ela, correndo pelos campos em busca de Canaã, "a terra prometida", onde os homens vivem em harmonia. ([19:Fic:Br:Aranha:Canaa](#))

Em (5), os verbos que fazem parte da construção são *acompanhar* e a forma perifrástica *ir* no presente com *deixar-se* no gerúndio. Esta configuração verbal é a primeira dentre as mais produtivas em que os tempos verbais não são espelhados, ou seja, não são semelhantes, como ocorre na combinação [Presente do indicativo] + [Presente do indicativo] e também em [Pretérito imperfeito do indicativo] + [Pretérito imperfeito do indicativo]. Apesar de não serem espelhados, o tempo presente está representado na prótase e na apódose, na primeira parte, em forma verbal plena e, na segunda, como verbo auxiliar.

O presente marca uma ação que se desenrola no tempo atual ou ação habitual, em que o fim da ação não é previsto, somente seu início. O gerúndio, por sua vez, demarca um evento em pleno andamento, algo que ocorre à medida que está sendo descrito. Com isso, também sinaliza uma ação cujo fim não é conhecido. O objetivo dessa forma nominal é expressar um ato em continuidade, logo, pode-se afirmar que é uma forma nominal atética, assim como o presente do indicativo.

O presente e o pretérito imperfeito são tempos que marcam ações cuja conclusão não é definida, ao passo que o gerúndio é uma forma nominal que caracteriza ações em andamento. A alta produtividade de verbos com essas naturezas coincide com a definição de proporção como resultado da soma de duas ações contínuas e altamente integradas, em que o fim não é delimitado. Com isso, justifica-se a presença relevante de verbos atéticos, e em alguns casos, a

semelhança modo-temporal entre os verbos da prótase e da apódose. Nesses casos, por haver semelhança total entre os verbos, a interdependência sintática fica mais evidente, no entanto, quando não há coincidência temporal, a semelhança atélica demarca a conexão estrutural.

Dessa maneira, a partir da investigação das construções proporcionais do Padrão I, pode-se estabelecer evidências sobre a interdependência sintática, com o intuito de identificar uma ligação entre forma e sentido, o que configura a hipótese que se pretende comprovar nesta análise. O prosseguimento da investigação será pautado no Padrão II, exposto em seguida.

### 3.2 Padrão II

Nesse padrão, a análise dos dados expôs sete manifestações de construções correlatas proporcionais. O total é de 155 ocorrências, sendo 131 de *Quanto [mais] X, [mais] Y*, compondo 82% dos casos. Seguindo a mesma lógica da análise atélica estabelecida no Padrão II, serão analisadas em seguida as três elaborações mais frequentes correspondentes ao Padrão II, que juntas somam 94% das ocorrências no total.

Quanto [mais] X, [mais] Y

- (6) Meu teatro é pela saída do buraco, o dark dos anos 80, com essa propaganda toda do tédio e, pior, desses drogados chiques que a indústria da moda prega e eu acho o fim. Acredito no paradoxo de que [**quanto mais** egoísta eu for com minha visão de arte], [**mais** generoso estarei sendo.] Olhem menos pra mim e mais para onde estou apontando. ([19Or:Br:Intrv:ISP](#))

Na construção (6), a prótase é constituída pelo correlator *quanto mais* e pela forma oracional *egoísta eu for com minha visão de arte*, ao passo que a apódose é constituída pelo correlator *mais e por generoso estarei sendo*. O sentido construído a partir dessa proporcional evidencia ações em progresso, em que uma parte enseja a outra, tendo em vista que as duas ações estão atreladas. Nessa construção, há a relação de interdependência semântica e sintática entre as partes, uma vez que a ligação de sentido entre as ações descritas e a elaboração produzida pela prótase reclama a presença da apódose. Com isso, ratifica-se a definição de proporção exposta no dicionário eletrônico Houaiss (2010) que aponta a proporção como a “relação das partes de um todo entre si”. Nesse sentido, esse campo semântico, de forma

imane, prevê a relação entre as partes que a compõem, uma vez que a própria natureza proporcional define essa característica.

A segunda forma mais frequente é *Quanto [mais] X, tanto [mais] Y*, por isso, a seguir, é examinado um exemplar dessa natureza.

Quanto [mais] X, tanto [mais] Y

- (7) Em março de 1756, escrevia Voltaire aos irmãos Crame, seus editores: " Não posso deixar de agradecer-vos a honra que me dispensais, imprimindo as minhas obras; mas, nem por isso, sinto menos pesar por havê-las composto. [**Quanto mais** a gente se adianta em idade e conhecimentos], [**tanto mais** se arrepende de ter escrito.] Nenhuma das minhas obras me satisfaz; algumas eu quisera nunca as ter feito.. " Isto escrevia Voltaire, no apogeu da nomeada. Que direi eu dos meus opúsculos! Sem falsa modéstia - je m' en veux de n' avoir pas dit, d' avoir trop dit, d' avoir mal dit. Por que, nesse caso, continuar a escrever? Francamente, não sei. ([19:Fic:Br:Rio:Momento](#))

Nessa construção, a prótase é formada pelo correlator *quanto mais* e por *a gente se adianta em idade e conhecimentos*, e a apódose por *tanto mais se arrepende de ter escrito*. Diferente do caso analisado anteriormente, o segundo correlator vem acompanhado do elemento intensificador *tanto*, que reforça a contraparte da prótase, enfatizando a informação da apódose.

Assim como nas demais ocorrências, tanto sintática quanto semanticamente, ambas as partes da construção relacionam-se no sentido de estabelecer a proporção na construção como um todo. O elemento *tanto*, nesta perspectiva, cumpre o papel de enfatizar essa relação diretamente proporcional, já que na mesma medida em que uma ação aumenta, a outra também o faz.

Conforme apontam Mateus *et alii* (2003), a noção de proporção é mais clara quando os conectores são de natureza correlata, como é o caso das construções deste padrão, ao passo que os conectores não correlatos, muitas vezes, são associados ao sentido temporal. Dessa maneira, as autoras demonstram que as construções do Padrão II veiculam de forma mais evidente o sentido proporcional se comparadas às do Padrão I.

A terceira manifestação mais frequente é a formada por *Quanto [mais] X, [menos] Y*. Este é o primeiro par de correlatores inversamente proporcionais, ou seja, que veiculam noções contrárias, instanciadas por *mais* e *menos*.

Quanto [mais] X, [menos]

- (8) Assim como agora entendo que quis conhecê-lo a certa altura para parar de amá-lo, também tentei conhecê-lo, entender a qualquer preço o que ele era, para parar de escrever sobre ele, mas continuava escrevendo para conhecê-lo, o que era uma impossibilidade e um círculo vicioso. Por-que tudo era possível, todas as verdades. O manuscrito ficou inacabado. Era só o esboço de uma coisa que escrevi por não compreender e que [**quanto mais** escrevia] [**menos** compreendia.] Ele me assustava. A certa altura, percebi que quanto mais avançava mais eu me perdia, que terminá-lo era dar um fim a mim mesmo. Tinha medo de que, se o publicasse, de alguma maneira selaria o meu futuro. ([19:Fic:Br:Carvalho:Bebados](#))

Esse dado apresenta a relação inversamente proporcional, visto que a prótase, introduzida por *quanto mais*, combina-se à apódose, iniciada por *menos*. Esse tipo de estrutura requer um exercício intelectual mais complexo do usuário da língua se comparado aos usos diretamente proporcionais (*quanto mais...mais/quanto menos...menos* etc) em razão da combinação de elementos contrários.

Na perspectiva assumida neste estudo, assume-se que o comportamento linguístico é um reflexo de capacidades cognitivas, e a estrutura da linguagem, por sua vez, é uma manifestação dessas capacidades. Nesse sentido, o fato de vincular dois fatos inversamente proporcionais é resultado da necessidade comunicativa de estabelecer tais sentidos contrários.

Langacker (1991) afirma que a gramática é um conjunto de princípios dinâmicos que se associam a rotinas cognitivas relacionadas ao uso, de modo que a construção do significado é negociada pelo falante no discurso. Isso se aplica ao surgimento de casos como o analisado anteriormente, uma vez que são criados a partir das necessidades do uso e da possibilidade da língua em alocá-los.

Ressalta-se que uma das hipóteses desta investigação volta-se para atestar a produtividade das construções do Padrão II, a despeito das escassas citações em estudos de cunho tradicional. Com isso, tendo em vista a alta produtividade atestada pelo levantamento e pela análise dos dados, considera-se que as proporcionais instanciadas por *quanto*

*mais/menos... (tanto) mais/menos* configuram usos produtivos na língua, o que não justifica as reduzidas menções em estudos tradicionais, uma vez que essas construções veiculam o sentido proporcional, assim como as do Padrão I.

Nas análises do Padrão I e do II, em que foram explorados dados reais de fala e escrita, busca-se estabelecer uma visão holística da língua, incorporando semântica e pragmática, e rejeitando a autonomia de algum nível linguístico. O presente estudo baseia-se na concepção de que a língua está submetida a pressões comunicativas do meio no qual se insere, o que reflete em sua estrutura linguística. Ao examinar dados do português em uso, identifica-se que a perspectiva adotada converge com o conceito de que a estrutura da língua emerge à medida do seu uso, e de que a gramática está em constante adaptação. Instaura-se que a estrutura linguística é derivada de processos cognitivos gerais, que possibilitam os usos concretos da língua.

#### **4. Considerações finais**

Retomando as hipóteses traçadas no início da investigação, considera-se que a análise de dados pode comprovar a vinculação sintática nos exemplares do Padrão I, a partir da correspondência atélica, bem como evidenciar a alta produtividade do Padrão II, a despeito das escassas referências.

Nas construções do Padrão I, identifica-se que os verbos constituintes de prótase e apódose apresentam similaridade atélica. As três configurações mais frequentes nas construções proporcionais desse padrão apresentam seus verbos nos tempos do presente e do pretérito imperfeito, variando como verbo pleno ou auxiliar, ao lado da forma nominal de gerúndio. Tais tempos verbais e forma nominal figuram, aspectualmente, como eventos atélicos, representando ações em progresso, cujo fim não é identificável. Nesse sentido, a noção de ações em desenvolvimento condiz com a própria definição de proporção, que prevê a relação de equilíbrio entre as partes e o todo.

No que tange à segunda hipótese, as construções do Padrão II, apesar de pouco mencionadas em estudos de cunho tradicional, apresentam frequência representativa. Dentre as 330 ocorrências de construções proporcionais, 155 delas configuram casos do Padrão II, em um universo de sete configurações licenciadas. Assim, identifica-se que a precária menção, em abordagens tradicionais, a casos desse padrão deve-se mais pela natureza dos correlatores, que suscitam uma abordagem sobre a correlação como procedimento sintático, ao lado da

coordenação e da subordinação, do que pela invalidação dos correlatores nas construções proporcionais, visto que o uso ratifica a recorrência do paradigma. Acredita-se que este estudo contribui para os estudos sobre construções proporcionais, bem como para os estudos sobre a correlação de uma forma geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLO, A. Compendio de gramática castellana: escrito para el uso de las escuelas primarias. Paris: Librería de Garnier Hermanos Editores, 1883.

BULL, W. E. Time, Tense and the Verb: A Study in Theoretical and Applied Linguistics, with Particular Attention to Spanish, by William E. Bull. University of California Press, 1960.

CASTILHO, A. T. de. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. Introdução ao Estudo do Aspecto na Língua Portuguesa. Faculdade de Filosofia e Letras de Marília, São Paulo, 1968.

CUNHA, M. A. F. et al. Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2013.

\_\_\_\_\_. A linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo funcional). In: SOUZA, M. et al. (orgs.) Sintaxe em Foco. Recife: PPGL/UFPE, 2012.

DIEZ, F. Grammaire des langues romanes. Paris: F. Vieweg, 1876.

GAREY, H. B. Verbal aspect in French. *Language*, v. 33, n. 2, p. 91-110, 1957.

GOLDBERG, A. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HOPPER, P. *Emergent grammar*. Berkley: Berkley Linguistics Society, 1987.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JESPERSEN, O. *The philosophy of grammar*. Londres: George Allen, v. 8, 1924.

LANGACKER, R. W. *Complex Sentences*. In: *Cognitive Grammar – a basic introduction*. Oxford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. *Foundations of Cognitive Grammar, Vol. II, Descriptive Application*. Stanford, California, Stanford University Press, 1991.

OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. C. [Funcionalismo e abordagem construcional da gramática](#). Revista Alfa. São Paulo, v. 60, n. 2, 233-261, 2016.

NEVES, M. H. M. Gramática de usos do Português. São Paulo: UNESP, 2000.

ROSÁRIO, I. C. Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional. 2012. 250 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2012.

STEN, H. Les temps du verbe fini (Indicatif) em français moderne. Kobenhavn: Det Kongelige Danske Videnskabernes Selkab. 1953.

TRAUGOTT, E.C.; TROUSDALE, G. Constructionalization and Constructional Changes. Oxford: Oxford University Press, 2013.

#### **Abstract**

This study has as objective examine the uses of the proportional correlative constructions based on theoretical assumptions of Usage-based Linguistics. This theory analyzes the language in use and it aims at a holistic approach, in which no linguistic level is prominent in relation to the other. The concept of construction is taken in the sense established by Traugott e Trousdale (2013), that is, as a basic unit of language, composed of a pairing of form and meaning. The proportional constructions are analyzed in their two instantiated patterns: the first consisting of the connector expressions *à medida que* and *proporção que*, and the second set by the correlators *quanto mais/menos... (tanto) mais/menos*. The data is extracted from the *Corpus do Português*. It is argued that constructs in both patterns constitute correlate structures of the language. However, because of the distinct syntactic behavior, particular treatments are performed in in the patterns. In the first, the criterion of telicity is used to establish the syntactic connection between protasis and apodosis. In the second, it is evident the highproductivity. Thereby, it aims to establish, from a constructional perspective of the language, the constructional hierarchy of proportional correlates, based in different levels of abstraction.

**Keywords:** Correlation; Construction; Proportion.

## A CONSTRUÇÃO [(X) AGORA (Y)] NA ESFERA JORNALÍSTICA DO SÉCULO XIX<sup>1</sup>

The construction [(x) now (agora) (y)] in the journalistic sphere of the 19<sup>th</sup> century

Danielle dos Santos Cleres (UERJ)<sup>2</sup>  
Marcos Luiz Wiedemer (UERJ)<sup>3</sup>  
Maria Maura Cezario (UFRJ/CNPq)<sup>4</sup>

### Resumo

Embasados no aporte teórico-metodológico da Linguística Funcional Centrada no Uso (KEMMER & BARLOW, 1999, BYBEE, 2010, MARTELOTTA, 2011, TRAUOGOTT & TROUSDALE, 2013, ROSÁRIO & OLIVEIRA, 2016 entre outros), investigamos as construções com “agora”, representadas em sua construção mais abstrata como [(X) agora (Y)], em jornais (Correio Braziliense ou Armazém Literário – 1808 - 1822; O Patriota, Jornal Litterario, Político, Mercantil - 1803-1814; A Aurora Fluminense – 1827-1835; O Tempo: o jornal politico e litterario – 1832-1846; Gazeta da Tarde – 1880-1889), que circularam na cidade do Rio de Janeiro. A partir do objetivo principal de analisar os subesquemas de diferentes níveis, os resultados evidenciam que há dois subesquemas superordenados: a construção [circunstanciadora agora TEMPO], que licencia três subesquemas construcionais: [VERBO agora], [agora VERBO], [PREPOSIÇÃO agora], em que o falante tem por objetivo pontualizar o discurso no tempo; e a construção [comparação AGORA enunciativa], que licencia cinco subesquemas construcionais: [agora ADJETIVO], [agora SUBSTANTIVO], [agora], [agora QUE], [agora (X) PERÍODO], em que o falante tem por objetivo localizar o tempo na comparação de ações entre as porções textuais, onde a indicação do tempo é não cronológica, já que apresenta correlação enunciativa. Além disso, ambos os subesquemas apontam para o domínio funcional mais amplo da adverbialidade, relacionados em nível hierárquico por semelhança, o que resulta na configuração como uma construção mais esquemática [(X) agora (Y)].

**Palavras-chave:** Linguística Funcional Centrada no Uso; Abordagem Construcional; Advérbio *agora*. Adverbialidade.

### Introdução

**E**sse estudo está fundamentado na Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), corrente teórica que considera a língua em situações reais de uso e os contextos em que ocorrem. Nessa visão, a estrutura da língua é modificada pelos usuários e corresponde às necessidades discursivas compartilhadas em um contexto social.

---

<sup>1</sup>Este texto reúne parte das reflexões desenvolvidas na dissertação de Cleres (2018).

<sup>2</sup> Mestre em Linguística pela UFRJ e doutoranda em Estudos da Língua pela UERJ. E-mail: daniellecleres@hotmail.com.

<sup>3</sup> É professor do Departamento de Letras, na área de Linguística, e do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Membro (pesquisador) do Grupo de Pesquisa “Discurso & Gramática” (UFF) e do Grupo de Estudos Sociofuncionalistas (GESF-UFMS/UERJ/UNESP). E-mail: mlwiedemer@gmail.com.

<sup>4</sup> É professora do Departamento de Linguística e Filologia e do Programa de Pós-graduação em Linguística da Faculdade de Letras da UFRJ. Coordena a equipe do Grupo de Pesquisa “Discurso & Gramática” (UFRJ). E-mail: mmcezario@gmail.com.

Muito importante também para nossa investigação é a perspectiva construcional, conforme apresentada em Traugott & Trousdale (2013, doravante T&T), segundo a qual as línguas são formadas por construções interligadas por *links* formais e funcionais. Assim, as construções são pareamentos forma-função integrados numa rede linguística (rede construcional). De acordo com esse modelo, formas diferentes têm papéis semântico-sintáticos distintos.

Embasados no quadro teórico, acima mencionado, apresentamos os resultados da investigação das construções com “agora”, representadas em sua construção mais abstrata como [(X) agora (Y)], em jornais (*Correio Braziliense ou Armazém Literário – 1808 - 1822; O Patriota, Jornal Litterario, Político, Mercantil - 1803-1814; A Aurora Fluminense – 1827-1835; O Tempo: o jornal politico e litterario – 1832-1846; Gazeta da Tarde – 1880-1889*), que circularam na cidade do Rio de Janeiro.

Muitas pesquisas já foram desenvolvidas sobre o uso de adverbiais na língua portuguesa, como Martelotta (1994), Castilho (2009), Moraes Pinto (2008), Machado (2012), Ilogti de Sá (2015), Costa Nunes (2014).<sup>5</sup>Em síntese, esses estudos contribuíram para o entendimento de que as análises linguísticas devem incluir a investigação morfossintática, semântica, discursiva e contextual. Se antes, através dos aportes da Gramaticalização, as pesquisas privilegiaram o comportamento de um determinado item linguístico, a abordagem construcional, adotada neste trabalho, propõe rever as relações adverbiais para além do item, ao estabelecer como objeto de estudo não somente o item “agora”, mas, sim, construções complexas (com mais de um elemento) e esquemáticas de que esse item participa.

Assim, em nossa análise, através da proposta construcionista, analisamos os usos da construção com *agora* constatados em jornais do século XIX. A investigação em textos escritos coletados de dois gêneros diferentes (entrevista e reportagem) nos permite inquirir as possíveis diferenças de comportamento linguístico das construções.

Cleres (2016), a partir da análise de três jornais do século XIX, seis do século XX e um da presente sincronia, considerando o modelo do funcionalismo clássico, baseado nos pressupostos da gramaticalização (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 1993, HEINE, CLAUDI & HUNNEMEYER, 1991), constatou que, a depender do gênero textual jornalístico, o item *agora* tende a apresentar polifuncionalidade nas sincronias pesquisadas. Ao mapear a trajetória do elemento, a autora constatou o *continuum* advérbio >conjunção >marcador discursivo.

---

<sup>5</sup> Não pretendemos aqui fazer uma revisão dos estudos sobre as principais contribuições já dadas para a compreensão dessa classe de palavras, o advérbio. Para uma revisão mais detalhada acerca dos adverbiais apontamos, sobretudo, Rios de Oliveira e Cezario (2012) e Cezario et al. (2018).

Observemos os exemplos (1) e (2) abaixo. O primeiro faz parte do gênero “carta” e o segundo do gênero “entrevista”, ambas as amostras foram retiradas de Cleres (2016):

(1) *Tive eu e minha mulher licença para hirmos ao paço dos nossos Reis quando quiséssemos... A minha mulher tocou um bom quinhão porque conta hoje no rol dos seus amigos, as Exmas. Sra. Duqueza \*\*\* camareira Mór de \*\*\* Dona \*\*\* filha do meu amigo Dom \*\*\* e muitas outras famílias distintas tanto pela sua honra como pelas suas elevadas posições sociaes. Vim para o Porto e nesta cidade os obséquios e honras longe de diminuirão forão em aumento ali bem como em Lisboa não me faltarão pessoas gradas a oferecerem-me os seus serviços e amizades: casas, para me asilar, dinheiro, etc, etc .. tudo se me ofereceu. Graças ao Supremo Creador; mas eu de nada me quis utilizar por isso que a ninguém pretendo incomodar.*

*Passarei **agora** a falar desta sempre illustre e sempre nobre província do Minho minha clara pátria natal onde vi a luz do dia e recebi a Sacro-Santa — Água Baptismal. Aqui é impossível descrever-lhe em um quadro aproximado a recepção que me fizeram e as honras que recebi de todas as autoridades locaes e das principaes e mais gradas pessoas desta abençoada terra.*

*Visitas de famílias e seus chefes, músicas, foguetes, immensissimos presentes das melhores fructas, e de aves e de outros muitos objectos; de tudo fui obsequiado; não tenho um momento de descanso e apenas em alta noite e por algumas horas me deixam em paz! Eu confesso ao meu amigo que estou admirado de mim mesmo porque conheço merecimento para tanto; mas que se Deus protege o Japonique? Vou concluir esta massada para mais não ser por esta fastidioso ao meu bom amigo”.*

*(A Carapuça: Jornal satyrico para recreio das famílias. – 1857)*

Em (01), percebe-se que o item *agora* integra porções amplas do texto e desempenha funções discursivas, de modo a contribuir para o desenvolvimento do assunto. Constata-se que, após a inclusão do item, o assunto é alterado e o tópico eleito é o relato da província que o casal escolhera para residência. Cleres (2016) observa que a função de marcador discursivo é possível pela menção a fatos ocorridos e organizados em sequência. Segundo Cleres (2016, p. 39):

o elemento **agora**, juntamente com a forma verbal **passarei**, apesar de ainda apresentar traços prototípicos — [+ escopo verbal], [+ circunstanciação] e [+ mobilidade] — não possui a referência temporal vinculada ao presente e apresenta o traço [+ referência temporal futura], devido à flexão verbal e também exerce a função de Organizador Textual com introdução de

novo tópico, visto que há o anúncio de que a topicalização será somente sobre a estada na cidade do Porto.

(2) “(...) Mas a coisa deveria surgir dos interessados, que são os trabalhadores, representando um poder de pressão. *Agora* inventaram uma palavra chamada ‘diálogo’. Não sei porque meus colegas de imprensa usam esta palavra. Não há diálogo quando alguém lá de cima diz: ‘olha, tu propões isso e eu vou ver se te dou.’

(O Globo - 1978)

Já em (02), “o elemento associado ao verbo conjugado no pretérito perfeito ‘*inventaram*’ permite o sentido de ‘*nos últimos tempos*’ para o espectro temporal, e isso demonstra a amplitude do caráter fórico do elemento quanto ao seu alcance temporal” (CLERES, 2016, p. 48).

Considerando os resultados de Cleres (2016), a autora, em 2018, lança a hipótese de que os diferentes padrões construcionais com *agora* são subesquemas de uma construção mais abstrata, a construção [(X) *agora* (Y)]. A hipótese da autora é a de que os diferentes subesquemas instanciados por esta construção tendem a ter papéis funcionais diferentes nos textos. Assim, a partir dos resultados de Cleres (2018), aqui, neste artigo, destacamos os resultados referentes à análise dos diferentes subesquemas.

## 1 Pressupostos teórico-metodológicos

Nos estudos linguísticos atuais, há várias versões denominadas Gramática de Construções. Como já adiantamos, centramo-nos na abordagem da Gramática de Construções como entendida por Goldberg (1995. 2006) e Croft (2001), e reinterpretada por T & T (2013). Neste modelo de T&T (2013), busca-se reinterpretar os fenômenos de gramaticalização, lexicalização e degramaticalização por meio de um único modelo, além de propor uma investigação de níveis mais abstratos da organização linguística, no plano cognitivo (esquemas, subesquemas e microconstruções).

Nessa visão, a unidade básica da língua é a construção. Neste sentido:

As construções são convencionais na medida em que são compartilhadas entre um grupo de falantes. São simbólicas por serem *signos*, geralmente associações arbitrárias de forma e significado. E são unidades em que algum aspecto do signo é tão idiossincrático (GOLDBERG, 1995) ou tão frequente (GOLDBERG, 2006) que o signo é amalgamado como um pareamento forma-sentido na mente do usuário da língua” (T & T, 2013, p. 1)<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Conforme o original: “Constructions are conventional in that they are shared among a group of speakers. They are symbolic in that they are signs, typically arbitrary associations of form and meaning. And they are units in that

A definição de T & T (2013) compreende que a gramática não apresenta modularidade estrutural: todos os níveis — morfossintaxe, semântica, fonologia, pragmática e funções discursivas. Conforme Bergs e Diewald (2009), a abordagem construcional da gramática enfatiza que a língua consiste em um inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais (de pares de forma e sentido). Esta estrutura – a organização das unidades pode ser tratada com base na estrutura simbólica proposta por Croft (2001) e Croft e Cruse (2004).

Dessa forma, no âmbito da LFCU voltada para a Gramática de Construções e centrada na experiência, é reconhecido que a gramática de uma língua é organizada a partir de determinados princípios (GOLDBERG, 1995). Entre os princípios apontados pela autora, destaca-se o princípio de não-sinonímia, sendo:

se duas construções são sintaticamente distintas, devem, portanto, ser semântica ou pragmaticamente distintas: Corolário A – se duas construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, então elas têm de ser pragmaticamente distintas. Corolário B – se duas construções são sintaticamente distintas e pragmaticamente sinônimas, então elas têm de ser semanticamente distintas.

A abordagem defendida por Goldberg (1995) constitui-se como o pilar da hipótese principal deste trabalho, isto é, há diferenças de uso nos padrões formais apresentados. Vejamos em (3) e (4):

(3) *Custa á crer, que o Sr. Bitancourt viesse do Pará praticar ainda aqui arbitrariedades no Corpo, que infelizmente Commanda; e que o Sr. Torres, M. da Marinha, consinta athe, que elle opprima os miseraveis recrutas á Bordo da Nao, á ponto de os fazer prestar juramento de Bandeiras á força, mettendo-os para este fim, no mais immundo, e escuro lugar do Porão, quando o não o querem por bem! Athe que não podendo supportarem, por mais tempo, os crueis tratamentos, estes infelizes que estão promptos para jurar, não só huma, como quatro Bandeiras, como hum o dice!*

*Agora perguntarei, Sr. Redactor, se são válidos semelhantes juramentos? Parece-me que não; porque o juramento deve ser he nullo, sendo forçado. Perguntarei tambem, qual a Ley, em que se fundou o Sr. Bitancourt, para fazer assentar Praça ao Sr. Pedro Nolasco Pereira da Cunha, que já fora Guarda Marinha da Armada Nacional, e que tivera sua demissão do Serviço, em 2 de Janeiro de 1831, por a pedir?*

*A Cégarréga – 1833*

(4) *Corre agóra hum rumôr de que Governo de Portugal, conhecendo sua fraqueza, procura valer-se de forças estrangeiras para sujeitar o Brasil; mencionamos isto, para mostrar o erro de tal medida, e pedir encarecidamente, que desistão della. Assevera-se, que o Governo Portuguez pedira socorros militares á França, e lhe offerecêra em compensação cessão de territórios na Goiana Portugueza junto ao Pará. Alem da atrocidade,*

---

some aspect of the sign is so idiosyncratic (Goldberg 1995) or so frequent (Goldberg, 2006) that the sign is entrenched as a form-meaning pairing in the mind of the language user”.

*que essa medida envolve, de desmembrar o Brasil, o que irritará por extremo todos os Brasileenses, não he possível que a Inglaterra veja tal cessão com indiferença; e o Gabinete Inglez não pode já olhar para suas conexões políticas com Portugal, no mesmo ponto de vista, que outr'ora olhava.*

*Correio do Rio de Janeiro – 1822*

A construção [*agora* VERBO], em (3), é utilizada como marcador discursivo, visto que, para chamar a atenção do leitor a um fato considerado relevante pelo escritor/jornalista, foi empregada de modo a conduzir a concordância para o evento intencionado. Notemos que a flexão verbal no futuro simples permite a abrangência temporal da construção, estabelecendo um espectro temporal de futuro imediato e integrando-a ao texto. Apresenta, assim, funções textuais. Em (4), a construção [VERBO *agora*] ,notadamente, desempenha uma função adverbial, visto que há o emprego típico desta classe: modifica o verbo e enfatiza a temporalidade situacional.

Goldberg (2006) afirma que as construções incluem todos os níveis da gramática. Nesse sentido, a autora entende que também são construções os exemplares estocados na mente. Com isso, a construção integra uma forma — pertencente a qualquer nível gramatical — unida a um sentido ou uma função que pode desempenhar papéis semânticos ou pragmáticos.

Wiedemer & Machado Vieira (2018a, s/p) indicam que:

Goldberg cogita tanto da potencialidade de sinonímia ou semântica (corolário A) ou pragmática (corolário B) quanto da impossibilidade de identidade entre as propriedades de dois ou mais padrões construcionais. Em razão dos vários fatores envolvidos nos polos forma e função de uma construção, está descartada a possibilidade de sinonímia entre as propriedades de todos os atributos que caracterizam um pareamento X e os que caracterizam um pareamento Y, nas hipóteses ou de se instaurar uma relação de similaridade configuracional entre X e Y ou de o falante tecer, mediante processo cognitivo analógico, uma ligação simbólica entre eles (e isso se convencionalizar).

Ainda sobre o assunto, os autores (WIEDEMER & MACHADO VIEIRA, 2018a) aludem que as construções/unidades lexicais formalmente diferentes podem envolver diferença relativa a um atributo ou mais de ordem funcional e não necessariamente a todos os atributos da face funcional, fato que enseja, no que diz respeito aos demais atributos, espaço para o mapeamento de comparabilidade funcional, de percepção de similaridade e/ou de associação de construções/unidades lexicais independentes (conforme MACHADO VIEIRA & WIEDEMER, a sair). Em decorrência desse processo, duas ou mais construções ((sub)esquemas procedurais ou lexicais) podem ser associadas por força de analogia e, então, podem ser socialmente rotinizadas e cognitivamente estocadas como alternativas construcionais (aloconstruções); e duas ou mais unidades lexicais/construções lexicais têm o potencial de

desenvolver o perfil de alternativas no processo de compatibilização a *slot* de uma construção por força de atração (colexemas) ou coerção (lexemas). Nesta perspectiva, as “alternâncias” são consideradas como epifenômeno, correspondente a diversas unidades lexicais diferentes, que são evocadas a partir de determinada construção/enunciado (conforme WIEDEMER & MACHADO VIERIA, 2018b).

No entendimento de Bybee (2010), construções são pareamentos de forma e significado, sendo que este inclui a pragmática. Em sua interpretação, T&T consideram esquemas como construções totalmente esquemáticas e, para aquilo que é parcialmente esquemático, usam o termo subesquemas, que apresentam partes especificadas, bem como *slots* (preenchimentos). Infere-se daí que a definição de construção deve ser apreendida em diferentes níveis de complexidade e abstração. Nos termos de Goldberg (2003), as construções não são totalmente arbitrárias. Em outras palavras, as relações entre forma e significado são normalmente motivadas e, por isso, frequentemente, há padrões recorrentes na língua. A autora avalia ser a criatividade o critério competente para formar construções com *slots* abertos e, assim, reproduzir combinações nas construções.

No presente trabalho, os constructos são os enunciados com *agora*. A microconstrução é cada forma analisada, por exemplo, *por agora* e *até agora* são duas microconstruções. O subesquema que instancia essas duas microconstruções é [X *agora*] e o subesquema superordenado ou construção geral é [(X) *agora* (Y)].

Em termos metodológicos, o nosso estudo está concentrado em analisar os textos escritos oriundos da esfera jornalística e pertencentes aos gêneros “*notícia*” e “*reportagem*”, os quais apresentaram sequências tipológicas de caráter expositivo-argumentativo. Concebemos este tipo de tipologia como aquela em que há a apresentação de argumentos baseados na lógica, cuja estrutura deve ser constituída pela tese ou ideia central, na qual deve constar o encadeamento de porções textuais com a intenção de defender determinado ponto de vista ou assunto (GARCIA, 2010).

É importante ressaltar que, durante o período selecionado para a pesquisa, os gêneros jornalísticos não possuíam características limítrofes tais quais as apresentadas nos jornais atuais; de maneira gradativa, os meios de comunicação sofreram adaptações a fim de acompanhar os avanços tecnológicos. Por causa disso, o *lead*<sup>7</sup>, diferentemente dos dias atuais, não é plenamente encontrado no primeiro parágrafo do texto. Então, podemos conceituar a

---

<sup>7</sup> Lead: estrutura discursiva que visa responder às seguintes perguntas: o quê?, quando?, como? Por quê? Quem? e onde?

*notícia* como uma estrutura textual em que se dá mais atenção ao relato de algum acontecimento, de modo que a informação esteja atualizada. Por causa disso, este gênero é mais encontrado em jornais diários do que em revistas semanais e mensais. Lage (1998) afirma que “a notícia só é notícia se trazer informação”. Nesse sentido, o autor concebe este gênero como um repositório de informações e, neste caso, as estratégias argumentativas não seriam incluídas. Nos textos pesquisados para esta pesquisa, percebemos que o *lead* é diluído entre os parágrafos.

Já a *reportagem* é caracterizada pela atenção especial dispensada ao fato e isso pode demandar um espaço maior no veículo. Nos termos de Marques de Melo (1985, p. 65), a *reportagem* amplia o relato de um acontecimento francamente retratado nos meios de comunicação. Neste sentido, a *reportagem* possui como característica a contextualização de assuntos, posto que cabe ao jornalista apresentar assuntos pertinentes ao espaço e tempo dos eventos, além de explicá-los. Em termos aristotélicos, a *reportagem*, como gênero, estabelece um raciocínio dedutivo, além de apresentar os desdobramentos do assunto.

Em suma, como visto até aqui, a investigação sobre esses gêneros encontrados nos textos jornalísticos busca identificar as motivações discursivas no emprego das construções com *agora*. Conforme resume Lage (1987), a *reportagem* é um gênero com características próximas as do *artigo de opinião*, isto é, em ambos os gêneros encontramos traços subjetivos do autor. Em igual entendimento, Marcuschi (2002) considera a *reportagem* um gênero híbrido com nuances interpretativas. Para Dolz & Schneuwly (2004), o gênero *notícia* pertence à ordem do relatar, modalidade que tem a intenção de informar, de forma detalhada, os fatos ocorridos.

Escolhemos o século XIX por ser o período em que a imprensa fora inaugurada no país. O período concentra transformações significativas na realidade brasileira, sobretudo a fluminense. Este foi o momento do Romantismo, Belle Èpoque e das intervenções urbanas promovidas por Pereira Passos, cuja administração seguiu o molde da arquitetura francesa. Em suma, a organização do Brasil, de colônia a República, protagonizou as muitas páginas dos periódicos da então capital brasileira.

Para a análise, lançamos mão de uma análise quali-quantitativa, comum aos estudos de base funcionalista, em que, de um lado, verificamos as frequências de usos (*tokens*) do fenômeno linguístico investigado, e suas ocorrências em determinado contexto comunicativo; e, de outro lado, procuramos evidenciar as tendências de usos. Assim, coletamos todos os enunciados com o elemento *agora*, que são dispostos, na tabela (01), em que encontramos os seguintes números de dados para cada jornal analisado:

Jornais	O Patriota	Gazeta da Tarde	Aurora Fluminense	O Tempo	Correio Braziliense	Total
Nº de ocorrências de dados	38	18	42	56	122	276

Tabela 01: Frequência do elemento agora por jornais (CLERES, 2018, p. 53)

Ressaltamos que o número maior de dados no livro Correio Braziliense se deu porque esse foi o jornal (dentre os analisados) que teve maior tempo de circulação e, portanto, a frequência é maior. Além disso, neste jornal, há predomínio do gênero *reportagem*, cujos textos costumam ser maiores do que as notícias.

Analisamos cada contexto para depois estabelecermos os subesquemas e suas funções<sup>8</sup>. Verificamos que os subesquemas são instanciações da construção mais geral do subesquema superordenado [(X) agora (Y)]. Constatamos, no século XIX, oito subesquemas desse subesquema mais geral. São eles: [VERBO *agora*], [*agora* PREPOSIÇÃO], [*agora* (X) VERBO], [*agora* PERÍODO(S)], [*agora* QUE], [*agora* SUBSTANTIVO], [*agora* ADJETIVO] e [*agora* (X) ORAÇÃO].

## 2 Resultados e discussão

Conforme já ressaltamos, temos como objetivo principal descrever as formas e as funções dos subesquemas, com o item *agora* em diferentes jornais do século XIX.

A partir da análise da produtividade dos usos da construção *agora*, foram encontradas 276 ocorrências dessa construção. Nos dados, evidenciam-se oito subesquemas, que passamos a destacar, na sequência. Após, apresentamos o resumo desses subesquemas na tabela (02).

### Subesquema [VERBO *agora*]

(5) (...) *E com effeito, qual outro seria o meu propósito? Lembrar-se há alguém do desejo do lucro? Não seria facil mostrar que este jámais podia ser o meu alvo? (...) Por muito sensível que eu seja a este sentimento tão natural, eu seria loucamente presumido, se ousasse confiar de meu tenue saber tão vantajoso resultado. O fim por que me tem guiado tanto, he clara e unicamente o querer satisfazer aos veros que tomei por epigraphe. Não entrarei agora na sincera condução de meus defeitos: vale mais emenda-los que publica-los. O tempo he sempre o melhor Mestre, e os proprios erros são uteis a quem delles sabe aproveitar para evita-los."*

<sup>8</sup> Destacamos, neste trabalho, apenas os resultados relativos às funções semântico-discursivas. Em Cleres (2018), ao leitor interessado, há análise dos seguintes fatores de análise: (i) jornais; (ii) categoria gramatical; (iii) papel semântico-discursivo; (iv) escopo da construção; e (v) gênero textual.

*(Jornal O Patriota, seção “Política” – 1813)*

Nesse subesquema, percebe-se maior produtividade no emprego adverbial, conforme tabela (02), ao final, uma vez que o uso prototípico dos advérbios, tal como um modificador, mantém-se aqui. Em (05), o verbo “entrar” possui o sentido de movimento, logo denota uma ação modificada pelo elemento *agora*, o qual pontualiza a ação verbal.

### **Subesquema [agora VERBO]**

(6) "(...) *Era hum problema, se no Brazil podia haver hum Jornal. Pessoas se acreditado saber, mas de hum genio melancolico, avultando as dificuldades, que carregarião sobre o Redactor, accusavão altamente a sua temeridade, a que dava mais pezo a authority de quem as pronunciava. Costumado porém a ceder sómente á rezão e á experiencia, eu julguei que o verdadeiro modo de resolver o problema, era pôr-me em prova, e confiar da minha queda o meu desengano. Eu annunciei a empreza, e e ntre pragas e agouros de huma parte, e elogios e estímulos de outra, caminhei constante ao meu fito. Tenho consummado a carreira, e he facil **agora estabelecer** hum argumento vitorioso.(..)*"

*(Jornal O Patriota, seção “Política” – 1813)*

Em (6), a função de adverbial circunstancial também se mantém. Porém, a relação é feita com o verbo “*estabelecer*”, que não é de movimento, diferentemente de (05). Apesar de indicar um tempo, em (06), ele não é pontuado. Sobre isso, é importante destacar que a ordenação dos adverbiais temporais (locuções ou advérbios simples) tem sido amplamente estudada em diferentes sincronias e gêneros textuais, que destacam a produtividade da ordem na fixação de diferentes subesquemas construcionais (cf. CEZARIO; ILOGTI DE SÁ; COSTA NUNES, 2005, CEZARIO; MACHADO; SOARES, 2009, ALBANI; CEZARIO, 2012, SOARES, 2012 entre outros estudos).

### **Subesquema [PREPOSIÇÃO *agora*]**

(7) "(...) *E qual tem sido a acção dos passado ministerios sobre semelhantes potentados eleitoraes? Temos vistos ministerios, que teem sido a expressão de violentos partidos, transigirem inteiramente com taes potentados eleitoraes, e para elles porem todos os favores, todas as atencções, e até mesmo o cerramento dos olhos sobre crimes, que por similhante maneira ficção dentro das muralhas dos partidos! O que **até agora** temos visto, é nada recusar-se, absolutamente nada, a esses potentados, que por seu turno torturão a esses cidadãos fracos ou pobres para lhes alcançar quasi sempre o avesso do seu sentir. E tudo isto não é macular a mais Santa das funções populares?..."*

*(Jornal O Tempo, seção “Interior” – 1832)*

Ao observarmos o enunciado (07), é possível depreender a construção formada por [PREPOSIÇÃO *agora*], que estabelece uma locução prepositiva (adverbial) circunstancial. Neste caso, a temporalidade do elemento *agora* é reforçada pela ideia de “limite” temporal, e permite uma leitura atélica do enunciado, que é reforçado pelo verbo “ter”, ou seja, uma ação ainda a ser finalizada. Dessa forma, comparando-se os dois subesquemas até aqui analisados, [VERBO *agora*] e [*agora* VERBO], somados ao subesquema [PREPOSIÇÃO *agora*], é perceptível certa relação hierárquica entre os três subesquemas, ou seja, a relação de “modificação”, característica das construções adverbiais, ou seja, de circunstância.

Representamos, abaixo, esses três subesquemas a partir de uma rede construcional, que denominamos, neste primeiro momento, de “construção circunstancial”.

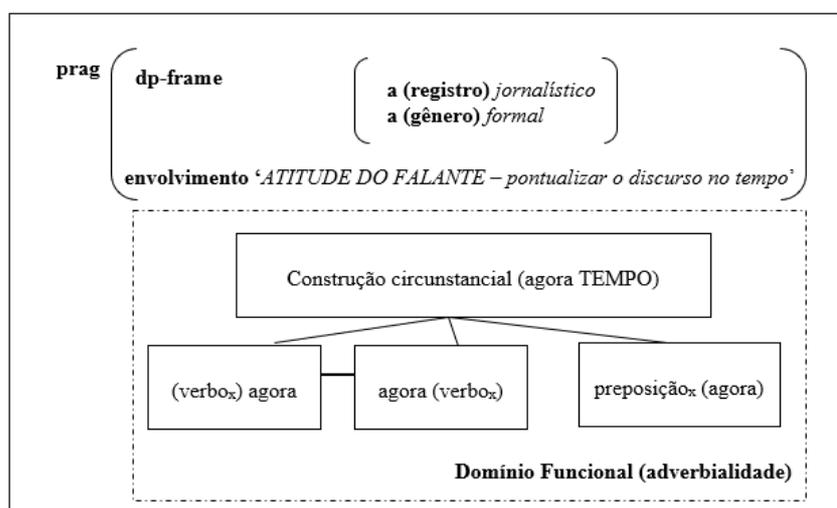


Figura 1: Subesquemas construcionais (construção circunstancial adverbial)

(CLERES, 2018, p. 58)

A representação acima foi elaborada a partir das ideias de Machado Vieira e Wiedemer (a sair), em que temos a representação da construção [circunstanciadora *agora* TEMPO], que licencia três subesquemas construcionais: [VERBO *agora*] (5), [*agora* VERBO] (6), [PREPOSIÇÃO *agora*] (7). Tais subesquemas (representados no quadrado pontilhado), possuem uma parte específica e outra que contém *slots* a serem preenchidos por unidades linguísticas. Por sua vez, os subesquemas podem ser relacionados em nível hierárquico por semelhança, o que resulta na configuração como uma construção mais esquemática [circunstanciadora *agora* TEMPO]. Dessa forma, subesquemas diferentes permitem a leitura de circunstância de tempo.

Além da representação da construção, que está indicada pelo quadrado pontilhado, a representação apresentada, na figura (1), captura as nuances pragmáticas, ou seja, a enunciação, que está indicada pelo (dp) – *padrão discursivo*, ou seja, temos um determinado padrão discursivo/paradigma que licencia determinadas construções. Além disso, este *dp*, por sua vez, pode possuir especificações/condicionantes, que são denominadas de *atributos* (a); no esquema, neste caso, os atributos são *jornalístico* e *formal*. Por fim, tem-se a indicação do envolvimento, atitude do falante, em que tem por objetivo pontualizar o discurso no tempo. Por fim, a representação aponta para o domínio funcional da adverbialidade.

Com base em Garcia (2010), adotamos a nomenclatura *circunstância* (do latim *circum*, o que está em torno ou em redor) como “a condição particular que acompanha um fato, o acidente que o atenua ou agrava”. Para a retórica, este termo é compreendido como a própria ação (o quê?), a pessoa (quem?), o lugar (onde?), o tempo (quando?), a causa (por quê?), o modo (como?), e os meios (com quê?). Dentro da esfera sintática, outras circunstâncias são incluídas, como as relações de oposição, condição, finalidade, consequência, dentre outras.

Dando sequência à apresentação dos subesquemas, abaixo, têm-se os exemplos formados por [*agora* ADJETIVO], em (08) e por [*agora* SUBSTANTIVO], em (09), conforme se observa.

### **Subesquema [*agora* ADJETIVO]**

(08) "O projecto de ley para suspender a liberdade da imprensa foi approved na Camara dos Pares, por uma maioria de 136 votos, contra 74; porém com algumas alterações. Os jornaes, **agóra existentes**, são izentos de sua operação, e a duração desta medida se limita até o fim da sessão seguinte".

(*Jornal Correio Braziliense, seção Miscellanea – 1808*)

### **Subesquema [*agora* SUBSTANTIVO]**

(09) "Havendo dicto no nosso N°. Passado, que a successão da corôa de França, depois do irmão e sobrinho do actual Rey, passa a Fernando VII, **agora Rey de Hespanha**; julgamos proprio dar aqui o seguinte extracto de uma gazeta Franceza (...) sobre o mesmo assumpto".

(*Jornal Correio Braziliense, seção Miscellanea – 1808*)

Considerando os dois usos acima (08) e (09), primeiramente, fica evidente que as construções exemplificadas não são modificadoras de verbos, função típica de uma construção adverbial, conforme se pode observar nos subesquemas anteriores (05) a (07), e passa a atuar

somente como marcador temporal, indicando a pontualidade apenas, seja ela de simultaneidade, anterioridade, posterioridade ou futuro imediato.

Porém, apesar de um indicar determinada temporalidade, em comparação aos exemplos anteriores (05) a (07), aqui a temporalidade é feita a partir do enunciado, conforme podemos observar em (08). O enunciado é iniciado por “*O projecto de ley para suspender a liberdade da imprensa foi aprovado na Camara dos Pares, por uma maioria de 136 votos, contra 74; porém com algumas alterações.*”, em que temos a apresentação do fato, a aprovação do projeto de lei de suspensão à liberdade, em que temos uma ação concluída em determinado momento do discurso, e na sequência, observa-se sua consequência, em “*Os jornaes, **agóra existentes**, são izentos de sua operação, e a duração desta medida se limita até o fim da sessão seguinte.*”, que é indicado pelo elemento *agora* na segunda parte do enunciado.

Neves (2011) discorre sobre os advérbios temporais que não possuem relação cronológica, isto é, em que a ampliação temporal não é cronológica. Dentre eles, o *agora* apresenta essas possibilidades ao fazer referências temporais do passado e futuro. Essa mesma construção pode ser observada em (09), em que temos o enunciado “*Havendo dicto no nosso N.º. Passado, que a successão da corôa de França, depois do irmão e sobrinho do actual Rey,*”, que apresenta um contexto histórico em determinado tempo passado, que é comparado com o tempo atual, “*passa a Fernando VII, **agora Rey de Hespanha**; julgamos proprio dar aqui o seguinte extracto de uma gazeta Franceza (...) sobre o mesmo assumpto.*”.

Em (09), fica mais clara a relação de comparação temporal no passado (ação concluída) e a consequência da ação, que é marcada pelo elemento “*agora*”, sendo reforçada pelo verbo “passar”. De acordo com os resultados de Jordão (2017), o verbo *passar* pode apresentar características aspectuais, como quando indica um movimento metafórico ou quando é empregado em função de auxiliar.

Comparando os cinco subesquemas até aqui apresentados, temos três subesquemas decorrentes dos exemplos (05), (06) e (07), como construções circunstanciais que embora pontualizem o tempo, modificam um elemento, ou seja, atuam como advérbios. Já nos exemplos em (08) e (09), temos a noção temporal, porém, conforme observamos nos exemplos, a comparação temporal é feita a partir do elemento *agora*, em que temos a comparação de tempos não necessariamente cronológicos, mas localizados em algum momento do discurso. Sobre isso, vale retomar as palavras de T & T (2013), que apontam que os múltiplos significados disponíveis em uma rede irradiam de um protótipo ou “significado central como extensões”. Além disso, a organização de unidades linguísticas convencionais dentro de redes e conjuntos

está intimamente relacionada ao uso da língua, tanto a moldando, quanto sendo moldada por ela (LANGACKER, 2008).

Podemos representar a questão da comparação temporal, que vamos denominar de “comparação temporal enunciativa”, em que temos de um lado o objeto de discurso localizado no tempo, o elemento *agora* como marcador do tempo em comparação ao anterior, e a segunda parte do enunciado, conforme representado no quadro seguinte,

<b>Ação localizada em um determinado tempo</b>	<b>Localização do tempo e comparação entre as ações</b>	<b>Consequência da ação</b>
" O projecto de ley para suspender a liberdade da imprensa foi approved na Camara dos Pares, por uma maioria de 136 votos, contra 74; porém com algumas alteraçoes.	Os jornaes, <b>agóra</b> existentes	<i>saõ izentos de sua operaçãõ, e a duraçãõ desta medida se limita até o fim da sessãõ seguinte. "</i>
" <i>Havendo dicto no nosso N.º. Passado, que a successãõ da corõa de França, depois do irmão e sobrinho do actual Rey, passa a Fernando VII,</i>	<b>agora</b> <i>Rey de Hespanha;</i>	<i>judgamos proprio dar aqui o seguinte extracto de uma gazeta Franceza (...) sobre o mesmo assumpto. "</i>

Quadro 01: Comparação temporal enunciativa

(CLERES, 2018, p. 62)

Conforme percebemos até aqui, os usos da construção com *agora* são produtivos e apresentam uma vasta gradiência semântica. Aqui é importante destacar a questão da gradiência semântica entre os subesquemas, isto é, há uma diferença entre os subesquemas, no que diz respeito a algumas das propriedades do significado – semântica, pragmática e discurso -, e que dificultam enquadrá-los unicamente em uma ou outra construção. Tendo em vista essa gradiência, as categorias e unidades de linguagem são variáveis, em vez de categorias fortemente delimitadas (BYBEE, 2003).

A noção de comparação temporal que apontamos nos exemplos (08) e (09), em que denominamos de “comparação temporal enunciativa”, pode ser observada também no subesquema [agora PERÍODO], em (10), porém em porções textuais maiores e sem a necessidade de ocorrer relacionada a um substantivo ou adjetivo, como nos exemplos anteriores. Diferentemente, aqui, em (10), a construção [*agora*], além de exercer a ideia de comparação entre as porções textuais, ajuda na transição textual dos enunciados, criando uma relação de coerência entre as duas partes.

### Subesquema [*agora* PERÍODO (S)]

(10) *Exército e Policia - "O soldado Manoel Raymundo Rosa, da 7ª Companhia do 1º Batalhão de fuzileiros, e o qual, como os leitores sabem, travou luta no dia 7 do corrente mês, com um punhado de urbanos, continúa em estado grave. Pouco se dá por sua vida. Está em tratamento no Hospital Militar. Agora, pedimos licença para*

*perguntar? Sabemos que o commandante do 1º de fuzileiros, narrou por escripto ao Ministro da Guerra o acontecido, e remetteu-lhe o respectivo corpo de delicto."*

*(Jornal Gazeta da Tarde – seção “Noticiário” – 1880)*

Aqui, a construção [*agora* PERÍODO(S)] não é modificadora de uma oração, mas se refere a uma porção maior do enunciado. Há uma espécie de apontamento catafórico para marcar o que vem a seguir no discurso. Podemos observar isso no quadro seguinte, a representação de (10), em que observamos, na primeira ação, a ocorrência de um relato seguido do elemento *agora* e de um questionamento posterior.

Ação localizada em um determinado tempo	Localização do tempo e comparação entre as ações	Consequência da ação
Exército e Polícia - "O soldado Manoel Raymundo Rosa, da 7ª Companhia do 1º Batalhão de fuzileiros, e o qual, como os leitores sabem, travou luta no dia 7 do corrente mês, com um punhado de urbanos, continúa em estado grave. Pouco se dá por sua vida. Está em tratamento no Hospital Militar.	<i>Agora</i>	, pedimos licença para perguntar? Sabemos que o commandante do 1º de fuzileiros, narrou por escripto ao Ministro da Guerra o acontecido, e remetteu-lhe o respectivo corpo de delicto."

Quadro 02: Comparação das estruturas temporais

**(CLERES, 2018, p. 64)**

A relação opositiva entre as cláusulas, constituída a partir da construção [*agora* PERÍODO(S)], fica evidenciada pela relação de contraste que é assinalada com as assertivas de que mesmo não sendo um governo democrático, o povo deve-lhe obediência. Na amostra, o escritor direciona o foco do texto para além do evento narrado; há uma intencionalidade em se apurar os fatos e trazer justiça ao soldado agredido.

A noção de articulação textual/transição textual, conforme vimos nos subesquemas, acima, nas ocorrências (09) e (10), também pode ser percebida nos demais subesquemas, exemplos (11) e (12), cada qual com características morfossintáticas específicas. Em (11), no subesquema [*agora* (X) ORAÇÃO], a porção textual inicial é feita a partir do referente “franceses”, em “*Os Franceses não destruíram o Governo papal, para darem aos Romanos um Governo livre e independente, antes fizeram de Roma, uma colônia da França:*”, seguida da construção do tópico discursivo “*logo a ingerência daquelles estrangeiros, foi directamente prejudicial aos Romanos. Poderiam os Franceses, durante a sua dominação, manter melhor policia, supprimir os salteadores, abrir estradas, fazer aqueductos, &c. &c. mas ninguém dirá que taes beneficos fossem equivalente compensação á perca da independencia nacional: reduzindo um povo livre a todos os inconvenientes de ser colonia.*” Na sequência, o elemento “*agora*” é utilizado para marcar a transição textual localizada no tempo. Isso é reforçado pelo

pronome dêitico “eles”, conforme “*elles não derogam a nossa regra, merecem serem justificados*”, que constrói uma referência com a porção textual anterior.

### Subesquema [agora (X) ORAÇÃO]

(11) *"Os Francezes não destruíram o Governo papal, para darem aos Romanos um Governo livre e independente, antes fizeram de Roma, uma colônia da França: logo a ingerência daquelles estrangeiros, foi directamente prejudicial aos Romanos. Poderiam os Francezes, durante a sua dominação, manter melhor policia, supprimir os salteadores, abrir estradas, fazer aqueductos, &c. &c. mas ninguém dirá que taes beneficos fossem equivalente compensação á perca da independencia nacional: reduzindo um povo livre a todos os inconvenientes de ser colonia. **Agóra**, quanto aos descuidos, ou culpas do Governo Papal, **elles não derogam a nossa regra, merecem serem justificados**: mas nisto voltamos outra vez á nossa proposição, que os povos devem cuidar de remediar por si mesmos os males de sua nação; isto mesmo he admitirmos, que póde haver, e de facto há males provenientes dos Governos ainda os mais legítimos, mas o que dizemos he, que, se, em taes circumstancias os povos esperarem taes remedios de alguma potencia estrangeira, esta trará mais males do que se esperam de bems. E aonde está a negativa desta proposição ao exemplo de Roma: e da Hollanda, que o Escriptor accrescenta?*

(Jornal Correio Braziliense, seção Miscellanea – 1808)

Já em (12), o elemento “agora” apresenta-se em um esquema bastante produtivo da língua portuguesa, a construção com “que”, que passa a desempenhar a função de subordinar uma oração a outra, além da noção de transição textual entre as partes dos textos.

### Subesquema [agora QUE]

(12) *"Noventa contos de reis de mais ou de menos não são objecto para desprezar: não he o Brasil tão rico! **Agora que** se entra em lide judicial sobre a arbitraria comissão dos 48 pezos, que o Sr. José Silvestre Rebello julgou dever tirar pelo trabalho de dirigir a construção das Fragatas - Izabel, e Principe Imperial - fabricadas nos Estados Unidos, durante a sua missão diplomática naquelle paiz, convém apresentar ao publico alguma cousa que o esclareça sobre este importante negocio.(..)"*

(Jornal Aurora Fluminense – seção “Rio de Janeiro” – 1850)

Comparando os exemplos de (04) a (12), podemos resumi-los no seguinte quadro. Conforme já ressaltamos, esses subesquemas possuem como características comuns a comparação entre ações de porções textuais e o uso do elemento *agora* como localizador do tempo. Denominamo-la “construção de comparação temporal enunciativa”.

<b>Ação localizada em um Determinado tempo</b>	<b>Localização do tempo e comparação entre as ações</b>	<b>Consequência da ação</b>
<b>Porção textual</b>	[agora SUBSTANTIVO] [agora ADJETIVO] [agora PERÍODO (S)] [agora ORAÇÃO] [agora QUE]	<b>Porção textual</b>

Quadro 03: Comparação temporal das porções textuais

(CLERES, 2018, p. 65).

O que se percebe a partir da estrutura acima é que ela se aproxima, em certa medida, da rede construcional apresentada na Figura (1), pois, além de realizar a transição textual entre as partes, a construção assume características de conjunção ou operador textual. No entanto, ela mantém seu significado adverbial ao indicar a temporalidade, só que atua como uma construção sequenciadora, não mais circunstanciadora. Aqui, não podemos confirmar a mudança, pois se trata de um estudo sincrônico, porém os diferentes subesquemas apontam para um caminho de mudança, hipótese a ser confirmada por outras pesquisas futuras.

A tabela (2) apresenta o quantitativo geral dos padrões construcionais e a distribuição dos dados totais e a porcentagem. Vejamos:

<b>CONSTRUÇÃO</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
[VERBO <i>agora</i> ]	120	43,4
[ <i>agora</i> VERBO]	91	32,9
[PREPOSIÇÃO <i>agora</i> ]	38	13,7
[ <i>agora</i> (X) ORAÇÃO]	10	3,6
[ <i>agora</i> QUE]	8	2,8
[ <i>agora</i> ADJETIVO]	5	1,8
[ <i>agora</i> SUBSTANTIVO]	2	0,7
[ <i>agora</i> PERÍODO(S)]	2	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>276</b>	<b>100</b>

Tabela 2: Microconstruções com *agora*

(CLERES, 2018, p. 65).

Podemos observar que o maior número de ocorrências está na construção do tipo [VERBO *agora*] e corresponde ao total de 43% das amostras encontradas. Em seguida, a construção [*agora* (X) VERBO] ocupa, em número de ocorrências, a segunda posição de construções mais empregadas e representa (32,9%) do total encontrado. A construção [PREPOSIÇÃO *agora*] tem expressivo número nos textos pesquisados (13,7% do total), ao passo que as demais construções

são realizadas em menor quantidade e contribuem com (3,6%), (2,8%), (1,8) e (0,7%), respectivamente.

Vale ressaltar que classificamos como X qualquer item lexical ou sentença que possa figurar ou não na construção, podendo até mesmo iniciar ou finalizar a estrutura oracional. No padrão construcional, [*agora* (X) ORAÇÃO], já exemplificado, consideramos os elementos *quanto aos descuidos, ou culpas do Governo Papal* como X e *elles não derogam a nossa regra, merecem serem justificados* como parte integrante da construção.

Além disso, ao observamos os resultados da tabela acima, destacamos, na cor cinza, os padrões mais produtivos; e na cor azul, os menos produtivos, o que confirma as duas construções acima desenvolvidas, sendo os subesquemas (01), (02) e (03) exemplares da “construção circunstanciadora (*agora* TEMPO)”, e os subesquemas (04), (05), (06), (07) e (08) da “construção de comparação temporal enunciativa”, representada abaixo.

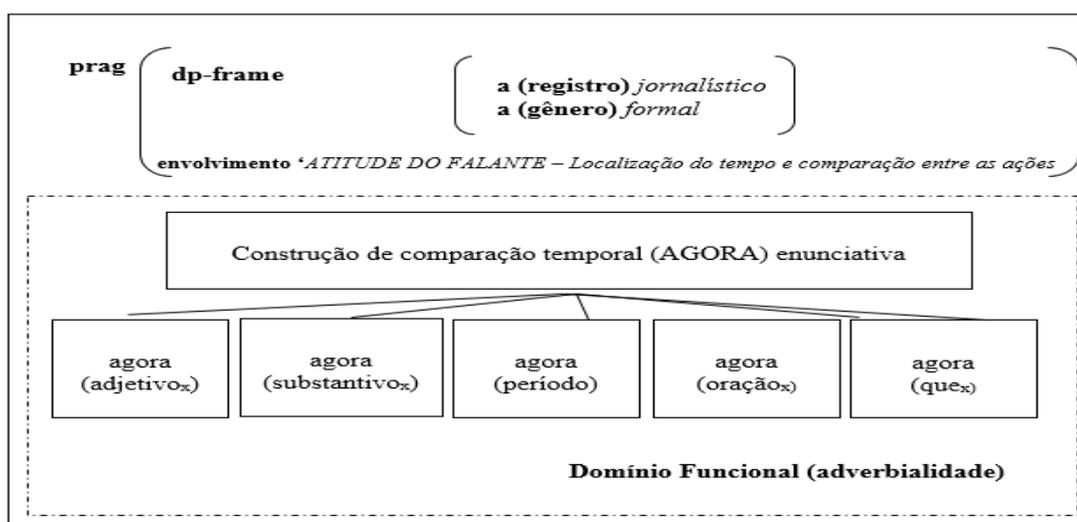


Figura 2: Subesquemas construcionais (construção temporal enunciativa)

(CLERES, 2018, p. 67)

Na figura (2), temos a representação da construção [comparação AGORA enunciativa], que licencia cinco subesquemas construcionais: [*agora* ADJETIVO], [*agora* SUBSTANTIVO], [*agora* PERÍODO(S)], [*agora* QUE], [*agora* (X)ORAÇÃO]. Tais subesquemas estão representados pelo quadrado pontilhado e estão relacionados em nível hierárquico por semelhança, o que resulta na configuração como uma construção mais esquemática [comparação AGORAenunciativa]. Dessa forma, subesquemas diferentes permitem a leitura de comparação. Porém, diferentemente da primeira representação [construção circunstanciadora AGORA TEMPO], aqui o falante tem por objetivo localizar o

tempo na comparação de ações. Por fim, a representação aponta para o domínio funcional mais amplo da adverbialidade.

É importante salientar que a adverbialidade, neste caso, não é igual à representada na primeira figura. Tomamos por base Garcia (2010), que afirma que todos, exceto o *sujeito* e a *ação*, assumem uma forma gramatical de adjuntos adverbiais ou de oração adverbial.

De acordo com Goldberg (1995, p.20), “as construções carregam significados”. Ao partirmos desta afirmação, entendemos que haverá restrição de item lexical na construção de acréscimo, logo o *slot* só poderá ser preenchido pelo elemento que tenha carga semântica de causa e, no caso da construção motivada [[(X) agora QUE]], a microconstrução será construída com itens adversativos.

Em relação à visão de rede, Goldberg (2003, p. 219) sugere que “a totalidade do nosso conhecimento de língua é capturada por uma rede de construções”. Esse entendimento encontra apoio em (T&T, 2013, p.9)<sup>9</sup>, os quais postulam ser crucial a compreensão de conceitos como *nós* e as ligações entre *nós*, “distância” entre os membros de uma família, agrupamentos de propriedades, graus de entrenchamento e acessibilidade da construção. Neste sentido, T&T (2013) concebem a rede construcional como uma associação de conceitos tanto de nível mais básico quanto de nível mais generalizado.

Sendo assim, pode-se afirmar que a organização de nosso conhecimento linguístico está estruturada em uma rede de construções, cuja representação funcional pode apresentar papéis semânticos, sintáticos e diferentes graus de esquematicidade nas construções. Se houver aumento de produtividade da construção, ocorre a expansão e, conseqüentemente, há a inserção de novos membros; os exemplares mais antigos podem se estabilizar ou, até mesmo, apresentar uma outra configuração.

Em nossa pesquisa, os dados foram alocados em dois esquemas abstratos, a saber, Construção Circunstancial, cujo domínio funcional apresenta caráter adverbial e Construção de Comparação Temporal Enunciativa, no qual as construções e microconstruções apresentam deslizamento funcional, estabelecem relações comparativas entre as porções textuais e representam o tempo de modo não cronológico, isto é, sem correlação com o calendário (NEVES, 2011).

Segue, abaixo, a nossa leitura de rede construcional do padrão abstrato inspirado no modelo de T&T (2003).

---

<sup>9</sup>Conforme original: “Crucial to the idea of a network are such concepts as nodes and the links between nodes, ‘distance’ between members of a family, clusterings of properties, degrees of entrenchment and accessibility of a construction”.

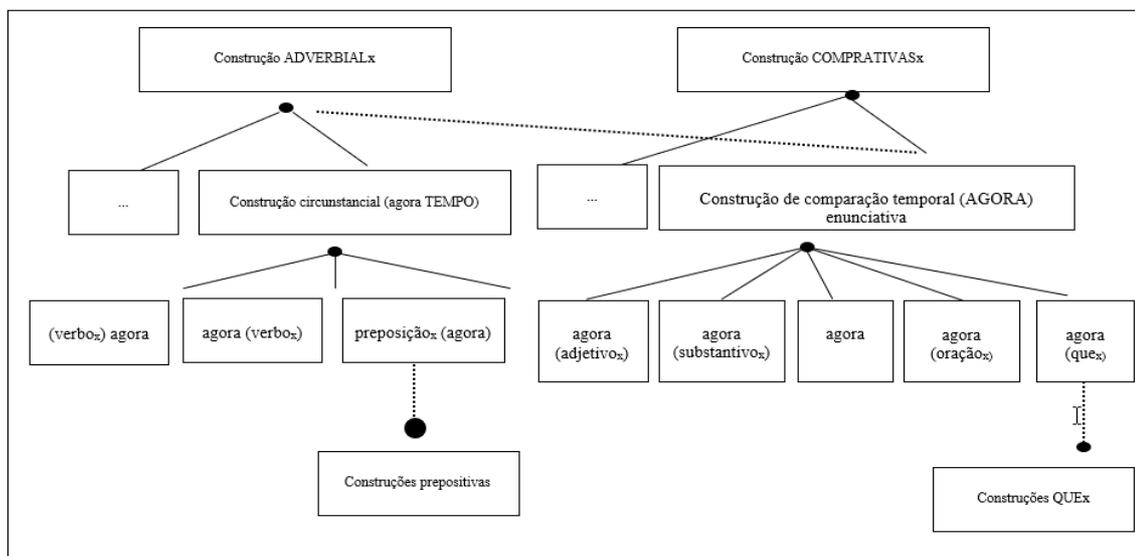


Figura 3: Rede Construcional

(CLERES, 2018, p. 112)

Na representação, acima, procuramos evidenciar a rede construcional dos padrões (subesquemas) aqui estudados. Inicialmente, há a representação das duas construções, [circunstanciadora *agora* TEMPO], que licencia três subesquemas construcionais: [VERBO *agora*], [*agora* VERBO], [PREPOSIÇÃO *agora*]; e a construção [comparação AGORA enunciativa], que licencia cinco subesquemas construcionais: [*agora* ADJETIVO], [*agora* SUBSTANTIVO], [*agora* PERÍODO(S)], [*agora* QUE], [*agora* (X) ORAÇÃO]. Conforme se observa ainda, na representação, ambas as construções estão relacionadas a outras construções, pois estão inseridas nas relações de hierarquia, em que os sentidos construcionais são compartilhados. Este é o caso da construção [comparação AGORA enunciativa], que participa da rede construcional das construções comparativas. Sobre isso, Goldberg (1995) salienta que, ao observamos as construções, deve-se ter em mente que uma construção remete a outras construções. Já a construção [circunstanciadora *agora* TEMPO] integra a rede construcional de domínio adverbial, pois compartilha, em nível ascendente, a construção adverbial, que possui o caráter circunstancial. Além disso, podemos relacionar as construções a outras construções: é o caso do subesquema [PREPOSIÇÃO *agora*], que está relacionado às construções prepositivas.

O princípio básico da construção gramatical é que nosso conhecimento é moldado e composto por uma rede taxonômica de construções, ou seja, pareamento de forma e significado (GOLDBERG, 1995), e nenhum nível de gramática é considerado autônomo. Assim, o crescimento da rede e o desenvolvimento de novos *types* (de famílias de construções) são

fenômenos que são característicos da rede conceitual, que deriva de eventos de uso nos quais a abstração e a extensão de construções anteriores são típicas. Famílias de construções *type* podem ser reunidas (dentro/em) esquemas, às vezes em subesquemas.

De acordo com Garcia (2010), através da associação entre ideias contidas em frases, orações e períodos, ou seja, porções textuais, pode-se mostrar, através do raciocínio silogístico, a relação de causa e consequência nas estruturas sintáticas comparativas, as quais não precisam ser, obrigatoriamente, orações subordinadas.

Note que, em nossa interpretação de rede para o esquema [*agora* QUE], a depender da porção textual, a modalidade causal poderá apresentar o acréscimo de oposição. Neste caso, houve a reconfiguração do *slot* com a inserção de itens lexicais configurados a esse propósito.

### 3 Considerações finais

Após a análise de usos, verificamos que os dados se distribuíam em oito subesquemas: (i) [VERBO *agora*]; (ii) [*agora* VERBO]; (iii) [PREPOSIÇÃO *agora*]; (iv) [*agora* ADJETIVO]; (v) [*agora* SUBSTANTIVO]; (vi) [*agora*]; (vii) [*agora* ORAÇÃO] e (viii) [*agora* QUE]. Apesar desses diferentes subesquemas, os resultados evidenciam que há dois grandes subesquemas superordenados: a construção [circunstanciadora *agora* TEMPO], que licencia três subesquemas construcionais: [VERBO *agora*], [*agora* VERBO], [PREPOSIÇÃO *agora*], em que o falante tem por objetivo pontualizar o discurso no tempo; e a construção [comparação AGORA enunciativa], que licencia cinco subesquemas construcionais: [*agora* ADJETIVO], [*agora* SUBSTANTIVO], [*agora*], [*agora* QUE], [*agora* (X) PERÍODO], em que o falante tem por objetivo localizar o tempo na comparação de ações entre as porções textuais e o tempo é não cronológico, já que apresenta correlação enunciativa. Além disso, ambas as construções apontam para o domínio funcional mais amplo da adverbialidade, relacionadas em nível hierárquico por semelhança, o que resulta na configuração como uma construção mais esquemática [(X) *agora* (Y)].

A nossa investigação aponta que as construções com *agora* possuem propriedades conectoras, tais como apresentadas nas construções [*agora* QUE] e [*agora* (X) ORAÇÃO]. Notamos que essas construções, além de exercerem a ideia de comparação entre as porções textuais, ajudam na transição textual dos enunciados, criando uma relação de coerência entre as duas partes.

Assim, os resultados confirmam os apontamentos de T& T (2013), para quem as mudanças precisam ser consideradas tanto no nível específico (micro) quanto no esquemático(macro), uma vez que as mudanças lexicais e gramaticais estão em um gradiente de conteúdo para o mais procedural, os quais precisam ser vistos como complementares, e não ortogonalmente, mas sim em termos de redes.

Por fim, a pesquisa demonstra que analisar os eventos de uso permite a abstração e a extensão de construções (dentro/em) esquemas, às vezes em subesquemas.

### Referências bibliográficas

ALBANI, F. L. V.; CEZARIO, M. M. Ordenação do advérbio sempre no português arcaico e no contemporâneo. In: RIOS DE OLIVEIRA, M.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Adverbiais: aspectos gramaticais e pressões discursivas*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2012.

BERGS, A.; DIEWALD, G. (Eds.) *Constructions and Language Change*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In JOSEPH, B.; JANDA, R. (Org.). *A handbook of historical linguistics*. Blackweel, 2003.

\_\_\_\_\_. *Language usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CASTILHO, A.T. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Org.: KATO, M.; NASCIMENTO, M. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

CEZARIO, M. M.; ILOGTI DE SÁ, E. C.; COSTA NUNES, J. O. Ordenação de advérbios temporais ou aspectuais. *Transformar*, Revista do CenPE; Fundação São José, n. 3. Itaperuna, RJ: Templo Gráfica, 2005.

\_\_\_\_\_, MACHADO, N.; SOARES, B. Ordenação de adverbiais temporais e aspectuais no português escrito: uma abordagem histórica. In: RIOS DE OLIVEIRA, M.; ROSÁRIO, I. (Org.). *Pesquisa em linguística funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2009.

CEZARIO, M. M. C. et al. Os advérbios: aspectos históricos e usos atuais. In: LOPES, C. R. S. (Org.). *História do português brasileiro: mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*, v. 1. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

CLERES, D. S. *Agora, virei um marcador discursivo: a multifuncionalidade do elemento agora em texto jornalístico*. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa). UERJ, 2016.

\_\_\_\_\_. *Construções com agora em jornais do século XIX: uma perspectiva centrada no uso*. Dissertação (Mestrado em Linguística). UFRJ, 2018.

COSTA NUNES, J. *Mente de antigamente*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

\_\_\_\_\_.; CRUISE, A. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 27 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Constructions: a new theoretical approach to language*. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 7, p. 219-224, 2003.

\_\_\_\_\_. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILOGTI DE SÁ, E. C. *Aconteceu em 2015 e En 2015 il est arrivé: Ordenação dos Circunstanciais Temporais e Aspectuais no Português e no Francês*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras, 2015.

JORDÃO, G. M. J. *Construções com o verbo passar: mudança construcional em perspectiva funcional*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense, 2017.

KEMMER, S; BARLOW, M. Introduction: a usage-based conception of language. In: BARLOW, M; KEMMER, S. (Eds.). *Usage based models of language*. Stanford, California: CSLI Publications, 1999.

LAGE, N. *Estrutura da notícia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

LANGACKER, R. W. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford University: Oxford Univeristy Press, 2008.

MACHADO. N. I. P. *As locuções adverbiais temporais e aspectuais nos séculos XVIII e XIX do português: um estudo da ordem*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

MACHADO VIEIRA, M. S.; WIEDEMER, M. L. Sociolinguística e gramática das construções e o desafio e as perspectivas de compatibilização. Trabalho apresentado no XXXIII ENANPOLL – Encontro Nacional da ANPOLL, 2019, a sair, inédito (manuscrito), 2019.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. et al. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

MARQUES DE MELO, J. *A opinião no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Vozes, 1985.

MARTELOTTA, M. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. Rio de Janeiro: Cortez, 2011.

MORAES PINTO, D. *Gramaticalização e ordenação nos advérbios qualitativos e modalizadores em –mente*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

NEVES, M. H. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011 [2000].

RIOS DE OLIVEIRA, M.; CEZARIO, M.M.C. (Org.). *Adverbiais: aspectos gramaticais e pressões discursivas*, v. 1. Ed. Niterói; Editora da UFF, 2012.

ROSÁRIO, I. C.; RIOS DE OLIVIERA, M. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa, Revista de Linguística*, v. 60, n. 2, p. 233-259, 2016.

[TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G.](#) *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WIEDEMER, M. L.; MACHADO VIEIRA, M. S. *Sociolinguística e gramática de construções: o envelope da variação*. In.: FRANCESCHINI, L. T.; LOREGIAN-PENKAL, L. *Sociolinguística: estudos de variação, mudança e atitudes linguísticas*. Guarapuava: UNICENTRO, 2018a, p. 41-78.

\_\_\_\_\_. Lexemas e construção: atração, coerção e variação. *Caderno Seminal*, v. 30, n. 30, p. 81-132, 2018b.

#### **Abstract**

Based on the theoretical-methodological contributions of Used Based Functional Linguistics (KEMMER & BARLOW, 1999, BYBEE, 2010, MARTELOTTA, 2011, TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013, ROSÁRIO & OLIVEIRA, 2016), we investigate constructions with "now" (*agora*), represented in their more abstract construction as [(X) now (Y)], in newspapers (Correio Braziliense ou Armazém Literário – 1808 - 1822; O Patriota, Jornal Litterario, Político, Mercantil - 1803-1814; A Aurora Fluminense – 1827-1835; O Tempo: o jornal político e litterario – 1832-1846; Gazeta da Tarde – 1880-1889), which circulated in the city of Rio de Janeiro-Brazil. From the main objective of analyzing the different subschemes, the results show that there are two major subschemes: the construction [now TIME], which permits three constructional subschema: [VERB now], [now VERB], [PREPOSITION now], in which the speaker aims to punctualize the discourse in time; and the construct [comparative NOW enunciative], which licenses five constructional subschemes: [now ADJECTIVE], [now SUBSTANTIVE], [now], [now WHAT], [now (X) PERIOD], in which the speaker aims to locate the time in the comparison of actions between the textual portions and the time is not chronological, since it presents enunciative correlation. In addition, both constructs point to the broader functional domain of adverbiality, related at hierarchical level by similarity, which results in the configuration as a more schematic construction [(X) now (Y)].

**Keywords:** Used Based Functional Linguistics; Construction Grammar; Adverb *now* (*agora*); Adverbiality.

## O CONECTIVO “E” E O TRAVESSÃO COMO TRAÇO DE ESTILO EM *MEMÓRIAS DO CÁRCERE*, DE GRACILIANO RAMOS

The connective “and” and the dash as a stylistic trait in *Memoirs of Prison* by Graciliano Ramos

Erick Bernardes (FFP-UERJ)  
Raquel Sampaio dos Santos (FFP-UERJ)

### Resumo

Este artigo baseia-se na escrita de Graciliano Ramos, mais especificamente em *Memórias do cárcere* (2011), tendo, como tema central, o traço estilístico voltado para o emprego do conectivo “e” que é posposto ao travessão, bem como para as variadas facetas que as suas utilizações assumem. Toma-se, como meta investigativa, o aspecto adversativo e o consecutivo que cobrem o termo “e”, o qual é tradicionalmente considerado como uma conjunção aditiva. Soma-se a isto, a atenção voltada para o emprego constante do “e” juntamente com o travessão (—), no intuito de conotar certa ênfase ou realce de enredo autobiográfico. Considera-se o conectivo “e” (juntamente ao travessão) como um artifício de composição textual usado para separar expressões ou frases explicativas no manejo da autorreferencialidade, já que se trata de uma autobiografia.

**Palavras-chave:** Graciliano Ramos; *Memórias do cárcere*; Conectivos.

### Introdução

Não é raro nos depararmos com opiniões ou comentários acerca da obra do escritor Graciliano Ramos. Há quem considere o seu estilo conciso ou econômico no exercício da escrita, outros o referirão como artista elíptico e pouco afeito a floreios estilísticos tanto em seus textos jornalísticos quanto em suas prosas ficcionais. A esse respeito da estética de Ramos, a professora e ensaísta Ana Resende Chiara (2003, p. 25) chamará de “estilema” a “secura estilística” conotativa da postura existencial que é peculiar ao autor. Antonio Candido referirá a essa “vocação para a brevidade e o essencial” como a “busca do efeito máximo por meio dos recursos mínimos” (2012, p. 21). Avultam referências aos traços estéticos do autor de *Vidas secas*, dentre os quais geralmente se mostram, de alguma forma, relacionados à aridez dos mundos literários, os quais o autor reconfigurou a partir do Sertão nordestino, bem como aos seus personagens algumas vezes rústicos e lacônicos, confundindo vida e obra com base na linguagem elíptica que é peculiar a Ramos. No entanto, raríssimas vezes, essas referências à estética de Graciliano Ramos revelam o motivo subjacente ao seu fazer literário, a saber: a recusa ao uso largo dos conectivos oracionais, sejam eles conjunções sejam preposições. Porém, em contrapartida, um dado relevante surge a nossa vista, isto é, há

frequente utilização do conectivo “e”, revelando preferência pela comprovação do largo uso do termo e seus múltiplos investimentos de sentido em *Memórias do cárcere*.

### 1. Pressupostos teórico-metodológicos

Essa preferência (ou gosto) pelo conectivo “e” na obra de Graciliano Ramos mostra-se tão recorrente no discurso autoconfessional, que o estudioso do assunto não deve abrir mão desse elo de ligação textual. Há também, especialmente, nas *Memórias do cárcere*, um amplo emprego do sinal gráfico (ou de pontuação) que é o travessão. E, além disso, percebe-se um ponto fulcral ligado ao estilo do artista quando observamos o recurso estético baseado no emprego do conectivo “e” posposto ao travessão, incluindo, aí, as múltiplas facetas que este artifício linguístico assume. Sendo assim, baseados na afirmação de Chaves (2011), de que a “valorização das conjunções é importante, porque é uma das marcas discursivas que demonstra sentido e que, por isso, reflete o estilo do autor” (CHAVES, 2011, p. 1), nossa metodologia atém-se à frequência e às várias maneiras como o conectivo “e” é empregado. Na sequência, tomamos como foco de análise a pontuação da escrita autobiográfica, no que tange à presença do travessão em Graciliano Ramos. Analisaremos os motivos pelos quais o narrador das *Memórias* investe no recurso do travessão, culminando em marca ou estilo de linguagem na escrita autorreferencial. Esse artifício discursivo permite ao enunciador inscrever-se no texto e evidenciar uma visão tanto de mundo quanto de si mesmo enquanto figura pública, contribuindo, assim, para a produção de sentidos viabilizada no texto. Por último, e talvez o ponto principal deste artigo, traremos à tona uma recorrência no emprego do travessão e do conectivo “e”; este traço de estilo certamente vem ao encontro da nossa análise, cuja variedade de aplicações do travessão e da conjunção “e”, atreladamente, viabilizaria um leque de possibilidades de produção textual capaz de imprimir no texto memorialístico um “quê” de discurso romanesco como sua força de enredo.

O estilo do escritor reflete o modo característico com que ele seleciona, ordena e imprime suas marcas autorais no texto, geralmente referidas como peculiaridades artísticas. Conseqüentemente, quando consideramos a arte literária como escolha individual de expressão comunicativa, evidenciamos a forma com a qual o escritor lega no (e pelo) discurso características da própria personalidade. Nesse sentido, valendo-nos do aporte teórico de Chaves (2011), para quem a distinção saussurreana entre *langue* e *parole* aponta que o “estilo, então, é resultado das escolhas individuais que a *langue* propicia”, compreendemos a noção de sistema,

segundo a qual *parole*, por seu caráter de multiplicidade, “propicia uma enorme gama de funções a serem observadas a fim de perceberem o estilo” (CHAVES, 2011, p. 2).

Sendo assim, baseados nessa digressão teórica, entendemos que o signo linguístico, diferentemente da arbitrariedade que a *langue* imprime ao falante (no caso escritor), quando compreendido como marca de estilo, é necessariamente motivado. Logo, se atentarmos para a presença marcante do conectivo “e”, em seus variados modos de utilização nas *Memórias do cárcere*, decerto certificaremos (a partir da análise de algumas passagens), que esse traço estético presente na linguagem de Graciliano Ramos assume valores variados dentro do sistema da língua. Um exemplo pertinente dessa multiplicidade de funções que o “e” pode assumir pode ser visto em dois trechos: um em que há prevalência do valor aditivo do qual o “e” está investido, e outro, em que pesa o sentido adversativo como investimento conectivo do “e”.

## 2. A multifuncionalidade do “e”

Ao compor seus textos autobiográficos, o próprio Graciliano Ramos dá mostras de domínio da gramática como alguém que “caprichava na sintaxe e metrificava ironias” (RAMOS, 2011, p. 38). Usando da conjunção “e” aditivamente, torna-se clara a cadeia coesiva manifesta na preocupação descritiva das suas ações, quando um agente editorial argentino objetivava publicar um texto seu em alguma revista argentina:

Benjamin Garay andava a traduzir-me um livro, a dizer que o traduzia, e forçava-me a gastar papel e tempo numa correspondência longa. Ultimamente me exigia colaboração para não sei que revista de Buenos Aires. Pensei num conto deixado na gaveta, sapecado, cheio de abundantes minúcias exasperadoras, e, a lápis, em pedacinhos de papel arrancados da carteira, sugeri a minha mulher que tirasse duas cópias dele e mandasse uma a Garay. Bebendo conhaque, vendo em colinas e planície desdobrarem-se [...] (grifos nossos) (RAMOS, 2011, p. 38-39).

Nota-se a articulação sintática valer-se da função prototípica aditiva do *e* como recurso conjuntivo de encadeamento das ações do personagem autobiográfico — e isso não é incomum na língua portuguesa. Mas, seguindo a cadeia oracional da primeira frase do parágrafo citado, é singular a ordenação da sequência enunciativa, cuja frase apresenta dois conectivos aditivos (*e*) como desfecho frasal: “*e* forçava-me a gastar papel *e* tempo numa correspondência longa” (RAMOS, 2011, p. 38). Por conseguinte, na segunda frase da citação em destaque, a supressão do verbo “escrever” (ou outro qualquer) parece ser motivada pelo *e*: “(...) minúcias exasperadoras, *e*, a lápis, em pedacinhos de papel (...)” (RAMOS, 2011, p. 39). E os demais usos

do *e* dão-se por conta da aplicação prototípica de encadeamento lógico. Nesse sentido, quando consideramos que Graciliano Ramos é um escritor declaradamente contrário aos excessos de conjunções, preposições e pronomes, certamente aquilo que se mostraria um dado corriqueiro (o uso do *e* com função aditiva) se revela uma peculiaridade digna de ser apontada. Em outras palavras, para alguém que não tem por hábito o uso largo dos conectivos, é de se estranhar a aplicação do termo *e* na tessitura textual da autobiografia de Ramos. Isso se mostra uma marca de estilo na escrita do autor, a saber: o uso do “e” na composição dos seus trabalhos literários, e visto aqui, mais especificamente, em *Memórias do cárcere*.

Em outras passagens do enredo autobiográfico de Graciliano Ramos, encontramos o conectivo *e* funcionando como conjunção consecutiva e como marca importante na estética literária do autor. Um bom exemplo do valor consecutivo adquirido pelo conectivo *e* ressalta a sequência das passagens em que Graciliano Ramos objetiva narrar acontecimentos durante o trajeto marítimo no navio-prisão Manaus, veículo no qual os presos foram alocados como animais a caminho do confinamento. A sequência das ações é clara, ao melhor modo de um diário de viagens:

Nos cantos figuras indecisas se abatiam, como trouxas, e do ponto em que me achava não me era possível distinguir o movimento leve das redes. Centenas de pulmões oprimos, ressoar difícil, perturbado por constante rumor de tosse. Punha-me a tossir também, erguia-me sufocado, em busca de ar, levantava os braços e quase alcançava o teto baixo, a tampa da nossa catacumba. Provavelmente o fumo agravava a dispneia; não me resolvia a deixá-lo, e como os fósforos escasseassem, adotei o recurso de fumar sem intervalo, acendendo um cigarro no outro que se acabava (RAMOS, 2011, p. 109)

Vemos que, no caso acima, o conectivo *e* contribui significativamente para uma progressão das ações ao nível do discurso de matiz testemunhal. É possível notar que o narrador, de forma geral, evita usos de conjunções, mas não abstém da utilização do termo *e* no encadeamento das ações. Na primeira frase, o valor consecutivo justifica a visão dificultada do narrador como consequência do péssimo lugar que ocupava; de onde estava, não era possível a Ramos enxergar os personagens dormindo em suas redes: “Nos cantos figuras indecisas se abatiam, como trouxas, *e* (em consequência) do ponto em que me achava não me era possível distinguir o movimento leve das redes” (RAMOS, 2011, p. 109).

Já na terceira frase do parágrafo em questão, o conectivo *e*, embora não se apresente posposto a vírgula alguma, pois virgulação não há neste caso, o valor consecutivo pode ser justificado pelo fato de o narrador conseguir alcançar o teto ao levantar dos braços: “Punha-me a tossir também, erguia-me sufocado, em busca de ar, levantava os braços *e* (consequentemente) quase alcançava o teto baixo, a tampa da nossa catacumba” (RAMOS, 2011, p. 109). E, por

último, o efeito consecutivo proporcionado pelo conectivo *e*, que tradicionalmente é considerado aditivo, denota, como consequência da escassez dos fósforos consumidos pouco a pouco, que Ramos fumou ininterruptamente, acendendo um cigarro no outro. De acordo: “Provavelmente o fumo agravava a dispneia; não me resolvia a deixá-lo, e como os fósforos escasseassem, adotei o recurso de fumar sem intervalo, acendendo um cigarro no outro que se acabava” (RAMOS, 2011, p. 109). A princípio, a ocorrência de três conectivos aditivos com valor consecutivo em um parágrafo pode parecer irrelevante, mas, em se tratando de obra escrita por Graciliano Ramos, qualquer conectivo é um “achado”, e, se esse recurso se repetir em igual funcionamento, logicamente esse fragmento textual serve de exemplo, muito embora isso se repita em toda obra *Memórias do cárcere*.

### 3. O travessão como marca de estilo

Considera-se o travessão um recurso de escrita caracterizado por atribuir ao discurso pausas rítmicas que, se forem pronunciadas, munirão a fala de entonações indicativas de inconclusão frasal. Ou seja, o travessão é um sinal de pontuação especialmente usado para assinalar, no texto, interrupções momentâneas de fala ou mudança de entonação no discurso. De acordo com Rocha Lima (2010), “o travessão é uma das espécies de sinais de pontuação com vista a assinalar a pausa ‘que não quebra a continuidade do discurso’” (ROCHA LIMA, 2010, p. 551). O travessão estaria, portanto, no mesmo grupo classificatório que a vírgula, os parênteses, o ponto e vírgula e os dois pontos, e esses sinais serviriam para apontar que a frase encontra-se em suspensão provisória de encadeamento discursivo. Já Cunha e Cintra (1985) afirmam que o travessão serve para caracterizar o recurso melódico dentro da frase, e não a pausa. Tanto assim, que, para Cunha e Cintra (1985), o travessão não está no mesmo grupo que a vírgula e o ponto e vírgula, pois sua distinção classificatória é outra: o travessão é um sinal de pontuação de matiz melódica cuja “função essencial é marcar a melodia, a entonação” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 625), e estaria em outro grupo, juntamente com as aspas, as reticências, o ponto de exclamação, os dois pontos, o ponto de interrogação, dentre outros.

Com essa problemática distintiva entre pausa e melodia apontada por essas duas gramáticas, devemos ressaltar que, no caso da nossa análise acerca das *Memórias do cárcere* (2011), a distinção não nos parece interessante de se esmiuçar, pois, no quesito pausa e melodia sob o uso do travessão, Graciliano Ramos parece valer-se das duas aplicações, por vezes dificultando essa distinção. Prova da difícil tarefa (no nosso caso, desnecessária) é a nota de

rodapé existente na própria página explicativa de Cunha Cintra (1985), em que destacam, quanto ao uso do travessão: “Esta distinção, didaticamente cômoda, não é, porém, rigorosa. Em geral, os sinais de pontuação indicam, ao mesmo tempo, a pausa e a melodia” (CUNHA;CINTRA, 1985, p. 625).

No caso de Graciliano Ramos, e, para nós, mais especificamente em *Memórias do cárcere* (2011), o recurso do travessão assume uma variedade de funções que se repetem e marcam a escrita do autor sobremaneira, dando a entender que é, realmente, também o travessão um traço de estilo típico do artista. Há passagens na obra em análise cujo enredo transita ora pelo diálogo típico das conversas entre personagens, ora por digressões explicativas, interrogatórios; ainda, não raramente, o texto mune a estrutura autobiográfica do recurso conhecido como discurso direto livre, além de outras situações nas quais o travessão se mostra convenientemente aplicado.

Exemplo dessa utilização linguística é o momento em que um funcionário do presídio interroga o narrador Graciliano Ramos, assim que este chega à prisão:

O sujeito que me interrogou, escuro e reforçado, certamente estrangeiro, exprimia-se a custo, numa prosódia de turco ou árabe. Nome. Profissão.  
— Qual era o cargo que o senhor tinha lá fora? Indagou o tipo.  
Sapecou a resposta e acrescentou, à margem, uma cruz a lápis vermelho.  
— Que significa isso?  
— Quer dizer que o senhor vai para o pavilhão dos primários.  
— Por quê? Não entendo.  
— É uma prisão diferente (RAMOS, 2011, p. 175).

Como se vê, o interrogatório em formato de entrevista mostra que o emprego do travessão importa na confecção do discurso autobiográfico de Ramos. E isso vem bem a calhar, pois o interrogatório, à semelhança de uma entrevista (guardada as devidas proporções), é um artifício literário amplamente usado pelo autor em meio jornalístico. De acordo com Daniela Bittencourt e Vera Mello (2014, p. 133), no intuito de “atingir o objetivo de comunicar e reportar os acontecimentos vividos pela sociedade, o jornalismo lança mão de modelos de produção pré-estabelecidos”.

Sendo assim, tomando como foco de pontuação o travessão como recurso de estilo na autobiografia de Ramos, inegavelmente, é possível afirmar que, por meio desse sinal, o narrador dá mostras de uma visão de mundo de quem possui ritos de escritas típicos da escrita dos jornais e revistas com os quais colaborou, principalmente como cronista. Além do mais, o artifício da utilização do discurso indireto livre aplicado ao texto autobiográfico imprime características romanescas à obra, que fazem de *Memórias do cárcere* uma obra híbrida, cujas fronteiras dos

gêneros mostram-se de difícil delimitação. Ou seja, ora o texto se assemelha ao discurso historiográfico de caráter testemunhal, ora assume cariz de romance, quando não, se parece com um texto crítico ao melhor modo jornalístico. Quando o narrador parece refletir sobre seu papel de intelectual na sociedade, a subjetividade dessa voz assume matiz de romance. Nessa reflexão o narrador questiona a si mesmo, conforme: “Se eu vestisse farda, pensasse em conformidade com o regulamento, andasse olhando vinte passos em frente, vertical na cadência — um, dois, um, dois — o caso teria explicação duvidosa, mas enfim poderia ter explicação” (RAMOS, 2011, p. 91). Temos, assim, uma digressão retórica marcada pelo duplo uso do travessão com vistas a imprimir um ritmo narrativo semelhante à marcha militar, pois, quando usados em dupla, os travessões registram uma secção enunciativa. Esse tipo de ilustração digressiva, por meio de travessões duplos, mostra duas peculiaridades curiosas: a) o caráter jornalístico, que é contumaz na escrita de Ramos, e b) a marcação do compasso de ordem unida, comum aos soldados e/ou militares de modo geral. Essas duas peculiaridades, jornalística + romanesca conjuntas no discurso autobiográfico, revelam um hibridismo textual como traço de estilo recorrente desse artista nordestino, além, é claro, de isso poder ser visto como um tipo de discurso indireto livre, porque essa decalagem temporal, por meio do duplo travessão, permite que o narrador entregue o turno de fala ao personagem, como se este emergisse à superfície discursiva e, momentaneamente, em um átimo de segundo, participasse da narração. Soma-se a isso, no fragmento acima, além do uso de travessões duplos, o reforço dos verbos no subjuntivo pretérito imperfeito (“vestisse”, “pensasse”, “andasse”) principiadados pela partícula “se” e os verbos aplicados no condicional (“teria”, “poderia”), os quais demonstram, enfim, aproximação com o viés ficcional dos romances, porque a ficção trata não só de ações que aconteceram, mas que poderiam acontecer.

Segundo Garcia (2010), no que concerne ao texto, há “no âmbito da justaposição, uma classe de orações que não pertencem propriamente à sequência lógica das outras do mesmo período, no qual se inserem como elemento adicional, sem travamento sintático” (GARCIA, 2010, p. 144). Essas orações não raramente mostram-se “intercaladas no período”, e nem todas se apresentam entre parênteses, mas entre travessões duplos; “elas se infiltram na frase pelo processo de justaposição” e, no entanto, muitas aparecem marcadas por um único travessão, encontrando-se no fim e não no meio [entre, *inter*] do período” (GARCIA, 2010, p. 144).

#### **4. O travessão anteposto ao “e”**

Quando falamos, na primeira parte deste artigo, acerca do conectivo *e*, ressaltamos as múltiplas facetas funcionais que este conectivo prototipicamente aditivo pode assumir. Também nos referimos, na seção anterior, sobre o uso do travessão como traço ou marca de estilo em *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos. Em consequência, enfatizamos as várias maneiras com que o autor faz uso desse recurso em seu trabalho artístico. Entretanto, quando o conectivo *e* aparece posposto ao travessão como traço estilístico, isto se torna mais que relevante, principalmente, dada a raridade com a qual este recurso (travessão mais “e”) é empregado na escrita de modo geral, quando comparado a outros tantos recursos aplicados separadamente: “e” sem travessão ou o travessão sem o “e”.

Outro dado importante em *Memórias do cárcere* é o fato de haver uma pluralidade de aplicações com o travessão seguido de “e”, mas de certo algumas aplicações concernentes às respectivas funções são mais recorrentes: a) a marcação inicial do discurso indireto livre de valor consecutivo; b) o discurso indireto livre com função adversativa; c) recurso com valor modal.

No caso de *Memórias do cárcere*, esse artifício de composição textual chama a atenção do leitor pela constância da utilização. Isto é, quando atentamos para o fato de que Graciliano Ramos opta por uma escrita na qual minimiza-se o recurso aos conectivos de modo geral, mas não evita a utilização do *e*, por exemplo, obviamente, ao marcar presença após o travessão reiteradamente, o termo *e* consolida este recurso linguístico (— e) como um dos estilemas mais recorrentes no discurso autorreferencial.

Diante do exposto, pode-se ressaltar o momento em que Graciliano Ramos constrói seu discurso crítico à administração pública brasileira, bem como à péssima distribuição de renda na sociedade, quando o “comerciante e o industrial roíam sem pena o consumidor esbrugado” (RAMOS, 2011, p. 61). Nesse contexto, a narração assume um certo teor argumentativo que exige uma afirmação (“certeza”) seguida do recurso de conexão modal com fins de elucidação do argumento do narrador: “Com toda certeza essa gente arregalava os olhos espantada — e nos de cima o espanto se mudava em ódio, nos de baixo começava a surgir uma indecisa esperança” (RAMOS, 2011, p. 61). Obviamente, nesse contexto, a afirmação da espécie de recurso não é precisa; uns enxergarão no travessão seguido de *e* um valor explicativo, outros, adversativo; no entanto, isto só contribui para nossa proposta de ressaltar a pluralidade de funções que este recurso linguístico possui (— e), principalmente no que tange ao estilo autobiográfico de Ramos.

Já em outro aspecto, e no parágrafo seguinte, em digressão memorialística acerca de um certo tio Abílio, o narrador evidencia a ação revoltosa praticada pelo parente. O tio Abílio fora homem rude, mas valente e decidido: “Bem. Agora essa criatura singular (tio Abílio), incapaz do retrocesso ou hesitação, possuía um roteiro — e, sem olhar atalhos e desvios, andaria seguro para a frente (...)” (RAMOS, 2011, p. 61). Nessa tomada memorialística, podemos depreender um certo valor consecutivo, pois, embora a revolução na qual Abílio havia se envolvido fracasse, em consequência da integridade de caráter e sua firmeza de decisão política, o tio de Graciliano Ramos segue o seu roteiro revolucionário. Por este ângulo, o travessão anteposto ao *e* pode ser lido como uma elocução consecutiva, mas, como as demais aplicações, a abertura semântica do recurso permite outras compreensões na cadeia de sentidos. Em outras passagens, o recurso do travessão seguido do *e* reveste-se de sentido aditivo, quando o narrador relembra um certo personagem Capitão Mata, preso pela ditadura, que: “Afirmara não ser comunista — e dissera a verdade: estava fora do Partido” (RAMOS, 2011, p. 45). Sendo assim, temos mostra da multiplicidade que o recurso do travessão seguido do conectivo (*e*) é capaz de proporcionar ao texto. Variando suas aplicações retóricas, o autobiógrafo das *Memórias do cárcere* consegue, com a junção do sinal gráfico (ou de pontuação) ao termo *e*, proporcionar compreensões variadas na configuração do enredo. Tal artifício se revela traço claro no manejo da língua, no que concerne ao texto confessional.

A recorrência do estilema (—e) foi referida por sua larga e sortida utilização em Graciliano Ramos, porém, resta-nos ainda apontar, de maneira analítica, as não poucas vezes em que o *e* posposto ao travessão aparece no enredo de *Memórias do cárcere*, de modo repetido e reiterante, no que tange ao seu valor consecutivo. Em outras palavras, há passagens, quase capítulos inteiros, em que o autor se vale dessa construção conjuntiva com um único valor. E a sequência é tão óbvia, que avulta no texto o encadeamento das ações com vistas a determinada função sintática. Quando o narrador revela ao leitor sobre um castigo imposto, os presos dentro do complexo penitenciário sofrem uma pena de uma semana sem recreação, mas o castigo alonga-se por além da conta: “Haviam-se (os administradores do presídio imposto) uma (pena)de sete dias — e estiravam-na, quadruplicavam-na” (RAMOS, 2011, p. 289). Fica clara a viabilidade de comutação por uma conjunção adversativa; caberia bem o uso do porém, mas, dentre as demais palavras conectivas adversativas, esse valor conjuntivo é investido do travessão seguido de *e*. Logo a seguir, insiste tanto no argumento quanto no investimento adversativo: “Regressávamos à condição humana, impunham-nos um castigo — e percebíamos que era embuste” (RAMOS, 2011, p. 290).

Esse bom exemplo de reiteração conectiva de mesma função adversativa ocorre no capítulo “XIII”, da segunda parte das *Memórias do cárcere*, nomeado “Pavilhão dos Primários”. Nesse capítulo, a utilização do travessão conjunto ao *e* se repete claramente, como claro também é o valor adversativo que estes recursos se mostram no capítulo em questão, o “XIII”. Os presos pagam pela indisciplina dentro do presídio, recebem castigo e privações internas, como perda do banho de sol, por exemplo, porém os funcionários da instituição penal não cumprem com o prometido quando os mesmos detentos se comportam bem: “Satisfeita a exigência, a vítima quer libertar-se— e isto é impossível” (RAMOS, 2011, p. 292). Destarte, a passagem conota valor adversativo no que tange ao travessão e ao *e*, dando sequência à cadeia de usos desse recurso com valores adversativos, doravante, mais frequentes, mas ainda no mesmo capítulo oitavo da segunda parte da autobiografia de Ramos, e no mesmo ensejo de aspiração por tratamento mais humano dos seus personagens. Notadamente: “Consumiu-se no desejo de sair — e a realização desse desejo o apavora” (RAMOS, 2011, p. 293). A decisão poderia ser apresentar um conectivo adversativo sem perda ou desvio de sentido; logo, a seguir, a frase parece “pedir” a conjunção *mas*: “Daremos o golpe — e ficaremos” (RAMOS, 2011, p. 293). Com a frequência que o mesmo recurso estilístico é empregado, — + *e*, sendo aqui esmiuçado, fica-nos a certeza que este artifício de composição na escrita de Graciliano Ramos constitui um traço de estilo no seu fazer literário.

## 5. Resultados

Realizada a análise de alguns traços de estilo na escrita memorialística de Graciliano Ramos, certificou-se por meio do exame das *Memórias do cárcere* que há, com frequência, o uso do conectivo *e*, do sinal de travessão (—) e, muito perceptivelmente, o uso dos dois recursos, ou seja, o travessão conjunto ao *e* (— e). Evidenciou-se a multiplicidade que o *e* pode assumir no enredo autoconfessional, com vistas a diversificar o uso do conectivo (*e*) tradicionalmente referido por conjunção aditiva. Na sequência, apontamos alguns modos característicos como o autor Graciliano Ramos lança mão do travessão nos seus enunciados, a saber: discurso indireto livre, digressões explicativas e discurso direto.

Por último, ficou a demonstração de que, considerando o tamanho da autobiografia de Graciliano Ramos e a recorrência do travessão seguido do *e* com investimento de valores conjuntivos, principalmente, nas sequências de matiz adversativa, com os quais esses traços estilísticos são empreendidos no discurso autorreferente, esses empregos linguísticos são

bastante e frequentemente utilizados nas *Memórias do cárcere*. No caso dos muitos valores adversativos que os recursos aqui apontados podem assumir, pode-se afirmar que, com tal traço de estilo, revela-se mais que possível entender as ideias contidas no respectivo texto como um posicionamento crítico de Ramos “adverso” ao que ocorre na política brasileira. Ou seja, o narrador se mostra contrário aos acontecimentos por ele narrados em perspectiva historiográfica: um descontente com a história social da nação; um insatisfeito, um intelectual que se lança na empreitada de denunciar as ações desrespeitosas (para não dizer monstruosas) da política ditatorial do governo de Getúlio Vargas.

### Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Daniela Silva de; MELLO, Vera Helena Dentee de. O uso do travessão como recurso de estilo no discurso jornalístico. *Colóquio: revista do desenvolvimento regional*. Volume 11, n. 2, Taquara, RS: FACCAT, 2014.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2012.

CHAVES, Charleston de Carvalho. Os aspectos estilísticos no uso das conjunções. *Palimpsesto: revista do programa de Pós-graduação em letras da UERJ*. Ano 10, n. 13, Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

CHIARA, Ana Cristina. Memórias extremas: Graciliano Ramos e Carolina de Jesus. In: ROCHA, Fátima Cristina Dias (org.). *Literatura Brasileira em Foco*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 48. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

### Abstract

This communication is based on the writing of Graciliano Ramos, more specifically in *Memoirs of Prison* (2011), having as its central theme the stylistic trait focused on the use of the connective “and” that it is postponed to the dash, as well as for the various facets its uses. It takes as an investigative goal the adversative and consecutive aspect that covers the term “and”, which is traditionally considered as an additive conjunction. Add to this, the attention to the constant use of “and” along

with the dash (-), in order to connote a certain emphasis or enhancement of autobiographical plot. It is considered that the connective "and" (together with the dash) as an artifice of textual composition used to separate expressions or explanatory phrases in the management of self-referentiality); since it is an autobiography.

**Keywords:** Graciliano Ramos; Memoirs of Prison; Connectives.

## CONSTRUÇÕES COMPARATIVAS CANÔNICAS E NÃO CANÔNICAS DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Canonic and non-canonic comparative constructions of contemporary Portuguese

Letícia Martins Monteiro de Barros (UFF)

### Resumo

Este trabalho visa a apresentar, à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), um panorama sincrônico geral das diferentes construções comparativas do português contemporâneo, as quais incluem formas canônicas, mais facilmente identificáveis no discurso, e não canônicas, isto é, aquelas que fogem ao padrão contemplado pelas gramáticas, mas que, ainda assim, estabelecem uma relação de comparação. Por se tratar de uma pesquisa inicial, pretende-se apenas evidenciar a diversidade no que tange às construções comparativas da língua portuguesa e a possível insuficiência de análises gramaticais adequadas capazes de abranger tamanha variedade verificada na língua em uso. As gramáticas normativas tradicionais, por exemplo, costumam tratar as orações comparativas como uma subcategoria da subordinação adverbial, além de não estender suas análises aos casos não canônicos. Esse tratamento, no entanto, é considerado insatisfatório por autores como Oiticica (1952), Módolo (1999, 2008) e Castilho (2012), os quais, em suas obras, mostram uma problematização sobre a rígida separação entre coordenação e subordinação e propõem, ainda, diferentemente das gramáticas tradicionais, a existência de um processo que se mostra bastante produtivo e até mais adequado para explicar certas construções comparativas: a correlação. Esses autores revelam o caráter de interdependência entre as orações comparativas cuja estrutura encontra-se vinculada estreitamente por conjunções apresentadas paralelamente, um conectivo em cada oração. Assim, sob a ótica da LFCU e da Gramática das Construções, pretende-se analisar estruturas produzidas no uso discursivo real, retiradas do *sitecorpusdoportugues.org*, considerando o pareamento forma-sentido e contrastando os exemplos encontrados com a literatura disponível sobre esses tipos de construções, a fim de verificar se eles são contemplados pelas análises já existentes.

**Palavras-chave:** Construções comparativas; Linguística Funcional Centrada no Uso; Estruturas canônicas e não canônicas; Correlação.

### Introdução

**O**s dicionários eletrônicos *Aurélio* e *Houaiss* de língua portuguesa definem o termo *comparação* como um cotejo, um confronto entre duas ideias ou coisas que leve ao estabelecimento de diferenças e/ou semelhanças a respeito dos itens comparados. Para que se estabeleça uma comparação, é necessário, portanto, que haja no mínimo dois elementos cujas características vão ser contrastadas de modo a estabelecer, dentro de um contexto, uma função discursiva.

A todo momento, em meio às suas interações comunicativas, os usuários de uma língua se valem do recurso da comparação para se expressarem e para serem mais bem compreendidos por seus interlocutores. No entanto, apesar de sua importância e de sua

frequência de uso, a estrutura comparativa não recebe um tratamento adequado pelas gramáticas tradicionais da língua portuguesa, tendo em vista a simplificação exagerada e o laconismo das descrições. No que tange à classificação de orações, essas obras geralmente consideram apenas dois processos (a coordenação e a subordinação), que estariam rigidamente separados com base em critérios de (in)dependência semântica e/ou sintática. Nesse contexto, a comparação acaba sendo abrigada dentro do escopo das subordinadas adverbiais e, com isso, a diversidade das construções comparativas observadas no uso não é contemplada de modo adequado.

Esse tratamento é considerado insatisfatório por autores como Oiticica (1952), Módolo (1999, 2008), Castilho (2012) e Rosário (2018), os quais, em suas obras, mostram uma problematização sobre a rígida separação entre coordenação e subordinação e propõem, ainda, diferentemente das gramáticas tradicionais, a existência de um processo que se mostra bastante produtivo e até mais adequado para explicar certas construções comparativas: a correlação. Esses autores revelam o caráter de interdependência entre as orações comparativas cuja estrutura encontra-se vinculada estreitamente por conjunções apresentadas paralelamente, um conectivo em cada oração.

Este artigo está dividido em cinco seções. A primeira traz uma breve explicação sobre a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), perspectiva teórica adotada para o desenvolvimento deste trabalho, bem como alguns conceitos-chave importantes para a análise do objeto selecionado, as construções comparativas canônicas e não canônicas do português. A segunda seção apresenta o tratamento dado pelas gramáticas tradicionais às construções comparativas da língua portuguesa. A terceira mostra a correlação como um processo com características próprias que o diferenciam da subordinação e da coordenação. Na penúltima seção, é mostrada a proposta de Rodrigues (2002) para o tratamento das construções comparativas – incluindo tanto as canônicas quanto as não canônicas. Ainda nessa parte, apresentam-se dados retirados do *Corpus do Português*<sup>1</sup> e uma breve análise de estruturas comparativas que não se encaixam em nenhuma das propostas ainda realizadas para a organização da comparação. Por fim, na seção *Resultados*, será apresentada uma breve descrição, a partir de análise qualitativa e quantitativa, da construção híbrida não canônica encontrada durante a coleta de dados.

## 1. Pressupostos teórico-metodológicos

---

<sup>1</sup><https://www.corpusdoportugues.org/>

A Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) nasce da união entre estudos e preceitos da Linguística Cognitiva e da Linguística Funcional, as quais consideram, em sua análise, não só a língua por si mesma, mas também os fatores externos, o contexto em que o discurso é realizado, a sua função e a própria experiência do falante no uso linguístico. Tem, portanto, como um dos princípios básicos o fato de que a estrutura linguística vai emergir do uso que é feito dela nas diversas situações comunicativas. Assim, as análises realizadas dentro dessa perspectiva teórica são realizadas a partir de dados reais encontrados em modalidades do discurso diversas.

Baseados nos pressupostos da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001; TRAUGOTT E TROUSDALE, 2013), diversos estudos no âmbito da LFCU vão se fundamentar na ideia da língua como uma rede de construções que se encontram interconectadas. Cada construção seria constituída por um pareamento indissociável de forma e função, isto é, estrutura e significado, respectivamente. Assim sendo, entende-se que uma análise linguística profunda e satisfatória deve contemplar ambas as partes, integradas ao contexto em que são realizadas, de modo a observar não só questões formais, mas também semânticas e pragmáticas.

Acredita-se que a escolha do falante por uma construção em detrimento de outra também disponível na língua é influenciada pela cognição e pelo uso, atrelados a fatores socioculturais e discursivos, para atender a propósitos comunicativos. Dentro dessa perspectiva, cabe destacar o princípio da não-sinonímia de Goldberg (1995), o qual defende que diferenças sintáticas vão acarretar em diferenças semânticas ou pragmáticas.

Outro ponto fundamental da LFCU é a perspectiva de gradiência adotada em diversos campos de análise. Tendo como base a noção de categorização como um processo cognitivo básico, os estudos mais recentes dentro do funcionalismo linguístico aplicam essa noção de várias maneiras. Eleanor Rosch, ao ir de encontro à perspectiva clássica sobre categorização, propõe a Teoria dos Protótipos (ROSCH, 1978), a qual sugere que a formação de categorias acontece, na verdade, como uma espécie de *continuum*, isto é, uma escala de gradiência, que se inicia a partir do elemento mais central, o mais prototípico<sup>2</sup>, e vai ao mais periférico. Nessa perspectiva, as categorias não apresentam limites rígidos e bem definidos que as separam indubitavelmente umas das

---

<sup>2</sup> Por elemento mais prototípico, Rosch define “o mais claro dos casos de pertencimento a uma categoria definido operacionalmente pelo julgamento das pessoas sobre o melhor exemplar de membro da categoria” (ROSCH, 1978, p. 11).

outras; elas possuem, na verdade, limites difusos e podem, muitas vezes, sobrepor-se umas às outras.

Assim, voltada para o tratamento linguístico, a LFCU recorre a essa ideia de categorização para estabelecer, em vez de classificações rígidas e dicotômicas – ou uma coisa, ou outra –, uma análise que possa contemplar níveis diferentes de gradiência. Isso explicaria, por exemplo, a existência de construções que se encaixam em mais de uma classificação, processos que se sobrepõem e estruturas mais e menos prototípicas – umas mais canônicas, mais centrais que outras.

Conforme será mostrado ao longo desta pesquisa, tanto a noção de construção quanto a de categorização baseada no protótipo são indispensáveis para a análise das variadas estruturas comparativas encontradas no português. Antes de apresentar casos menos prototípicos, no entanto, é necessário que se apresentem o tratamento e as classificações dados pelas gramáticas tradicionais à construção comparativa.

## 2. As construções comparativas segundo as gramáticas normativas

As gramáticas normativas tradicionais costumam tratar as construções comparativas como uma subcategoria da subordinação adverbial, além de não estender suas análises aos casos não canônicos – a maioria, se cita algum caso à margem do padrão, faz apenas breves observações. Nesse sentido, autores como Bechara (2009), Cunha & Cintra (2016) e Rocha Lima (2017), por exemplo, afirmam o seguinte:

GRAMÁTICOS	E O QUE DIZEM
ROCHA LIMA (2017)	“A comparação se realiza, no plano do período composto por subordinação, mediante uma construção de dois membros em que um é posto em cotejo do outro” (p. 348).
CUNHA & CINTRA (2016)	“Segundo a conjunção ou locução conjuntiva que as encabece, [as orações subordinadas adverbiais] classificam-se em [...] COMPARATIVAS, se a conjunção é subordinativa comparativa” (p. 619-621).
BECHARA (2009)	“As subordinadas adverbiais do 2º. grupo, integradas pelas comparativas e consecutivas, guardam certa analogia com as adjetivas porque dependem de um antecedente, de natureza quantificadora ou de unidade quantificada (adjetivo ou advérbio) e só mantêm relação direta com o núcleo verbal da oração junto com seu antecedente” (p. 473).

**Quadro 1: construções comparativas segundo as gramáticas tradicionais**

O quadro acima oferece uma amostra do tratamento das construções comparativas segundo as gramáticas tradicionais. Rocha Lima e Bechara reconhecem a particularidade da estrutura correlata da comparação em relação às demais orações subordinadas adverbiais, sem, no entanto, classificá-la como um processo à parte. Segundo eles, há dois tipos fundamentais de oração subordinada adverbial comparativa: as assimilativas, apresentadas pela conjunção *como*, equivalentes à oração modal *do mesmo modo que*; e as quantitativas, pelas quais se estabelece um confronto entre “fatos semelhantes (comparação de igualdade), ou fatos dissemelhantes (comparação de superioridade, ou de inferioridade)” (Rocha Lima, 2017, p. 349). Esse segundo tipo apresentaria o que Rocha Lima chama de “fórmulas correlativas”, ou seja, dois elementos que aparecem paralelamente, em cada uma das orações.

Bechara, por sua vez, defende que, em orações como “*Janete estuda mais que trabalha*” (2009, p. 473), a oração subordinada se encontra presa ao advérbio de intensidade, e o conjunto que estabelece a comparação – “*mais que trabalha*” – funciona como adjunto adverbial do núcleo verbal *estuda*. De acordo com o autor, “o caráter do adjunto, portanto de termo não argumental [...], se manifesta pelo fato de se poder eliminar [...] a oração subordinada, e continuar perfeita a oração anterior” (p. 474), como é possível observar em “*Janete estuda mais*”.

De uma forma bastante simplificada, tais gramáticos oferecem, ainda, uma lista com as principais conjunções ou locuções conjuntivas que podem ser encontradas em orações subordinadas adverbiais comparativas. Os autores se detêm a exemplos mais canônicos – com a exceção de *que nem*, apresentado por Cunha e Cintra –, como se observa no quadro a seguir:

GRAMÁTICOS	CONJUNÇÕES OU LOCUÇÕES CONJUNTIVAS
ROCHA LIMA (2017, p. 237)	“ <i>Que, do que</i> (relacionados a <i>mais, menos, maior, menor, melhor, pior</i> ); <i>qual</i> (relacionado a <i>tal</i> ); <i>como</i> (relacionado a <i>tal, tão, tanto</i> ); <i>como se, etc.</i> ”.
CUNHA & CINTRA (2016, p. 602)	“ <i>Que, do que</i> (depois de <i>mais, menos, maior, menor, melhor e pior</i> ), <i>qual</i> (depois de <i>tal</i> ), <i>quanto</i> (depois de <i>tanto</i> ), <i>como, assim como, bem como, como se, que nem.</i> ”
BECHARA (2009, p. 326-327)	<b>Assimilativas:</b> “ <i>como</i> ou <i>qual</i> , podendo se correlacionar com <i>assim</i> ou <i>tal</i> postos na oração principal, ou ainda aparecer <i>assim como</i> ”. <b>Quantitativas:</b> <u>igualdade</u> ( <i>como</i> ou <i>quanto</i> em correlação com o advérbio <i>tanto</i> ou <i>tão</i> da oração principal); <u>superioridade</u> ( <i>que</i> ou <i>do que</i> em

	correlação com o advérbio <i>mais</i> da oração principal); <u>inferioridade</u> ( <i>que</i> ou <i>do que</i> em correlação com o advérbio <i>menos</i> da oração principal).
--	--

**Quadro 2: As principais conjunções comparativas segundo as gramáticas normativas**

Ao abordarem as orações comparativas dessa forma, abrigando-as no escopo das orações adverbiais – desconsiderando suas particularidades e suas diferenças em relação às demais e mostrando, em sua maioria, apenas os casos canônicos –, as gramáticas tradicionais se mostram simplistas, prezando, na maioria das vezes, muito mais a forma do que o sentido das construções linguísticas. Assim, costumam apontar soluções para casos mais simples e se abstêm sempre que possível de casos que vão de encontro às suas proposições. Em outras palavras, em virtude de sua proposta de normatização, tais obras evidenciam o padrão formal, canônico e mais abrangente, em detrimento da diversidade verificada no uso. É o que se pode observar, por exemplo, no reconhecimento de apenas dois processos no tratamento das orações: a coordenação e a subordinação, o que se mostra bastante simplório e insuficiente para abrigar casos não canônicos.

### 3. A correlação

Para Oiticica (1952), Módolo (1999, 2008), Castilho (2012) e Rosário (2018), o tratamento destinado às construções comparativas se mostra insatisfatório, pois não é capaz de abranger adequadamente a variedade de usos linguísticos constatada no discurso. Em suas obras, esses autores criticam a separação rígida entre coordenação e subordinação e a seleção desses dois únicos processos para classificar uma série de estruturas linguísticas que parecem não poder ser agrupadas dentro de um mesmo escopo devido à sua diversidade.

Oiticica, em sua obra *Teoria da Correlação* (1952), reconhece a existência de, pelo menos, quatro processos: a coordenação, a subordinação, a correlação e a justaposição. Por coordenação, o autor entende a relação entre orações que são autônomas, isto é, possuem “declaratividade total” e podem ser separadas, estando ligadas por conjunções “meramente aspectuais” (p. 16-17). Por subordinação, entende a organização do período em que uma oração depende da outra para atingir seu *status* de declaratividade, e ambas encontram-se “presas” por um só conectivo. (p. 20). No que tange à correlação, Oiticica explica que, nesse tipo de estrutura, as orações são ligadas não por um, mas dois termos conectivos. Dessa forma, o conectivo expresso na primeira

oração automaticamente “força” o início da oração seguinte por seu correlato, de modo a conectar os sentidos expressos em cada uma delas.

Em relação à correlação em estruturas comparativas, Oiticica (1952), Módolo(1999, 2008) e Castilho (2012) evidenciam a relação de interdependência que se estabelece entre os elementos comparados, fortalecida pelo uso de conectivos dispostos de forma correlata, paralela, ou seja, um em cada oração, como se pode observar nos dados a seguir:

- (1) “Também nestes casos, em que os donos passam muitas horas do dia fora de casa, ou que o cachorro irá viver do lado de fora, é mais aconselhável escolher uma raça que seja naturalmente **mais independente do que** outras. Só não vale depois ficar reclamando que o cachorro não liga muito pro dono e prefere o caseiro.”

Fonte: <https://www.bitcao.com.br/blog/voce-esta-preparado-para-ter-um-cachorro/>

- (2) “Esta é uma das razões por que muitos crentes estão sofrendo **tão dolorosamente quanto** as infelizes pessoas mundanas: Deus está insatisfeito com os caminhos deles e não se mostra forte para com eles (2 Cr 16.9).”

Fonte: [http://www.ministeriofiel.com.br/artigos/detalhes/56/Santidade\\_Pratica](http://www.ministeriofiel.com.br/artigos/detalhes/56/Santidade_Pratica)

- (3) “Os efeitos da fumaça da maconha sobre os pulmões são **muito menos problemáticos do que** aqueles associados com o tabaco”

Fonte: <http://2012umnovodespertar.blogspot.com.br/2012/07/o-outro-lado-da-maconha-que-ninguem-fala.html>

Os três casos acima são considerados, na visão de Oiticica, exemplos em que as orações são organizadas por correlação. Como se pode observar em (1), o conectivo *mais* na primeira parte da estrutura comparativa pressupõe a existência de um outro conectivo (nesse caso, o *do que*) que a une ao segundo elemento comparado. Trata-se de uma comparação de superioridade. Em (2), é estabelecida uma comparação de igualdade por meio da correlação entre os conectivos *tão* e *quanto*, os quais são utilizados paralelamente, um em cada parte do período, para ligar os elementos comparados. Por fim, em (3), nota-se uma comparação de inferioridade, evidenciada pela correlação dos conectivos *menos* e *do que*. Em todos os casos, a presença do primeiro correlativo demanda a existência do segundo para que se estabeleça o sentido completo, ou, nas palavras de Oiticica, a “declaratividade total” da sentença.

Sendo assim, para casos como os apresentados acima, propõe-se considerar o critério de interdependência, verificado em diversas construções da língua em uso (como as comparativas, por exemplo), e a existência de um processo que não se encaixa nem dentro da coordenação nem da subordinação num sentido tradicional. A correlação se mostra como um fenômeno à parte bastante relevante na organização do discurso e da argumentação. Vale lembrar, no entanto, que a Linguística Funcional Centrada no Uso, abordagem utilizada neste trabalho, reconhece que as categorias possuem limites difusos, podendo mesclar-se umas com as outras. Esse pensamento, como será mostrado na seção a seguir, vai ser essencial para a análise dos dados menos prototípicos encontrados nesta pesquisa.

#### 4. As construções comparativas

Levando em conta a indissociabilidade do pareamento forma-função e o princípio da não-sinonímia de Goldberg (1995), uma análise das construções comparativas deve contemplar a estrutura tal como é encontrada no uso, bem como as funções a que serve dentro dos contextos comunicativos. Observa-se, entretanto, uma tendência nas gramáticas normativas de formular hipóteses sobre itens supostamente elididos, a fim de conseguir encaixar a comparação dentro dos moldes de um período composto, isto é, formado por duas ou mais orações (com dois ou mais verbos).

Neste trabalho, concorda-se com Rodrigues (2002) quando a autora afirma que o termo *construção comparativa* parece mais adequado que *oração comparativa*, uma vez que este não se mostra capaz de abranger a variedade das instanciações no âmbito da comparação, as quais incluem estruturas oracionais e não oracionais.

No que tange às construções comparativas do português, Rodrigues (2002) propõe que elas estejam divididas em quatro grupos: a) construção comparativa não oracional correlata; b) construção comparativa não oracional não correlata; c) construção comparativa oracional correlata; e d) construção comparativa oracional não correlata.

No primeiro grupo, entrariam construções com conjunções correlatas e verbo em apenas uma das partes, como nos casos (4) e (5).

- (4) “[...] minha tese é que a Idade Média, por ter durado seu milênio, **teve muito mais influência do que o Barroco.**”

- (5) “Sobre o futuro da possível franquia, Christopher Nolan disse que **está se concentrando mais no game do que em uma sequência**, o que não descarta”.

<https://100grana.wordpress.com/2010/12/01/christopher-nolan-fala-sobre-o-final-de-a-origem/>

No segundo, estariam as construções que não apresentam correlação, isto é, a disposição paralela de conectivos, e que possuem verbo em apenas uma das partes comparadas, tais quais (6) e (7).

- (6) “O tempo **corre como um cavalo louco**”.

[http://lume-brando.blogspot.com/2010\\_03\\_01\\_archive.html](http://lume-brando.blogspot.com/2010_03_01_archive.html)

- (7) “**Também chorei feito um bebê com o final**, e já sinto falta da série”.

<http://ww17.naodiga.com/saiba-como-terminou-a-sexta-temporada-de-lost-the-end/>

O caso (7) não representa um caso prototípico do português, uma vez que o termo *feito*, que se comporta como uma conjunção comparativa, não é considerado um conectivo padrão nessa língua. Constitui, portanto, um exemplo de construção comparativa não canônica.

Exemplos pertencentes ao terceiro grupo, das comparativas oracionais correlatas, incluem tanto os conectivos emparelhados quanto verbos em cada uma das partes da construção, como verificado em (8) e (9).

- (8) “Em outras palavras, a China moderna, como uma potência mundial, é **incomparavelmente mais forte do que era no século 18 mais cedo**.”

<https://agendaglobal21.wordpress.com/2012/03/13/china-ascensao-e-queda-como-potencia-global-a-historia-e-o-futuro/>

- (9) “Eu, porém, não peguei maravilhosas promoções e **acabei gastando maisdo que queria**.”

<http://allstarejeans.blogspot.com/2013/09/o-que-temos-de-bom-por-ai-bienal-2013.html>

Por fim, no último grupo, encontram-se as construções comparativas oracionais não correlatas, cujos exemplos são sentenças dos tipos abaixo:

- (10) “PORÉM, nem todos os defeitos são admissíveis, é **que nem disse no texto**, se não for ‘falta de caráter’ tudo bem, só acho que tem muita gente que erra por falta de noção [...]”.

<http://www.pergunteaumamulher.com/2013/03/por-que-e-tao-dificil-encontrar-pessoa.html>

- (11) “Você promete a si mesma, até consegue por um dia ou dois, mas depois tudo **volta como era antes**”

<https://blogs.universal.org/cristianecardoso/pt/coisas-em-voce-que-nao-mudam/>

A proposta de Rodrigues (2002) mostra-se mais coerente em relação à variedade de construções comparativas encontradas no uso. No entanto, no decorrer desta pesquisa, foram encontrados dados marginais e não canônicos da relação comparativa, realizada sem a utilização de conectores padrões e que, por essa razão, não se encaixam em nenhum dos grupos propostos pelos autores. É o caso, por exemplo, da construção seguinte:

- (12) “Todos somos criados com diferentes habilidades. Somos feitos para desempenhar usos diferentes em o reino eterno de o Senhor. Algumas criaturas **são menos robustas**; outras **são fortes e sadias**. Algumas **são retraídas e menos comunicativas**; outras **são alegres e animadas**.”

Fonte: <http://24.229.2.221/sermoes/39.html>

Como se pode observar, é estabelecida no exemplo (12) uma relação comparativa entre duas partes: por um lado, criaturas menos robustas e, por outro, criaturas fortes e sadias. A relação comparativa se estabelece sem a utilização de conectivos canônicos, configurando uma construção justaposta. Para construir a comparação, de fato, o autor utiliza os indefinidos *algumas* e *outras*, que funcionariam como correlatores (Rosário, 2018) entre essas sentenças oracionais, o advérbio *menos* e alguns adjetivos que estabelecem contraste.

O mesmo pode acontecer em construções não oracionais, conforme se observa no caso (13), em que os indefinidos *uns* e *outros* ajudam a estabelecer uma relação correlativa. Ao mesmo tempo, configura-se uma comparação, reforçada pelo paralelismo desencadeado pelo uso dos advérbios *mais* e *menos*. Nesse caso, não há nem conectivos canônicos nem verbos nas sentenças em que a comparação é construída.

- (13) “A Loja Mestre Affonso Domingues tem prosseguido vários projetos ao longo da sua existência, uns com mais êxito, outros menos bem conseguidos, uns mais visíveis, outros mais modestos.”

Fonte: <https://a-partir-pedra.blogspot.com.br/2012/06/regras-gerais-dos-macons-de-1723-viii.html>

Propõe-se, nesta pesquisa, que haja uma construção dentro do escopo das comparativas que reúna tanto propriedades da correlação quanto da justaposição, estabelecendo-se como uma construção híbrida. Diferentemente das comparativas canônicas, tal construção se encontra à margem do esquema e é formada por dois indefinidos correlacionados, seguidos de elementos que estabelecem contraste. Esses itens contrastivos podem, além de intensificadores, conforme mostrado nos exemplos acima, ser adjetivos opositivos, como encontrado em (14):

- (14) “E o que dizer de nossos sons em mistura com os de outras pessoas? Uma orquestra... Quantos instrumentos diferentes... Cada um de um jeito, uma altura, uma estrutura, um som. Uns mais delicados, outros mais fortes; uns graves, outros agudos; uns suaves, outros mais grosseiros, mas todos com sua função, seu papel”.

<https://mafaldacrescida.wordpress.com/2004/02/>

Foram encontrados, também, casos em que a relação comparativa se exerce a partir do contraste de duas ações, muitas vezes uma negando a outra com o auxílio do item *não*:

- (15) “Cada processo eletrônico no país tem suas regras, uns não publicam no diário oficial notas de expediente, outros publicam. Um intimam automaticamente, outros não”.

<http://www.justocantins.com.br/gustavo-rocha-18334-voltaremos-ao-papel.html>

Em (16), uma das formas de comparação acontece por meio do posicionamento correlacionado de dois verbos que estabelecem oposição, como no caso de *revelar* e *encobrir*:

- (16) “Em todas as aproximações ao absurdo, há uma forma de relacionar-se com o tema que também as conduzem a diferentes direções e posturas.

Uns optam por saídas claras, outros nem tanto. Uns explicam o absurdo às vezes sem sabê-lo, e outros tentam caracterizá-lo, explicando suas razões. Uns revelam, outros encobrem, uns simplesmente descrevem, outros conceitualizam”.

<http://www.claudiocarvalhoes.com/articles-pt-br/absurdo-em-albert-camus-por-claudio-carvalhoes/>

No caso (17), apresentado abaixo, a comparação se desenvolve por meio da colocação de dois advérbios de ideias opostas, *bem* e *mal*, que acompanham o verbo *dizer*.

(17) “Ai é, pensei, amanhã vou por um bocadinho de amarelo e castanho e no outro dia roxo e no outro prateado, vou esgotar o catálogo das cores, assim, concerteza vou agradar a todos. Não, nem assim, cada vez eram mais os desagradados, mas decidi. Não volto a ser cinzento, ao menos assim todos me falam, **uns dizem bem, outros dizem mal**, uns gostam, outros não, quero lá saber”.

<https://josegoncalves.wordpress.com/2008/01/17/>

Conforme observado, esse tipo de construção é bastante marginal, tanto pelo seu caráter híbrido quanto pela ausência de conectores padrões. Desse modo, não há, ainda, uma classificação para os casos não canônicos. Na seção seguinte, serão apresentados resultados mais detalhados obtidos a partir da análise de 155 dados dessa construção híbrida.

## 5. Resultados

Neste trabalho, decidiu-se dividir as orações comparativas correlatas desse tipo híbrido em três categorias – diferentemente de Rodrigues (2002): oracionais, semioracionais e não oracionais. O primeiro grupo inclui construções com verbos em ambas as partes da estrutura correlacionada, como em (18); o segundo grupo, as construções com verbo em apenas uma das partes, situação verificada em (19); e o terceiro contempla as que não apresentam verbo, como em (20):

(18) “Unsgostam de correr riscos, outrospreferem uma vida mais tranquila”.

<http://5dias.net/2011/04/07/trabalhadores-de-todo-o-mundo-uni-vos/>

- (19) “«Paris, je t'aime» é feito de muitas histórias breves, que acontecem na cidade-luz onde tudo é possível e onde tudo tem um charme irresistível. Umassão felizes, outras não, umasfazem-nos rir, outras não, umasfalam de amor, outras não, umas são reais, quase todas são”.

[http://dentrodocopovazio.blogspot.com/2007\\_02\\_01\\_archive.html](http://dentrodocopovazio.blogspot.com/2007_02_01_archive.html)

- (20) “Muitas igrejas tem a cidade de Braga. Muitas!Umas mais ricas, outras mais pobres. Umas maiores, outras mais pequenas. Umas mais antigas, outras mais modernas (quase todas são antigas)”.

<https://amateriadotempo.blogspot.com/2012/08/sao-frutuoso-de-montelios.html>

No que diz respeito às questões formais, os casos de (12) a (20)<sup>3</sup>, conforme já mencionado anteriormente, são estruturados da seguinte maneira: há pelo menos dois indefinidos (*uns, umas, algumas, outros, outras* etc.) posicionados de forma correlata, ligando as partes da construção comparativa, formada por, no mínimo, dois itens contrastivos. No entanto, estruturas como *uns... outros* não são reconhecidas tradicionalmente como conjunções correlativas; trata-se de correlatores (Rosário, 2018), os quais se encontram à margem da categoria de correlação comparativa, diferentemente de *mais... (do) que, menos... (do) que* e *tão... quanto*, por exemplo. Dessa forma, tais exemplos se aproximam também do processo de justaposição, cuja característica principal é a ausência de conectivos formais ligando duas ou mais partes de uma sentença.

Além disso, outra questão relativa à forma das estruturas de (12) a (20) é a presença ou não de verbo. As gramáticas tradicionais normalmente consideram dentro da subordinação adverbial comparativa apenas aquelas sentenças que apresentam, no mínimo, um verbo – no segundo elemento da comparação pode-se considerar o verbo como elidido, recuperável pelo contexto (ex.: “Você vai chorar tanto quanto Joe Biden [chorou] Quando Obama o surpreendeu com essa enorme honra.<sup>4</sup>”). Neste trabalho, no entanto, consideram-se as estruturas comparativas independentemente da presença de verbo. Seguindo essa proposição, verificou-se que, das 155 construções correlatas/justapostas comparativas iniciadas por indefinidos, coletadas no *Corpus do*

---

<sup>3</sup>Podem-se considerar tais casos híbridos também como aproximados das estruturas alternativas, as quais, como o nome propõe, apresentam, no mínimo, dois elementos emparelhados que estabelecem uma relação de alternância dentro do discurso.

<sup>4</sup>Fonte: <https://por.feminineclub.com/morning-buzz-14371>

*Português*, 95 apresentam uma estrutura não oracional; 37, semioracional; e 23, oracional.

Uma vez que a construção é um pareamento de forma-função, não se pode, nesta pesquisa, desconsiderar os aspectos funcionais das construções analisadas. Assim como as construções de (12) a (20), todos os demais casos coletados desse *corpus* apresentam um papel específico: fornecer informações adicionais, descrições ou explicações sobre algum item, geralmente previamente exposto. Como se pode constatar, a sua função pode ser comparada à de uma construção apositiva. Nos dados reunidos neste trabalho, assim como os apostos, as estruturas comparativas se encontram normalmente destacadas do resto do discurso, exercendo uma função complementar, acessória. Esse destaque, conforme verificado nos dados coletados, dá-se frequentemente de quatro maneiras: pelo uso de vírgulas, como em (21), de travessões, como mostrado em (22), de dois pontos, como em (23) e, finalmente, pelo “desgarramento” em relação a outras partes do texto, como em (24)<sup>5</sup>.

- (21) “Consegues imaginar uma experiência para perceberes o que se passa? Vamos fazer as nossas ‘poças’, umas maiores, umas menores, umas mais fundas outras menos fundas, umas ao sol outras à sombra”.

<http://coimbra.lip.pt/~cp/cab/agua/node19.html>

- (22) “Uma vez tendo começado, prepare-se para ouvir essa pergunta com frequência. Embora na Índia haja diferentes abordagens do yoga – um mais devocional, outro mais intelectual, etc. – quando se trata de posturas ou *asana*, estamos provavelmente falando de *hatha yoga*, que é o que a grande maioria ocidental chama de yoga”.

[http://www.germinaliteratura.com.br/2008/india\\_jul2008.htm](http://www.germinaliteratura.com.br/2008/india_jul2008.htm)

- (23) “Em Hegel, a idéia produz o mundo, em seguida a natureza produz os homens, que, através de suas lutas e de seu trabalho, produzem, ao mesmo tempo, a história, o conhecimento e a consciência de si. Para Marx e Engles, o conceito de produção tem dois sentidos: um mais amplo, outro mais restrito e preciso”.

<https://journals.openedition.org/confins/6091>

---

<sup>5</sup> Ver Decat (2004). A autora classifica esse tipo de estrutura, aparentemente “solta” no texto, quando apostos, como oração relativa apositiva. Segundo ela, esse tipo de organização configuraria uma estratégia de focalização e argumentação.

- (24) “A partir daqui andámos, sem destino definido, por muitas das ruas de Dubrovnik. Um **a subir**, outras **a descer**. Um **largas**, outras **estreitíssimas**. Muito bonito, Dubrovnik. Gostava de ter ficado mais tempo”.

<http://www.fotoviajar.com/croacia/guia-dubrovnik-croacia>

Em (21), a oração em destaque serve para fornecer maiores explicações sobre *poças* e como elas devem ser feitas. No caso (22), a construção entre travessões fornece uma informação extra sobre o *yoga*, indicando exemplos de abordagens dessa prática. Em (23), a construção que aparece depois dos dois pontos serve para definir os dois conceitos de *produção* que o autor menciona. Por fim, em (24), a porção destacada tem a função de descrever as ruas mencionadas previamente.

Com base no conteúdo apresentado, pode-se afirmar que o português contemporâneo apresenta diversas possibilidades, além das canônicas, de expressar a comparação. Essas diferentes formas vão desde o uso de conectivos mais marginais, dificilmente contemplados pelas gramáticas tradicionais, como *tipo* e *que nem*, por exemplo, a estruturas híbridas ainda não muito bem definidas nem sistematicamente estudadas, como as apresentadas nos casos (13) a (24).

### Referências bibliográficas

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTILHO, A. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: The Oxford University Press, 2001.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2016.

DECAT, M. B. N. Orações relativas apositivas: SNs ‘soltos’ como estratégia de focalização e argumentação. Juíz de Fora: *Veredas*, v.8, n.1 e n.2, p.79-101, jan./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap06.pdf>. Acesso em: ago/2018.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: CUP, 1995.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 53ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

MÓDOLO, M. (*Pré*) *publications: forskningogundervisning*. RomanskInstitut: AarhusUniversitet, Danmark, 1999.

\_\_\_\_\_. As construções correlatas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Unicamp, 2008.

OITICICA, J. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

RODRIGUES, V. As construções comparativas em língua portuguesa. *Revista GELNE*, vol. 4, nº 1, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9146>> Acesso em: ago/2018.

ROSÁRIO, I. C. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Niterói: Eduff, 2018.

ROSCH, E. Principles of Categorization. In: ROSCH, E. & LLOYD, B. B. (eds.), *Cognition and Categorization*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1978, p. 27-48.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

#### **Abstract**

This work aims to present, under the perspective of the Usage-Based Functional Linguistics (UBFL), a synchronic overview of the different comparative constructions in contemporary Portuguese, which include canonic forms, more easily identifiable in discourse, and non-canonic, that is, those which diverge from the standard forms that are contemplated by the grammars, but still establish a comparison relationship. Because it is an initial research, it is only intended to show the diversity in regards to comparative constructions in Portuguese and the possible insufficiency of adequate grammatical analysis that are capable of including such variety that is found in the language in use. Traditional normative grammars, for example, usually treat the comparative clauses as a subcategory of adverbial subordination, and they do not extend their analysis to non-canonic cases. This treatment is considered insufficient by authors such as Oiticica (1952), Módolo (1999, 2008) and Castilho (2012), who, in their work, show the problem of the rigid separation between coordination and subordination, and propose still, differently from the traditional grammars, the existence of a process that is quite productive and even more appropriate to explain certain comparative constructions: the correlation. These authors reveal the interdependency factor among the comparative clauses whose structure is closely linked by conjunctions disposed in a parallel manner, a connective in each clause. Thus, under the perspective of the UBFL and the Construction Grammar, it is intended to analyze the structures that are produced in real speech, withdrawn from the webpage [corpusdoportugues.org](http://corpusdoportugues.org), considering the pairing form-meaning and contrasting the examples with the literature available about these types of

constructions, in order to verify whether they are contemplated by the existing analysis or not.

**Keywords:** Comparative constructions; Usage-Based Functional Linguistics; Canonic and non-canonic structures; Correlation.

## ESTILO REDUZIDO NA ESCRITA DE SURDOS

Reduced style in written Portuguese by deaf subjects

Lou-Ann Kleppa (UNIR)

### Resumo

Neste estudo, tomamos como objeto de análise enunciados que não apresentam conectivos ou conexidade na escrita em português de alunos surdos matriculados no curso regular de Letras - Libras da Universidade Federal de Rondônia. A esta escrita peculiar, aplicamos o conceito de *estilo reduzido*, desenvolvido por Kleppa (2008, 2009, 2010 e 2018) e definido como resultado de um planejamento sintático simplificado, apresentando algumas características, a saber: não finitude (ou não há verbos no enunciado, ou não há verbos conjugados), ordem de palavras não necessariamente canônica e baixa frequência de conectivos. Os dados coletados são de escrita espontânea e foram produzidos ao longo de quatro meses num grupo de WhatsApp da turma de Libras. Para caracterizar a escrita no grupo de WhatsApp, destacamos um grupo controle (formado por quatro outros sujeitos participantes deste mesmo grupo), cujos resultados são contrastados com os do grupo de alunos surdos. Podemos afirmar que o conceito de estilo reduzido pode ser usado para descrever a fala agramática, telegramas, manchetes de jornal e a escrita de surdos aprendizes de português como língua estrangeira, mas cada um destes registros apresenta suas especificidades quanto à manifestação da não finitude, ordem das palavras e uso de conectivos.

**Palavras-chave:** Estilo reduzido; Escrita de surdos; Conectivos; Conexidade.

### Introdução

Para este trabalho, tomamos como objeto de análise a escrita em português de quatro alunos surdos matriculados no curso (noturno) de Letras - Libras da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). A cultura surda é considerada forte em Porto Velho, e os alunos afirmam que libras é sua língua materna e português escrito sua segunda língua. Segundo Pizzio, Rezende e Quadros (2010), é pertinente distinguir o bilinguismo social do individual. Mesmo que não sejam igualmente fluentes nas duas línguas, os alunos surdos estão imersos nos universos da libras e do português escrito, ou seja, o bilinguismo social descreve a situação destes alunos.

Os dados coletados foram produzidos pelos sujeitos surdos que acompanham um grupo de WhatsApp da turma de que fazem parte. Neste grupo, 33 participantes (inclusive professores) trocam mensagens sobre aulas (se haverá ou não e quando), objetos esquecidos em sala, greve de ônibus que afeta as aulas etc. Grande atividade se deu no grupo quando uma aluna surda ficou sozinha de noite no centro da cidade, sem ônibus e

sem dinheiro para táxi, e outro aluno surdo foi resgatá-la de moto. Trata-se, portanto, da escrita espontânea dos alunos surdos, coletada ao longo de quatro meses.

O que interessa a este estudo é a descrição da comunicação sem conectivos (preposições ou conjunções, por exemplo) ou conexidade (concordância e ordem de palavras). Analisamos sentenças que apresentem pelo menos uma das seguintes características: (i) não finitude (isso significa que a sentença ou não apresenta verbo ou apresenta verbo não flexionado); (ii) ordem de palavras diversa da ordem canônica em português (tópico-comentário ao invés de S V O + adjuntos); em que (iii) não aparecem/aparecem poucas preposições ou conjunções.

(i) Sabe-se que, em libras, os verbos podem ter sua morfologia alterada através da direcionalidade, e que isso se aplica a poucos verbos (*eu telefonei pra ele/ele telefonou pra mim* têm a mesma configuração de mão e movimento, mas em direções opostas). Em termos gerais, em libras, o verbo não varia, o que explica a dificuldade dos surdos em conjugar verbos em português. Adiciona-se a isso o fato de grande parte da comunicação escrita no WhatsApp com os surdos por parte dos ouvintes se dar no infinitivo. Ouvintes (principalmente professores) escrevem, por exemplo: *Filha nascer? Ou Eu não vender nada*, com a justificativa de que assim “facilitam” o entendimento para o surdo.

(ii) Em libras, a ordem de palavras é flexível (QUADROS, 1999): ora a ordem básica das palavras é descrita como SVO (QUADROS, 1999; PIZZIO, 2006), ora como tópico-comentário ou OSV (em que o objeto é topicalizado) em virtude da alta frequência de estruturas de tópico (FERREIRA-BRITO, 1995). Neste sentido, podemos levantar a hipótese de que os surdos utilizem-se das construções de tópico para escrever em português. Contudo, a motivação para o aparecimento de estruturas de tópico é difícil de averiguar, já que a língua portuguesa também prevê construções de tópico-comentário, sobretudo no registro informal.

(iii) No tocante aos conectivos, podemos afirmar que, em libras, as preposições são menos abundantes que em português e são incorporadas ao sinal (de um verbo ou de um complemento verbal), estabelecendo relações semânticas de espaço (MIRANDA, 2014). Assim, a hipótese para o não aparecimento de preposições na escrita em português é que o surdo não perceberia a preposição como uma unidade isolada. Por fim, em libras, há poucas conjunções, sendo que algumas são importadas do português (*porque, por isso, mas*).

Outro motivo para selecionarmos estas condições de comunicação sem conectivos ou conexão ((i) a (iii)) é que a escrita de surdos parece enquadrar-se no que foi chamado de *estilo reduzido*. Este é um termo que pretende descrever estruturas subsentenciais não finitas encontradas na fala de sujeitos afásicos com agramatismo, em telegramas, manchetes de jornal e, às vezes, na fala constituída. Nos estudos de Kleppa (2010), o ponto de partida é a fala de sujeitos afásicos (que sofreram alguma lesão cerebral e apresentam, como seqüela, uma linguagem alterada) com agramatismo (definido, pela Teoria da Adaptação, como fala sem conectivos e sem marcas de finitude verbal, num tempo de fala maior que o normal). Em termos de frequência de uso do estilo reduzido, apresentamos resultados de Kleppa (2010) de maneira resumida:

Registro		Fala reduzida
Sujeitos afásicos	MS	71%
	OJ	86%
Telegramas		71%
Manchetes de telejornal		9%
Manchetes de jornal impresso		15%
Sujeitos NURC		4%

**Tabela 1: Frequência de estilo reduzido adaptada de Kleppa (2010)**

A questão é que, se os sujeitos afásicos com agramatismo recorrem a uma fala em que não há conectivos, verbos ou marcas de finitude nos verbos e são interpretados pelos seus interlocutores, é porque a língua que eles falam permite essa operação. De fato, sujeitos entrevistados no âmbito do Projeto NURC (Norma Urbana Linguística Culta) usam subsentenças não finitas sem conectivos no diálogo, mas numa frequência expressivamente menor que os sujeitos agramáticos. Manchetes de jornal igualmente recorrem ao que Kleppa chama de estilo reduzido, mas em baixa frequência. Telegramas adotam a não finitude como característica (além dos conectivos serem apagados, os verbos se apresentam predominantemente no infinitivo e imperativo), o que aproxima a frequência de uso de estilo reduzido em sujeitos com agramatismo de telegramas. Contudo, o exame mais detido de telegramas e enunciados de sujeitos com agramatismo revela diferenças sintáticas (TESAK; DITTMANN, 1991 e KLEPPA, 2008, 2009, 2010, 2018). Essas diferenças não permitem – segundo os autores que as apontam – que se use

a metáfora do telegrama para descrever a fala agramática. Kleppa propôs *estilo reduzido*; e o objeto deste estudo, a escrita em português de alunos surdos, parece encaixar-se nesta descrição.

### 1. Pressupostos teórico-metodológicos

Tanto na Sintaxe como na Semântica formais, a sentença é a unidade com que se trabalha. Na sentença, o verbo conjugado atribui papéis sintáticos, caso, papéis temáticos, enfim, determina quantos e quais argumentos orbitam à sua volta. As unidades com as quais lidamos neste trabalho não apresentam as características de uma sentença. Podemos chamá-las de subsentenças ou *nonsententials*, conforme Elugardo e Stainton (2005), ou podemos chamá-las de *cláusulas*, que compõem uma unidade informacional.

No âmbito da Neurolinguística Discursiva, que investiga a fala patológica para iluminar processos da fala constituída, foi desenvolvido o conceito de *estilo reduzido* (KLEPPA, 2008, 2009, 2010 e 2018) para descrever a linguagem de sujeitos afásicos com agramatismo – que costumam ser descritos, na literatura, como *estilo telegráfico* ou *elíptico*. Em geral, estudos sintáticos que analisam a fala de sujeitos afásicos com agramatismo apontam a omissão ou substituição de conectivos, ordem de palavras caótica e ausência de flexão.

A Neurolinguística de orientação enunciativo-discursiva nasce, em meados da década de 80, justamente para se contrapor a um discurso que chamamos de “tradicional” no campo das patologias, que privilegia as dicotomias e cujas reflexões não incluem as teorias linguísticas (COUDRY, 1986/1988). Quando estas estão presentes, em geral se restringem à aplicação de modelos estruturalistas ou gerativistas, que não foram formulados para dar conta do uso efetivo da linguagem ou da relação do sujeito com a língua, nem para explicar questões relativas ao seu funcionamento nas patologias (COUDRY, 1986/1988; NOVAES-PINTO, 1999; NOVAES-PINTO e SANTANA, 2009a, e 2009b). A complexidade da linguagem é geralmente reduzida à análise das estruturas da língua (aspectos fonético/fonológicos, sintáticos, lexicais), dando origem não só aos protocolos de avaliação de natureza exclusivamente metalinguística, mas também aos manuais terapêuticos centrados em tarefas e exercícios descontextualizados, como a leitura/repetição/produção de unidades abstratas da língua (sons, sílabas, listas de palavras e sentenças), pautadas por uma concepção de língua como sistema estático, como código, apartado das condições de produção e das atividades reais dos sujeitos. (NOVAES-PINTO, 2012, p. 58)

Na contramão dos estudos que encaram a sequela da lesão cerebral como uma janela direta para o *déficit* linguístico, a Teoria da Adaptação, desenvolvida por Kolk e colegas no âmbito da afasiologia, parte do princípio de que a fala agramática é resultado de uma adaptação que o sujeito afásico performa em virtude de sua dificuldade de

sincronizar operações sintáticas simultâneas num tempo de fala aceitável para o ouvinte. O resultado é uma fala simplificada. A Teoria da Adaptação não entende que o sujeito afásico apague unidades de uma sentença completa, porque isso significaria uma sobrecarga computacional para o sujeito afásico:

A fala agramática [...] poderia ser o resultado de um “comportamento de esquiva”, similar ao que Heeschen (1980) propôs para a compreensão agramática. Então omissões agramaticais seriam produzidas quando os pacientes não tentassem mais construir sentenças completas, mas adotassem tipos de sentenças que requerem menor capacidade (KOLK; HEESCHEN, 1992, p. 94, tradução nossa<sup>1</sup>).

A Teoria da Adaptação usa os termos *estilo telegráfico/elíptico* de maneira descritiva, contudo não acreditamos que as metáforas façam jus às construções produzidas além do telegrama/elipse. Nas seções seguintes, discutiremos cada um desses termos.

## 2.1 Estilo telegráfico

Ao comparar telegramas com a fala agramática, Tesak e Dittmann (1991) e Kleppa (2008, 2009, 2010 e 2018) perceberam mais diferenças que semelhanças. As diferenças dizem respeito à modalidade (escrita/falada), ao tempo de produção (desconhecido/ cronometrado), conseqüentemente ao planejamento do material linguístico. Num telegrama, paga-se por palavra. Dependendo do preço atingido, o usuário pode apagar palavras. Por outro lado, não acreditamos que o sujeito afásico envolvido numa conversa informal tenha tempo para testes, porque está submetido à pressão temporal intrínseca ao diálogo. Além disso, as motivações para se escrever um telegrama e para manter uma conversa informal são diversas.

Em termos sintáticos, a finitude do verbo e a ordem das palavras são grandes marcos na diferenciação entre telegramas e a fala agramática: ao passo que nos telegramas proliferam formas nominais do verbo (principalmente o infinitivo), na fala afásica predominam cláusulas sem verbo; enquanto a ordem SVO + adjuntos é mantida nos telegramas (preposições são simplesmente apagadas), a ordem predominante na fala

---

<sup>1</sup>Agrammatic speech [...] could be the result of “avoidance behaviour”, similar to what Heeschen (1980) has proposed for agrammatic comprehension. Agrammatic omissions would then be produced when the patients no longer tried to construct complete sentences but shifted to utterance types that require less capacity (KOLK; HEESCHEN, 1992, p. 94).

reduzida dos sujeitos afásicos nos dados de Kleppa (2008, 2009, 2010 e 2018) é de tópico-comentário.

Apesar de a Teoria da Adaptação trabalhar com omissões e substituições de conectivos, adotamos por princípio a não reconstituição de sentenças em que “faltam” preposições ou conjunções por dois motivos: (i) porque estaríamos admitindo o apagamento de conectivos durante o planejamento sintático e (ii) porque observamos outras soluções encontradas pelo sujeito. No caso dos sujeitos afásicos, podemos pensar que a estrutura tópico-comentário é uma dessas soluções, já que é possível não haver integração sintática entre o tópico e o comentário, favorecendo, assim, a ausência de preposições. Já no caso da escrita de surdos, veremos construções alternativas ao uso de conjunções.

## 2.2 Elipse

Definir *elipse* não é simples, mesmo porque autores que lidam com o fenômeno (ELUGARDO e STANTON, 2005) distinguem três tipos de elipse: (1) pragmática, em que a informação elidida é recuperada do contexto da interação (Ex: *Me passe o livro* – em que *eu* e *livro* estão especificados no contexto extralinguístico); (2) semântica, em que uma expressão formulaica é interpretada semanticamente apesar não ser sintaticamente completa (Ex: *A conta* – dito para o garçom depois de encerrada a refeição); (3) sintática, em que a unidade elidida pode ser recuperada através de um elemento na cadeia (Ex: *João comeu peixe e Maria também* – em que *também* licencia a elipse de *comeu peixe* na segunda oração).

O conceito de elipse recai, então, sobre o material linguístico elidido e recuperável linguisticamente através de licenciadores, assim como serve para descrever casos em que o contexto extralinguístico é capaz de preencher os referentes vagos no discurso. Em ambos os casos, o conceito de elipse não dá conta de descrever a ausência de conectivos.

## 2.3 Estilo reduzido

Neste sentido, estabelecemos que o estilo reduzido seja resultado de um planejamento sintático simplificado, apresentando algumas peculiaridades, a saber: não finitude (*nonfiniteness*), ordem de palavras não canônica e baixa frequência de

conectivos. Em Kleppa (2009 e 2010), o conceito de estilo reduzido é usado para descrever a fala de sujeitos afásicos com agramatismo, telegramas, manchetes de jornal e a fala de sujeitos não afásicos. Neste estudo, pretendemos estender o conceito à escrita (em português) de surdos cuja língua materna é libras.

### 3. Metodologia

Como se trata de material coletado num grupo de WhatsApp, é preciso descrever minimamente a escrita dos outros participantes, para que não se pense que neste grupo é usado um pidgin – um meio-termo entre libras e português que serve para fins comunicativos apenas e não dispõe de regras consolidadas como numa língua natural. Destacamos um grupo controle, composto por duas professoras do curso (uma surda, outra ouvinte) e duas alunas ouvintes. No mesmo período em que recortamos os dados dos alunos surdos, recortamos os dados do grupo controle e chegamos, aproximadamente, ao mesmo volume de material linguístico produzido pelos alunos surdos aprendizes de L2 e o grupo controle.

#### 3.1 Grupo controle

Para preservar a identidade dos sujeitos, usamos P para indicar quando se trata de professor e A quando se trata de aluno. Neste grupo controle, uma professora é surda, a outra, ouvinte e as alunas são ouvintes. O número usado para diferenciá-las faz parte do seu número de telefone. Discriminando a finitude do verbo, preposições, conjunções, ortografia e tópico-comentário, chegamos à caracterização da escrita do grupo controle, resumida na *Tabela 2*:

	Finitude do verbo				Preposições	Conjunções	Ortografia	Cláusulas total	TC
	V conj	*V	V n-fin	sem V					
<b>P ouv</b>	18	1	8 impe 6 inf	5	36	13	14 Acent 6Abrev	29	-
<b>P sur</b>	8	-	5 impe 2inf	2	5	-	2Acent 4Abrev	16	-
<b>A71</b>	30	-	1inf	2	40	9	2Acent	28	1
<b>A54</b>	17	2	1inf	6	17	5	2Acent	17	-

**Tabela 2: Caracterização da escrita do grupo controle**

Para ilustrar as informações contidas na *Tabela 2*, apresentamos, nas seções seguintes, exemplos coletados no grupo controle. A fonte do dado sempre será indicada entre parênteses, após o dado.

### 3.1.1 Finitude do verbo

Quanto à finitude do verbo, podemos observar em (1) o verbo conjugado; no dado (2), a concordância de número não foi realizada entre o sujeito e o verbo (marcada, na tabela, pelo asterisco); no dado (3) temos o verbo no infinitivo, ou seja, em sua forma nominal; e em (4) observamos uma cláusula sem verbo.

- (1) Hoje **tem** aula na sala de laboratório (Psur)
- (2) O livro e artigos da Lacerda é muito top (Pouv)
- (3) Filha **nasc**er? (Pouv)
- (4) Muito bom esse livro (A54)

Note-se que em (4) a ordem das palavras não é canônica, mas tópico-comentário. Este é o único exemplo de tópico-comentário encontrado nos dados do grupo controle.

A maior diferença no tocante à finitude do verbo parece estar entre as professoras e as alunas: as professoras lançam mão do imperativo com maior frequência que do infinitivo, mas o infinitivo é comum a todos os sujeitos do grupo controle. No entanto, no quadro mais geral, as professoras usaram ligeiramente mais enunciados não finitos que finitos (recorrendo mais vezes ao verbo não conjugado que à cláusula sem verbo), ao passo que as alunas usaram claramente mais enunciados com verbo conjugado que construções não finitas (e mais construções sem verbo que com verbo não conjugado). Os desvios de concordância dizem respeito à categoria de número.

### 3.1.2 Preposições

A variedade e frequência das preposições que aparecem no grupo controle é significativamente maior que o que observamos no grupo dos alunos surdos (cf. *Tabela*

5). Na *Tabela 3* detalhamos as preposições que ocorrem na escrita de cada sujeito e sua frequência:

	entre	sem	com	por	a	para	em	de
<b>Pouv</b>	-	1	1	2	2	6	7	16
<b>Psur</b>	-	-	1	-	-	-	1	3
<b>A71</b>	1	2	1	-	2	2	12	20
<b>A 54</b>	-	-	1	2	-	2	2	10

**Tabela 3: Preposições presentes no grupo controle**

O grau de gramaticalização das preposições está relacionado à frequência com que se apresentam: as mais gramaticalizadas são as mais frequentes (ILARI *et al*, 2015). Seguem alguns exemplos de uso de preposição, inclusive suas lacunas – que não são contabilizadas neste estudo:

- (5) Perto parada **de** ônibus (Pouv)
- (6) Ela pode ir **de** mototaxi (Psur)
- (7) Nossa, estou **em** choque (A54)
- (8) Isso é **pra** tudo **na** vida (A71)

Em relação à variedade de preposições usadas por cada sujeito, destacamos a professora surda, que usou apenas três preposições diferentes (sem qualquer desvio ou troca).

### 3.1.3 Conjunções

Vale notar que a professora surda não fez uso de conjunções no recorte de dados analisados. Uma hipótese para explicar sua ausência é a baixa frequência de conjunções em libras, sua língua materna.

	ou	no entanto	como	até porque	*mais	onde	mas	se	que	e
<b>Pouv</b>	1	-	1	1	1	-	-	-	3	6
<b>Psur</b>										
<b>A71</b>	-	-	1	-	1	1	1	-	1	4
<b>A 54</b>	1	1	-	-	-	-	-	2	-	1

Tabela 4: Conjunções presentes no grupo controle

Na *Tabela 4* estão as conjunções que apareceram no recorte de dados e sua frequência. A seguir apresentamos exemplos de uso dessas conjunções:

- (9) Vcs salvem para estudo **e** etc (Pouv)
- (10) Obrigada **mais** esqueci de jogar no lixo [bombinha encontrada] (A71)
- (11) Alguém sabe me dizer **se** tem aula do professor João? (A54)
- (12) **Ate porque** sabemos da dificuldades para encontrar materiais (Pouv)

### 3.1.4 Ortografia

Uma característica exclusiva do grupo controle apresentado neste estudo diz respeito à acentuação gráfica e abreviação. Como se pode observar na *Tabela 2*, as alunas do grupo controle não usam abreviações, apenas as professoras. No tocante à acentuação, todos os sujeitos apresentam acentuação desviante – as professoras mais que as alunas. É possível que o nível de policiamento da linguagem seja maior por parte das alunas que das professoras.

- (13) **Vcjavovo?** (Pouv)
- (14) Ah **q** bom (Psur)
- (15) Precisando de atendimento estou **a** disposição (A71)
- (16) **Está** aprovação é fruto da manifestação (A54)

Na escrita dos alunos surdos aprendizes de L2, a acentuação desviante não foi observada. Em Linguística Aplicada, mais especificamente na área de Análise de Erros (AE), já foi estabelecida uma hierarquia de erros que alunos de língua estrangeira apresentam. Segundo McCretton e Rider (1983), poucos erros de ortografia aparecem na

escrita de aprendizes de língua estrangeira – possivelmente porque não desenvolveram ainda intuições na língua alvo.

### 3.1.5 Tópico-comentário

A estrutura de tópico-comentário tem ganhado visibilidade na literatura sobre sintaxe em língua portuguesa a partir de Pontes (1987) e está paulatinamente ganhando sua devida atenção, como podemos notar nos trabalhos de Perini (1995), Abreu (2003), Belford (2006), Orsini e colegas (2003, 2007 e 2011) e Kleppa (2014). Nas construções de tópico-comentário, tem-se a seguinte configuração: um tópico na margem esquerda e um comentário que pode ser uma sentença completa.

Segundo Jacobs (2001), a principal característica de tal estrutura é a separação formal entre o tópico e o comentário. Neste sentido, Moraes e Orsini (2003) apontam para padrões prosódicos que caracterizam os diferentes tipos de construções de tópico-comentário. Qualquer elemento linguístico – exceto um SV em que o verbo esteja flexionado – pode figurar como tópico, e assim os graus de integração sintática do tópico com o comentário são variáveis. Num extremo de mínima integração sintática, a relação entre o tópico e o comentário precisa ser feita pela via semântica ou discursiva.

Levando em consideração os graus de integração entre o tópico e comentário, autores como Orsini diferenciam quatro tipos de construções tópico-comentário:

- anacoluto, ou tópico pendente – que Jacobs (2001) chama de *hangingtopics* –, em que não há integração sintática entre o tópico e o comentário. O tópico assume a função de moldura (*frame*) para o comentário;
- topicalização, em que se pode considerar o deslocamento à esquerda de algum elemento do comentário. Existe, portanto, vinculação sintática entre tópico e comentário;
- tópico-sujeito, em que o tópico é reinterpretado como sujeito do comentário;
- deslocamento à esquerda, em que o tópico é retomado por meio de pronome cópia no comentário que assume a posição de sujeito.

Na fala informal, o deslocamento à esquerda é mais frequente e mais facilmente identificado, mas, no *corpus* deste estudo, este tipo de construção não foi detectada. O dado (4), única ocorrência de construção de tópico-comentário coletada no grupo

controle, é um exemplo de topicalização em que o tópico poderia ser encaixado no interior do comentário. Perini (1995) chama esse tipo de tópico de *tópico sentencial*.

#### 4. Estilo reduzido na escrita de surdos aprendizes de português como L2

Para preservar a identidade dos alunos, eles serão identificados com os algarismos finais de seus números de telefone: 05, 24, 52 e 91.

	Finitude do verbo				Preposições	Conjunções	Pronomes excedentes	Cláusulas total	TC
	V conj	*V conj	V inf	sem V					
<b>A24</b>	17	2	15	6	de (2)	-	2	33	3
<b>A05</b>	10	5	15	5	de (2) pra (2)	discurso dir. <i>ou talvez</i>	2	31	2
<b>A91</b>	7	1	5	8	para (3) de (2) com (2)	porque por causa	1	18	3
<b>A52</b>	2	-	-	-	de	-	-	2	-

**Tabela 5: Caracterização da escrita dos alunos surdos**

Uma primeira observação que podemos fazer é que o volume de cláusulas por sujeito é similar àquele apresentado no grupo controle – exceto A52, que produziu apenas duas cláusulas no período em que os dados foram coletados. Como havia somente quatro alunos surdos na turma, optou-se por mantê-lo no grupo.

##### 4.1 Finitude do verbo

Considerando que a concordância verbal é um elemento de conexão no interior da oração, a manifestação da finitude é analisada. No dado (17), temos um verbo conjugado; no dado (18), aparece apenas o auxiliar conjugado (contabilizado como conjugação desviante); no dado (19), observamos uma conjugação verbal dissonante com o sujeito (em terceira pessoa, mas o verbo conjugado na primeira); no dado (20), estamos diante de uma cláusula sem verbo conjugado, mais especificamente com o verbo no infinitivo; e no dado (21), por fim, nos deparamos com uma cláusula sem verbo.

(17) Prefeito **tá** problema de cabeça mental (A52)

- (18) Talvez **vai** greve (A05)
- (19) Ariana não **estou** responde mim nada (A05)
- (20) Hoje **ter** aula? (A24)
- (21) Hoje meu aniversário sim (A24)

De modo geral, observamos mais problemas de concordância verbal no grupo alvo que no grupo controle – além de problemas de concordância que não ocorrem no grupo controle – e maior frequência de cláusulas sem verbo que cláusulas com verbo não conjugado (exceto no caso de A52).

#### 4.2 Preposições

As preposições que aparecem podem ser analisadas quanto ao seu grau de gramaticalização e, no contexto maior, de formação de *chunks* (BYBEE, 2016). *Chunking* é definido como o processo de rotinização de formas pelo uso. Se considerarmos *pudim de leite, bolo de creme e pra casa* como formas cristalizadas pelo uso, temos *chunks* em (22) a (26):

- (22) Meu irmão vender sim pudim **de** leite 3 reais (A24)
- (23) Meu irmão me disse mais tem bolo **de** cremes sim (A24)
- (24) Agora ir vou **pra** casa (A05)
- (25) Levar **pra** casa Lucivana (A05)
- (26) Ela vai moto taxi **para** casa (A91)

Como as preposições mais gramaticalizadas podem ser amalgamadas a artigos, pronomes e advérbios (ILARI *et al*, 2015) e como foi observado o uso de pronomes reduplicadores, a preposição aparece amalgamada ao pronome excedente:

- (27) Levar moto **dele** Reijano (A05)

Os usos desviantes de preposições são os seguintes:

- (28) Reijano ajudar **dela**(A05)

- (29) Reijano ajudar **com** ela (A91)
- (30) Reijano vai ajudar moto **com** levar **para** ela (A91)
- (31) Abençoe **pra** Reijano (A91)
- (32) Obrigada eu amo **do** meu amigo (A91)

Note-se que são sempre preposições mais gramaticalizadas que aparecem onde não são esperadas. Pode haver aí interferência da língua materna, em que as preposições não são sinais discretos, portanto o aprendiz de língua estrangeira não tem familiaridade com elas.

#### 4.3 Conjunções

Nos dados (33) e (34), observamos o uso de conjunções. O assunto no grupo de WhatsApp é a aluna surda que, depois de sair da aula, ficou sozinha de noite no centro da cidade, sem dinheiro para táxi:

- (33) **Por causa** horário acabar UNIR (A91)
- (34) Melhor horário cedo embora **porque** horário ônibus (A91)

Já nos dados (35) a (36), observamos estratégias diferentes assumindo a função de conjunções. Em (35), no lugar de *que* (*Chefa falou que quer declaração*), vem o discurso direto. Em (36), no lugar de *se* (*Mas eu não sei se hoje haverá aula*), vem *ou talvez*:

- (35) Chefa falou **quero prova declaração** (A24)
- (36) Mas eu não sei hoje haverá aula UNIR **ou talvez** (A05)

Não foram observadas estratégias sintáticas como estas no grupo controle.

#### 4.4 Pronomes excedentes

O uso de pronomes reduplicadores é específico dos alunos surdos no grupo de WhatsApp da turma de Libras da UNIR. Nos dados (40) e (41), o nome da pessoa referida pelo pronome é elicitado cataforicamente (mas no interior da mesma sentença). Já nos dados (37) a (39), o pronome acusativo (*me*) é reforçado pelo dativo (*mim*).

- (37) Sim, quem saber quer ou quer **me** avisa mim(A24)
- (38) Indira **me** responde mim? (A24)
- (39) Ele **me** falou comigo (A91)
- (40) Falta declaração **dela** Ariana (A05)
- (41) Levar moto **dele** Reijano (A05)

“Quadros & Karnopp (2004, p.170) afirmam que o termo duplicado ocupa a posição final nas construções com foco” (LIRA, 2014, p. 92). Ou seja, é a estrutura de libras transparecendo no português escrito.

#### 4.5 Construções de tópico-comentário

Na seção 3.1.5 já foi apresentada uma possível tipologia de construções de tópico-comentário em português. Como veremos, no grupo alvo ocorreram topicalizações e *hanging topics*. No caso de (42) e (43), pode-se pensar em deslocamento de unidades do final da cláusula para a posição inicial (portanto, com alta integração sintática entre tópico e comentário):

- (42) Ruim ônibus roosevett (A91)
- (43) Muito tarde as hora (A91)

Nos dados a seguir, não há integração sintática entre o tópico e o comentário. O tópico funciona antes como moldura para o que é afirmado no comentário.

- (44) Gostei aula bom (A24)
- (45) Eu aqui supermercado Gonçalves (A05)
- (46) Hoje sintaxe (A24)
- (47) Hoje azar prejuízo greve Brasil (A05)

Em estruturas de tópico-comentário, a qualidade da informação ganha destaque. Nesse sentido, é possível equiparar o tópico ao tema (informação dada) e o comentário ao rema (informação nova). Uma maneira gráfica de diferenciar tópico de comentário

seria usando dois pontos (*Gostei: aula bom/ Hoje: sintaxe*), já que, para Dahlet (2006), a função de dois pontos é distribuir tema e rema à esquerda e à direita do sinal.

## 5. Resultados

Contrastando o grupo controle com o grupo alvo, observamos que, em termos de finitude, as alunas do grupo controle usam mais construções em que o verbo aparece conjugado. Quando há desvios, é a concordância de número que não está sendo mantida. Essa tendência não é observada na escrita dos alunos surdos aprendizes de português escrito como L2 – em que predominam enunciados não finitos (com uma exceção: um aluno que participou da conversa com apenas dois enunciados). Os desvios do grupo alvo são mais diversificados: não apresentam concordância de tempo/pessoa, entre auxiliar e verbo principal. Em termos gerais, a conexidade no interior das subsentenças é maior no grupo controle. Contudo, as professoras mostram índices de finitude e não finitude equilibrados. Isso se explica em parte porque lançam mão de imperativos, em parte porque, deliberadamente, adotam a forma infinitiva (*Sim, ter aula*).

Grupo controle					Grupo alvo				
	Finitude do verbo					Finitude do verbo			
	V conj	*V	V n-fin	sem V		V conj	*V	V n-fin	sem V
<b>P ouv</b>	18	1	8 impe 6inf	5	<b>A24</b>	17	2	15	6
<b>P sur</b>	8	-	5 impe 2inf	2	<b>A05</b>	10	5	15	5
<b>A71</b>	30	-	1inf	2	<b>A91</b>	7	1	5	8
<b>A54</b>	17	2	1inf	6	<b>A52</b>	2	-	-	-

**Tabela 6: Contraste entre grupo controle e grupo alvo no quesito finitude**

Atentando para os conectivos, as diferenças entre o grupo controle e o grupo de alunos surdos aprendizes de português escrito saltam aos olhos.

Grupo controle				Grupo alvo			
	Prep	Conj	TC		Prep	Conj	TC
<b>Pouv</b>	36	13	-	<b>A24</b>	2	-	3
<b>Psur</b>	5	-	-	<b>A05</b>	4	discurso dir.	2

						<i>ou talvez</i>	
A71	40	9	1	A91	7	2	3
A54	17	5	-	A52	1	-	-

**Tabela 7: Contraste entre o grupo controle e o grupo alvo no quesito conectivos e ordem de palavras**

Em relação ao uso de conectivos, observamos que a professora surda, inserida no grupo controle, tem um desempenho próximo ao dos alunos surdos aprendizes de L2 do grupo alvo: poucas preposições e nenhuma conjunção. As preposições usadas são todas muito frequentes e produtivas na língua portuguesa (KEWITZ *et al*, 2018). Isso nos dá pistas de que a língua materna dos surdos, libras, interfere na escrita da língua portuguesa – mesmo a professora surda sendo fluente em português escrito.

No tocante à ordem de palavras, que consideramos ser um elemento de conexão da sentença, observamos algumas construções de tópico. Construções de tópico são possíveis em português, como se pode verificar no dado (4), produzido no âmbito do grupo controle. Para Kleppa (2018), a diferença mais marcante entre telegramas e fala de sujeitos afásicos com agramatismo (cuja fala é comumente descrita como “fala telegráfica”) é a ordem de palavras. Enquanto nos telegramas a ordem canônica é mantida (e os conectivos são simplesmente apagados), na fala agramática os conectivos não aparecem porque a ordem das palavras é tópico-comentário. *Hangingtopics* são o tipo de construções de tópico-comentário mais frequentes na fala de sujeitos afásicos com agramatismo (KLEPPA, 2018).

Tópico-comentário é uma estratégia discursiva de organizar a informação. Tomando os pressupostos filosóficos da Teoria da Adaptação como base, podemos pensar que tanto o sujeito afásico com agramatismo como o aprendiz de L2 estão submetidos a pressões no diálogo (seja de tempo, seja de forma linguística). Essas pressões provocam uma adaptação do sujeito à situação comunicativa: o sujeito planeja sentenças sintaticamente simples – que descrevemos como estilo reduzido–, as quais têm como característica a não finitude, ordem de palavras não canônica e escassez de conectivos. As maneiras como se manifesta o estilo reduzido variam conforme as condições do sujeito que o produz.

## Referências Bibliográficas

ABREU, A. S. *Gramática mínima: para o domínio da língua padrão*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

BELFORD, Elaine de Moraes. *Topicalização de objetos e deslocamento de sujeitos na fala carioca: um estudo sociolinguístico*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. São Paulo: Cortez, 2016.

DAHLET, Véronique. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FERREIRA-BRITO, L. *Por uma gramática das línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

ELUGARDO, Reinaldo; STANTON, Robert J. *Ellipsis and nonsentential speech*. Studies in Linguistics and Philosophy, v. 81. Springer, 2005.

ILARI, Rodolfo; CASTILHO, Ataliba T.; LEITÃO, Maria Lúcia; KLEPPA, Lou-Ann; BASSO, Renato M. A Preposição. In: ILARI, R. (Org.) *Palavras de classe fechada*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015, p. 163 – 310.

JACOBS, Joachim. The dimensions of topic-comment. *Linguistics*, 39, p. 641 – 681, 2001.

KEWITZ, Verena; ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão; SOUZA, Janderson Lemos; GONÇALVES, Carlos Alexandre. As preposições: aspectos históricos e usos atuais. In: LOPES, Célia Regina (Coord.) *Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*. História do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018, p. 294 – 385.

LIRA, Magnolia de Souza. *Ordem dos termos em estruturas oracionais na língua de sinais brasileira: um estudo em narrativas infantis*. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.

KLEPPA, Lou-Ann. *Preposições ligadas a verbos na fala de uma criança em processo de aquisição de linguagem e de dois sujeitos agramáticos em processo de reconstrução de linguagem ou “Eu e você? Diferente.”*. 2008. Tese (Doutorado) – IEL/UNICAMP, Campinas.

\_\_\_\_\_. Fala reduzida em sujeitos afásicos e outros registros. *Estudos Linguísticos*, vol. 38 (2), p. 249 – 258, 2009.

\_\_\_\_\_. ‘Estilo reduzido’ em sujeitos agramáticos, não-afásicos, telegramas e manchetes. *Revista L@elem (Dis)curso*, vol.2, p. 93–108, 2010.

\_\_\_\_\_. Estruturas de tópico-comentário na fala reduzida de um sujeito afásico. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 43, n. 2, p. 926 - 939, 2014.

\_\_\_\_\_. Telegramas e “fala telegráfica”. *Estudos Linguísticos*, vol. 47, n. 2, p. 557-572, 2018.

KOLK, Hermann; HEESCHEN, Claus. Agrammatism, paragrammatism and the management of language. *Language and Cognitive Processes*, 7, p. 89-129, 1992.

MCCRETTON, E.; RIDER, N. Error gravity and error hierarchies. *IRAL*, 21, p. 177-88, 1983.

MIRANDA, João Paulo Vitório. *Voz passiva em Libras? Ou outras estratégias de topicalização?* 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.

MORAES, João Antônio; ORSINI, Monica Tavares. Análise prosódica das construções de tópico no português do Brasil: estudo preliminar. *Letras de Hoje*, v. 38, n. 4, p. 261-272, 2003.

NOVAES-PINTO, Rosana do Carmo. Cérebro, linguagem e funcionamento cognitivo na perspectiva sócio-histórico-cultural: inferências a partir do estudo das afasias. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 55-64, 2012.

ORSINI, Monica Tavares; VASCO, Sérgio Leitão. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. *Diadorim*, v.2, p. 83 – 98, 2007.

ORSINI, Monica Tavares; DE PAULA, Mayara Nicolau. As construções de deslocamento à esquerda de sujeito nas falas culta e popular: um estudo de tendência. *Investigações*, v. 24, p. 237 – 258, 2011.

PERINI, Mário A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1995.

PIZZIO, Aline Lemos. *A variabilidade da ordem das palavras na aquisição da língua de sinais brasileira: construção com tópico e foco*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PIZZIO, Aline Lemos; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira; QUADROS, Ronice Müller. *Língua Brasileira de Sinais VI*. Florianópolis, 2010. Disponível em: [http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/linguaBrasileiraDeSinaisVI/assets/619/TEXT0\\_BASE\\_-\\_LIBRAS\\_VIn.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/linguaBrasileiraDeSinaisVI/assets/619/TEXT0_BASE_-_LIBRAS_VIn.pdf). Acesso em 05/10/2018.

PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Editora Pontes, 1987.

QUADROS, Ronice Müller. *Phrase structure of brazilian sign language*. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 1999.

TESAK, J.; DITTMANN, J. Telegraphic style in normals and aphasics. *Linguistics*, 29, p. 1111 – 1137, 1991.

#### Abstract

The present study investigates clauses with no connective words or connectivity in clauses written by four deaf students enrolled in the regular Sign Language course at the Federal University of Rondônia. The concept of *reduced style* is applied to the data. Reduced style was developed by Kleppa (2008, 2009, 2010 and 2018) and defined as the result of simplified syntactic planning, showing non finiteness (either there are no verbs or no inflected verbs), non canonical word order and low frequency of connective words. The data is qualified as

spontaneous writing and was produced along four months in the class' WhatsApp group. In order to describe the written material in this group, a control group (within the WhatsApp group) of four other subjects was formed. Results from the control group are contrasted with results from the deaf students' group. The result is that the concept of reduced style can be used to describe agrammatic speech, telegrams, headlines and the writing of deaf students learning Portuguese as a second language – but each register presents with specific characteristics in respect to non finiteness, word order and the use of connective words.

**Keywords:** Reduced style; Deaf students' writing; Connective words; Connectivity.

## OPERADORES ARGUMENTATIVOS EM REDAÇÕES MODELO ENEM: DA OCORRÊNCIA À ARTICULAÇÃO TEXTUAL-DISCURSIVA

Argumentative operators in redemptions model enem: from occurrence to  
textual-discursive articulation

Paulo Ricardo Soares Pereira (UFCG)

### Resumo

A intenção do texto dissertativo-argumentativo é convencer o interlocutor das ideias apresentadas pelo autor; logo, o reconhecimento e a utilização adequada, em um texto ou sequência textual, de um operador argumentativo são fundamentais para o produtor de texto que busca uma efetiva progressão/coesão textual. Assim, na produção da redação do ENEM, o aluno-candidato deve “utilizar variados recursos linguísticos que garantam as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso”, (BRASIL, 2017, p. 22), dentre esses recursos, temos os operadores argumentativos (OA). Esta pesquisa, de modo geral, pretendeu investigar o comportamento dos OA na organização textual de textos dissertativo-argumentativos modelo ENEM. Como objetivos específicos, buscou examinar a ocorrência desses operadores e analisar a articulação por eles promovida e suas funções textual-discursivas nos textos em referência. O estudo fundamentou-se essencialmente nos aportes teóricos da Linguística Textual (KOCH, 1984, 2015; KOCH; ELIAS, 2016). A análise dos dados revelou como principais resultados pouca variedade/diversidade e repetição de OA, ausência de OA intra/interparágrafos, além de inadequação no uso dos OA quanto à orientação argumentativa estabelecida entre as orações, períodos e parágrafos. Isso significa presença expressiva de redações com articulação precária e/ou pouca variedade de operadores; e articulação adequada e variedade mediana de operadores.

**Palavras-chave:** Operadores argumentativos; Articulação textual-discursiva; Redações modelo ENEM.

### Introdução

**O**s operadores argumentativos (OA) pertencem à gramática da língua, veiculam e direcionam variados sentidos, porém são tratados pela tradição gramatical, em alguns casos, como elementos periféricos. São advérbios, conjunções e locuções conjuntivas, além das chamadas palavras expletivas, ou denotativas. Koch (1984) aponta para a força argumentativa de tais palavras, a despeito da relativa desconsideração que recebem da tradição.

A construção adequada em um texto ou sequência textual, de continuidades linguístico-temáticas feitas pelos operadores argumentativos, é fundamental para o aluno

que busca uma efetiva coesão textual – nível linguístico (KOCH;ELIAS, 2016), principalmente quando o uso/a articulação desses elementos – os operadores argumentativos – é critério de avaliação em provas, processos seletivos, vestibulares, concursos e exames, como o Exame Nacional no Ensino Médio – ENEM.

Na redação do ENEM, texto do tipo dissertativo-argumentativo, uma das competências avaliadas que o candidato deve apresentar, ao produzir sua redação, é a de “demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação”, Competência 04. (BRASIL, 2017, p. 22) Segundo as orientações para a redação do exame, contidas na Cartilha do Participante – Redação do ENEM 2017<sup>1</sup>, essa competência se propõe a avaliar se o aluno sabe construir um texto coeso, utilizando corretamente os mecanismos de encadeamento textual disponíveis na língua portuguesa, tanto na “estruturação dos parágrafos”, como na “dos períodos” e na “referenciação textual” (BRASIL, 2017, p. 22). Assim, conforme as recomendações do instituto organizador do ENEM para os estudantes, os aspectos a serem avaliados nessa Competência remetem à estruturação lógica e formal entre as partes da redação, exigindo que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência entre as ideias.

Assim, na produção da redação, o aluno-candidato “deve utilizar variados recursos linguísticos que garantam as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso. Na avaliação da Competência 4, será considerado, portanto, o modo como se dá o encadeamento textual.” (BRASIL, 2017, p. 22), e esse encadeamento poderá ser realizado, dentre outros elementos, pelos OA.

Como percebido, incoerências quanto ao uso dos operadores argumentativos prejudicarão diretamente a coesão do texto. No caso das produções dos alunos, essas incoerências afetam a relação lógica entre segmentos do texto em termos de compreensão do sentido e, conseqüentemente, o desempenho desses alunos de acordo com os critérios de correção do próprio exame.

Desse modo, é necessário levar os alunos a refletirem sobre a língua – e sobre a língua em uso – fato que contempla, obviamente, também, os operadores argumentativos, sobre os quais Koch e Elias (2016, p. 64) discutem:

Os **operadores** ou **marcadores argumentativos** são, pois, elementos linguísticos que permitem orientar nossos enunciados para determinadas

---

<sup>1</sup> BRASIL, 2017.

conclusões. São, por isso mesmo, responsáveis pela **orientação argumentativa** dos enunciados que introduzem, o que vem a comprovar que a **argumentatividade** está inscrita na própria língua. (KOCH; ELIAS, 2016, p. 64)(grifo do autor)

Diante desse contexto, esta pesquisa, de modo geral, pretendeu investigar o comportamento dos operadores argumentativos na organização textual de textos dissertativo-argumentativos modelo ENEM. Como objetivos específicos, buscou (1) examinar a ocorrência desses operadores e (2) analisar a articulação por eles promovida e suas funções textual-discursivas nos textos em referência.

A temática enfocada para pesquisa mostra-se relevante, pois o estudo de recursos linguísticos que orientam a construção textual e, em consequência, a produção dos sentidos, significa uma maior ênfase e cuidado no trabalho de seleção e combinação desses elementos para a garantia das relações essenciais à elaboração da tessitura do texto – textualidade.

## 1. Fundamentação Teórica

Dentre os mecanismos de textualização, especificamente da conexão, chama-nos a atenção os que envolvem a infraestrutura textual dos organizadores do texto, mais precisamente dos operadores argumentativos. Eles são os “elementos linguísticos que orientam os enunciados para determinadas conclusões, razão pela qual são denominados **operadores** ou **marcadores argumentativos**, como também contribuem para coesão e a coerência do texto.” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 26).

Koch (1984, p. 109) acrescenta que os operadores constituem parte integrante da língua, logo,

[...] todos os operadores [...] **essas instruções, codificadas, de natureza gramatical, supõem evidentemente um valor retórico da construção, ou seja, um valor retórico – ou argumentativo – da própria gramática. O fato de se admitir a existência de retóricas ou argumentativas inscritas na própria língua é que leva a postular a argumentação como ato linguístico fundamental.** (KOCH, 1984, p. 109)(grifos da autora)

Em torno dos OA, destaca-se o fato de que

[...] se trata, em alguns casos, de morfemas que a gramática tradicional considera como elementos meramente relacionais – **conectivos**, como **mas**, **porém**, **embora**, **já que**, **pois**, etc. e, em outros, justamente de vocábulos que

segundo, a N.G.B.<sup>2</sup>, não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais. Rocha Lima chama-as de **palavras denotativas** e Bechara de **denotadores de inclusão** (até, mesmo, também, inclusive); de **exclusão** (aliás, mesmo, também, inclusive); de **retificação** (aliás, ou melhor, isto é); de **situação** (afinal, então, etc.). Celso Cunha diz que se trata de **palavras** “essencialmente efetivas”, às quais a N.G.B. “deu uma classificação à parte, mas sem nome especial”. (KOCH, 1984, p. 105). (**grifos da autora**)

No entanto, muito além do que descreve a gramática tradicional,

Os operadores ou marcadores argumentativos são, pois, elementos linguísticos que permitem orientar nossos enunciados para determinadas conclusões. São, por isso mesmo, responsáveis pela **orientação argumentativa** dos enunciados que introduzem, o que vem a comprovar que a **argumentatividade** está inscrita na própria língua. (KOCH; ELIAS, 2016, p. 64). (**grifo das autoras**)

Nesse sentido, é imprescindível reconhecer que, quando interagimos por meio da linguagem, estabelecemos sempre finalidades, objetivos que pretendemos alcançar, motivar atitudes nos outros. Assim, é possível entender que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo, fazendo dos enunciados verdadeiros instrumentos argumentativos, sendo, portanto, “o resultado textual” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 24) de elementos contextuais e linguísticos – nos quais incluem-se os OA.

O termo ‘operadores argumentativos’ foi cunhado por O. Ducrot, criador da Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação), para designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (‘mostrar’) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam. (KOCH, 2015, p. 30).

Entre tantos conectivos, aos OA cabe essa função, pois são

[...] elementos que fazem parte do repertório da língua. São responsáveis pelo **encadeamento dos enunciados, estruturando-os em texto** e determinando a **orientação argumentativa**, o que vem a comprovar que a **argumentatividade** está inscrita na própria língua. (KOCH; ELIAS, 2016, p. 76). (**grifo das autoras**)

Com fundamental função no estabelecimento da coesão, da orientação argumentativa e da coerência textual, entendemos também que os OA podem atuar em diferentes níveis da articulação textual, a saber:

no da **organização global do texto**, em que explicitam as articulações das seqüências ou partes maiores do texto. [...]

---

<sup>2</sup> Entenda-se Nomenclatura Gramatical Brasileira.

no **nível intermediário**, em se assinalam os encadeamentos entre parágrafos ou períodos. [...] no **nível microestrutural**, em que indicam os encadeamentos entre as orações e termos da oração. (KOCH; ELIAS, 2016, p. 121). (**grifo das autoras**)

Tal atuação se justifica quando compreendemos que as forças argumentativas podem ocorrer entre orações de um mesmo período, entre dois ou mais períodos e também entre parágrafos de um texto, ou seja, uma coesão intraparágrafos (dentro do parágrafo) e/ou interparágrafos (entre parágrafos). Os operadores argumentativos desempenham, assim, funções pragmáticas, retóricas ou argumentativas (KOCH; ELIAS, 2016).

Vários são os operadores argumentativos que estão inseridos na língua. Além de promover os encadeamentos dos enunciados, indicam a orientação argumentativa que introduzem e desempenham no enunciado, possibilitando que os interlocutores elaborem determinadas conclusões.

Dessa forma, elaboramos o quadro apresentado a seguir na tentativa de exemplificar, ao máximo, os usos desses operadores. Esperamos que, assim, seja possível observar a “estrutura” – forma – pela qual eles se configuram na organização textual, por exemplo, de textos dissertativos-argumentativos, alvo maior desta pesquisa; e reconhecer as orientações argumentativas – funções – por eles desenvolvidas, uma vez que os alunos – vestibulandos – têm como uma das competências a desenvolver na redação do ENEM a de demonstrar o conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação<sup>3</sup>, dentre esses, os operadores argumentativos.

Salientamos que, com esse quadro, não temos a intenção de delimitar, saturar as variadas formas e funções pelas quais os OA podem expressar a sua força argumentativa. Assim, para compô-lo, pautamo-nos nas descrições de Koch (2015) e de Koch e Elias (2016) dos OA e na análise<sup>4</sup> desses elementos coesivos em redações nota 1000 disponibilizadas na cartilha do participante do ENEM 2016<sup>5</sup>. A busca desses elementos nessas redações se justifica pelo fato de, nesta pesquisa, trabalharmos com os OA em textos dissertativos-argumentativos modelo ENEM.

Destacamos também que, para fins didáticos e tendo em vista como se considera a “proximidade” de valor da força/orientação argumentativa – função – desenvolvida no contexto de uso do OA, algumas funções foram agrupadas, por exemplo: *Introduzem uma*

---

<sup>3</sup> Competência 4. (BRASIL, 2017).

<sup>4</sup> A análise se deu por meio da identificação dos O.A. no tocante à sua ocorrência – forma e nível de articulação (intra/interparágrafos) – bem como à função argumentativa empregada no enunciado.

<sup>5</sup> BRASIL, 2016.

*conclusão/desfecho/sintetizam uma ideia anterior ou consequência; Introduzem argumentos indicando tempo, frequência, duração, ordem ou sucessão.* Além disso, convém notar que um mesmo OA pode ter funções diferentes e, assim, assumir um papel de comparação (*como = igual a*), ou de causa (*como = uma vez que*), ou até mesmo de conformidade (*como = conforme*), por exemplo.

Desse modo, temos:

<b>Função (orientação argumentativa)</b>	<b>Forma (“estrutura”)</b>
Introduzem argumentos que se <b>somam</b> a outros	<i>e, nem (= e não), não só/apenas/somente... mas/como/senão (também, ainda)..., tanto... quanto/como, além de, além disso, também, ainda, demais, ademais, outrossim</i>
Introduzem argumentos que <b>se opõem a outros</b> (contraste, oposição, restrição, ressalva)	<i>mas, porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto, não obstante... (conjunções adversativas); embora, ainda que, mesmo (que), apesar de (que), a despeito de, conquanto, se bem que, por mais que, sem que... (conjunções concessivas); salvo, exceto (preposições); já, quando, agora, antes, ao contrário... (advérbios)</i>
Introduzem uma <b>conclusão/desfecho/sintetizam uma ideia</b> anterior ou consequência	<i>logo, portanto, por isso, por conseguinte, então, afinal, assim, em vista disso, sendo assim, conseqüentemente, pois (depois do verbo), de modo/forma/maneira/sorte que... Em suma, em síntese, enfim, em resumo, dessa forma, dessa maneira, desse modo, pois, assim sendo, nesse sentido.</i>
Introduzem argumentos com ideia de <b>explicação ou causa</b>	<i>porque, que, porquanto, senão, pois (antes do verbo), visto que/como, uma vez que, já que, dado que, posto que, em virtude de, devido a, por motivo/causa/razão de, graças a, em decorrência de, como...</i>
Introduzem argumentos com ideia de <b>comparação, analogia, semelhança</b>	<i>(do) que (após mais, menos, maior, menor, melhor, pior), qual/ como (após tal), como/ quanto (após tanto, tão), como (= igual a), assim como, como se, feito... igualmente, da mesma forma, assim também, do mesmo modo, similarmente, semelhantemente, analogamente, por analogia, de maneira idêntica</i>
Introduzem argumentos com ideia de <b>condição, hipótese</b>	<i>se, caso, contanto que, exceto se, desde que (verbo no subjuntivo), a menos que, a não ser que, exceto se...</i>
Introduzem argumentos indicando <b>conformidade</b>	<i>conforme, consoante, segundo, de acordo com, como (= conforme)</i>

Introduzem argumentos indicando <b>tempo, frequência, duração, ordem ou sucessão</b>	<i>então, enfim, logo, logo depois, imediatamente, logo após, a princípio, no momento em que, pouco antes, pouco depois, anteriormente, posteriormente, em seguida, afinal, por fim, finalmente, agora, atualmente, hoje, frequentemente, constantemente, às vezes, eventualmente, por vezes, ocasionalmente, sempre, raramente, não raro, ao mesmo tempo, simultaneamente, nesse ínterim, nesse meio tempo, nesse hiato, enquanto, quando, antes que, depois que, logo que, sempre que, assim que, desde que, todas as vezes que, cada vez que, apenas, já, mal, nem bem.</i>
Introduzem argumentos indicando <b>finalidade, propósito e intenção</b>	<i>com o fim de, a fim de, como propósito de, com a finalidade de, com o intuito/objetivo de, para que, a fim de que, para, ao propósito.</i>
Introduzem ideias de <b>proporcionalidade ou concomitância</b>	<i>à proporção que, à medida que, ao passo que, quanto mais/menos/menor/maior/melhor/pior...</i>
Introduzem argumentos com ideia de <b>prioridade, relevância</b> , visando também à ênfase, à focalização	<i>primeiramente, precipuamente, em primeiro lugar, primeiro, antes de mais nada, acima de tudo, sobretudo, por último...</i>
Introduzem argumentos que <b>esclarecem, exemplificam ou retificam</b>	<i>ou seja, isto é, vale dizer ainda, a saber, melhor dizendo, quer dizer, ou melhor, ou antes, na realidade, aliás, por exemplo...</i>
Introduzem argumentos que indicam <b>certeza</b> e buscam <b>enfatizar</b> o pensamento	<i>por certo, certamente, indubitavelmente, inquestionavelmente, sem dúvida, inegavelmente, com certeza.</i>
Indicam <b>dúvida</b>	<i>talvez, provavelmente, possivelmente, quiçá, quem sabe, é provável, não certo, se é que.</i>

Quadro 1: Operadores argumentativos: função e forma (Fonte: Elaborado pelo autor<sup>6</sup>)

A construção desse quadro vem para reforçar a compreensão, a ideia de que os operadores argumentativos promovem diferentes funções – orientações argumentativas, conforme eles criem, entre dois ou mais pontos do texto – coesão intraparágrafos e/ou interparágrafos – uma relação de conexão ou sequenciação, distinguindo um determinado tipo de relação semântica, não nos interessando, neste momento, classificar, morfológica

<sup>6</sup> Baseado nos tipos de operadores argumentativos propostos por Koch e Elias (2017) e em redações nota 1000 modelo ENEM (BRASIL, 2017).

ou sintaticamente tais expressões. É de destacar, assim, a função geral dos OA de marcar as operações textuais e argumentativas que ocorrem ao longo do texto.

Admite-se, portanto, que os OA unem mais de dois pontos do texto, estabelecendo entre eles construções argumentativas distintas, o que, no texto dissertativo-argumentativo, não é diferente.

## **2. Metodologia**

Esta pesquisa, quanto à forma de abordagem, é qualitativa; com relação à fonte de dados, é documental. É qualitativa porque, segundo Tozoni-Reis (2007), busca a compreensão, os significados do objeto analisado, em detrimento da mera descrição e/ou explicação dos conteúdos; é documental, porque, ainda de acordo com o autor supracitado, “a fonte de dados, o campo onde se procederá a coleta de dados, é um documento.” (p.30).

Como *corpus* de pesquisa, utilizamo-nos inicialmente de quinze (15) produções escritas do gênero dissertativo-argumentativo modelo ENEM realizadas por estudantes do 3º ano do ensino médio, de uma escola pública da rede estadual de ensino da cidade de Campina Grande, que se configuraram como participantes para a consecução da pesquisa.

A escolha desse gênero se deu pelo fato de ser o texto exclusivo de produção escrita desses alunos, já que, naturalmente, pelo ano de ensino em que se encontram (3º ano do ensino médio), estão se preparando para o respectivo vestibular – o ENEM.

O plano de sistematização e análise do *corpus* se desenvolveu, essencialmente, sob o seguinte procedimento: a ocorrência dos operadores argumentativos – formas e funções textual-discursivas.

Diversidade; ausência e/ou repetição de OA intra/interparágrafos e (in)adequação no uso dos OA no que se refere à orientação argumentativa por eles construídas entre as orações, períodos e parágrafos compuserem esta categoria de análise.

## **3. Análise dos dados**

Na observação das 15 (quinze) redações produzidas inicialmente (P1), no primeiro encontro, em linhas gerais, percebemos que há operadores argumentativos que se repetem, isto é, são bem comuns para os alunos e, a depender do contexto de uso, o que

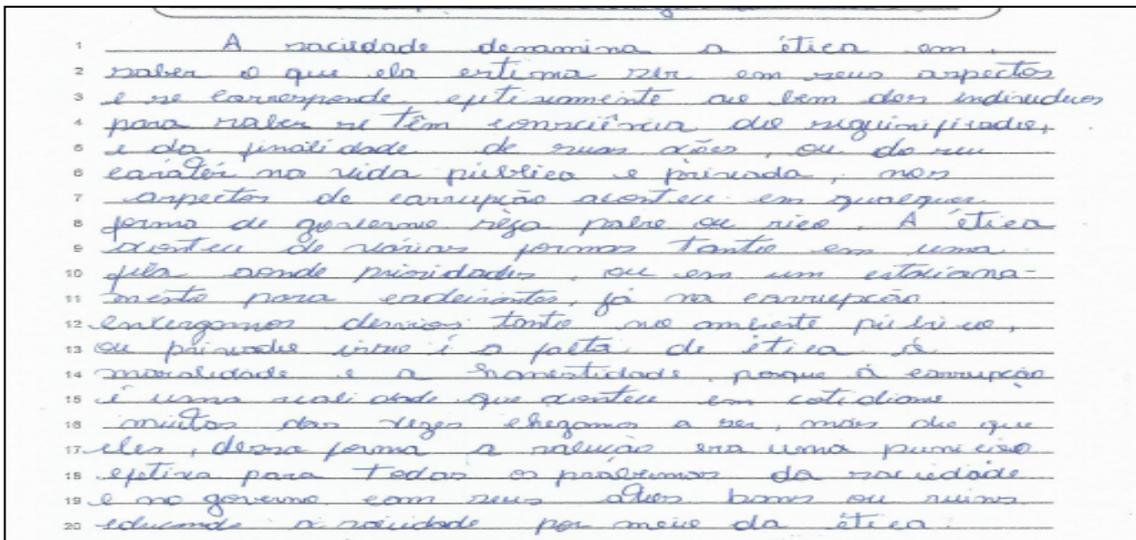
muda são os sentidos por eles desenvolvidos; construções que, de certa forma, nos auxiliam enquanto “avaliador” dos textos, distinguindo os textos com melhor uso desses recursos coesivos daqueles que não o fazem de maneira tão satisfatória. Para melhor compreender o uso dos operadores argumentativos, a partir das formas e funções presentes nas P1, elaboramos dois grupos de ocorrência: (A) Articulação precária e pouca variedade de operadores; e (B) Articulação adequada e variedade mediana de operadores.

Ressaltamos que esses grupos de ocorrência surgiram como fruto da análise das redações em função do repertório coesivo (ausência e repetição) e da (in)adequada articulação desenvolvida pelos operadores argumentativos, mais precisamente da pouca variedade/ diversidade; repetição de OA; ausência de OA intra/interparágrafos; e inadequação no uso dos OA quanto à orientação argumentativa por eles estabelecida entre as orações, períodos e parágrafos.

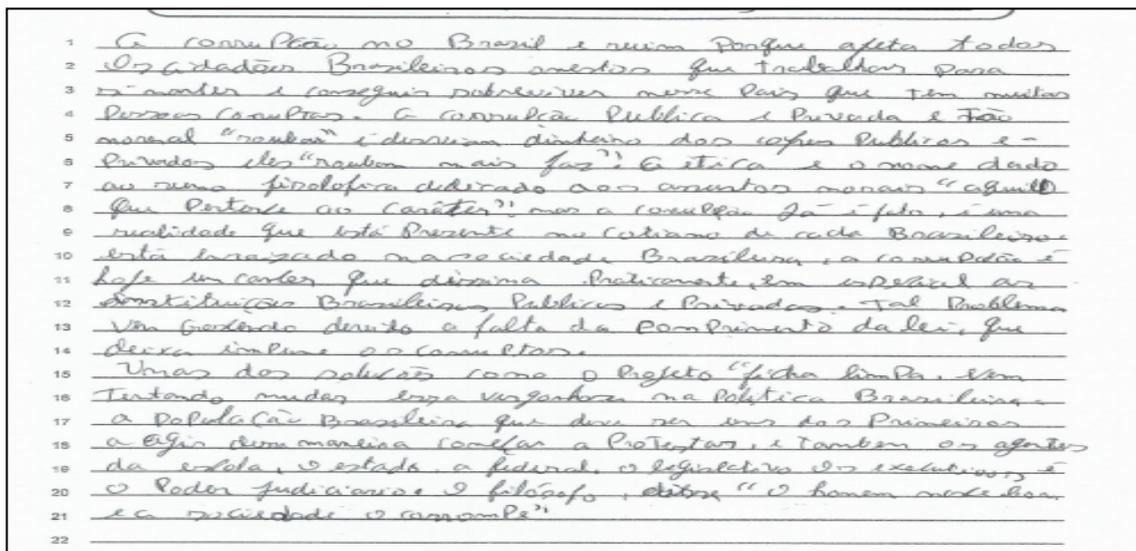
Apresentaremos cada grupo de ocorrência seguido pelo exemplar analisado e de sua respectiva avaliação. Selecionamos exemplos prototípicos com a intenção de ilustrar cada ocorrência.

A. Articulação precária e/ou pouca variedade de operadores

Exemplo 01:



Exemplo 02:



Nesses exemplos 01 e 02, as redações escritas se assemelham quanto à forma com que foram escritas: a redação 7, em parágrafo único; a redação 10, em dois parágrafos. Essas formas de produção dos textos tornam explícito o desconhecimento por parte dos alunos da paragrafação, o que pode afetar diretamente a coesão. Nesses exemplos, temos, portanto, redações constituídas de “parágrafos únicos”, configurando blocos maciços de períodos sem qualquer organização paragrafática identificável, ou seja, não há operadores argumentativos que demarquem, principalmente, a coesão interparágrafos.

Vemos redações não articuladas, em que períodos intraparágrafos aparecem, ao longo do texto, desligados uns dos outros: por exemplo, na primeira redação, da linha 01 até a 08 e entre a 08 e a 09; na segunda redação, na linha 06 e 15 até a 21. Ou seja, períodos em que não se consegue saber exatamente do que trata o participante. Essa configuração confusa, um tanto perdida e caótica, configura aquilo que, popularmente, se denomina “frases jogadas no texto”.

Observamos, em ambos os exemplos, palavras e períodos justapostos e desconexos devido à ausência de operadores argumentativos na maior parte do texto, havendo articulação apenas em momentos pontuais: na primeira redação, uso do “porque” (l. 14); “dessa forma” (l.17); na segunda, “porque” e “para” (l.1). Porém, esses OA são articulados de forma muito precária, já que são empregados entre enunciados curtos, não havendo progressão entre as ideias dos períodos, além de outros problemas de língua (pontuação) e, até mesmo, de uso de outros recursos coesivos, o que provoca um não encadeamento temático, por assim dizer, argumentativo dos textos.

B. Articulação adequada e variedade mediana de operadores

O entendimento do aspecto da repetição para os grupos de ocorrência (A) ou (B) foi diferenciado e isso se deu por conta de uma característica-chave: a diversificação do repertório coesivo. Dessa forma, ainda que um mesmo recurso coesivo tenha se repetido algumas vezes nos textos deste grupo de ocorrência (B), nos atentaremos àqueles em que o aluno apresentou uso variado em seu texto e o quanto isso contribui para as relações estabelecidas e para a fluidez da escrita.

A seguir, averiguemos os exemplos 3 e 4:

Exemplo 3:

1 Hoje, tornou-se normal a vermos e não nos incio-  
2 medamos com a falta de ética no nosso país.  
3 As pessoas são sempre iguais "vilimbo brasileiro",  
4 eu sei, nem apenas é que "the coram se  
5 mecom a ser de foto e que esta ocorrendo  
6 do seu redor.  
7 A população brasileira adotou em costume que  
8 a falta de ética é algo exclusivo da política  
9 e que não é verdade. Um foto recente e a operação  
10 para foto, que descobriu diversos esquemas em  
11 relatando grandes políticos e donos de grandes  
12 empresas privadas como por exemplo a Odebrecht  
13 que atua em uma área de engenharia, infraestrutura  
14 da construção.  
15 O Brasil é notável que a corrupção é algo  
16 presente na vida da grande maioria da população  
17 uma pesquisa feita pela a Universidade Federal  
18 de Minas Gerais e o Instituto Vox Populi, apen-  
19 taxam que quase um em cada quatro brasileiros  
20 - área de 23% - afirma que dos dinheiro a um quer-  
21 da para obter uma multa, não chega a ser um  
22 ato corrupto. Atitudes ilícitas como esta por exem-  
23 plo de tão comum que são acaba sendo levados  
24 como parte do cotidiano.  
25 Diante disso é que se pode fazer e uma prevenção  
26 de novos casos, estimulando a sociedade a ética, a  
27 moral e a honestidade, com a ajuda de empresas.  
28 Dessa forma pode ocorrer uma possível diminuição  
29 nos processos judiciais e extrajudiciais. O Ministério  
30 Público tem como dever combater a corrupção e os pou-  
31 vos sem fazendo o seu trabalho

Exemplo 4:

1 A dia é um elemento que participa do tempo do  
2 cotidiano de um indivíduo sendo formado de maneira que não pode  
3 ser dividido por a constituição de um dia e não é dividido de acordo  
4 ao ocorrer e de mesma ordem.  
5 A dia no dia é formado por 24 horas que são divididas em  
6 os períodos de manhã, tarde e noite. Mas que não se divide em  
7 duas partes, não se divide de um lado para o outro, não se divide  
8 de um lado para o outro, chega a ser muito bem dividido e se  
9 dividem com duas partes, não se divide de um lado para o outro  
10 de um lado para o outro, não se divide de um lado para o outro  
11 não se divide de um lado para o outro.  
12 A dia político é quando um cidadão é eleito para um  
13 cargo político e apesar que ele sempre se divide de um lado para o outro  
14 esse cidadão deve estar no nível de um cidadão e estar  
15 a sua função segundo determinados critérios, pesquisas ide-  
16ológicas e igual para se dividir de um lado para o outro  
17 corrupção de dinheiro e igualdade social.  
18 De fato, para a vida de um cidadão de um lado para o outro  
19 e de outro lado de um lado para o outro, não se divide de um lado para o outro  
20 de um lado para o outro, não se divide de um lado para o outro  
21 de um lado para o outro, não se divide de um lado para o outro  
22 portanto, não se divide de um lado para o outro, não se divide de um lado para o outro  
23 portanto, não se divide de um lado para o outro, não se divide de um lado para o outro  
24 portanto, não se divide de um lado para o outro, não se divide de um lado para o outro  
25 portanto, não se divide de um lado para o outro, não se divide de um lado para o outro  
26 portanto, não se divide de um lado para o outro, não se divide de um lado para o outro  
27 portanto, não se divide de um lado para o outro, não se divide de um lado para o outro

As redações anteriores, de modo geral, apresentam repertório coesivo pouco diversificado se considerarmos a quantidade de OA disponibilizados por seus produtores e também a ausência, por exemplo, desses recursos em alguns momentos do texto – como entre os primeiro e segundo parágrafos, em ambas as redações. No entanto, ainda que haja poucos, são OA que “fogem” ao comum, encontrados na maioria das redações, e são diversos – não repetidos – em uma mesma redação, a saber:

Exemplo 3:

- *ou seja* (l.5) → Introduz argumento que **esclarece/exemplifica/retifica**.
- *é notável* (l. 16) → Introduz argumento que indica **certeza** e busca **ênfatizar** o pensamento;
- *diante disso* (l.26) / *dessa forma* (l.29) → Introduzem uma **conclusão/desfecho/síntese de uma ideia** anterior ou **consequência**.

Exemplo 4:

- *De igual forma*(l. 16) → Introduz argumentos com ideia de **comparação, analogia, semelhança**;
- *Assim* (l. 13) / *pois* (l. 3) / *Portanto* (l. 22) → Introduzem uma **conclusão/desfecho/síntese de uma ideia** anterior ou **consequência**;
- *Para* (l. 22) / *para que* (l. 24) → Introduzem argumentos indicando **finalidade, propósito e intenção**.

Como dito, mesmo que em pouca quantidade, os textos dos exemplos 9 e 10 apresentam avanços em relação às demais redações, quando nela são encontrados OA que divergem quanto à forma e até mesmo, em alguns casos, à função daqueles identificados no grupo de ocorrência (A). Ou seja, os redatores apresentam certo reconhecimento variado, mesmo que mediano, dos operadores argumentativos e, quando os utilizam, assim o fazem de acordo com a função – relação de sentido – pedida pelos enunciados. Logo, cumprem eficazmente a orientação argumentativa pretendida.

#### 4. Considerações finais

Propusemo-nos, neste trabalho, a investigar o comportamento dos operadores argumentativos na organização textual de redações. Constatou-se assim pouca

variedade/diversidade e repetição de OA; ausência de OA intra/interparágrafos; e inadequação no uso dos OA quanto à orientação argumentativa por eles estabelecida entre as orações, períodos e parágrafos. Em outras palavras, redações com articulação precária e/ou pouca variedade de operadores e articulação adequada e variedade mediana de operadores. Ainda referente a essa análise inicial, os OA mais recorrentes foram “pois”, “porque”, “portanto”, “assim”, “para (que)”, “e”, “também”, “além de (disso)”.

É fato, pois, que incoerências quanto ao uso dos operadores argumentativos afetam diretamente a coesão do texto. No caso das produções de alunos do 3º ano do ensino médio, essas inadequações de forma e função afetam a relação lógica entre segmentos do texto em termos de compreensão do sentido e de construção argumentativa, afetando, conseqüentemente, o seu desempenho avaliado quanto à Competência 04 do referido exame.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Ministério da Educação. **Redação no Enem 2016** – Cartilha do participante. / Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb). – Brasília - DF: MEC, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Redação no Enem 2017** – Cartilha do participante. / Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb). – Brasília - DF: MEC, 2017.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

\_\_\_\_\_, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela Linguagem**. 11 ed. – São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. – São Paulo: Contexto, 2016.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa Científica**. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

### **Abstract**

The intention of the essay-argumentative text is to convince the interlocutor of the ideas presented by the author; so the recognition and proper use, in a text or textual sequence, of an Argumentative Operator (OA) are fundamental for the text producer who seeks an effective textual progression / cohesion. Thus,

in the production of the ENEM essay, the student candidate must "use a variety of linguistic resources that guarantee continuity relations essential to the elaboration of a coherent text" (BRAZIL, 2017, p.22). The main objective of this research was to investigate the occurrence of these operators and to analyze the articulation promoted by them and their textual-discursive functions in the texts in reference. The study was based mainly on the theoretical contributions of Textual Linguistics (KOCH, 1984, 2015, KOCH; ELIAS 2016.) Data analysis showed that the main results are low variety / diversity and repetition of OA, absence of OA intra / interparagraphs, and inadequacy in the use of OAs in the argumentative orientation established between the prayers, periods. This means significant presence of essays with poor articulation and / or a small number of operators; and adequate articulation and medium variety of operators.

**Keywords:** Argumentative Operators; Textual-Discursive Articulation; Drafting ENEM model.

## UM ENQUADRE COGNITIVO DE ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES “SÓ QUE X”

A cognitive framework of analysis of the "só que x"  
Construction

Tharlles Lopes Gervásio (UERJ)

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as construções “só que não”, “só que sim” e “só que nunca”, aplicadas ao discurso como expressões indicadoras de oposição ou, em alguns casos, reiteração, acompanhadas de certa nuance de ironia. Tais construções, que podem ser compreendidas ou não como elementos de conexão, são analisadas à luz da Gramática de Construções, de Goldberg (1995), e da Mesclagem Conceptual, de Fauconnier e Turner (2002). As ocorrências foram extraídas da muito utilizada rede social *Facebook*, por se notar grande frequência de uso dessas construções em suas postagens, principalmente sob a forma da *hashtag* “#sóqueX”, em que o elemento X é figurado pelos advérbios “não”, “sim” ou “nunca”. Para a real compreensão das extensões de sentido dessas construções que muito se aproximam da modalidade oral de uso da língua, optou-se por selecionar publicações que apresentavam seu emprego nos mais variados contextos discursivos. Escolheram-se, ainda, contextos os quais permitissem que o leitor do texto lançasse mão de seu conhecimento de mundo ao máximo e fosse capaz de ativar os devidos armazenamentos de sua memória como usuário da língua, para que houvesse, assim, a devida apreensão do papel semântico-pragmático desempenhado pelas construções. Como se trata de construções semelhantes sintática e semanticamente, em seu sentido básico, busca-se mostrar, também, que as extensões de sentido veiculadoras da ironia – entendida segundo Coulson (2001) – são fornecidas pragmaticamente, a partir do contexto de uso dessas expressões. A ironia é um recurso linguístico muito utilizado nos mais variados textos da modalidade escrita e oral. Acrescenta-se, ainda, que, ao utilizar tal recurso, o escritor/falante intenta dizer ao leitor/ouvinte o contrário do que diz, contradizendo ou mesmo invectivando, de algum modo, a si próprio ou ao outro. A análise de tais construções revelou que “só que não” desempenha, nas porções textuais em que figura, o papel de gatilho para oposição das ideias apresentadas, ao passo que “só que sim” indica reiteração do pensamento expresso nos textos; por sua vez, “só que nunca” pode indicar, além de oposição, uma forte recategorização dos fatos propostos.

**Palavras-chave:** Linguística Cognitiva; Linguagem Virtual; Mesclagem Conceptual; Gramática de Construções; Ironia

### O “internetês”: generalidades

**A** internet permite que encontremos textos que se aproximam da linguagem falada por ser aberta a todas as gerações e, sobretudo, por promover uma interatividade que ultrapassa as barreiras de diferentes classes sociais e econômicas. Acrescenta-se, ainda, que, como bem assevera Ferrari (2012, p. 07), com a mídia eletrônica, mesmo a informação “perde sua característica unívoca, de relação um para um, para transformar-se em dado com múltiplos significados e leituras”.

Nesse espaço de múltiplas vozes, onde tudo se torna famigerado muito rapidamente, temos visto, a cada instante, o eclodir de novas formas de expressão que dão conta do estilo de todo aquele que se lança na vida virtual. Vemos não só uma concatenação de gêneros textuais que se sobrepõem e se completam, como também o aparecimento de textos que necessitam de imagens para ter seu sentido completo e *vice-versa*.

Desse modo, o espaço cibernético parece requisitar inovações que ultrapassam os limites da tecnologia e esbarram em questões linguístico-discursivas e pragmáticas, influenciando muito na forma como usuários da língua passam a vê-la e vivenciá-la. Um exemplo bastante claro são as redes sociais, ambientes virtuais nos quais observamos que o gramatical se mistura ao agramatical e ambos, com frequência, se misturam ao situacional. Sim, a internet tem sido grande propagadora de novas formas na língua pelo mundo devido a sua fluidez. Algumas palavras são abreviadas sem que se sigam padrões; letras e símbolos são mesclados e, por meio de tudo isso, falares – nem sempre compreensíveis a primeiro instante – são construídos e geram significações, as quais podem se renovar em função de um dado contexto. A essas novas formas de expressão, grafia, ou neologismos que aparecem na rede, portanto, deu-se o nome de “internetês”, sintetizado por Rajagopalan (2013) da seguinte forma:

Para alguns estudiosos de internet, o internetês é nada mais que uma forma de transmitir mensagens, utilizando escrita reduzida e “truncada” que imita a modalidade da fala. E, por conseguinte, eles entendem que os efeitos do internetês são, em larga medida, nocivos à norma culta e prejudiciais à juventude, que, uma vez “viciada” no novo linguajar da moda, fica impedida com eficiência as regras da escrita culta. (RAJAGOPALAN, 2013, p. 40)

Como pudemos observar na citação mencionada, o modo de expressão utilizado nos meios virtuais parece ser, ainda, para alguns, tema para estigma. Entretanto, notamos que, no interior da *web*, essa comunicação “truncada”, isto é, privada de algumas de suas partes essenciais, responsável por possíveis vícios na escrita culta, nem sempre é vista de forma rechaçada, como o é sob a ótica tradicional da língua. Contrariamente, seu “linguajar” é aceito, bem-vindo e até faz parte da formação do riso, da ironia, ou coopera para a construção da imagem daqueles que procuram se mostrar legais, divertidos e ganhar “curtidas” ou “seguidores” das mais variadas partes. Logo, isso pode elucidar para os leitores um traço estilístico, isto é, expressão pessoal do autor da postagem em que o “internetês” ocorre.

## 1. Análise de dados com as construções (#)sóqueX

Exemplos bastante atuais da busca por um estilo na vida virtual são alguns dos usuários de redes sociais de grande uso, os quais esboçam sua opinião, muitas vezes, fazendo uso das expressões “só que não”, “só que sim” e “só que nunca” – sintetizados, neste trabalho, para fins didáticos, sob a construção (#)sóqueX. Podemos notar nessa construção a junção do advérbio de exclusão/restricção “só”, a partícula “que” e o elemento “X” – o qual pode representar os itens adverbiais “não”, “sim” ou “nunca” para a formação desses novos sintagmas, muito utilizados pelos internautas – sendo também representados, nos meios digitais, pelas *hashtags*<sup>1</sup> “#sóquenão” (ou “#sqn”), “#sóquesim” e “#sóquenunca”.

Vale ressaltar, ainda, que, mesmo o sintagma conjuncional “só que”, sem o acréscimo do advérbio de negação “não”, é de classificação obscura na *Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)*, sendo aludido, em geral, como “locução conjuntiva” ou “perífrase conjuntiva” de nuance adversativa e, como aponta Longhin (2002, p. 109), em sua análise de cunho funcional, bastante comum à fala. Com base nisso, observemos os exemplos A e B:

(A) *Tenho exercícios a fazer, só que não os fiz.*

(B) *Você é linda. Só que não.*

Em A, notamos, sem que necessariamente se considere o momento de interação entre os interlocutores, que a “locução conjuntiva” formada pelo advérbio de exclusão/restricção “só”, atrelado à partícula “que”, traduz, como já mencionado, valor semelhante ao de uma conjunção coordenativa adversativa, como “mas”, “porém”, “contudo”, “entretanto”, “todavia” ou “no entanto”. Desse modo, tornar-se-ia possível sua substituição por uma das conjunções citadas (*Tenho exercícios a fazer, MAS/PORÉM/CONTUDO/ENTRETANTO/TODAVIA/NO ENTANTO não os fiz*).

No que tange às conjunções coordenativas adversativas, Cunha & Cintra (2007, p. 594-9) postulam que “ligam dois termos ou duas orações de igual função,

---

<sup>1</sup> *Hashtag*: símbolo representado pelo # (jogo da velha) para que internautas possam encontrar citações a respeito de um mesmo assunto nas redes sociais. O uso da ferramenta *hashtag* teve, contudo, seu início marcado no *Twitter*.

acrescentando-lhes, porém, uma ideia de contraste: *mas, porém, todavia, contudo, no entanto, entretanto*". Os autores acrescentam, em sua explicação, que, dentre as conjunções coordenativas, "apenas o *mas* aparece obrigatoriamente no começo da oração", podendo os demais conectivos adversativos vir pospostos tanto ao início da oração quanto a um de seus termos. Adiante, os autores ressaltam que, além da ideia de oposição, a partícula *mas* pode apresentar "múltiplos valores afetivos", como os de restrição, retificação, atenuação ou compensação, adição. Para finalizar seu comentário sobre o assunto em questão, os autores comentam a existência de "outras mais" ideias, demonstrando que parecem prever, ainda, a possibilidade de outras ideias serem veiculadas pelo conectivo, visto que ressaltam ser "particularmente importante o emprego desta conjunção para mudar a sequência de um assunto, geralmente com o fim de retomar o fio do enunciado anterior que ficar suspenso", aproximando-se do papel desempenhado por um marcador discursivo.

Embora a definição de Cunha & Cintra (2007) não preveja a observação do item no contexto discursivo, entendemos que, para compreensão das diversas acepções de uma palavra, deve-se levar em consideração a frase e todo seu entorno discursivo. Tais elementos possuem grande valor semântico-pragmático, ou, mais explicitamente nos dizeres de Lapa (1945, p. 262), "a frase tem importância fundamental na fixação do valor semântico da palavra".

Faz-se, também, mister observar que, no contexto apresentado em (A), o advérbio de negação "não" exerce tão somente a função sintático-semântica de "operador de negação", bem como postula Castilho (2010, p. 323), em sua gramática de abordagem multissistêmica. Isso porque tal operador encontra-se numa posição que antecede o verbo, além de poder ser reforçado, ainda, pelo pronome pessoal do caso reto "eu", já marcado pela forma verbal "fiz". Acresce-se, ainda, que a forma verbal citada ganha, por sua vez, no período (A), *status* praticamente necessário para que o sentido de adversidade da oração à qual se coordena por meio da locução conjuntiva "só que" seja completo.

Em contrapartida, no exemplo (B), a realização de uma análise sintático-semântica sem que se considere a organização externa do sistema linguístico é, praticamente, impossível, visto que o sentido promovido pela combinação das sentenças "Você é linda" e "Só que não" reside justamente num conteúdo extralinguístico de conhecimento dos interlocutores a respeito de algo que, em muitos casos, precede o momento de fala. Esse fato muito nos chamou atenção e, ao observarmos o constante emprego nos *sites* de



(Publicação do *Facebook*, 13/07/2014)

Primeiramente, vale citar que o texto extraído de uma página no *Facebook* está localizado abaixo de uma foto em que uma mulher, aparentando ter por volta de 35 anos, com peruca loira, luvas pretas, maiô de couro e máscara de mulher-gato posa não com cara de sensual, sádica – como sugeriria a indumentária –, mas sorridente, demonstrando divertimento por vestir a fantasia. Isso acaba sendo uma quebra de paradigma que chama a atenção do interlocutor. Em termos cognitivos, há, aí, um deslocamento de frame (*frame shifting*) ou reenquadre da cena discursiva (mulher fatal → mulher risonha), o que já corrobora para a formação de uma nova leitura do texto. (COULSON, 2001). Temos, portanto, uma formação composta pela associação texto e imagem.

Quanto ao aspecto verbal, repleto de intertextualidade, podemos constatar diversos traços da escrita cibernética. Logo no início, é-nos apresentada a sequência *Como uma deeeeeeeeeeeusaaaaaaa, você me mantééééééééém*, numa alusão à canção *O amor e o poder*, sucesso dos anos 80 da MPB, interpretado pela cantora Rosana, o que sugere, portanto, uma analogia entre a vestimenta de mulher fatal e a soberania de uma deusa. No verso da canção, observamos, ainda, o alongamento do ditongo “eu” e do traço indicativo de palavra feminina “a” no substantivo “deusa”. Esses alongamentos foram usados intencionalmente para indicar, na escrita, a sonoridade e a expressividade com que a cantora a entoava em suas apresentações. O verso comentado é, na verdade, um prenúncio da comicidade que vai se desenrolar com os demais elementos do *post*<sup>2</sup>.

Observamos, ainda, que o idealizador, no caso uma mulher, ao mencionar que procurava por fotos antigas, diz que encontrou *quilos de imagens*, em que se nota a presença do substantivo partitivo de medida exata “quilo” – ao contrário, por exemplo, do partitivo de medida inexata “porção” – seguido da preposição “de”, antecedendo o substantivo “imagens” com a intenção de demonstrar exagero. Esse fato também contribui para a construção do efeito de comicidade da postagem.

Em seguida, observamos uma repetição aleatória de letras para indicadora do riso – *haushuahs* –, acompanhada de várias *hashtags*, dentre elas as *#souumadiva* *#sóquenão* para evidenciar mais ainda que a postagem se tratava de algo cômico, uma vez que esta última nega a ideia da anterior, na qual a mulher se denomina “diva”. Por meio do exemplo dado, sentimo-nos inclinados a compreender que, entre os elementos aqui

---

<sup>2</sup> Termo, em inglês, amplamente utilizado nas redes sociais, equivalente à “postagem, publicação”.

listados – tanto verbais quanto não verbais –, o elemento caracterizador e norteador da leitura irônica da publicação foi a construção gramatical *#sóquenão*. Isso porque o seu uso no contexto abrigou diferentes enquadres (*frames*) de uma mesma cena e Modelos Cognitivos Idealizados.

Isso nos leva a crer, portanto, que, por meio do exemplo dado, a ironia é resultado do processamento cognitivo da “mesclagem” (*blending*). Quanto a essa última, “mesclagem – ou integração – conceptual (*conceptual blending*)” é um trabalho mental que estaria associado à nossa habilidade para formulação de novos sentidos. Nessa operação, haveria a projeção parcial entre dois espaços mentais, os quais, por sua vez, possibilitariam uma correspondência entre elementos análogos (FAUCONNIER, 1997; COULSON, 2001; FAUCONNIER & TURNER, 2002), tal como visto em (1).

Quanto ao recurso linguístico da ironia, Neves (2006) o define da seguinte forma:

(...) a ironia opera uma atividade cognitiva diferente da negação direta, tanto na sua estruturação – o irônico tem função comunicativa, é marcadamente informativo, não envolve escala interpretativa, gera sempre uma implicatura, viola a requisição da informatividade, detona uma operação de processamento duplo –, quanto nos seus efeitos de sentido – por exemplo, enquanto a ironia é uma estratégia de polidez, a negação direta é um ato ameaçador da face. Além disso, a ironia é recurso mais complexo do que a negação explícita e espraia seus objetivos a pontos inatingíveis para a forma de negar diretamente (pelo menos, de forma tão econômica). (NEVES, 2006, p. 81)

A autora citada ainda assevera que, nos contextos em que se apresenta a ironia, não deve haver a utilização de “negação direta” – do tipo “não”, “nunca”, “jamais” etc. –, visto que “a construção gramatical da ironia quebra o cânone (a construção gramatical habitual) por não usar marcador de negação explícito” (NEVES, 2006, p. 83), contrapondo-se ao que se nota em (1). Contudo, nossa análise, a qual não está balizada na consideração de itens desvinculados de um contexto, mas sim de construções advindas da língua em uso, nos possibilita, justamente, no caso do *#sóquenão* apresentado em (1), compreender que o operador de negação “não” que aparece, em termos gráficos, numa construção paralela ao contexto matriz iniciado pelo verso da canção de Rosana é, tanto para a construção quanto para o contexto em que se insere, de função essencial, a fim de que ocorra o caráter opositivo e irônico.

Os fatos mencionados são também passíveis de observação no seguinte exemplo:

(2) "Eu sou um Coxinha e eu voto no PMDB e no PSDB porque eu não prestei muita atenção nas aulas de História e Geografia e nem imagino o que aconteceu no Brasil entre 1960 e 2000..." #SQN

(Publicação do *Facebook*, 19/08/2014)

O exemplo dado acima se difere um tanto de (1), em que se observa já de início o caráter cômico da postagem – por meio da associação texto e imagem. Em (2), na primeira oração (“Eu sou um Coxinha”), a qual dispõe do termo “coxinha”<sup>3</sup> – gíria muito utilizada em São Paulo e de uso espalhado pelas redes sociais para designar “pessoa abastada, de boa condição financeira” – como um qualificador do (“Eu”) autor da postagem, notamos a ativação de uma referência que só é um termo compreensível se o leitor compartilhar do conhecimento do espaço comunicativo em que se insere a gíria.

Ao mencionar partidos políticos (“PMDB” e “PSDB”), considerados de direita e favorecedores da classe dominante, no trecho “eu voto no PMDB e no PSDB porque eu não prestei muita atenção nas aulas de História e Geografia”, o internauta corrobora também para a formação da leitura que desembocará na ironia transposta pela construção “sóquenão”, abreviada sob a forma “#SQN”.

Em termos cognitivos, é no momento e só pelo uso da construção em pauta que acontece o processamento da mesclagem, pelo reenquadre contextual da pessoa que se denomina, inicialmente, como “coxinha”. Podemos inferir que há, ainda, em (2), uma correspondência analógica, pois sabemos que a pessoa “coxinha” explícita no *post* é uma representação da pessoa implícita em “só que não” (#SQN) (o criador), que intenta se opor, ironizar e, sobretudo, criticar e invectivar a postura daqueles que votam em tais partidos.

Tomemos, agora, o exemplo abaixo:

(3) Não dependo de vc, não quero mais vc...  
Prefiro ficar de boa... sem falar  
#sozinho #feliz #sóquesim

(Publicação do *Facebook*, 13/07/2014)

Em (3), com base em nosso conhecimento de mundo, é possível inferir que o emissor da mensagem está, provavelmente, referindo-se a um relacionamento afetivo que pode ter sido abalado de alguma forma, já que as formas verbais “dependo” e “quero”

---

<sup>3</sup> Sobre a gíria, verificar matéria da *Folha de São Paulo* em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2012/04/1078798-tipicamente-paulistana-giria-coxinha-tem-origem-controversa.shtml>

aparecem acompanhadas do advérbio de negação “não” e imprimem ao discurso a ideia de que se fala de um envolvimento que não é mais desejado naquele contexto. Vemos, ainda, repetidas vezes, a substituição do pronome de tratamento “você” pela forma reduzida *vc*, deixando bem marcado que a postagem se referia indiretamente – ou diretamente – a alguém específico de conhecimento do locutor. Embora também seguido de *hashtags* como em (1), o uso do *#sóquesim* nos “salta aos olhos”, pois, além de ironizar o fato impresso pelo contexto, serve, ainda, para reiterar fortemente a ideia de que é melhor estar sozinho do que numa relação mal revolvida. Essas *hashtags*, além de corroborarem a mesclagem de diferentes espaços mentais, propiciam, nos textos, novos modos de leitura e, paralelamente, novos arranjos sintáticos e semânticos.

Assim, concordamos com Pauliukonis (2001, p.123) quando a estudiosa sinaliza que, reconhecendo o sistema linguístico, o falante “coloca à sua disposição diferentes arranjos sintáticos para expressar relações semânticas”. Isso possibilitaria, portanto, novas maneiras de se dizer e, sobretudo, expressar algo. Desse modo, torna-se inconcebível uma análise de fatos da língua em que se exclua a “participação ativa dos emissores no ato ilocucional interativo de que tomam parte” (PAULIUKONIS, 2001, p.123):

(4) \*\*\* (...) fui conferir o instagram do jogador Camilo pq eu não estava acreditando na ignorância do ser humano! Muitas pessoas na maior parte brasileiros ofendendo, xingando e até ameaçando a família do jogador que não tem nada a ver com a história ! ACORDA BANDO DE IDIOTA ! Não é só o Galvão que é apaixonado pelo Neymar tem um bando de idiota piores que ele! Esse tipo de lance ACONTECE, QUANTOS JOGADORES JÁ SAÍRAM PIORES DE CAMPO? Aconteceu com ele mas poderia ter sido qq um! Se o cara teve a intenção de machucar ou não ... não vai ser sua campanha nem sua indignação que vai mudar alguma coisa. Ele será responsabilizado pelo ato!  
Neymar está sendo muito bem cuidado ele TEM DINHEIRO PRA ISSO!  
Agora,vai vc ou alguém da sua família ficar tetraplégico vc vai parar no SUS e o NEYMAR VAI ESTAR CAGANDO PRA VC !FICA ESPERANDO QUE ELE VAI FAZER CAMPANHA COM FOTO SUA NA INTERNET#SOQUENUNCA ! \*\*\*

(Publicação do *Facebook*, 13/07/2014)

Na ocorrência (4), temos um espaço em que se desenvolve uma contundente crítica a um episódio ocorrido na Copa do Mundo de 2014. Em termos linguístico-gramaticais, além de observarmos reduções como *pq* e *vc* substituindo as formas “porque”

e “você”, vemos, ainda, o uso de letras maiúsculas com o objetivo de enfatizar informações de motivação político-ideológica em certas partes do texto. Quanto ao texto, vale ressaltar que, antigamente, ele era olhado sob uma ótica estruturalista da língua, sendo compreendido como um amontoado de palavras as quais constituíam um sistema superior à frase ou um complexo de “pronominalizações semânticas ininterruptas” (KOCH, 1998, p. 21). Contudo, a partir dos estudos de natureza pragmática, o texto adquiriu uma nova moldura.

Diferentemente do Estruturalismo saussuriano, passa-se a reconhecer o uso da língua e seu emprego entre os interactantes no momento real de fala, trazendo para seus estudos, portanto, aspectos não internos, mas também externos à língua. Trazem-se, ainda, para o interior dos estudos do texto aspectos relacionados ao processamento da mente, os quais possam ter motivado a formação de determinada produção textual.

Nesse momento, o texto deixa de ser rotulado como um conglomerado de palavras acabado, pronto, e adquire o enquadre de elementos em processo, formação, construção. Entende-se que o texto passa a adquirir a concepção de elemento aberto a interpretações, por exemplo. Da mesma sorte, observamos em (4), que seu autor, com a finalidade de promover mais expressão em seu texto e orientar, de alguma forma, a compreensão de seus interactantes – outros internautas nesse caso –, instaurou, no que tange a aspectos de ordem pragmática, no contexto comunicativo, com a utilização do #SOQUENUNCA, além do *frame* da ironia, um espaço-mescla que possibilita a perspectiva de acentuada contrafactualidade (FAUCONNIER, 1997; 1998), – devido ao uso do “nunca” – por parte do interlocutor sobre o espaço base – graficamente alegorizado por letras maiúsculas – “FICA ESPERANDO QUE ELE [Neymar] VAI FAZER CAMPANHA COM FOTO SUA NA INTERNET”.

Escolhas foram feitas e, a partir disso, combinações e novas manifestações de sentido foram possíveis e foram elas que permitiram a existência de associações de mesclas intertextuais e pragmáticas. Isso corrobora para ideia de que, tal como na interação real, nada no discurso virtual é aleatório, principalmente quando se quer imprimir, expressar algo e isso acontece pelo fato de que:

A noção de escolha é fundamental para entendermos a produção de significados como uma prática. É a partir da noção de escolha que as atitudes dos interlocutores e a carga expressiva presentes numa manifestação discursiva podem ser compreendidas. Quando selecionamos apenas um item para empregar num enunciado ou em qualquer produção, dentro de um leque de opções disponíveis no sistema linguístico ou em qualquer outra linguagem,

estamos desprezando todos os demais itens que também poderiam ter sido usados no mesmo contexto e não o foram. Nossas opções não são aleatórias, mas carregadas de significados culturais. Os significados são criados a partir de escolhas motivadas socialmente. O que escrevemos ou falamos, as cores ou as fontes tipográficas que usamos num documento digital, as barras de navegação que colocamos numa produção, a roupa que vestimos e qualquer outra escolha de elementos de significação manifestam escolhas motivadas pelo contexto de cultura e de situação em que uma produção acontece (FERRARI, 2012, p. 152).

## 2. Considerações finais

Por meio dos dados analisados, temos visto que, a cada dia, novas construções oriundas do discurso cibernético têm emergido para a linguagem oral e *vice-versa*, algo que sugere o quanto a língua atua sobre comportamentos e também por eles é modificada. Assim, balizados nas discussões emergentes no âmbito da Linguística Cognitiva, a respeito dos processos de construção de sentido e da conceptualização dos papéis desempenhados pelas “#SQX” nos atos de fala postados pelos interactantes, a presente pesquisa de caráter descritivo-interpretativo, referente aos procedimentos metodológicos, teve como objetivo descrever as relações entre o processo de integração conceptual e a compreensão das postagens extraídas da rede social *Facebook*, nos quais figuram as construções “#SQX”.

Ressalta-se, ainda, que, entre os variados recursos existentes na língua, temos, como característica geral das construções representadas por *(#)sóqueX*, a incitação à retomada de algum assunto que ficara suspenso anteriormente, esboçando, portanto, retomada de algo já dito, seja linguística ou extralinguisticamente. Dessa forma, observamos que as construções *(#)sóqueX* interagem com os enunciados anteriores tal como numa relação anafórica – em nenhum dos dados por nós levantados contemplamos tais construções em posição catafórica, anunciando o que está por vir no contexto.

Outro fato ilustre é que, assim como a ironia é, em diversos textos, graficamente marcada pelas “aspas”, a fim de que “salte aos olhos” do leitor, as *(#)sóqueX* são, em geral, colocadas à parte ou ao final da ação comunicativa (esquema genérico) e podem possuir a marca gráfica da “#”, auxiliando, pois, na compreensão da situação de contraposição irônica.

Por fim, ao estudarmos dados advindos de interações que se dão em ambientes virtuais, somos incitados a compreender que a mudança linguística implementada pelo internetês *(#)sóqueX*, trabalhado por nós em termos construcionais, é, de um modo geral,

decorrente da necessidade de emergência de novos pareamentos de forma-sentido – construções – com vistas a novas formas de dizer, de se expressar.

### Referências Bibliográficas

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

COULSON, S. *Semantic Leaps: Frame-shifting and Conceptual Blending in Meaning Construction*. New York: Cambridge University Press, 2001.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4ªed. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. New York: Cambridge University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mental Spaces*. New York: Cambridge University Press, 1998.

\_\_\_\_\_; TURNER, M. *The Way We Think*. New York: Basic Books, 2002.

FERRARI, P. (org.). *Hipertexto, hipermídia: as novas ferramentas da comunicação digital*. São Paulo: Contexto, 2012.

GERVASIO, T. L. *Construções “#SóQueNão”, “#SóQueSim” e “#SóQueNunca” à luz da linguística cognitiva*. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1998.

LAPA, M. *Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1945.

LONGHIN, S. R. *A gramaticalização da perífrase “só que”*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2002.

NEVES, M. A. G. *Aspectos cognitivos na constituição da ironia*. 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). UFRJ, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro.

PAULIUKONIS, M. A. L. *A estrutura correlativa como operador discursivo na articulação de cláusulas*. In: *Scripta*. v. 5, n.9. Belo Horizonte: Editora da PUCMinas, 2001.

RAJAGOPALAN, K. *Como o internetês desafia a linguística*. In: SALIÉS, T. G., SHEPHERD, T. G. (orgs.). *Linguística da Internet*. São Paulo: Contexto, 2013.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

#### **Abstract**

This article is a study on the constructions “só que não”, “só que sim” e “só que nunca”, applied to the speech as indicative expressions of opposition or reiteration, and some cases, accompanied by some nuance of irony. Such constructions are analyzed in the light of Goldberg’s *Construction Grammar* (1995), and also Fauconnier’s concept of “blending” (1997). We have used data extracted from the social network *Facebook* because of its frequency of tokens, mainly as the *hashtag* “(#) sóqueX”. As they are constructions syntactic and semantically similar in their basic meaning, we seek to show that the extensions of which carry meaning of irony are provided pragmatically, from the context of use of these expressions. The irony is a linguistic resource widely used in various texts in the written form, and especially in the texts of the oral modality. They also add that when using such a feature, the writer / speaker intends to say to the reader / listener the opposite of what he says, or even by contradicting, inveighing himself or another somehow. Finally, it is noteworthy that even the construct “only” - which also establishes the idea of interclausal opposition - is present in traditional grammars.

**Keywords:** Cognitive Linguistics; Cyberlanguage; Conceptual Blending; Construction Grammar; Irony.

## UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS EMPREGADAS NO DISCURSO PUBLICITÁRIO DA UBER

A semiolinguistic analysis of conditional constructions used in uber publicity  
speech

*Anabel Medeiros Azerêdo de Paula (UFF)*  
*Camila de Oliveira Groppo Lourenço Lima (UFF)*

### Resumo

A publicidade é uma das linguagens de sedução mais eficazes da contemporaneidade e, por isso, nós nos rendemos a ela, muitas vezes, inconscientemente. Desse modo, urge a necessidade de que as estratégias empregadas, nesse discurso, para seduzir o público visado, sejam explicitadas e analisadas. Portanto, este trabalho baseia-se, fundamentalmente, nos pressupostos da Teoria Semiolingüística de Análise do Discurso (CHARAUDEAU, 2010) para tratar dos aspectos concernentes ao comportamento linguageiro dos sujeitos em interação no discurso publicitário, com a finalidade de investigar como a Uber – prestadora de serviços eletrônicos na área de transporte privado urbano – organizou o seu discurso em seis peças publicitárias, em 2017. Percebe-se que, por meio de construções condicionais, pouco recorrentes nesse domínio discursivo, estrategicamente, a Uber sugere a sua qualidade exclusiva.

**Palavras-chave:** Publicidade; Construções Condicionais; Semiolingüística.

### Palavras iniciais

A publicidade é uma das linguagens de sedução mais ativas e eficazes dos nossos dias, tanto que nos rendemos a ela muito mais vezes do que percebemos, como afirma Pinto (1997, p. 9), “ela seduz os nossos sentidos e a nossa mente, ‘acariciando’ com suas mensagens os nossos mais secretos desejos”. Trata-se, por isso, de um discurso que merece ser estudado por uma linguística não apenas da língua, mas por uma linguística também do discurso, que se interessa pelos fenômenos do mundo real e se disponibiliza para tentar compreendê-los.

Nesta pesquisa, foram analisadas as peças publicitárias de uma campanha da UBER, prestadora de serviços de transporte privado, publicadas em painéis publicitários. Vale destacar que, apesar de o texto dessa publicidade ser um produto verbo-visual, apenas a sua parte verbal foi objeto de análise desta investigação. Embora saibamos que

o componente visual também causa efeitos de sentido em textos dessa natureza, e que sua articulação com a parcela verbal na publicidade pode gerar diferentes relações, interessa-nos apenas destacar o modo como certas categorias de língua foram utilizadas nos anúncios da Uber e os efeitos discursivos que delas decorrem.

## 1.A Publicidade

Para Charaudeau (2010), a publicidade é um gênero inscrito dentro do discurso propagandístico, que abrange não apenas o gênero publicitário, mas também o promocional e o político. Nessa perspectiva, o discurso propagandístico configura-se como um discurso de *incitação a fazer*, no qual o “eu” – uma instância de produção, individual ou coletiva – encontra-se numa posição de *não autoridade* e, por isso, usa uma estratégia de *fazer crer*, de modo a atribuir ao “tu” – uma instância coletiva de recepção – uma posição de *dever crer*.

Desse modo, o discurso propagandista deve ser compreendido como um tipo de discurso que se concretiza por diferentes gêneros, como o publicitário. Por isso, é válido observar, apoiando-se em Monnerat (2003), que os termos *propaganda* e *publicidade* não são sinônimos, como frequentemente são usados. O primeiro é um termo mais abrangente e está relacionado a mensagens políticas, religiosas, institucionais e comerciais, voltando-se para a esfera dos valores éticos e sociais; o segundo, por seu turno, está relacionado apenas a mensagens comerciais, explorando um universo particular: o universo dos desejos.

O gênero de discurso publicitário é definido por Charaudeau (2010) como um subcontrato, desenvolvido num *dispositivo triangular* entre uma instância publicitária, uma instância concorrência e uma instância público. Segundo o autor,

- A *instância* ‘publicitária’ tira sua legitimidade da sua posição na economia de mercado: o direito de vangloriar as qualidades de um produto em detrimento das qualidades dos produtos de seus concorrentes [...]. Então, ela se apresenta como uma instância benfeitora, já que diz à instância receptora como realizar seu sonho;
- O *objeto de fala* é duplo: por um lado, ele apresenta o objeto de busca ideal como um benefício absoluto (até mesmo um sonho); por outro lado, apresenta o produto (bem de consumo), não como objeto de busca, mas como o único meio (auxiliar) para realizar o sonho;
- A *instância* ‘público’ é atribuída, enquanto indivíduo, a um duplo lugar de ‘consumidor comprador potencial’ e ‘consumidor efetivo da publicidade’. Como consumidor comprador, ele é levado a *dever crer* que tem uma falta e que somente [...] preencherá sua falta [...] com a ajuda do auxiliar que lhe é

proposto. Como consumidor da publicidade, ele é levado a apreciar sua encenação [...]. O seu *dever crer* é suspenso em proveito de um *dever apreciar*. (CHARAUDEAU, 2010, p. 64-65, grifos do autor).

Compreende-se, desse modo, que, no discurso da publicidade, a instância publicitária, a fim de envolver a instância público e levá-la ao pretendido consumo do produto/serviço oferecido, precisa lançar mão de diferentes estratégias que exaltem a qualidade do que é oferecido em detrimento daquilo que é oferecido pela instância concorrência. Tais estratégias, responsáveis por colocar o produto/serviço pela instância publicitária como superior àquilo que é oferecido pela instância concorrência, podem ser verbais, visuais ou verbo-visuais.

## **2.A Construção Condicional**

Segundo Haiman (1978, apud NEVES, 1999), não há uma definição satisfatória para construções condicionais. Dessa forma, o único meio de reconhecê-las é identificando a conjunção *if*, em inglês, ou suas correspondentes em outras línguas, na superfície do texto.

A construção condicional apresenta uma proposição subordinada, também chamada prótase, e uma principal, denominada apódose. Tradicionalmente, a relação entre essas duas proposições é concebida como hipotética, de modo que o enunciado que constitui a prótase manifesta a condição, e o que comporta a apódose, a consequência. No exemplo abaixo, respeitadas as circunstâncias relativas ao tempo e ao contexto em que esse anúncio está inserido, a prótase encerra uma condição necessária e suficiente para a realização da apódose:

Quando escolheu o Passat, você ganhou o carro de melhor desempenho em sua categoria.

Um carro que vai de 0 a 80 km/h em 10,6 segundos, e que aumenta a velocidade na hora em que você precisa ultrapassar, sem pedir mudança de marcha. E ainda faz tudo isso com o consumo de um carro pequeno: 12 km por litro de gasolina.

Quando você escolheu o Passat, você ganhou um carro que freia sem desviar, mesmo estando com dois pneus estourados.

E que entra e sai das curvas com a mesma estabilidade que você sente na reta.

Ganhou um carro de concepção atualizada, dentro do melhor estilo de agora.

Ganhou um carro que leva a família inteira com conforto, e ainda sobra espaço, além de um porta-malas de carro grande.

Ai veio a revista Auto Esporte, pagou todas as contas, testou, comparou, entendeu, viu que o Passat é mesmo a nova concepção de carro no Brasil, viu quanto esta concepção está oferecendo para você e pronto.

Esqueça o Passat e o Carro do Ano!

Quer dizer: além de ganhar um carro completo, você que comprou o Passat, ganhou o Carro do Ano. Parabéns!

Figura 1. Cartaz publicitário disponível em: <<http://jckronbauer.blogspot.com/2009/04/se-voce-comprou-o-passat-parabens-voce.html>>. Acesso em jul. de 2018.

No entanto, Monnerat (2003) esclarece que construções desse tipo podem expressar também, na oração principal, uma contingência direta daquilo que é enunciado na oração condicional por meio de flexões modo-temporais de indicativo e subjuntivo. Nesse caso, a prótase apresenta uma condição suficiente, mas não necessária para a realização da apódose.

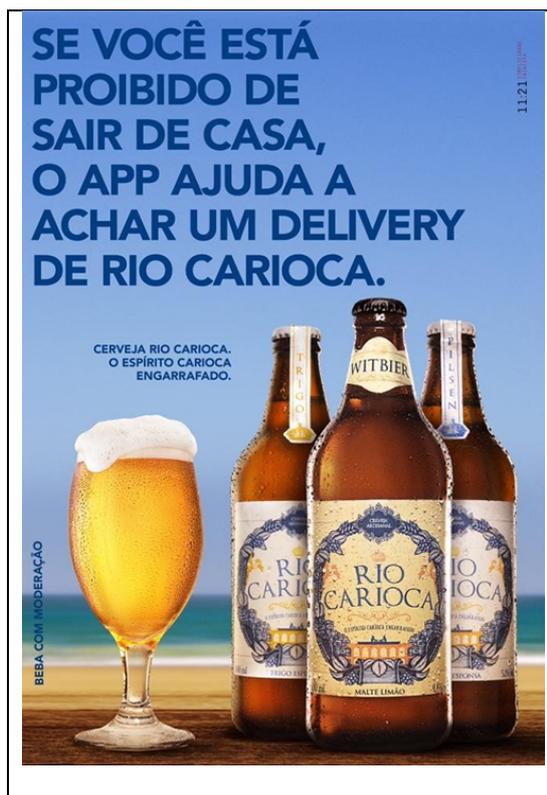


Figura 2. Cartaz publicitário disponível em: <<http://www.srzd.com/brasil/cerveja-ironiza-recolhimento-noturno-acio-neves-propaganda/>>. Acesso em jul. de 2018.

Em seu estudo sobre graus de vinculação das condicionais no discurso publicitário, Monnerat (2003) distinguiu condicionais diretas de indiretas. Designou as situações em que a prótase estabelece uma condição e a apódose, uma consequência, como condicionais diretas. Além disso, denominou como condicionais indiretas as construções em que a prótase pode não estar ligada, convencionalmente, à apódose.

As condicionais indiretas são pouco estudadas pela tradição. Em construções dessa natureza, a verdade da condicional não está relacionada à oração principal. Essas construções apresentam um fato suposto, real ou irreal para a sua realização como ocorre, por exemplo, no seguinte enunciado: “Se você nos permite, gostaríamos de tocar em um assunto que diz respeito à sua vida íntima. Gelli. O móvel bem bolado” Gelli (CLÁUDIA, fev. de 1995 apud MONNERAT, 2003). Percebe-se, dessa forma, que as condicionais indiretas situam-se em terreno pragmático, pois dependem, quase sempre, de atos de fala implícitos no enunciado ou de um conteúdo epistêmico para que se realizem, por isso foram denominadas condicionais de atos de fala (SWEETSER, 1990).

Segundo Monnerat (2003), nas construções condicionais diretas, há um padrão que sugere o uso de presente do indicativo nas duas proposições se, também, o futuro do presente na oração principal. Ao emprego de “ se...então”, nesse caso, é atribuído um

valor factual, pois enunciados que comportam essa estrutura remetem a “um mundo epistêmica mente acessível”, já que a condição expressa na apódose é suficiente para a prótase.

Sweetser (1990) denomina condicionais de conteúdo aquelas que expressam uma relação causal, ou seja, quando um estado de coisas motiva a realização de outro.



Figura 3. Cartaz publicitário disponível em: <<http://noticiasdesaopedrodaaldeia.com.br/anuncie-aqui-se-voce-leu-e-sinal-que-a-propaganda-funcionou/>>. Acesso em jul. de 2018.

Já as construções em que o conhecimento da verdade contido na prótase é condição suficiente para a dedução da situação apresentada na apódose são chamadas de condicionais epistêmicas (SWEETSER, 1990).



Figura 4. Cartaz publicitário disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/06/bayer-se-bayer-bom.html>>. Acesso em jul. de 2018.

Do ponto de vista da lógica-formal (COPI, 1978), no *slogan* da Bayer, a consequência “ser bom” depende da condição “ser Bayer”. Contudo, a qualidade “ser bom” não está restrita somente à marca em questão. A partir do modo como o *slogan* se apresenta, pode-se inferir que há outras marcas boas, além da Bayer. Por isso, nesse caso,

de acordo com o que está explícito na superfície do texto, pode-se afirmar que a apódose não é condição necessária à prótase, mas uma contingência. No entanto, a apódose é condição suficiente para que a prótase se realize. Portanto, ter boa qualidade é consequência direta do fato de o produto ser da marca Bayer.

### **3. Constituição do *Corpus***

O *corpus* deste trabalho é constituído por algumas peças publicitárias impressas, que circulam em algumas cidades brasileiras, desde o ano de 2017, a fim de divulgar os serviços prestados pela Uber Brasil.

A Uber surgiu, oficialmente, em 2010, em São Francisco, nos Estados Unidos, e está implementada, hoje, em mais de 65 países, inclusive no Brasil, aonde chegou em 2014, inicialmente no Rio de Janeiro. Desde então, tem expandido seu serviço para outras cidades brasileiras, com o objetivo de “oferecer por meio do aplicativo, a opção de contratar viagens confortáveis e cômodas para todos os nossos usuários e (...) transformar a maneira como as pessoas se movimentam pelas cidades”, segundo Pedro Prochno, gerente de comunicação da empresa no Brasil.

Em 2017, a Uber lançou sua primeira campanha publicitária no Brasil, por meio de painéis que, espalhados por algumas cidades brasileiras, continham mensagens destacando, indiretamente, a suposta qualidade do serviço oferecido pela empresa. Tal campanha precedeu a primeira publicidade em vídeo da Uber, que foi ao ar em 16 de julho de 2017. Para este trabalho, selecionamos as seguintes peças publicitárias:



Figura 5. Fotografia do cartaz publicitário da Uber, pertencente ao arquivo pessoal das autoras



Figura 6. Fotografia do cartaz publicitário da Uber, pertencente ao arquivo pessoal das autoras



*Figura 7. Fotografia do cartaz publicitário da Uber, pertencente ao arquivo pessoal das autoras*



*Figura 8. Fotografia do cartaz publicitário da Uber, pertencente ao arquivo pessoal das autoras*

#### 4. Análise do *Corpus*

De acordo com a perspectiva semiolinguística (CHARAUDEAU, 2010), a instância publicitária posiciona-se em um lugar de superioridade em relação aos seus concorrentes, produzindo um discurso de exclusividade a partir de estruturas linguísticas de superlativos. Entretanto, percebe-se que as peças publicitárias da empresa Uber mobilizam categorias de língua pouco recorrentes em *slogans* publicitários, não explicitando, na superfície do texto, o grau máximo de qualidade do seu produto/serviço.

Em primeiro lugar, verifica-se que a instância publicitária Uber produz seu discurso a partir de construções epistêmicas (SWEETSER, 1990), pois o que está expresso na apódose – “é Uber” – é a conclusão a que se chegou a partir do que está apresentado nas prótases. Em segundo lugar, é preciso destacar que as prótases referem-se às características e aos atributos do serviço oferecido, enquanto a apódose traz a constatação da Uber como a prestadora detentora de tais qualidades.

Vale destacar que, segundo Greenberg (apud NEVES, 1999), a ordem não marcada, ou seja, com grau mínimo (AZEREDO, 1993), em todas as línguas, é prótase-apódose. Comrie (1986 apud NEVES, 1999) afirma que esse fator pode estar atrelado à sequência temporal e à relação causa-efeito da situação apresentada. Entretanto, Haiman (1978 apud NEVES, 1999) atribui ao discurso a razão icônica para a troca de conteúdo nas proposições. A partir disso, pode-se afirmar que, em um discurso publicitário, a ordem inversa das proposições obedece às visadas discursivas que regem esse contrato e aos efeitos pretendidos pela instância publicitária.

Isso quer dizer que a instância publicitária usa uma construção condicional diferente, denominadas *e inversivo*, conforme postulam Ducrot (1977) e Galdi (1978), para destacar a qualidade exclusiva da Uber. Segundo essa perspectiva, a oração introduzida por *se*, ao invés de apresentar a causa, contém a consequência do fato expresso pela segunda parte do período. Segundo Galdi (1978), essa estrutura “se...então” poderia ser parafraseável por “se...é porque”. Observe:

1. Se você sabe o preço antes da viagem, é porque é Uber.
2. Se é confortável e custa pouco, é porque é Uber.
3. Se você pede o carro e chega rapidinho, é porque é Uber.
4. Se tem carro toda hora, é porque é Uber.

Já o slogan da Bayer, “Se é Bayer, é bom”, não comportaria essa construção parafraseada: “Se é Bayer, é porque é bom”, pois, nesse caso, não há uma estrutura composta por “se inversivo”.

Desse modo, percebe-se que, a partir de um *slogan* construído pela estrutura “se inversivo”, a Uber exclui qualquer possibilidade de que as características expressas nas prótases sejam atribuídas ao serviço de outras empresas, pois tais atributos são sua exclusividade. Verifica-se, portanto, nas entrelinhas do enunciado, de que forma a instância publicitária constrói o discurso superlativo, no qual seu serviço é apresentado como melhor. Isso porque, ao afirmar-se, por exemplo, que “Se é confortável e custa pouco, é Uber”, diz-se, indiretamente, que, ao contrário da Uber, o serviço oferecido pela concorrência é desconfortável e caro. A cada afirmativa explícita que qualifica positivamente o serviço da Uber, há uma afirmativa implícita que qualifica negativamente o serviço da instância concorrência, como se procurou sintetizar no quadro a seguir:

Instância publicitária	Instância concorrência
“Se você sabe o preço antes da viagem, é Uber” – o serviço é transparente e honesto.	Você não sabe o preço antes da viagem. Não há transparência e honestidade no serviço.
“Se é confortável e custa pouco, é Uber” – o serviço é cômodo e acessível a pessoas de diferentes extratos sociais.	Os carros não oferecem conforto e o valor do serviço é alto. Não é um serviço agradável e acessível a todos.
“Se você pede o carro e chega rapidinho, é Uber” – o serviço é rápido.	Você pede o carro e ele demora. Não há rapidez no serviço.
“Se tem carro toda hora, é Uber” – o serviço é eficiente.	Não há carros sempre disponíveis. Não há eficiência no serviço.

No entanto, do ponto de vista da lógica formal (COPI, 1978), não se pode fazer as seguintes inferências:

5. Se você não sabe o preço antes da viagem, não é Uber.
6. Se não é confortável e não custa pouco, não é Uber.
7. Se você pede o carro e não chega rapidinho, não é Uber.
8. Se não tem carro toda hora, não é Uber.

Não há, na superfície do texto, indícios de que as proposições de 5 a 8, se não atendidas, não se aplicam aos serviços da Uber. Portanto, do ponto de vista lógico, pode-se afirmar “é Uber”, se forem verdadeiras as condições previstas nas prótases. Disso decorre que o conjunto Uber pode ou não abarcar características não previstas na prótase,

como “se não tem carro a toda hora, é Uber”. E, se em alguma situação, a Uber for acusada de propaganda enganosa por não “ter carro a toda hora”, não poderá sofrer sanções judiciais, já que seus anúncios publicitários podem ou não prever essa proposição.

## 5. Palavras Finais

A partir de concepções lógico-semânticas e discursivas, pode-se afirmar que, ao empregar construções condicionais epistêmicas factuais (SWEETSER, 1990), a instância publicitária conduz o consumidor em potencial a aceitar o conteúdo da proposição expresso na apódose, uma vez que a verdade contida na premissa da prótase pode ser verificada. Acredita-se que essa seja uma estratégia discursiva de captação, que, predominantemente, por meio da visada de incitação (CHARAUDEAU, 2004), tem como finalidade persuadir o público consumidor a utilizar o serviço anunciado (MONNERAT, 2003).

## Referências Bibliográficas:

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

CRARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, géneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia et al. (orgs.). *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004. p. 13-42.

\_\_\_\_\_. O discurso propagandista. In: MACHADO, Ida Lúcia et al. (orgs.). *Análises do Discurso Hoje*. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2010. p. 57-78.

COPI, Irving. *Introdução à lógica*. Trad. Álvaro Cabral. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística - dizer e não dizer*. Trad. Carlos Vogt. São Paulo: Cultrix, 1977.

GERALDI, João Wanderley. *Se a semântica fosse também pragmática... ou para uma análise semântica dos enunciados condicionais*. 1978. 249 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MONNERAT, Rosane. *Graus de vinculação das condicionais no discurso publicitário*. Linguagem & Ensino. v. 6, n. 2, 2003 (149-162). Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/issue/view/19>>. Acesso em jun de 2018.

NEVES, Maria Helena de M. As construções condicionais. In: NEVES, Maria Helena de M. (org.). *Gramática do Português Falado*. v.VII, Campinas, 1999. p.497-544.

PINTO, Alexandra Guedes. *Publicidade: um discurso de sedução*. Portugal: Porto Editora: 1997.

SWEETSER, E. *Conditionals, from etymology to pragmatics – metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. New York: CUP, 1990.

#### **Abstract**

Publicity is one of the most effective seduction languages of contemporaneity, and for this reason we surrender ourselves to it, often, unconsciously. Thus, it is imperative analyze and explain these persuasive aspects underlying language and this argumentative discourse. Therefore, this paper is based, fundamentally, on the presuppositions of the Semiolinguistic Theory of Discourse Analysis (CHARAUDEAU, 2010) in order to examine the aspects concerning the linguistic behavior of the subjects interacting in the advertising discourse, with the proposal to investigate how Uber – a service company specializing in private urban transport - organized its speech in six pieces of 2017 advertising campaign. It is perceived that, strategically, Uber reveals its exclusive quality through conditional constructions rarely used in this discursive domain.

**Keywords:** Publicity; Conditional Constructions; Semiolinguistics.

## O FUNCIONAMENTO DO CONECTOR *EMBORA*: NUANCES DA CONCESSÃO

The operation of though's connector: nuances of the concession

Antônio Vianez da Costa (IFAM)

### Resumo

Neste estudo, examina-se o funcionamento do conector *embora* nas construções de discentes da 3ª Série do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM – Campus Manaus Zona Leste, doravante IFAM – CMZL, considerando, primeiramente, a trajetória desse conector, e, nos textos construídos pelos estudantes, alguns de seus matizes semânticos. Nesta instituição, há discentes provenientes de vários municípios do Amazonas, e o contato desses estudantes com os da capital pode viabilizar a ampliação de sentidos do conector em estudo. Nesse universo de confluências, intenciona-se verificar a possibilidade de sentidos de *embora*, a partir do princípio da *negação de inferência* e do *contraste*, com base na abordagem teórica funcionalista. Quanto à metodologia, o estudo é qualitativo, documental e modalidade análise de conteúdo. A escolha do *corpus* resultou da construção de trinta textos dissertativo-argumentativos, com tema livre, por estudantes do IFAM – CMZL. Desse total, foram selecionados dez, a partir dos critérios a) presença do conector *embora* e b) *negação de inferência* e *contraste* apresentados, cuja análise foi feita em excertos dos textos escolhidos. Na análise efetuada, foram encontradas catorze ocorrências, nos dez textos, das quais cinco filiam-se à *negação de inferência* e nove ao *contraste*.

**Palavras-chave:** Embora; Negação de inferência; Contraste; Sentido(s).

### Introdução

O estudo acerca da concessividade oracional tem levado estudiosos de diversas correntes linguísticas a profundas reflexões, principalmente quando o que está em jogo é a construção do sentido, uma vez que a trajetória desse encadeador discursivo carrega consigo valores que não se filiam, inicialmente, à concessão. Neste artigo, o aspecto histórico do conector *embora* não será aprofundado, mas apresentado de forma sucinta, cujo objetivo é o de situar alguns de seus sentidos expressos, já que esse não é o núcleo de discussão desta pesquisa.

A respeito do sentido primeiro desse articulador textual, Ali (2001) afirma que, na era medieval, estendendo-se até a idade moderna, acreditava-se que o sucesso dos atos humanos atrelava-se à hora em que eram realizados. Por isso, comumente, utilizavam expressões optativas ou imperativas como forma de transmitir sinceridade, cortesia. Entre

essas expressões, a mais usada era a locução *em boa hora*, a qual significava bom augúrio aos que se queria bem.

Além da possibilidade, com ideia de tempo, convém acrescentar que esse termo também foi utilizado para iniciar, em alguns momentos, orações optativas. Em outras ocasiões, para mostrar que o fato poderia ser concedido, ou que o protagonista do discurso não se manifestaria, contrariamente, a tal fato.

A partir dos aspectos apresentados, o advérbio *embora* passou à categoria de conjunção concessiva, modificando assim a contextura oracional, isto é, a oração principal assume o valor de subordinada, e a correlata passa a funcionar como principal.

É nesse âmbito oracional que a pesquisa instaura-se, pois, por meio do contato com os textos dos discentes da 3ª série do Ensino Médio, foi possível perceber, a partir da concessão, alguns matizes de sentidos, entre eles a *negação de inferência* e o *contraste*.

Para Neves (2011), na *negação de inferência*, tem-se, no primeiro segmento, a afirmação em que se aceita um fato; no segundo segmento, expõe-se a não admissão da inferência do que foi afirmado. Em referência ao *contraste*, também proposto pela linguista citada acima, foi adotada a construção entre positivo e negativo ou vice-versa, em que figuram termos de oposição, de forma simultânea, na oração nuclear e na iniciada pelo conector concessivo, no caso desta pesquisa, o *embora*.

Nesta investigação, os dados analisados são resultantes da construção de dez textos dissertativo-argumentativos por discentes da 3ª série do Ensino Médio, do IFAM – CMZL. Por meio da análise de fragmentos desses textos, objetiva-se verificar as nuances concessivas de *embora*, como *negação de inferência* e *contraste*, utilizando-se o aporte teórico funcionalista. Dessa maneira, considera-se possível capturar os matizes do conector em tela, ainda que se admita o quão volátil e espinhoso é tentar apropriar-se desse “espectro” chamado sentido.

## **1. Pressupostos teórico-metodológicos**

A pesquisa referente à concessão tem sido bastante profícua, principalmente com o advento dos estudos linguísticos que viabilizaram outros caminhos, no plano da significação, relacionados ao uso dos conectores concessivos, aqui, em especial, o prototípico *embora*, considerando o aspecto tênue que perpassa as construções encabeçadas por esse operador discursivo.

Para situar alguns dos sentidos do articulador *embora*, é necessário apresentá-lo, de forma sucinta, por meio do processo de gramaticalização<sup>56</sup>.

Ao considerar a mudança de classe gramatical da expressão *embora* (em boa hora), Coutinho (1976) atribui a sua transformação à *derivação imprópria*<sup>57</sup>. Entre os doze itens descritos pelo autor para modificar palavras, nesse campo derivacional, há aquele em que verbos e advérbios assumem a categoria de conjunção: quer... quer, seja... seja, já... já, *embora*. Verifica-se, nesse caso, que a mudança dá-se considerando o termo *embora* em sua forma atual, com apenas uma acentuação.

Ainda no âmbito estrutural, Coutinho (1976) situa a expressão *embora* na composição por aglutinação, apresentando o conceito desse processo de formação, além de outros termos que seguem a mesma estrutura da conjunção em estudo, como se pode observar:

Composição por aglutinação é a “união íntima de duas ou mais palavras, para formarem uma terceira, o que não se dá sem prejuízo da integridade material de um dos elementos: viandante (via+andante), amaria (amar+havia), Monsanto (Monte+santo), *embora* (em+boa+hora)” (p. 180).

Ao verificar os termos entre parênteses acima, relacionando-os com o correspondente aglutinado, facilmente consegue-se perceber a perda de material em todos eles. Todavia, nota-se, também, com clareza, que a palavra com maior perda de material é *embora*, o que significa dizer que, em sua trajetória de usos, parte de sua constituição foi subtraída, provavelmente pelo menor esforço ou sintetismo linguístico gerado, inconscientemente, pelas sucessivas gerações.

De acordo com Ali (2001), na era medieval, estendendo-se até a idade moderna, acreditava-se que o sucesso dos atos humanos atrelava-se à hora em que eram realizados. Por isso, comumente, utilizavam-se expressões optativas ou imperativas como forma de transmitir sinceridade, cortesia. Entre essas expressões, a mais usada era a locução *em boa hora*. Guimarães (2007) e Coutinho (1976) asseguram que esse termo veio do latim

---

<sup>56</sup>Conforme Traugott e König (1991), a gramaticalização refere-se principalmente a um processo histórico unidirecional e dinâmico por meio do qual itens lexicais, com o passar do tempo, adquirem um novo *status* como formas gramaticais ou morfossintáticas, e no processo, começam a codificar relações que ou não foram codificadas antes ou foram codificadas diferentemente.

<sup>57</sup>Na concepção de Coutinho (1976), *derivação imprópria* é o processo que consiste na mudança de classe gramatical das palavras, sem intervenção de sufixo.

*in bona hora*, adquirindo, com o uso, as formas *em boa hora*, *emboora* e *embora*, conforme os exemplos com duas dessas grafias:

- (1) *Senõr, eu por agora nõ quero de vós nenhua pagua, mas hyrees muyto **emboora** e tornare(e)e aqui conde d'Ourem e entõ me pagarees.*
- (2) *Vaamos **em boa hora** nosso caminho* (Guiné 337) (ZURARA, 1915).

Outro aspecto relevante é o uso dos verbos “ir” e “vir” na forma imperativa, os quais acompanham a expressão *embora*, quando se deseja bom êxito a outra pessoa. Tal noção, expressa por esse advérbio, depreciou-se na consciência moderna, que, de forma confusa, aplica nele a ideia de ‘afastamento’, desconsiderando a informação verbal. Assim, com o apagamento do sentido comum ao *embora*, torna-se ininteligível o seu emprego com verbos que designam a ideia de repouso. Seguem alguns exemplos:

- (3) *Vay-te **embora**, ou na má hora*(Serm. 1, 208) (VIEIRA, 1885).
- (4) *Queria Christo introduzir o Sacramento, e lançar fora o cordeiro da Ley, e para isso permitio que o cordeiro estivesse **embora** na mesma mesa com o Sacramento: que desta maneira se desterram com suavidade as sombras das leys velhas(...)*(Serm. 11, 422)(VIEIRA, 1885).

Além das possibilidades de sentido expressas pelo advérbio *embora*, no decorrer da história da língua portuguesa, principalmente com ideia de tempo, convém acrescentar que esse termo também foi utilizado para iniciar, em alguns momentos, orações optativas. Em outras ocasiões, para mostrar que o fato pode ser concedido, ou que o protagonista do discurso não se manifesta contrariamente a tal fato.

A partir desses processos, o advérbio *embora* passou à categoria de conjunção concessiva, modificando assim a contextura oracional, isto é, a oração principal assume o valor de subordinada, e a correlata passa a funcionar como principal, como ilustra o exemplo abaixo:

- (5) *Honrem-se **embora** com essas arvores os seus montes, que os nossos vales não hão mister quem procure a sua exaltação*(Serm. 5, 360)(VIEIRA, 1885).

De acordo com Guimarães (2007), as mudanças que se estendem da expressão *emboa hora* até o termo *embora*, este último funcionando como conjunção, apresentam-se em três momentos:

1º. momento: *em boa hora*, *embora* eram utilizados quando se desejava bom augúrio. Estende-se até o século XV;

2º. momento: *embora* utilizado quando se desejava bom augúrio e para conceder a possibilidade ou para indicar o não contraste. Ocorre no período do século XV ao século XVII;

3º. momento: *embora* usado como advérbio junto aos verbos *ir*, *vir* e *mandar*; usado como conjunção concessiva. Este último uso dá-se a partir do século XVIII.

Nesse sentido, observa-se que o operador *embora*, que no século XV era uma expressão temporal (*em boa hora*), usada para indicar bom augúrio, assumiu, no final do século XV até o XVII, a ideia indicativa do não contraste. Somente a partir do século XVIII, essa fórmula categoriza-se como conjunção concessiva. Ressalte-se, portanto, que, atualmente, o uso do advérbio *embora*, acompanhado dos verbos de movimento *ir* e *vir*, além da inserção de outros verbos, ainda é bastante corrente, como mostram os exemplos retirados de Castilho (2012, p. 378):

(6) *Fomos embora.*

(7) (...) *a firma fala “tchau (...) vai embora!”* (D2 SP 343)

Em relação ao *embora*, com ideia concessiva, eis alguns exemplos propostos por Neves (2011, p. 875):

(8) **Embora** *pareça absurdo, tenho às vezes sensação de recordar-me do dia do meu nascimento* (BB).

(9) **Embora** *as condições fossem bastante favoráveis para o arrendatário, a renda era de apenas 35 arrobas de algodão por alqueire* (BF).

### 1.1 Negação de inferência e contraste: matizes da concessão

Antes de serem apresentados os conceitos da negação de inferência e do contraste, com seus respectivos exemplos, considera-se necessário esclarecer que tais conceitos resultam do redirecionamento dos valores semânticos que Neves (2011) atribui ao conector *mas*.

Não raras são as pesquisas acerca de *mas* e *embora*, que apresentam diferenças de sentido, entre esses encadeadores, principalmente no plano discursivo. Entretanto, muitos são os autores que, ao se debruçarem na análise desses conectores, encontram muitas semelhanças, a começar pela possibilidade de paráfrase que as sequências textuais, envolvendo esses operadores, permitem.

Entre os diversos estudiosos que tratam da proximidade de sentido entre adversidade e concessão está Koch (2015), que postula o seguinte:

Do ponto de vista semântico, os operadores do grupo *MAS* e os do grupo *EMBORA* têm funcionamento semelhante: eles opõem argumentos enunciados de perspectivas diferentes, que orientam, portanto, para conclusões contrárias. A diferença entre os dois grupos diz respeito à estratégia argumentativa utilizada pelo locutor: no caso do *MAS*, ele emprega (segundo E. Guimarães) a “estratégia do suspense”, isto é, faz com que venha à mente do interlocutor a conclusão R, para depois introduzir o argumento (ou conjunto de argumentos) que irá levar à conclusão  $\sim R$ ; ao empregar o *EMBORA*, o locutor utiliza a “estratégia de antecipação”, ou seja, anuncia, de antemão, que o argumento introduzido pelo *embora* vai ser anulado, “não vale (p. 37).

Em relação à negação de inferência, Neves (2011) afirma que, no primeiro segmento, encontra-se a asserção, com a aceitação de um fato; no segundo segmento, expõe-se a não admissão da inferência do que foi afirmado. A insuficiência da asseveração para conceder a inferência também pode passar pela lexicalização (*apesar disso, ainda assim*). Eis os exemplos extraídos do *corpus*:

(10) *No Brasil, em pleno século XXI, é possível ver crianças nas ruas, trabalhando, embora essa seja uma prática contrária à lei.*

(11) *Embora a situação de violência contra a criança que trabalha seja frequente, no Brasil, é fato que muitas delas ajudam seus pais, com esse trabalho.*

Quanto ao contraste, adotou-se aquele com construção entre positivo e negativo ou vice-versa, o qual, para Neves (2011), constitui-se de expressões que se opõem e se localizam na oração nuclear e na iniciada pelo conector *embora* ou outros de natureza adversativo-concessiva. Seguem os exemplos retirados do *corpus*:

(12) *Embora o governo federal tenha criado uma série de programas eficientes em defesa do meio ambiente, os mesmos têm se mostrado ineficientes para resolver essa situação.*

(13) *Naturalmente, as pessoas buscam os meios mais fáceis para conseguir o corpo ideal, embora se desviem das consequências de um medicamento usado incorretamente.*

Para a autora, as construções concessivas indicadoras de contraste são essencialmente argumentativas. Nesse sentido, as construções acima encaixam-se no mecanismo da argumentação, pois o falante/escritor pressupõe a objeção do ouvinte/leitor, porém a rejeita. Em outras palavras: pode-se dizer que no processo concessivo há uma hipótese de objeção por parte do interlocutor.

Além desse aspecto, a linguista observa que as conexões contrastivas, em que se incluem as *concessivas* e, neste particular, o *embora*, caracterizam-se por guardarem enunciados com direção e propriedades que opõem as expectativas a respeito do que é normal em um mundo qualquer. A estudiosa observa, no entanto, que não se trata de relações lógicas deliberadas para preencher expectativas prescritas pelo que ocorre em certa realidade. O que acontece, seguramente, é que a construção concessiva não pode ser equacionada sem influenciar a relação falante-ouvinte e sem recordar concepções relacionadas ao conhecimento partilhado e à argumentação.

## 1.2 Posição sintática do conector *embora* e sua relevância semântico-discursiva

De acordo com Peres (1997) e Lobo (2003), no plano sintático, as subordinadas concessivas apresentam facilidade para se deslocarem na frase, ou seja, encontram-se construções antepostas, intercaladas e pospostas, como ilustram os exemplos seguintes:

(14) ***Embora*** os guerreiros de Troia estivessem preparados, os gregos venceriam a guerra.

(15) Os gregos, ***embora*** os guerreiros de Troia estivessem preparados, venceriam a guerra.

(16) Os gregos venceriam a guerra, ***embora*** os guerreiros de Troia estivessem preparados.

No nível semântico, deve-se, primeiramente, considerar (i) o contraste como impedimento ou não à efetivação da situação. Nesse sentido, no entendimento de Lima

(1996), as concessivas exprimem um obstáculo que não interrompe a realização da situação expressa pela oração nuclear, como atestam os exemplos:

(17) *Embora o mendigo sinta fome, não se alimenta.*

(18) *Embora não se alimente, o mendigo sente fome.*

Então, em (17), afirma-se que independentemente de “o mendigo sentir fome, ele não se alimenta”, o que é admissível; em (18), verifica-se que independentemente de “o mendigo não se alimentar, ele sente fome”, informação anômala, sob a lente da Pragmática. Além disso, outro aspecto relevante é (ii) *o impedimento da causa versus o efeito*, pois em construções concessivas é característica a ideia contraditória de uma causa.

No âmbito discursivo/textual, García (1999) ressalta que as concessivas apresentam a informação como *pressuposta* ou *dada*, ou seja, o período iniciado pelo conector concessivo traz a informação que será refutada pela proposição da oração nuclear.

Ainda nessa esfera, Castilho (2012) salienta que, no processo concessivo, geralmente, o fato a ser negado encontra-se na primeira oração. Desse modo, cabe ao falante/escritor optar pela negação no início (concessão) ou deixá-la para o momento posterior (adversidade), pois não se pode esquecer de que fatores como estilo e contexto são essenciais para a organização do que está sendo dito/escrito.

Por último, Martelotta (1998) assevera que as concessivas antepostas e intercaladas destinam-se a transportar informação nova, característica de conhecimento do ouvinte; entretanto, as concessivas pospostas tendem a trazer informação dada, considerada como conhecimento compartilhado entre falante/escritor e ouvinte/leitor. Ainda em relação à intercalação, Zamproneo (1998) afirma que essa posição auxilia no mecanismo de topicalização de um elemento da oração principal. Ao referir-se à topicalização, Dubois *et al.* (1993) asseguram que se trata de uma operação linguística que consiste em fazer de um constituinte da frase o tópico, o tema de que o resto da frase será o comentário.

### 1.3 Aspectos metodológicos

Quanto à metodologia, esta pesquisa é de cunho qualitativo, que, para Silveira e Córdova (2009), volta-se a aspectos da realidade que estão centrados na dinâmica das relações sociais. Nas palavras de Minayo (2001), atua no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que não podem ser circunscritos à execução de variáveis.

No que tange à natureza, a pesquisa é *documental*, que, nas palavras de Fonseca (2002), recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico. Gauthier (1984) esclarece que se trata de um método de coleta de dados que suprime, embora parcialmente, a possibilidade da intervenção do pesquisador.

Com esse sentido, Godoy (1995) e a NBR 6023 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2002) afirmam que os “documentos” incorporam os materiais escritos, como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas, cartas, memorandos, relatórios etc.; os elementos iconográficos, como sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes etc.

No tocante à modalidade, tem-se a *análise de conteúdo* que, conforme Chizzotti (2008), trata-se de um método de tratamento e análise de informações, extraídas por meio de técnicas de coleta de dados consolidadas em um documento. A técnica é utilizada na análise de textos escritos ou de qualquer comunicação, seja ela oral, visual, gestual reduzida a um texto ou documento.

A escolha do *corpus* resultou da construção de trinta textos dissertativo-argumentativos de estudantes da 3ª série do Ensino Médio do IFAM/CMZL, com tema livre. Essa tipologia textual prioriza a defesa de ideias ou o ponto de vista de determinado assunto e, nesse sentido, o escritor precisa de elementos discursivos, entre eles o *embora*, para manifestar os vários matizes de contraposição. Dos trinta textos construídos, foram selecionados dez, a partir dos critérios a) presença do conector *embora*, b) *negação de inferência e contraste* apresentados por esse conector, cuja análise foi feita em excertos dos textos escolhidos e identificados da seguinte maneira: T1 significa texto 1; T2 significa texto 2 e assim por diante.

## 2. Análise dos dados

Nesta seção, será realizada a análise do *corpus*. No **Quadro 1**, serão verificadas as nuances da concessão do conector *embora*, a partir do princípio da *negação de*

*inferência* e do *contraste*; no **Quadro 2**, as nuances da posição sintática do conector *embora*. A título de ilustração, serão citados dois exemplos para o *contraste*, dois para a *negação de inferência*, dois para a *anteposição* e dois para a *posposição*.

Texto	EMBORA		
	Contraste	Negação de inferência	Ocorrências por texto
T1	1	1	2
T2	1	-	1
T3	1	-	1
T4	1	-	1
T5	1	-	1
T6	1	-	1
T7	-	2	2
T8	1	-	1
T9	-	2	2
T10	2	-	2
<b>Total de textos: 10</b>	<b>Total contraste: 9</b>	<b>Total negação inferência: 5</b>	<b>Total: 14</b>

**Quadro 1. Valores semânticos do conector *embora***

De acordo com o **Quadro 1 – Valores semânticos do conector *embora*** –, o operador discursivo-textual *embora* foi empregado catorze vezes no *corpus* investigado. Em relação aos valores semânticos em evidência, nota-se que o *contraste*, com nove ocorrências, se sobrepôs à *negação de inferência*, com cinco ocorrências.

a) *Contraste*

É possível asseverar que a preponderância do *contraste* em relação à *negação de inferência* encontre resposta, em primeiro lugar, na objetividade discursiva que as construções de natureza contrastiva apresentam, como indicam os exemplos abaixo:

(19) (T6) Embora o governo federal tenha criado uma série de programas eficientes em defesa do meio ambiente, os mesmos têm se mostrado ineficientes para resolver essa situação.

(20) (T1) Embora acreditemos que todos precisam viver, os assaltantes e sequestradores assassinos devem morrer (...)

Em (19) (T6), o termo “eficientes” presente na oração encabeçada pelo *embora* e “ineficientes” declarado na oração nuclear são, nas palavras de Neves (2011), *contraste* entre positivo e negativo ou vice-versa. Nesse sentido, pode-se inferir que o escritor, ao construir seu ponto de vista, com ideias antagônicas, optou por fazê-lo a partir da oposição

de elementos morfológicos: “eficientes” x “ineficientes”, apoiando-se na semântica até atingir o discurso.

Além desse aspecto, não se pode ignorar a força de oposição entre as sequências textuais introduzidas pelo conector *embora* e suas respectivas orações nucleares. Verifica-se que o contraste tem seu ápice em “eficientes” x “ineficientes”; entretanto, evidencia-se, também, que, com a inserção de *embora*, esteja ele no início ou no final da estrutura concessiva, ter-se-á uma quebra de expectativa, a qual será a base para os antagonismos do escritor.

Nas sequências textuais (20) (T1), tem-se um raciocínio similar ao que foi apresentado nas sequências anteriores. Ao iniciar o argumento com a oração *Embora acreditemos que todos precisam viver*, o escritor sinaliza, inicialmente, a essencialidade da vida, mesmo que, por motivos vários, como o desrespeito ao indivíduo, o esfriamento das relações humanas, apareça outra “voz” contrariando o princípio da vida: (...) *os assaltantes e sequestradores assassinos devem morrer*, num cenário em que o contraste construído, por meio de *embora* e *viver* x *morrer*, contribui bastante para o fortalecimento argumentativo.

Possivelmente, essa divergência de vozes resulte do juízo de valor que o sujeito-escritor construiu ao longo de sua vida, tanto no seio familiar quanto no contato com ideologias religiosas, além dos desmandos políticos e sociais viralizados pela mídia. Nesse sentido, o escritor utilizou, com bastante adequação, a expressão concessiva – *embora* –, bem como a antítese *viver* x *morrer*, mantendo o discurso coeso e coerente. Na extensão da afirmação de que *todos precisam viver*, emerge uma voz que não considera *os assaltantes e sequestradores assassinos* parte do “todos” e permite a inferência de que, por transgredirem a lei, não devem conviver com as “pessoas de bem”.

#### b) *Negação de inferência*

Segundo Neves (2011), essa nuance é a mais frequente em construções de natureza concessiva. Entretanto, Lima (1996), Peres (1997) e Martelotta (1998) advogam que o valor prototípico dos períodos formados por conectores concessivos e, neste caso, pelo *embora* é de contraste, mesmo que tais construções carreguem, cumulativamente, outros valores.

Ao observar o **Quadro 1 – Valores semânticos do conector *embora***, verifica-se que o matiz *negação de inferência* ocorreu apenas cinco vezes nos dez textos, o que confirma o argumento de Lima (1996), Peres (1997) e Martelotta (1998) em relação à

preponderância do *contraste*, com nove ocorrências, em detrimento da *negação de inferência*, com cinco.

Para a análise da *negação de inferência*, seguem dois exemplos extraídos do *corpus*.

(21) (T1) (...) *embora* os crimes tenham aumentado nos últimos anos no Brasil, não achamos certo matar as pessoas que agem assim (são criminosas) (...)

(22) (T9)(...) *se* houver dedicação, no futuro teremos bons profissionais em inúmeras áreas, *embora* o mercado, às vezes, não ofereça vagas para todos.

Nas orações nucleares (21) (T1) (...) *não achamos certo matar as pessoas que agem assim (são criminosas)* e (22) (T9) (...) *se houver dedicação, no futuro teremos bons profissionais em inúmeras áreas (...)*, encontram-se afirmações da aceitação de um fato, ou seja, em nome da lei ou de certos preceitos religiosos brasileiros, deve-se evitar a morte, mesmo dos que ferem a justiça; em referência à profissionalização, o autor a condiciona à dedicação de cada indivíduo no processo de qualificação.

Nos períodos introduzidos por *embora*, (21) (T1) (...) *embora* os crimes tenham aumentado nos últimos anos no Brasil e (22) (T9) (...) *embora* o mercado, às vezes, não ofereça vagas para todos, há a exposição de um fato que, mesmo sendo relevante no plano discursivo, submete-se ao que foi proposto nas orações nucleares. Em outras palavras: a) não é certo matar as pessoas, mesmo na condição de criminosas e b) com dedicação, haverá bons profissionais. Nota-se, portanto, que as informações “aumento de crime” e “poucas vagas de trabalho” não possuem a mesma força argumentativa das proposições a) e b).

Outro aspecto relevante, relacionado à menor ocorrência dessa nuance concessiva, nos textos, é a sutileza com que as sequências textuais voltadas a esse sentido são construídas. Provavelmente, ao se deparar com a solicitação da produção de um texto dissertativo-argumentativo, o discente conseguiu inferir que, para apresentar seu ponto de vista, ele precisaria usar termos em que o contraste seja mais objetivo, como ocorreu com o *contraste entre positivo e negativo ou vice-versa*.

No caso da *negação de inferência*, ainda que se visualize a oposição, notadamente é mais suave que o contraste propriamente dito. No dizer de Neves (2011), no segundo segmento textual, há a exposição da não admissão do que foi asseverado, anteriormente,

isto é, de modo mais sutil, o escritor desconstrói ou reconstrói, na oração nuclear, o que fora afirmado na subordinada concessiva. Diante dessa fluidez, infere-se que a maioria dos estudantes optou por construções mais pontuais, ou, melhor dizendo, menos espinhosas.

Convém acrescentar, portanto, que o mais representativo, neste estudo, não é a comparação pura e simples de qual sentido do conector *embora* foi mais utilizado nos textos, uma vez que se trata de uma pesquisa qualitativa. Acredita-se que a maior relevância encontra-se na escolha feita pelo escritor para construir seu discurso, o qual, negando inferência ou contrastando, apresenta seu ponto de vista na dinâmica da argumentação.

Referente à posição sintática do operador *embora*, no *corpus* desta pesquisa, segue o quadro abaixo:

Texto	EMBORA			
	Anteposto	Intercalado	Posposto	Ocorrências por texto
T1	2	-	-	2
T2	1	-	-	1
T3	1	-	-	1
T4	1	-	-	1
T5	1	-	-	1
T6	1	-	-	1
T7	1	-	1	2
T8	1	-	-	1
T9	-	-	2	2
T10	1	-	1	2
<b>Total de textos: 10</b>	<b>Total anteposto:10</b>	<b>Total intercalado: 0</b>	<b>Total posposto: 4</b>	<b>Total: 14</b>

Quadro 2. Posição sintática do conector *embora*

Ao observar o **Quadro 2 – Posição sintática do conector *embora*** –, verifica-se que, das catorze ocorrências de *embora*, no *corpus*, dez estão no âmbito da anteposição, quatro no da posposição, sem construção intercalada. Segue a análise dos exemplos:

(23) (T6) *Embora* o governo federal tenha criado uma série de programas eficientes em defesa do meio ambiente, os mesmos têm se mostrado ineficientes para resolver essa situação.

(24) (T8) *Embora pesquisas mostrem que os índices de criminalidade diminuíram nos países que liberaram as armas, no Brasil, essa decisão só aumentaria a onda de crimes.*

Na concepção de Martelotta (1998), as concessivas antepostas e intercaladas tendem a veicular informação diretamente ligada ao conhecimento do ouvinte, como apontam (23) (T6) *Embora o governo federal tenha criado uma série de programas eficientes em defesa do meio ambiente (...)* e (24) (T8) *Embora pesquisas mostrem que os índices de criminalidade diminuíram nos países que liberaram as armas (...)*. Para Neves (2000), a ordem dos segmentos concessivos filia-se a ideais comunicativos, pois, com a concessiva anteposta, como ocorre nos primeiros períodos de (23) (T6) e (24) (T8), primeiramente, contesta-se a refutação do interlocutor e, em seguida, procede-se à afirmação, o que, geralmente, leva a concessiva a um grau mais elevado de topicidade, conduzindo consigo informação conhecida pelo interlocutor.

Nesse processo de anteposição, o escritor/falante defende-se dos possíveis “ataques” de seus oponentes, ou seja, para manter um ponto de vista, além da contra-argumentação, urge que o proponente tente neutralizar, já no início, raciocínios que enfraqueçam tal ponto de vista. E, nesse sentido, começar o discurso como se estivesse a favor do adversário, é uma estratégia própria de quem utiliza a concessiva anteposta, ainda que a oração nuclear constitua-se de argumento mais forte.

No tocante à posposição, com quatro ocorrências, seguem dois exemplos para análise:

(25) (T7) *No Brasil, em pleno século XXI, é possível ver nas ruas crianças trabalhando, embora essa seja uma prática contrária à lei.*

(26) (T10) *Naturalmente, as pessoas buscam os meios mais fáceis para conseguir o corpo ideal, embora se desviem das consequências de um medicamento usado incorretamente.*

Conforme propõe Decat (1993), as concessivas pospostas assemelham-se a um adendo, que permite uma pós-reflexão acerca do que foi mencionado. Essa orientação pode ser confirmada com os exemplos (25) (T7) e (26) (T10), em que, primeiramente, assevera-se algo, na oração nuclear “No Brasil, é possível ver nas ruas crianças trabalhando (...)” e “(...) as pessoas buscam os meios mais fáceis para conseguir o corpo

ideal (...)”, para, depois, tecer o comentário (...) *embora essa seja uma prática contrária à lei e (...) embora se desviem das consequências de um medicamento usado, incorretamente*, cuja natureza é, primordialmente, contrastante, considerando-se, sempre, os matizes concessivos construídos na interação escritor/falante e contexto.

De modo mais amplo, as concessivas pospostas impulsionam um dispositivo de focalização. De acordo com Gonçalves (1997), focalização é o ato de acentuar, pôr em relevo, evidenciar certo item do texto. Nesse sentido, o realce dado em (25) (T7) e (26) (T10) está, respectivamente, nos segmentos “prática contrária à lei” e “se desviem das consequências”, o que demonstra a natureza não-tópica dessas porções textuais, que concluem o raciocínio anterior.

Quanto às construções intercaladas, o *corpus* não apresentou nenhuma ocorrência nessa posição sintática. Mesmo assim, apresentar-se-á uma rápida abordagem acerca dessa estrutura concessiva.

(26) *A família, embora tenha ficado chocada, não processou o médico.*

No entendimento de Zamproneo (1998), a oração adverbial concessiva intercalada assume o papel de elemento topicalizador. Em (26), verifica-se que a construção concessiva topicaliza o sujeito da oração nuclear: *a família*.

Com base nessa informação, pode-se inferir que a intercalação concessiva pode ser estimulada pela necessidade de nortear informações posteriores – função de guia – ou, em outras circunstâncias, de transformar algum elemento da oração em tópico – função de topicalizador.

Percebe-se que, nessa estrutura, há uma ruptura na sequência da oração nuclear, ou seja, fragmenta-se a informação dessa oração, com a introdução da concessiva, para que, em seguida, a outra porção da oração nuclear seja retomada. Nota-se, também, que, adotando-se a anteposição ou a posposição na construção do período (26), parece que se produz maior objetividade, como se pode observar: **Embora** a família tenha ficado chocada, não processou o médico (anteposta) e A família não processou o médico, **embora** tenha ficado chocada (posposta). Ao verificar essas duas últimas construções, considerando a praticidade estrutural e discursiva que elas apresentam, compreendem-se melhor as escolhas dos discentes.

### 3. Resultados

Nesta pesquisa, objetivou-se investigar algumas das nuances de sentido expressas pelo conector *embora*, a partir do alicerce teórico funcionalista, em textos dissertativo-argumentativos de estudantes da 3ª série do Ensino Médio do IFAM – CMZL.

Nos trinta textos analisados, com a seleção de dez, a partir dos critérios a) presença do conector *embora* e b) negação de inferência e contraste, foi possível encontrar as seguintes ocorrências:

- Contraste: nove.
- Negação de inferência: cinco.

Posição sintática do conector *embora* nos períodos:

- Anteposto: dez.
- Intercalado: nenhuma ocorrência.
- Posposto: quatro.

No que se refere às nuances do conector *embora*, verificou-se que o *contraste* foi o mais utilizado no *corpus*, como indicam os dados acima.

É possível afirmar que, com esse sentido, o escritor apresentou um ponto de vista mais preciso, quanto ao jogo da oposição, principalmente quando as expressões de positivo e negativo apareceram lexicalizadas, fato recorrente em todos os períodos analisados.

Além desse aspecto, percebeu-se, também, que, com a estrutura positivo x negativo, o escritor intensificou, ainda mais, o antagonismo entre as orações nuclear e concessiva. Ao que tudo indica, os discentes priorizaram, em seus textos, um grau de ruptura maior, na construção de seus argumentos, uma vez que a proposta redacional era a de que construíssem um texto dissertativo-argumentativo.

Quanto à *negação de inferência*, apenas com cinco ocorrências, talvez encontre explicação na sutileza de oposição com que os períodos envolvendo esse matiz concessivo são construídos. É necessário repetir que o texto a ser construído deveria ser dissertativo-argumentativo. Com essa informação, o estudante, possivelmente, entendeu que, para persuadir o leitor, precisaria de mais objetividade, o que o conduziu para o *contraste* entre positivo e negativo.

Convém acrescentar, ainda, em relação à sutileza dessa nuance, que o escritor envolvido nessa dinâmica argumentativa desconstrói ou reconstrói, na oração nuclear, o que fora asseverado na concessiva e, pelo que foi observado, a maioria dos discentes optou por construções menos embaraçosas.

No que tange à posição sintática de *embora*, nos períodos concessivos, houve a predominância da *anteposição*, com dez ocorrências.

Provavelmente, a escolha pela anteposição tenha ocorrido porque, nesse processo, o escritor/falante defende-se dos possíveis “ataques” de seus oponentes, ou seja, para manter um ponto de vista, além da contra-argumentação, urge que o proponente tente neutralizar, já no início, raciocínios que enfraqueçam tal ponto de vista. E, nesse sentido, começar o discurso como se estivesse a favor do adversário, é uma estratégia própria de quem utiliza a concessiva anteposta, ainda que a oração nuclear constitua-se de argumento mais forte.

Referente à posposição, houve, apenas, quatro ocorrências, e, quanto à intercalação, não houve ocorrência.

Diante do que foi apresentado, ficou evidente a plurissignificação do conector *embora*. Nos trinta textos analisados, com a seleção de dez, perceberam-se algumas das várias possibilidades que o escritor teve/tem para construir seu ponto de vista, quer por meio do contraste, quer por meio da negação de inferência.

Nesse ambiente de oposição, as construções concessivas são, geralmente, consideradas mecanismos argumentativos, uma vez que direcionam, argumentativamente, as porções textuais, privilegiando o raciocínio mais forte, o que se evidenciou, com clareza, no *corpus*.

Além desse aspecto, convém notar a preocupação do discente na escolha da ordem sintática de suas construções. Ao optar pela anteposição, ele não só defendeu sua face, diante de uma possível contra-argumentação, mas também erigiu ou intensificou seu pensamento persuasivo.

Por último, entende-se que eleger o conector *embora* como constituinte do *corpus* desta pesquisa é admitir sua relevância discursiva, principalmente no plano da argumentação. Entretanto, é fato que seu funcionamento, com as nuances de sentido apresentadas, depende dos termos que o acompanham, da intencionalidade do escritor e do contexto em que os enunciados são construídos; dessa forma, não há regras fechadas para o uso desse encadeador textual. Assim, considerando a natureza fluida de *embora*, cabe ao escritor a árdua tarefa de perceber as suas multifaces, nos mais diversos contextos.

## Referências Bibliográficas

ALI, Manuel Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8ª ed. revista e atualizada por Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Companhia das Letras. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001. 320 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação, documentação, referências, elaboração*. Rio de Janeiro: 2002. 24 p.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012. 768 p.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. 164 p.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica: linguística e filologia*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976. 356 p.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. *Leite com manga, morre!:* d a hipotaxe adverbial no português em uso. 1993. 287 p. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade, São Paulo.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Linguística*. Tradução de Frederico Pessoa de Barros *et al.* São Paulo: Cultrix, 1993, 653 p.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002 (Apostila). 127 p.

GARCÍA, Luis Flamenco. Las construcciones concesivas y adversativas. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. *Gramática Descriptiva de La Lengua Española*. Madrid: Espasa, 1999. 5.096 p.

GAUTHIER, Benoît (Org.). *Recherche sociale*. De La problematique à la collected esdonnées. Québec: Presses de l'Université Du Québec, 1984. 584 p.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, nº 3, mai. / jun. 1995, p. 20-29.

GONÇALVES, Carlos Alexandre V. *Focalização no Português do Brasil*. 1997. 401p. Tese (Doutorado em Linguística) -Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. (mimeo.)

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto & Argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 2007. 202 p.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2015. 134 p.

LIMA, José. O papel da Semântica e da Pragmática no estudo dos conectores. In: FARIA, Isabel; PEDRO, Emília; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos. (Org.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. 632 p.

LOBO, Maria. *Aspectos de Sintaxe das Orações Subordinadas do Português*. Lisboa: UNL, 2003. 428 p.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Gramaticalização e graus de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. In: *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1998. 37-56 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001. 80 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 1.005 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 1.037 p.

PERES, João. Sobre conexões proposicionais em português. In: Brito, Ana; OLIVEIRA, Fátima; LIMA, Isabel Pires de; MARTELO, Rosa. (Org.). *Sentido que a vida faz – Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, 1997. 910 p.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p.

TRAUGOTT, Elizabeth-Closs; KÖNIG. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, Elizabeth-Closs; HEINE, Bernd (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. V.2. Amsterdam: Benjamins, 1991. 313-329 p.

VIEIRA, Padre Antônio. *Cartas de Padre Antônio Vieira*. Lisboa, 1885. 608 p.

ZAMPRONEO, Silvana. *A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo do Brasil*. 1998. 182 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica de tomada de Ceuta ou Terceira parte da crônica de D. João I*, por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, 1915. 432 p.

#### **Abstract**

In this study, we examine the operation of the connector *though* in the students' constructions of the 3rd High School Series, from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas - IFAM - Campus Manaus Zona Leste, referred to as IFAM - CMZL, considering, firstly, the trajectory of this connector, and, in the texts constructed by the students, some of its semantic nuances. In this institution, there are students from several municipalities of the Amazon, and the contact of these students with those of the capital can make possible the amplification of meaning of the studied connector. In this universe of confluences, it is intended to verify the possibility of sense of *though*, from the principle of negation of inference and contrast, with the theoretical functionalist approach. Regarding the methodology, the study is qualitative, documentary and the content analysis modality. The choice of the corpus resulted from the construction of thirty essay-argumentative texts, with a free theme, by IFAM students - CMZL. Of

these, ten were selected according to criteria a) presence of though connector b) denial of presented inference and contrast, whose analysis was made in excerpts of the chosen texts. In the performed analysis, fourteen occurrences were found in the ten texts, of which five are related to the negation of inference and nine to the contrast.

**Keywords:** Though; Denial of inference; Contrast; Meaning (s).

## ORAÇÕES SUBORDINADAS GERUNDIVAS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO E EM FRANCÊS: UM ESTUDO EM SINTAXE COMPARATIVA

Gerund embedded clauses in Brazilian Portuguese and French: a comparative study in syntax

Fernanda Cruzetta (UFPR)

### Resumo

Neste trabalho, buscamos analisar, de maneira comparativa, construções gerundivas no português e no francês – mais especificamente, orações subordinadas adverbiais reduzidas de gerúndio. Apesar de a oração reduzida não ser conectada à oração principal por conjunções ou locuções conjuntivas, podemos inferir que existe, sim, uma conexão entre elas, e tal conexão se estabelece a partir de relações de modo, tempo etc. O gerúndio no português é uma forma verbal não finita e marcada pela desinência *-ndo*. Primeiramente, propomos apresentar uma breve descrição do gerúndio no português e suas formas equivalentes no francês. Para isso, tomamos como base o artigo de Mória e Viotti (2004). No francês, as formas equivalentes ao gerúndio são aquelas marcadas pelo sufixo *-ant*: o *gérondif* [Ger] e o *participe présent* [Ppr]. A pesquisa mostrou que as formas em *-ant* do francês correspondem ou ao gerúndio adnominal (e no francês equivale ao Ppr) ou ao gerúndio predicativo ou adverbial do português (nesses dois últimos casos, há uma alternância entre a utilização do Ppr e do Ger).

**Palavras-chave:** Gerúndio; *Gérondif*; *Participe présent*.

### Introdução

Quando se pensa em comparações entre línguas, duas indagações são recorrentes: se existem equivalências e se há diferenças entre os itens comparados. E são exatamente essas duas perguntas que promoveram o desenvolvimento desta pesquisa: 1. As formas gerúndio e *gérondif* / *participe présent* são equivalentes? 2. Quais as diferenças entre elas? Parte-se do pressuposto de que existam mais semelhanças do que diferenças na utilização dessas formas verbais, visto que o português e o francês são línguas que partilham a mesma origem.

Inicialmente, se propõe uma revisão da literatura sobre estudos de orientação gerativista e sintaxe comparativa. Na sequência, é feita uma descrição sobre os casos de gerúndio no português; para cada caso descrito, buscou-se expor equivalências (ou não) no francês.

### 1. Pressupostos teórico-metodológicos

Esta pesquisa toma como base teórica o Gerativismo – teoria linguística desenvolvida por Noam Chomsky em meados da década de 1950. Essa teoria concebe a linguagem como

sendo uma capacidade inerente aos seres humanos. Contrariando teorias linguísticas que focam na análise das estruturas produzidas pelos falantes (a *performance*), o modelo proposto por Chomsky é voltado para a ‘mente’ do falante (a *competência*) (GELDEREN, 2013, p. 2).

Se tomarmos como verdadeiro o pressuposto de que todos os seres humanos compartilham de uma mesma capacidade da linguagem (ou de uma Gramática Universal), conclui-se, por hipótese, que todas as línguas naturais partilham propriedades comuns.

Nesse contexto de estudos gerativistas, a sintaxe ocupa lugar central. Nesse paradigma, a relação entre o componente articulatório-perceptual (o som) e o componente conceptual-intencional (o sentido) é mediada pela sintaxe (LUNGUINHO *et al.*, 2012, p. 123). Em relação à sintaxe comparativa, pode-se compreendê-la como uma ferramenta para a reconstrução de um sistema ancestral comum e também para a explicação da aquisição e de alguns princípios universais (HASPELMATH, 2014, p. 491-493).

## 2. Resultados

### 2.1. Gerúndio no Português / Equivalência no Francês

Móia e Viotti (2004) apontam a existência de cinco formas de gerúndio no português. Para cada um desses tipos, buscou-se (quando possível) um equivalente no francês<sup>1</sup>:

a. Gerúndio perifrástico: é o uso mais comum no português brasileiro; é aquele que apresenta um verbo auxiliar (sobretudo *estar*, *continuar* e *vir*):

(1) Ele **está comendo**.

*‘Il mange.’ / ‘Il est en train de manger.’*

Aparentemente, no francês, esse tipo de situação não apresenta equivalentes em Ger ou em Ppr, mas sim no presente (simple ou contínuo), como se observa na tradução proposta em (1).

b. Gerúndio argumental: ele aparece dentro de uma oração reduzida que, por sua vez, serve de argumento para um predicado maior, de maneira que esse gerúndio pode apresentar sua grade argumental completa, realizando sujeito, objeto e o que mais for pertinente a cada situação.

(2) **Cachorros cavando buracos** não é uma situação rara.

---

<sup>1</sup>Os exemplos não referenciados foram elaborados de maneira livre para este artigo.

- (3) Ele viu **o cachorro fazendo um buraco na grama.**
- (4) Eu não quero **alunos fumando aqui!**
- (5) Não é aconselhável **as crianças saindo a essa hora de casa.**

Em (2) e em (5), podemos classificar o argumento gerundivo como sendo o sujeito da oração. Se levarmos em conta a nomenclatura utilizada nas gramáticas tradicionais, a oração [Cachorros cavando buracos] deveria ser descrita como uma subordinada substantiva subjetiva reduzida de gerúndio.

Em (3) e em (4), os argumentos gerundivos são objeto direto dos verbos *ver* e *querer*. É interessante ressaltar ainda que, em (3), podemos depreender, em PB, três interpretações diferentes: na primeira, haveria um sintagma nominal complexo, no qual o gerúndio seria o modificador do nome; na segunda interpretação, teríamos o sintagma que precede o gerúndio exercendo a função de objeto do verbo de percepção (“ver”), e a reduzida de gerúndio seria um predicado secundário; finalmente, em uma terceira interpretação, tudo que se segue ao verbo “ver” seria um constituinte único, argumento deste verbo de percepção (RODRIGUES, 2006, p. 86).

Em francês, haveria a possibilidade de uma sentença com Ger se seguir a um verbo de percepção (6), porém, aparentemente, ela não exerceria a função de argumento, mas sim de adjunto. A partir desse levantamento prévio, notou-se que esse tipo de oração reduzida também não é encontrado na posição de sujeito em francês. Assim, poderíamos inferir que, em francês, ao contrário do que ocorre em português brasileiro, essas orações não ocupam posições argumentais.

- (6) *Il a vu le chien faisant des trous.*

ele tem visto o cachorro em fazendo uns buracos

‘Ele viu o cachorro fazendo buracos’

c. Gerúndio independente / “de legenda”: aparece em construções imperativas – neste caso, ao que tudo indica, somente em português, como no exemplo (7)–e também como descrição de obra de arte ou de fotografia (8). No francês, segundo Halmøy (2008, p. 47), esse tipo de gerúndio seria, na verdade, classificado como um epíteto ligado (*épithète liée*) e apareceria sempre posposto a um suporte nominal sob a forma de Ppr – (9a) e (9b).

- (7) **Andando** já para casa! (MÓIA e VIOTTI, 2004, p. 112)
- (8) **Mulheres vendendo tapetes** no mercado (MÓIA e VIOTTI, p. 113)

- (9) a. *Femme **lisant***. (HALMØY, 2008, p. 47)

mulher lendo

‘Mulher **lendo**.’<sup>2</sup>

- b. *Hercule **aidant** Atlas à supporter le globe terrestre*. (HALMØY, 2008, p. 47)

Hércules ajudando Atlas a segurar o globo terrestre.

‘Hércules **ajudando** Atlas a segurar o globo terrestre.’

d. Gerúndio adnominal: ocorre quando o gerúndio está associado a modificadores de nome/substantivo (na gramática tradicional corresponde a alguns casos das chamadas subordinadas adjetivas reduzidas de gerúndio). Para essa forma de gerúndio, no francês, encontraríamos equivalentes com Ppr.

- (10) Ganhei diversas **sacolas contendo brindes**.

*‘J’ai gagné plusieurs sacs contenant des cadeaux.’*

De acordo com Høyer (2003), no francês, esta é uma função exclusiva do Ppr, sendo agramatical uma construção que utilizasse o Ger:

- (11) a. *J’écris **un mémoire traitant** du participe*. (HØYER, 2003, p. 7)

*eu escrevo uma monografia tratando do participípio.*

*‘Estou escrevendo **uma monografia tratando / que trata** do participípio.’*

- b. *\* J’écris un mémoire en traitant du participe*.

*eu escrevo uma monografia em tratando do participípio.*

e. Gerúndio adverbial: a classificação que se segue foi feita com base no trabalho de Lobo (2003) sobre orações subordinadas adverbiais. Para essa autora, as orações gerundivas podem ser classificadas como adjuntos adnominais, predicativas ou adjuntas. É importante ressaltar que, na classificação de Mória e Viotti (2004), as gerundivas predicativas e adjuntas correspondem ao gerúndio adverbial. Lobo (2003), no entanto, reserva o termo ‘adverbial’ para se referir às orações que ela classifica como ‘adjuntas’, em oposição às predicativas.

De acordo com Lobo (2003), o gerúndio predicativo se comporta como um predicado secundário e se distingue do uso adverbial.

---

<sup>2</sup>As traduções dos exemplos retirados das obras citadas são livres.

Nos exemplos (12) e (13), temos o gerúndio exercendo função de predicado secundário orientado para o objeto<sup>3</sup> (predicativo de objeto nas gramáticas tradicionais):

(12) O Zé ouviu o Paulo cantando. (LOBO, 2003, p. 248)

(13) O João fotografou o Zé dormindo. (LOBO, 2003, p. 248)

Høyer (2003) apresenta uma classificação semelhante à de Lobo em relação a esse tipo de gerúndio. A autora norueguesa chama essa função de atributo de um objeto, e, para tal função, ela especifica que não se pode admitir o *gérondif*. Ao descrever esta função, Høyer a relaciona ao *participe présent*, dando exemplos da literatura:

(14) *A neuf ans, elle se voyait partant elle-même convertir les petits Africains [...]*  
(HØYER, 2003, p. 7)

a nove anos, ela se via partindo ela-mesma converter os pequenos africanos

‘Com nove anos, ela se via partindo para converter os pequenos africanos [...].’

(15) *Il fallait des ‘Français nouveaux’, ignorant les mentalités indochinoises [...]* (HØYER, 2003, p. 21)

EXPLETIVO precisava uns franceses novos, ignorando as mentalidades indochinesas

‘Havia necessidade de novos franceses, ignorando a mentalidade indochinesa.’

Além do gerúndio predicativo orientado para o objeto, Lobo (2003) propõe o gerúndio com função de predicado secundário orientado para o sujeito (predicativo do sujeito):

(16) O Zé entrou em casa cantando. (LOBO, 2003, p. 248)

(17) Escrevi este poema pensando em ti. (LOBO, 2003, p. 248)

---

<sup>3</sup>A função de predicado secundário orientado para o objeto pode ser exercida por várias formas. Se propuséssemos traduções dos exemplos (12) e (13), as versões francesas (12’ e 13’) apresentariam preferencialmente uma oração infinitiva, uma pseudorelativa ou uma oração adverbial desenvolvida.

(12’) a. *Zé a entendu Paulo chanter.*

b. *Zé a entendu Paul qui chantait.*

(13’) a. *João a photographié Zé pendant que celui-ci dormait.*

b. *João a photographié Zé qui dormait.*

Em francês<sup>4</sup>, o Ger seria possível nos dois exemplos; o Ppr também pode ser encontrado nessa função, mas deve ser separado da oração principal por uma pausa:

(16') *Zé est entré dans la maison en chantant.*

(17') *J'ai écrit ce poème en pensant à toi.*

Como visto anteriormente, além das orações gerundivas predicativas, Lobo (2003) ainda propõe a classificação das gerundivas adjuntas (ou adverbiais). Essa função, segundo a autora, pode ser subdividida em três categorias – não periféricas, periféricas e de posterioridade. Trataremos apenas das duas primeiras:

- a. Gerundivas adjuntas não periféricas (ou integradas; ou de predicado): geralmente aparecem em posição final; indicam um modo, um meio ou um tempo simultâneo:
- b.

(18) Os ladrões arrombaram a porta usando um maçarico. (LOBO, 2003, p. 249)

*'Les voleur sont forcé la porte en utilisant une torche.'*

(19) A Ana convenceu o Zé apresentando-lhe bons argumentos. (LOBO, 2003, p. 249)

*'Ana a convaincu Zé en lui présentant de bons arguments.'*

Como pode se observar nas traduções de (18) e de (19), em francês, as construções com orações gerundivas integradas parecem aceitar somente a utilização do Ger. Essas orações também têm valor de modo e aparecem em posição final.

- c. Gerundivas adjuntas periféricas (de frase): geralmente se apresentam em posição inicial e têm valor de causa, concessão ou tempo anterior:
- d.

(20) Estando as crianças doentes, não poderemos ir à festa. (LOBO, 2003, p. 249)

*'Les enfants étant malades, nous ne pourrons pas aller à la fête.'* / *'Comme les enfants sont malades, nous ne pourrons pas aller à la fête.'*

(21) Tendo chegado atrasado, o Zé só encontrou lugar na última fila. (LOBO, 2003, p. 249)

*'Étant arrivé en retard, José n'a trouvé de place qu'à la dernière rangée.'*

---

<sup>4</sup>As versões em francês dos exemplos de (12), (13) e de (16) a (21) foram feitas por um falante nativo de língua francesa.

Como se observou nas traduções de (20) e de (21), as construções gerundivas adjuntas de frase parecem admitir somente a utilização do Ppr no francês.

No exemplo em (20), bem como nos exemplos (22) e (23), a oração com Ppr e a oração principal têm sujeitos diferentes. Halmøy (2008) e Høyer (2003) chamam esses casos de predicados de construções absolutas e afirmam que essas construções não admitem o Ger. Considerando que construções absolutas fazem parte da sentença, a classificação de Lobo (2003) desse tipo de oração como oração adjunta de frase parece mais significativa do que a simples classificação como oração absoluta, que não explica o estatuto sintático da oração como oração adjunta.

(22) *La pluie redoublant, ils s'arrêtèrent au village le plus proche.* (HALMØY, 2008, p. 46)  
a chuva redobrando, eles se pararam a+o cidade o mais próximo

‘A chuva aumentando, eles pararam na cidade mais próxima.’

(23) *La fatigue aidant, il se sentait la gorge sèche.* (HØYER, 2003, p. 7)

a cansaço ajudando, ele se sentia a garganta seca

‘O cansaço ajudando, ele sentia a garganta seca’.

De fato, analisando o valor semântico das orações de (20) a (23), percebemos que se trata de um valor de causa. Como dito anteriormente, essa característica somada ao fato de essas gerundivas se apresentarem em posição inicial reforçaria a argumentação, de acordo com Lobo (2001), de que se trata de gerundivas adjuntas de frase. Entretanto, seria necessário arrolar outros exemplos e realizar testes de aceitabilidade para verificar essa hipótese.

Lobo (2001) ainda apresenta outros testes sintáticos para diferenciar as orações integradas das periféricas, como clivagem, resposta a questões-QU e escopo da negação. As orações que podem ser clivadas, queservirem de resposta a uma questão-QU e querecaírem sob o escopo da negação seriam integradas. A realização desses testes para os dados do francês exige a testagem com falantes nativos.

## 2.2. Questões remanescentes

Høyer (2003, p. 7) ainda aborda a função de atributo livre, a qual ela define como uma construção separada (*détachée*) com uma subordinação “solta”, podendo ser anteposta ou posposta ao verbo.<sup>5</sup> A autora ainda destaca que, para que a construção seja um atributo livre, é

---

<sup>5</sup>Essa primeira definição Høyer afirma ser de Halmøy (HØYER, 2003, p. 21).

necessário que o Ppr esteja ligado ao sujeito do verbo da oração principal. Para esta função, Høyer destaca que o *gérondif* pode substituir o *participe présent* (HØYER, 2003,p.22):

(24) *Jetant des pétards et des œufs à Bastia, les nationalistes ont rappelé leur hostilité à l'adversaire des accords de Matignon.* (La Voix du Nord, 20/3-02)

lançando PARTITIVO foguetes e PARTITIVO ovos a Bastia, os nacionalistas têm recordado sua hostilidade ao adversário dos acordos de Matignon.

‘Lançando bombas e ovos em Bastia, os nacionalistas recordaram sua hostilidade ao adversário dos acordos de Matignon.’

(24’) *En jetant des pétards et des œufs à Bastia, les nationalistes ont rappelé...*

em lançando PARTITIVO foguetes e PARTITIVO ovos a Bastia, os nacionalistas têm recordado sua hostilidade ao adversário dos acordos de Matignon.

‘Lançando bombas e ovos em Bastia, os nacionalistas recordaram sua hostilidade ao adversário dos acordos de Matignon.’

(25) *Lundi soir, rentrant chez elle, elle a aussi vu deux voisines[...]* (Le Monde, 26/4-02)

segunda-feira noite, voltando casa ela, ela tem também visto duas vizinhas

‘Segunda-feira à noite, voltando para casa, ela também viu duas vizinhas.’

(25’) *Lundi soir, en rentrant chez elle, elle a aussi vu deux voisines*

segunda-feira noite, em voltando casa ela, ela tem também visto duas vizinhas

‘Segunda-feira à noite, voltando para casa, ela também viu duas vizinhas.’

Høyer ressalta que não haveria grandes mudanças semânticas entre uma frase e outra, apenas sintáticas. Nesse sentido, o Ppr seria ligado ao sujeito e o Ger seria ligado ao verbo. No entanto, se retomarmos a classificação de Lobo (2003) discutida anteriormente, as sentenças (24) e (25) – com Ppr – deveriam ser qualificadas como adjuntas de frase; e as sentenças (24’) e (25’) – com o Ger – deveriam ser analisadas como predicativas orientadas para o sujeito. Esta análise parece ser oposta àquela proposta por Høyer. Essa questão é aparentemente mais complexa se analisarmos os exemplos que se seguem: em (26), Høyer (2003, p. 6) apresenta uma construção com Ger que pode ser feita também com Ppr (26’):

(26) *En sortant du cinéma, j’ai rencontré Pierre.*

em saindo do cinema, eu tenho encontrado Pierre

‘Saindo do cinema, encontrei Pierre.’

(26’) *Sortant du cinéma, j’ai rencontré Pierre.*

saindo do cinema, eu tenho encontrado Pierre

‘Saindo do cinema, encontrei Pierre.’

Contudo, em frases como a que é apresentada em (27), Halmøy (2008) afirma que o Ger é inaceitável (27’), e tanto esta autora quanto Høyer (2003) não esclarecem essa questão.

(27) *Fumant dans le jardin, je ne l’ai pas entendu sonner.* (HALMØY, 2008, p. 51)

fumando em + o jardim, eu não o tenho ouvido tocar

‘Fumando no jardim eu não o ouvi chamar.’

(27’) \**En fumant dans le jardin, je ne l’ai pas entendu sonner.*

em fumando em + o jardim, eu não o tenho ouvido tocar

Resta-nos, portanto, essa questão remanescente para ser mais bem explorada em trabalhos futuros, em que questões aspectuais deverão ser consideradas.

### 2.3. Considerações finais

A partir das leituras realizadas e das análises apresentadas, pode-se concluir que, ao contrário do que se dá em português, as frases contendo as formas *-ant*, no francês, nunca ocupam função de argumento, nem compõem perífrases progressivas. Outra conclusão relevante é a de que as formas em *-ant* do francês correspondem ou ao gerúndio adnominal ou ao gerúndio predicativo ou adverbial do português. Quando analisadas como adverbiais, as formas do francês podem funcionar como adjunto de frase ou como adjunto de predicado. Sendo adjunto de frase, notou-se a possibilidade de utilização do *participe présent*, mas não do *gérondif*. Já nas situações em que há oração gerundiva com função de adjunto de predicado no português, dá-se preferência ao *gérondif* no francês, não havendo possibilidade de uso do *participe présent*. No caso do gerúndio predicativo orientado para o objeto, a preferência é pelo Ppr. Em relação ao gerúndio predicativo orientado para o sujeito, algumas questões ainda não foram devidamente resolvidas. Entretanto, essas conclusões não devem ser tomadas como definitivas, afinal, é preciso analisar um *corpus* mais extenso e com um número maior de falantes nativos de francês.

### Referências bibliográficas

GELDEREN, Elly van. *Clause structure*. New York: Cambridge University Press, 2013.

HALMØY, Odile. Les formes verbales en -ant et la prédication seconde. *Travaux de linguistique*, n. 57, p. 43-62, 2008/2. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-travaux-de-linguistique-2008-2-page-43.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

HASPELMATH, Martin. Comparative syntax. In: CARNIE, Andrew; SATO, Yosuke; SIDDIQI, Daniel (Ed.). *The Routledge Handbook of Syntax*. New York: Routledge, 2014. p. 490-508.

HØYER, Anne-Gro. *L'emploi du participe présent en fonction d'attribut libret et la question de la concurrence avec le gérondif*. 2003. 99 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Bergen, Bergen.

LOBO, Maria. Aspectos da sintaxe das orações gerundivas adjuntas do Português. IN: *Actas do 17º Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Outubro 2001, Lisboa.

\_\_\_\_\_. *Aspectos da sintaxe das orações subordinadas adverbiais do português*. 2003. 452 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Lisboa, Lisboa.

LUNGUINHO, Marcus Vinicius; RESENES, Mariana Santos de; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. Pesquisa em sintaxe gerativa: Pressupostos teóricos, procedimentos metodológicos e questões. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Orgs.). *Ciência da Linguagem: O fazer científico?* v.1. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 119-161.

MÓIA, Telmo; VIOTTI, Evani. Differences and similarities between European and Brazilian Portuguese in the use of the “gerúndio”. *Journal of Portuguese Linguistics*, n. 3, p. 111-139, 2004.

RODRIGUES, Patrícia de Araujo. *Les compléments infinis et gérondif des verbes de perception en portugais brésilien*. 2006. 262 f. Tese (Doctorat en Linguistique) – Université du Québec à Montréal, Montréal.

#### **Abstract**

In this paper we aim to analyze, in a comparative way, gerund constructions in Portuguese and French - more specifically, gerund adverbial embedded clauses. Although reduced clauses are not connected to the main clause by conjunctions or conjunctive utterances, we can infer that there is a connection between them. And such a connection is established from relations of mode, time, and so on. The gerund in Portuguese is a non-finite verbal form and marked by the ending *-ndo*. First, we propose to present a brief description of the gerund in Portuguese and its equivalent forms in French. For Portuguese, we use the article by Móia and Viotti (2004). In French, the equivalent forms to the gerund are those marked by the suffix *-ant*: *gérondif*[Ger] and *participe présent*[Ppr]. The research showed that the *-ant* French forms correspond either to the adnominal gerund (in French equivalent to Ppr) or to the predicative or adverbial gerund of Portuguese (in the latter two cases, there is a change between the use of Ppr and Ger) .

**Keywords:** Gerund; *Gérondif*; *Participe présent*.

## RELATIVAS DE GERÚNDIO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ANÁLISE FUNCIONAL

Relative gerund clauses in brazilian portuguese- a usage-based analysis

Laíza Teixeira Delatorre (UFF)

### Resumo:

Este estudo objetiva apresentar alguns questionamentos sobre a função do gerúndio nas orações relativas (adjetivas) restritivas e apositivas no português escrito brasileiro. Tem como objetivos identificar propriedades sintático-semânticas dessas orações e apontar alguns aspectos que expliquem a forma ‘independente’ das orações relativas apositivas de gerúndio. O suporte teórico desta pesquisa é a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), a qual agrupa pressupostos teórico-metodológicos de autores como Givón (1995), Decat (2001), Oliveira (2001), Bybee (2010), Traugott (2011), Rosário (2016), entre outros. Em termos metodológicos, utilizam-se dados da língua portuguesa, extraídos do *corpus* sincrônico do Português Brasileiro, referente ao século XXI. Esta pesquisa é de caráter quantitativo e qualitativo, com ênfase nesta última modalidade. Foram analisados 100 dados. Quanto aos resultados, a pesquisa mostrou que o uso do gerúndio em orações relativas é bastante produtivo na escrita, e que as orações relativas apositivas podem ser caracterizadas como estruturas mais autônomas, apresentando maior independência semântica, exibindo assim, um processo de mudança rumo à sua gramaticalização.

**Palavras-chave:** Gerúndio; Oração Relativa; Aposição.

### Introdução

**E**ste trabalho tem como objetivo maior investigar características sintáticas e semânticas das orações relativas restritivas e apositivas de gerúndio, enfatizando o caráter menos encaixado das relativas apositivas numa escala de integração sintático-semântica.

Na primeira seção, apresentam-se os pressupostos básicos norteadores da pesquisa, com base na LFCU, e também alguns conceitos como o de iconicidade e marcação, bem como da integração de orações no *continuum*.

Na segunda seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados nas análises. Já na terceira, foi traçado um breve estudo sobre o uso do gerúndio nas construções relativas. Na quarta seção, por sua vez, apresenta-se um estudo sobre as características sintático-semânticas das orações relativas restritivas de gerúndio; e na

quinta seção, um estudo sobre as características sintático-semânticas das orações relativas apositivas de gerúndio.

Na última parte deste estudo, lançamos algumas considerações finais e uma síntese de todo o texto, bem como as contribuições advindas deste estudo.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa ora empreendida adota pressupostos teóricos de base funcionalista, o que significa afirmar que a estrutura da língua emerge e se expande no contexto real de uso, sendo moldada pela necessidade dos usuários. Seguindo Givón (1979, 2001), assumimos que princípios de natureza comunicativa, como o dinamismo comunicativo, o grau de planejamento, o monitoramento face a face e o conhecimento pragmático compartilhado influenciam a forma linguística.

A Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), abordagem que embasa este estudo, agrupa contribuições da Linguística Funcional norte-americana, defendida por autores como Givón (1990), Haiman (1985), Hopper (1987), Traugott (2011), e da Linguística Cognitiva, desenvolvida por Lakoff (1987), Langacker (1987), entre outros.

Opondo-se a abordagens formais da linguagem, os modelos funcionalistas consideram que as estruturas linguísticas não são completamente arbitrárias, ao contrário, são relativamente influenciadas pela maneira como os falantes a concebe. A partir dessa noção da não-arbitrariedade, Givón (1990) define iconicidade como isomorfismo consistente entre o código sintático e seu *designatum* semântico e pragmático, ou seja, há uma relação não arbitrária entre forma e função, um paralelismo entre as estruturas da língua e as experiências vividas.

Ao analisar as orações relativas reduzidas de gerúndio, deparamo-nos com outros conceitos propostos por Givón (1995), que foram úteis à pesquisa. O autor afirma que a marcação é um fenômeno ligado ao contexto, e deve ser explicada com base em fatores socioculturais, comunicativos, biológicos e cognitivos. Segundo Givón (1995), as estruturas da língua se dividem em duas categorias: marcada e não marcada. A estrutura marcada é menos comum e usada em casos específicos, já a não marcada é mais comum e frequente.

O princípio da marcação se divide em três subprincípios: complexidade estrutural, distribuição de frequência e complexidade cognitiva. O princípio da iconicidade está

relacionado à motivação existente entre forma e significado, e se divide também em três subprincípios: quantidade, integração e ordenação linear.

Para a análise das orações relativas reduzidas de gerúndio, levamos também em conta o estudo de Hopper e Traugott (1993), o qual estabelece um *continuum* de integração semântico-sintático na vinculação de orações. Vejamos:

<b>Parataxe</b>	>	<b>Hipotaxe</b>	>	<b>Subordinação</b>
-dependente		+ dependente		+ dependente
- encaixada		- encaixada		+ encaixada

Quadro 1: Cline de integração oracional. (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 170)

A partir da análise do quadro acima, defendemos que as orações relativas de gerúndio estão mais à direita do *continuum*, com um grau maior de dependência. No decorrer deste estudo, verificaremos o grau de integração entre a relativa e sua unidade matriz.

## 2. Metodologia

Esta pesquisa tem caráter quantitativo e qualitativo. Trabalhou-se com a coleta de dados no *corpus* sincrônico do Português Brasileiro, referente ao século XXI, e em seguida a análise desses dados. A abordagem quantitativa trata da contabilização e reunião de um número significativo de dados, suficientes para uma análise que possui amostras diversas. No que tange a abordagem qualitativa, por sua vez, trata da análise desses dados em relação a um parâmetro de variáveis anteriormente definidas.

Em termos de procedimentos metodológicos, primeiramente trabalhou-se com a seleção dos dados. Em seguida, foi feita a análise sintático-semântica de cada dado.

Foram selecionados 100 dados do *corpus* sincrônico do Português Brasileiro referente ao século XXI para a realização deste estudo. O *corpus* é composto por centenas de páginas da *web*, que apresentam textos de diferentes gêneros na modalidade escrita, e está disponível em <http://www.corpusdoportugues.org>.

## 3. Usos do gerúndio em orações relativas

Nesta seção, apresentamos algumas características próprias do uso do gerúndio em orações relativas com base nas classificações propostas por alguns autores, como Campos (1972) e Cunha & Cintra (2001), Rocha Lima (2011) e Bechara (2015).

A partir das análises das orações relativas de gerúndio encontradas no *corpus*, identificamos que elas compartilham as mesmas funções semânticas e sintáticas das orações relativas desenvolvidas: fazem referência ao sujeito, ao objeto direto, ao objeto indireto, ao adjunto, ao predicativo que se encontra na oração matriz, ou ainda a outra oração. Vejamos um dado:

- (1) “...No congresso da SOPCOM que terminou este fim de semana (blog com pormenores aqui) foi muito discutido o futuro do jornalismo, não apenas nas sessões temáticas específicas, mas também noutras sessões, *incluindo as plenárias*. Embora a necessidade de mudança seja já assumida como uma quase inevitabilidade há divergências e, sobretudo, incertezas sobre os caminhos a [...]”  
([https://atrium.wordpress.com/?s=excluindo/bbc online vai ter que mudar/5/07/04 3:50 PM](https://atrium.wordpress.com/?s=excluindo/bbc+online+vai+ter+que+mudar/5/07/04+3:50+PM))

As orações complexas são representadas por duas estruturas, que correspondem a oração relativa e a oração matriz. Em (1), a oração relativa de gerúndio refere-se ao sintagma nominal *sessões*, que funciona como um adjunto adverbial da oração matriz anteposta.

Cunha & Cintra (2001, p. 615, grifos dos autores) afirmam que “como o gerúndio tem principalmente significado temporal, as REDUZIDAS por ele formada correspondem, na maioria dos casos, as ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS TEMPORAIS”, porém, não deixam de abordar o gerúndio em construções relativas. Os autores afirmam que o uso do gerúndio relativo expressando uma atividade atual e passageira é antigo no idioma e que tal uso vigora na língua até os dias atuais. Para ratificar a ideia de atividade passageira expressa pelo gerúndio relativo, os autores trazem em sua obra duas passagens, uma do final do século XIII e início do século XIV e a outra do começo do século XVIII:

“Ela tragia na mão  
um papagaio mui fremoso,

**cantando** [=que cantava] mui saboroso...”<sup>1</sup>

“Vi um menino **cantando**.”<sup>2</sup>

Cunha & Cintra (2001) apontam ainda que o gerúndio como representante de uma construção relativa designa um modo de ser ou uma atividade permanente em relação a seu referente e explicitam essa ideia através da ocorrência apresentada a seguir:

“Meu coração é pórtico partido/

**Dando** excessivamente sobre o mar./”<sup>3</sup>

(F. Pessoa, OP. 54)

Rocha Lima (2011) admite que só existem orações reduzidas de gerúndio dos tipos ADJETIVAS e ADVERBIAIS. Em relação às adjetivas o autor afirma que:

Somente ocorre com o chamado gerúndio progressivo, o qual, preso a um substantivo, ou pronome, da oração principal (e não a um verbo), expressa uma ação em desenvolvimento, um fato que está se passando momentaneamente com o ser representado por este substantivo ou pronome. (ROCHA LIMA, 2011, p. 340)

Bechara (2015, p. 529) afirma que as orações quando reduzidas apresentam seu verbo em uma das formas não-finitas (infinitivo, particípio e gerúndio) e acrescenta que:

O emprego de reduzidas por desenvolvidas e vice-versa, quando feito com arte e bom gosto, permite ao escritor variados modos de tornar o estilo conciso, não acumulado de quês e outros transpositores, enfim, elegante. (BECHARA, 2015, p. 530)

Ao analisar o uso do gerúndio nas orações relativas reduzidas, identificamos o caráter atributivo deste tipo de construção. Atestamos tal fato a partir das análises feitas por Bechara (2015, p. 533) ao abordar o gerúndio em construções relativas. Segundo o autor, o gerúndio relativo figura com a ideia de tempo transitório / atividade passageira, atribuindo um modo de ser, uma qualidade, uma atividade a um nome ou pronome,

---

<sup>1</sup> Dado retirado de Cunha e Cintra (2001, p. 614) referente ao fim do século XIII e início do século XIV.

<sup>2</sup> Dado retirado de Cunha e Cintra (2001, p. 614) referente ao século XVIII.

<sup>3</sup> Dado retirado de Cunha e Cintra (2001, p. 614).

porém, dentro de certo período e em determinada situação. O autor explicita esta ideia a partir da análise da construção “água fervendo”, a qual indica um estado transitório da água que “fervia dentro de certo espaço de tempo” (BECHARA, 2015, p. 533). Na ocorrência que segue, é possível identificar a ideia de tempo transitório emergida pela oração relativa de gerúndio:

- (2) Te juro que fico p. da vida quando vejo um monte de engenheiros estrangeiros *desembarcando* no Porto de Rio Grande, quando a Universidade de lá forma profissionais todo semestre... (<http://www.coisaparecida.com/2012/03/brasil-lei-de-imigracao/>)

Em (2), percebemos que a oração relativa de gerúndio possui como referente o sintagma nominal *engenheiros estrangeiros* e estabelece uma ideia de atividade passageira em relação ao conteúdo informacional da oração matriz.

Bechara (2015, p. 533) aponta ainda que o gerúndio relativo pode também expressar a ideia de “uma atividade permanente, qualidade essencial, inerente aos seres, própria das coisas”. Vejamos o dado a seguir retirado da obra do autor em que a oração relativa de gerúndio realça a ideia de uma qualidade essencial em relação ao sintagma nominal *O livro V*:

“O livro V, *compreendendo* as leis penais, aquele que, após os progressos efetuados na legislação e na humanidade, mais carecia de pronta reformação.”

Na ocorrência abaixo, retirada do *corpus* em análise, é evidenciada essa característica atributiva que expressa uma atividade permanente, qualidade essencial, vejamos:

- (3) Antigamente, isso quase não existia. Por isso, existe uma certa diferença entre os relatos da vida pós - morte na literatura antiga, mais tradicional, e na moderna. Os livros religiosos mais antigos, *relatando* sobre a aparição da alma dos mortos, contam sobre visões no paraíso ou no inferno e sobre encontros com anjos ou demônios. ([http://www.fatheralexander.org/booklets/portuguese/life\\_death\\_p.htm](http://www.fatheralexander.org/booklets/portuguese/life_death_p.htm))

Em (3), a oração relativa de gerúndio expressa a ideia de uma atividade permanente em relação a toda informação apresentada na oração matriz. O que há relatado nos livros religiosos mais antigos é algo que não figura com a semântica de uma atividade em progresso num determinado período de tempo.

A postura adotada por Rocha Lima (2011) difere-se da de Bechara (2015) e de Cunha & Cintra (2001), pois desconsidera os casos em que o gerúndio expressa estado permanente do nome a que se refere.

Campos (1972) afirma que o gerúndio ao exprimir uma qualidade/atividade permanente acontece tipicamente em nominalizações, por exemplo, casos que seguem títulos ou leis os quais são muito comuns na linguagem administrativa. Podemos observar na ocorrência em (4), retirada do *corpus*, que a relativa de gerúndio expressa uma qualidade permanente quando se refere ao sintagma nominal *fita*, a qual tem como título *Red Mist*:

- (4) Red Mist é uma fita *contendo um episódio inédito de Bob Esponja Calça Quadrada*. (<https://maringapost.com.br/ahduvido/50-historias-do-lado-negro-dos-icone-pop-parte-1/>)

A autora, em seu trabalho com as adjetivas, aponta ainda para um aumento significativo, a partir do século XIX, do uso dos verbos de percepção (ver, olhar, assistir, entre outros), verbos que indicam processos mentais (pensar = imaginar, conceber, lembrar-se, sonhar, entre outros), verbos existenciais (*ter* e *haver*), verbos de natureza e de outras modalidades, e atribui tal aumento à sua função relativizadora. Atentamos para tal fato e percebemos que tais verbos apareceram em grande quantidade nos dados analisados. Vejamos um dado:

- (5) Em massa não sei Paulo. Mas que tem muita gente querendo aprender português e muito empresário (não digo multinacionais) *pensando em investir no Brasil*, isso tem. (<http://www.coisaparecida.com/2012/03/brasil-lei-de-imigracao/>)

Na ocorrência em (5), o verbo no gerúndio *pensando* indica um processo mental e tem como referente o objeto direto da oração principal *muito empresário*. Esse dado ilustra a asseveração de Campos (1972).

Apresentamos, brevemente, nesta seção os usos do gerúndio relativo abordado por alguns autores de nossa língua. Constatamos, a partir das análises, que as orações relativas de gerúndio são bastante produtivas, podendo expressar tanto um modo de ser, uma qualidade, uma atividade transitória ou permanente, bem como evidenciar o caráter atributivo dessas orações ao modificarem um nome ou grupo nominal encontrado na oração principal.

A seguir, algumas questões sobre as orações relativas restritivas e apositivas de gerúndio serão apresentadas.

#### 4. Propriedades das orações relativas restritivas de gerúndio

As orações relativas de gerúndio, assim como as relativas desenvolvidas, também são divididas em dois grupos: as restritivas e apositivas. Nesta seção, apresentamos algumas propriedades sintático-semântica das orações relativas restritivas de gerúndio.

Em seus estudos sobre as relativas, Veloso (2013, p. 2110) afirma que as orações relativas do tipo restritiva modificam o grupo nominal ou o nome que têm como referente, estando integradas, tanto prosódica como sintaticamente, como podemos atestar na ocorrência a seguir:

- (6) O Presidente Lula aprovou uma medida provisória autorizando a mistura de 2% de biodiesel ao diesel convencional, o que poderá gerar uma grande economia de divisas, podendo chegar a US\$ 160 milhões nos primeiros 8 anos, o equivalente a 800 milhões de litros de petróleo, desencadeando um possível processo de crescimento econômico no país. O prazo para vigorar essa medida inicia-se em 1º de janeiro de 2006.  
(<https://www.biodieselbr.com/destaques/2005/combustivel-renovavel.htm>)

Em (6), a oração relativa restritiva de gerúndio em destaque tem como referente o sintagma nominal *uma medida provisória* que funciona como objeto direto na oração principal. Percebemos que a relativa restritiva de gerúndio modifica o grupo nominal que

a antecede, restringindo-o ao explicitar o tipo de medida provisória aprovada pelo presidente.

Rocha Lima (1999, p. 271), ao abordar as relativas restritivas, afirma que essas orações têm como função delimitar o referente com o qual forma um todo significativo, com isso, não podem ser suprimidas, sob pena de a oração matriz ficar prejudicada em sua compreensão. Observem-se, para tanto, a ocorrência abaixo:

- (7) O uso de iscas envenenadas é outra alternativa de controle da praga. Pode-se usar iscas contendo inseticida fosforado ou carbamato, farelo de sorgo, trigo ou milho, açúcar ou melão e água. ([https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/praga-subestimada\\_383678.html](https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/praga-subestimada_383678.html))

Na ocorrência em (7), percebemos que não é possível suprimir a oração relativa de gerúndio sem perda de significado no período, pois a oração de gerúndio restringe o antecedente *iscas* na medida em que enumera os itens possíveis de serem usados juntamente com as iscas no controle da praga, opondo-se a outros itens que não são possíveis de serem usados neste controle.

Em nossas análises, verificamos que tal afirmação não é aplicável para todas as construções relativas restritivas. Encontramos ocorrências em que a oração relativa restritiva de gerúndio pode ser suprimida sem que haja perda semântica significativa na construção, como em (8):

- (8) Mas isto deveria ser com “todo” imigrante que entrasse, não simplesmente para dificultar, mas também para mostrar um pouco mais de seriedade...é claro que gostamos de ter turistas...de ter mais alguns ‘cérebros’ pensando por aqui...mas nossos ‘cérebros’ também precisam de mais incentivo...mais investimento... (<http://www.coisaparecida.com/2012/03/brasil-lei-de-imigracao/>)

O mesmo pode ser observado em (9):

- (9) Por milhares de anos a adivinhação tem sido um bastardo do paganismo, nascido do medo, da curiosidade e da superstição. A superstição dos dias de hoje é um problema de muitas faces envolvendo o folclore, a psicologia e a teologia. Os capítulos seguintes

originam-se no trabalho de aconselhamento de um ministro evangélico e de um teólogo. Tal ministério é uma fonte contínua de material nesta área. Meu arquivo de casos ocultos cresceu para um número maior do que 20.000. ([http://www.fatheralexander.org/booklets/portuguese/between\\_christ\\_satan\\_koch\\_p.htm](http://www.fatheralexander.org/booklets/portuguese/between_christ_satan_koch_p.htm))

A relativa restritiva de gerúndio em (8) possui como referente o sintagma nominal ‘*cérebros*’ e o restringe na medida em que acrescenta uma informação a este. O mesmo acontece na ocorrência em (9), a qual tem como referente o sintagma nominal *um problema*. Observamos que em ambos os casos a restrição não é totalmente necessária para a compreensão do período, daí os questionamentos levantados por muitos estudiosos em relação ao grau de integração sintático-semântico das relativas.

A seguir, algumas propriedades das orações relativas apositivas de gerúndio serão discutidas.

## 5. Propriedades das orações relativas apositivas de gerúndio

As orações relativas do tipo apositiva se diferenciam das restritivas por estarem isoladas do referente por uma pausa, indicada na escrita pela vírgula (KURY, 2003, p. 79). Nesta seção, serão apresentadas algumas características sintático-semânticas relacionadas às construções relativas de gerúndio do tipo apositiva.

As orações relativas apositivas de gerúndio, bem como as restritivas de gerúndio, apresentam-se sem conectivo, com o verbo no gerúndio e referem-se a um sintagma nominal antecedente. No que tange as propriedades semânticas, as orações relativas apositivas (classificadas pelas gramáticas tradicionais também como explicativas ou não-restritivas) possuem valores que diferem das do tipo restritivas.

Segundo Neves (2000, p. 397), a oração relativa apositiva “acrescenta uma informação acerca do antecedente a que se refere [...] não fazendo nenhuma delimitação”. E afirma ainda que, “no caso de uma oração adjetiva explicativa, o antecedente, que já está delimitado independente dela, pode referir-se não apenas a um conjunto, mas ainda a um indivíduo único” (NEVES, 2000, p. 377). Atestamos o argumento proposto por Neves (2000) na ocorrência abaixo:

(10) Em nota assinada por 16 dirigentes da corrente, incluindo quatro integrantes da Executiva Nacional do PSOL, a CST anuncia que “se retira da campanha e chama voto crítico em Edmilson”. O apoio de Lula parece ter sido particularmente mal digerido pelo grupo: “Com a definição de Lula de gravar programas de tevê para Edmilson todos os limites foram ultrapassados. (<http://www.viomundo.com.br/politica/o-apoio-de-lula-e-a-crise-do-psol-em-belem.html>)

Em (10), percebemos que a oração relativa apositiva de gerúndio acrescenta uma informação acerca de seu referente *corrente* e não o delimita, funcionando assim como uma unidade informacional independente da oração matriz.

Vilela e Koch (2001), em seus estudos sobre as orações relativas, afirmam que as:

[...] frases relativas (propriamente ditas) [...] a frase explicativa, apositiva ou não-restritiva [...] que fornece, para a identificação do denotado, uma informação suplementar, não necessária (embora importante do ponto de vista comunicativo). Pode ser suprimida sem que a frase subordinante se torne incompreensível ou se altere semanticamente, e está separada da frase subordinante por uma pausa. (VILELA E KOCH, 2001, p. 397).

Segundo Veloso (2013, p. 2067), as orações relativas apositivas “formam um sintagma autônomo com valor referencial próprio”. Em outras palavras, essas orações não favorecem a identificação do referente. Essa identificação é reconhecida pelo sintagma nominal que precede a oração relativa. Vejamos:

(11) A existência de tais cadeias de mercadorias, ligando múltiplos processos produtivos, levava a que, para o conjunto de todos os “capitalistas”, o grau de acumulação dependesse da margem que pudesse ser criada, numa situação em que esta margem podia flutuar consideravelmente. (<http://www.primeiralinha.org/textosmarxistas/capithistorico1.html>)

Em (11), a oração relativa apositiva de gerúndio somente introduz um comentário em relação ao sintagma nominal *cadeias de mercadorias*. Com isso, percebemos que a oração relativa em destaque não é essencial na construção para a identificação do referente, pois seu referente já está delimitado pelo pronome demonstrativo *tais* que o precede. Com isso, a oração relativa tem um valor referencial próprio, podendo, assim, ser omitida sem prejuízo semântico e sintático da construção.

Ao classificar as orações relativas, Kury (2003, p. 79) afirma que as explicativas exprimem o sentido geral do substantivo com que se relacionam e possuem o valor aproximado de um aposto explicativo ou atributivo, com isso, sua eliminação “não traz em princípio prejuízo lógico, mas principalmente estilístico, ao sentido geral” (KURY, 2003, p. 79).

Em seus trabalhos sobre as orações relativas, Decat (2001, p. 108) afirma que “a oração apositiva por seu aspecto semântico equivale a um aposto, assumindo o aspecto formal desse, ao vir separada por vírgula (ou similar)”. Observe-se a ocorrência a seguir:

- (12) “...Isso pode ser considerado uma boa administração? Como a sua administração faria diferente?”. Notem que a primeira parte da pergunta é um editorial, *promovendo a visão da emissora*. Só a segunda pede a visão do candidato. Ou, claro, o JN poderia citar como SP paga o pior salário do Brasil a seus professores. Enfim, são tantas opções... Claro que o JN decidiu falar mal do PT nas três ocasiões. Tudo bem, qualquer pessoa que olha pra trás (o que não é um ponto negativo, pelo contrário!) e sabe analisar a História sabe quem a Globo apoiou em todas as eleições e quem ela apoia agora. Não é surpresa. Mas bem que a emissora poderia assumir seu apoio. Seria um pouco mais honesto que posar de neutra e imparcial...” (<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2010/08/serra-entre-amigos-no-jn.html/>)

Em (12), a oração relativa apositiva de gerúndio veicula uma informação suplementar acerca de seu referente *editorial*, assemelhando desta forma a um aposto, pois está separada da oração matriz por vírgula e se constitui em uma unidade informacional adicional.

Decat (2001, p. 108) acrescenta ainda que da mesma forma que um aposto, a informação veiculada pela oração apositiva é suplementar, diferenciando-se assim da restritiva, por não servir para identificar um nome ou um grupo nominal antecedente.

Em suma, constatamos que as orações relativas apositivas de gerúndio estão ocorrendo de forma menos integradas à oração principal. Em outras palavras, percebemos que essas orações possuem uma independência relativa, por isso ela é reconhecida como sendo uma informação suplementar, parentética e também uma unidade informacional por si mesma separada pela marca gráfica da vírgula.

## 6. Considerações finais

Neste trabalho, abordamos características sintáticas e semânticas das orações relativas restritivas e apositivas de gerúndio e analisamos os usos do gerúndio em construções relativas.

Ao abordar as propriedades sintático-semânticas das orações relativas restritivas e apositivas de gerúndio, explicitamos as funções expressas por essas e a relação com seu antecedente, atentando para o fato que as apositivas possuem características próprias que fazem com que não se encaixe integralmente à oração principal, ao contrário das restritivas, que possuem um vínculo maior de integração.

Segundo os pressupostos funcionalistas, a oração relativa é uma forma marcada, e evidenciamos que esse tipo de oração é bastante produtivo no que tange à estilística nos enunciados. Reconhecemos também que essa oração é polêmica, visto que há casos de sobreposição semântica, com a noção de modo, de tempo, entre outros. Um estudo mais aprofundado sobre essas orações será desenvolvido em outros trabalhos, devido ao espaço reduzido aqui para o desenvolvimento de todas essas ideias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 38. Ed.rev.ampl. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BYBEE, J. L. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.

CAMPOS, Odette A. de Souza. 1972. Tese de doutoramento. *Gerúndio no português: estudo histórico-descritivo*. São Paulo: FFLCH, USP.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. *Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao 'desgarramento'*. Scripta (Linguística e Filologia), v.5, n.9, Belo Horizonte: PUC Minas, 2º sem 2001, p. 104-118.

GIVÓN, T. *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*, v.12. Nova York: Academic Press, 1979.

\_\_\_\_\_. *Syntax II*. Nova York: Academic Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Functionalism and grammar*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1995.  
HAIMAN, J. *Natural Syntax: Iconicity and erosion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HOPPER, Paul. *Emergent Grammar*. Berkeley Linguistics Society, v.13, p. 139-157, 1987.

\_\_\_\_\_; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2003.

LAKOFF, G. *Women fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. V. I. Stanford: Stanfords University Press, 1987.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

OLIVEIRA, M. R. *Orações adjetivas em língua portuguesa – uma abordagem pancrônica*. Scripta, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.92-103, 2001.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

\_\_\_\_\_. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

ROSÁRIO, Ivo da Costa. *Reflexões sobre o critério da (in)dependência no âmbito da integração de orações*. In: *Línguas & Letras (Online)*. v. 17, p. 252-272, 2016.

TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization and mechanism of change*. In: NARROG, H.; HEINE, B. (Ed.) *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 19-30.

VELOSO, Rita. *Subordinação relativa*. In: RAPOSO, E. B. P.; BACELAR DO NASCIMENTO, M. F.; MOTA, M. A. C. da; SEGURA, L.; MENDES, A. (Coord.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore V. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.

#### **Abstract**

This study aims to present some questions about the function of the gerund in the restrictive and non-restrictive (appositive) relative clauses in Brazilian

written Portuguese. It aims to identify syntactic-semantic properties of these sentences and to point out some aspects that explain the 'independent' form of the appositive relative gerund clauses. The theoretical support of this paper is the Usage-based Functional Linguistics approach, which brings the theoretical and methodological assumptions of authors such as Givón (1995), Decat (2001), Oliveira (2001), Bybee (2010), Traugott (2011), Rosário (2016), among others. As regards the methodological procedures, the theoretical instrument is used to analyze the Portuguese language data, extracted from the Brazilian Portuguese *corpus*. This research has a quantitative and qualitative character, with emphasis in this last modality. We analyzed 100 data. Regarding the results, the research showed that the use of the gerund in relative clauses is quite productive in writing, and the appositive relative clauses can be characterized as autonomous structures, presenting a semantic independence, thus exhibiting a process of change towards its grammaticalization.

**Keywords:** Gerund; Relative Clause; Apposition.

## CONEXÕES VIRTUAIS: AS RELAÇÕES SEMÂNTICAS E SINTÁTICO-DISCURSIVAS NA LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE MEMES

Virtual connections: semantic and syntactic-discursive relationships in reading  
and interpretation of memes

Thatiana Muylaert (UERJ)

### Resumo

A presente pesquisa investiga o funcionamento da proposta de “subordinação sincronizada” no gênero meme, que tem como alvo o atual Presidente da República, Michel Temer, em sua fotografia oficial com a faixa presidencial (2016/2017), que circula nas redes sociais com o intuito de “satirizar” a personalidade pública que se expõe. O meme é uma espécie de paródia visual, em que há a incorporação de legendas às fotografias que aparecem na mídia, consistindo em ironizar, de forma humorística, pessoas públicas ou não, produzindo críticas a várias esferas sociais. Objetiva-se investigar as relações semânticas e sintático-discursivas (SANTAELLA, 2012; SANTAELLA; NÖTH, 2012) que há entre palavra e imagem, expondo os nexos estabelecidos virtualmente nos eixos sintáticos, embasando as noções de subordinação (AZEREDO, 2014; CASTILHO, 2010) sincronizada, que se estabelecem na leitura de textos verbo-visuais por meio de recursos referenciais (KOCK; ELIAS, 2010). Os gêneros discursivos estão presentes em todas as situações de comunicação, e é por meio deles que os indivíduos se comunicam, permitindo a interação através de enunciados orais, escritos ou visuais. O *corpus* é composto por duas peças retiradas da internet, estabelecendo uma abordagem qualitativa que visa a demonstrar como as relações semânticas e sintático-discursivas manifestam-se em textos do gênero meme.

**Palavras-chave:** Semiologia; Subordinação sincronizada; Referência; Verbo-visualidade.

### Palavras iniciais

A utilização de imagens como elemento de comunicação se faz presente em várias esferas da contemporaneidade, tendo em vista que elas são partes inextricáveis de nossa cultura, sobretudo em tempos de farta tecnologia cibernética. Com a popularização das redes sociais e a “dependência” virtual de muitos indivíduos, a propagação e movimentação contrária às esferas políticas propiciaram o surgimento de novos gêneros textuais, o caso do “meme<sup>1</sup>”.

---

<sup>1</sup>A memética é muito mal falada, mal compreendida, muito temida. Mas muitos desses problemas pode ser [sic] evitado lembrando-se da definição. Um meme não equivale a uma ideia. O meme não é uma ideia. Ele não é equivalente a nada, na verdade. Permaneça com a definição. É aquilo que é imitado, ou a informação que é copiada de pessoa para pessoa. (BLACKMORE, 2008 apud SOUZA, 2014, p. 161)

Em relação ao aparecimento de novos gêneros nas esferas sociais, Bakhtin (2011, p. 262) afirma que

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo.

Na perspectiva da Análise Semiociuística do Discurso, Charaudeau (2004, p. 01) retoma conceitos acerca do gênero para tentar compreender como se dá a aparição de tantos outros gêneros não literários. Para isso, regressa ao próprio Bakhtin, concluindo que tratar deles é assunto complexo. Assim, pontua que “(...) o que é levado em conta para definir esta noção diz respeito tanto à *ancoragem social* do discurso, quanto a sua *natureza comunicacional*, tanto às *atividades linguageiras* construídas, quanto às *características formais* dos textos produzidos”.

Parte-se do pressuposto de que a comunicação humana é baseada na criatividade inesgotável dos sujeitos da linguagem que, em uma relação de interação, são capazes de produzir sentidos a partir dos enunciados expostos por meio de inferências que “ativam” os imaginários sociodiscursivos para análise e interpretação do discurso.

É pela relação intertextual e interdiscursiva que se incorporam textos e discursos em vários enunciados; não existem textos “puros”, isto é, todo texto é instaurado em uma gama enorme de discursos variados. E, por isso, é possível estabelecer relações paródicas em textos linguísticos e semióticos. É por meio da utilização de signos linguísticos que a comunicação humana acontece, permitindo a integração dos sujeitos da linguagem no campo semiociuístico da comunicação.

Com o advento da globalização e o avanço da tecnologia, o acesso a computadores, a telefones e à internet tornou-se insipiente, pois grande parte da população brasileira tem acesso a esses meios de comunicação. Logo, a produção<sup>2</sup> e a propagação de novos gêneros são corriqueiras, tendo em vista que, com a utilização desses elementos tecnológicos, a alteração de imagens, informações e notícias em textos via *web* é constante.

Por isso, alterar fotos e colocar legendas em textos que circulam na internet tornou-se muito comum. Acredita-se que a população utiliza esse “novo” gênero como

---

<sup>2</sup> Informação disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/05/reportagem-revela-quem-esta-por-tras-dos-memes-que-circulam-na-internet.html>. Acessado em 22/06/2017.

forma de protesto<sup>3</sup>, principalmente, aos acontecimentos políticos do país. É por meio da “satirização” das personalidades políticas que muitos indivíduos se expressam.

Assim, o gênero *meme* possibilita uma união da comunidade virtual, que se alia para propagar e gozar de personalidades públicas, seja compartilhando em suas redes sociais, seja reproduzindo em suas próprias páginas. Com isso, influencia-se a construção de opiniões públicas. Para Charaudeau (2016, p. 44):

A opinião pública está em construção permanente, na confluência de um triplo movimento de reação por parte dos grupos sociais, de atribuição por parte dos atores políticos, de categorização por parte das instâncias midiáticas. Apresenta-se ao mesmo tempo fragmentada e homogênea, reativa e intimidada, autônoma e sob influência, isto é, numa forma plural: não uma opinião pública, mas várias opiniões públicas.

De acordo com o autor, “(...) para que uma opinião pública se manifeste, é necessário que surja no espaço social um acontecimento suscetível de tocar uma grande quantidade de indivíduos” (2016, p. 45). No espaço virtual, atinge-se uma gama enorme de indivíduos, que podem ou não compartilhar das mesmas opiniões e valores.

Dessa maneira, além de divertir por meio da sátira, os memes possibilitam, através da utilização das próprias imagens e de recursos linguísticos, a captação de um público-alvo que reconhece os mesmos elementos sociais por intermédio das inferências feitas, justamente porque os leitores compartilham os mesmos conhecimentos de mundo.

## **1. Da paródia ao sentido dos enunciados verbo-visuais**

O fenômeno de recriar textos satirizando-os em tom humorístico é conhecido como paródia, ou seja, o sentido do texto-fonte é reativado por meio de expressões verbais e visuais. Estas possibilitam a ativação do imaginário sociodiscursivo, que auxilia na desconstrução do sentido original do texto.

É muito comum observarmos paródias de textos literários em que autores mais “modernos” ou “contemporâneos” satirizam a forma de pensar e de denunciar problemáticas sociais de poetas já consagrados. Entretanto, nos dias de hoje, com a exacerbação das imagens, é possível verificarmos esse fenômeno também através do visual, em que a utilização de fotografias expostas na internet é alterada com o intuito de vulgarizar personalidades conhecidas ou não. Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 94)

---

<sup>3</sup>Confirma-se a grande utilização de *memes* como forma de protesto no site: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/05/crise-politica-vira-memes-e-faz-sucesso-na-internet.html>. Acessado em: 22/06/2017.

afirmam que a paródia funciona como uma espécie de subversão em que “[...] a imitação permite desqualificar a autoridade do texto ou do gênero fonte. Reconhecem-se aqui os fenômenos de paródia depreciadora”. Assim,

Na paródia, a linguagem torna-se dupla, sendo impossível a fusão de vozes que ocorre nos outros dois discursos: é um escrita transgressora que engole e transforma o texto primitivo: articula-se sobre ele, reestrutura-o, mas ao mesmo tempo, o nega (JOSEF, 1980:59 apud FÁVERO, 2011). Diz ainda a autora serem dois os princípios que tornam possível essa transgressão: o diálogo e a ambivalência que correspondem aos dois eixos: horizontal (sujeito da escritura – destinatário) e vertical (texto – contexto) que se cruzam gerando, como já disse, a intertextualidade a dupla leitura. (FÁVERO, 2011, p. 53)

É nessa construção polifônica do discurso parodístico que o sentido do novo texto é (re)criado. É assim que se (re)constroem imagens e estereótipos engendrados no cotidiano. Somente uma população criativa, capaz de se autorreinventar, gera enunciados a partir do que lhe é imposto socialmente. É na produção de sentidos do texto, não só por meio do verbal, que os sentidos implícitos são produzidos “virtualmente”.

A todo tempo, no dia a dia, estamos lendo e ativando conhecimentos extratextuais para auxiliar na produção e significação de sentidos, seja lendo jornais, revistas ou anúncios, seja vendo telejornais, seja interagindo em redes sociais etc. Portanto, a vivência e as relações que se estabelecem no cotidiano devem ser caracterizadas como elementos que sustentam e participam ativamente do processo de leitura.

À vista disso, vale ressaltar que ler não está ligado apenas aos sintagmas, mas sim a tudo que faz com que possamos inferir sentidos e produzir significados. Santaella (2012) esclarece que devemos chamar de leitor aqueles que leem os sinais de trânsito, os semáforos, placas de orientação, entre outros. É evidente que, ao longo dos anos, o conceito do que é a ‘leitura’ veio se modificando.

Diante de tudo isso, não há por que manter uma visão purista da leitura restrita à decifração de letras. Do mesmo modo que, desde o livro ilustrado e as enciclopédias, o código escrito foi historicamente se mesclando aos desenhos, esquemas, diagramas e fotos, o ato de ler foi igualmente expandindo seu escopo para outros tipos de linguagens. Nada mais natural, portanto, que o conceito de leitura acompanhe essa expansão. (SANTAELLA, 2012, p. 11)

Nessa perspectiva, Santaella (2012) propõe que a leitura de textos visuais e verbo-visuais depende de algumas relações semânticas, as quais estabeleceu para facilitar a compreensão e interpretação de gêneros que possuíssem essa estrutura. Para a autora, a leitura desses textos pode ocorrer por meio das relações de dominância, de redundância, de complementaridade e de discrepância ou contradição.

A relação de dominância acontece quando a linguagem visual é superior à linguagem verbal, por isso a domina, caso das pinturas. Já a de redundância ocorre quando a linguagem visual apenas repete o que está escrito, caso de textos que compõem livros didáticos para atividades de compreensão e interpretação em que aparecem ilustrações que se referem a personagens ou à temática presente. Na relação de complementaridade, tanto a linguagem verbal quanto a linguagem visual são fundamentais para que ocorra a interpretação do texto, caso das histórias em quadrinhos. Por fim, a relação de discrepância ou contradição, em que as linguagens são combinadas de forma equivocada, ou seja, o verbal e o visual não se combinam.

Em contrapartida, três das relações semânticas apresentadas por Santaella (2012), exceto a complementaridade, parecem funcionar apenas no nível da compreensão do texto, ou seja, num nível de interpretação das informações explícitas. Em um nível implícito de leitura, vemos autoras como Gomes (2008) afirmarem que as imagens redundantes podem revelar muitas informações implícitas aos textos verbais, isto é, em determinados contextos discursivos, as imagens e ilustrações podem não só serem redundantes, como também apresentar ao dito uma espécie de complementaridade, ironia ou negação que restringem ou multiplicam inúmeras formas interpretativas acerca do visual, como é possível observar em imagens que acompanham notícias em periódicos.

Ademais, a relação de dominância só acontece se o gênero pintura, por exemplo, não estiver alocado em outro suporte, pois, se estiver em um livro didático de língua portuguesa, faz com que a pintura esteja ancorada às informações norteadas nas páginas do livro. Desta forma, a relação não é dominante porque o texto visual é mais informativo, mas sim por ser mais evidente enquanto ícone. Sendo assim, a relação de discrepância só ocorre num nível explícito, já que, implicitamente, todo texto estabelece entre si uma relação por meio da coesão virtual que sucede da interpretação do conjunto de textos<sup>4</sup>. Na pintura de René Magritte, *Isto não é um cachimbo*, há uma ironia intencional que faz o leitor buscar um significado naquilo que parece não ter sentido.

---

<sup>4</sup>Chama-se de conjunto de textos a presença de textos verbais e visuais alocados em um mesmo suporte.



Figura 8 - representação da pintura *Isto não é um cachimbo*, de René Magritte. Disponível em: [g1.globo.com/pop-arte](http://g1.globo.com/pop-arte). Acesso em: 25 jun. 2017.

Evidenciando a relevância das relações semânticas para análise e leitura de textos que apresentam parcela verbal e parcela visual, coube expor as relações virtuais que os leitores inferem, num nível sintático, para interpretar o conjunto de textos. Dessa forma, pensando nas relações semânticas de Santaella (2012) e na sintaxe do período composto, acredita-se que, assim como nos textos verbais, nos textos verbo-visuais também acontecem relações de coesão e coerência imbricadas na coordenação, subordinação e correlação, de forma factível.

É sabido que as orações podem estabelecer relações semânticas apenas por uma justaposição de sintagmas, mesmo que não haja um conectivo. Essa relação de coesão e coerência é inferida pelo leitor para que se compreenda e interprete o enunciado da melhor maneira possível. Pode-se dizer que, nas relações entre as parcelas do texto verbo-visual ou entre um texto verbal e um texto visual colocados em conjunto, ocorre uma espécie de justaposição, já que não há a presença explícita de conectivos que apontem a relação entre palavra e imagem.

Essa justaposição pode ocorrer em três eixos – da coordenação (AZEREDO, 2014) ou da correlação (CASTILHO, 2010), para relações menos encaixadas, e da subordinação (AZEREDO, 2014), para relações mais encaixadas, ou seja, de certa dependência semântica. Isso ocorre porque existe, num nível mais abstrato, a inferência de conectivos que expressam determinados vínculos para que um texto, com ambas as parcelas, possa ser devidamente compreendido e interpretado. Assim, propõe-se estabelecer um quadro que auxiliará a compreender melhor as relações semânticas que se encontram nesses eixos.

Relações semânticas (SANTAELLA, 2012)	Conceitos da gramática	Proposta de pesquisa
Dominância	Subordinada	Alicerçada

	+ encaixada	
Redundância	Coordenada - encaixada	Adição tautológica
Complementaridade	Subordinada + encaixada	Sincronização
Discrepância / Contradição	Correlata - encaixada	Correlação alternativa do conjunto de textos

**Tabela 1: Relações semânticas nos eixos sintáticos da gramática (SIQUEIRA, 2017, p. 60-61)**

Sendo assim, observa-se que palavras e imagens também podem ser dependentes sintaticamente, pois, quando se trata de textos verbo-visuais, sua leitura e interpretação não podem ser feitas sem se levar em conta o todo do texto. As relações de coordenação, subordinação e correlação, assim como atribuídas às palavras, auxiliam na organização textual e facilitam, de certa forma, a compor a tessitura do texto. As relações propostas por Santaella (2012) ajudam na compreensão de que a leitura de textos visuais, verbais ou do conjunto de textos precisa de um olhar atento, principalmente, ao visual, pois ele transmite muitas informações e ativa os imaginários sociodiscursivos para que haja a interpretação desejada.

## **2. O processo de referenciação atrelado aos procedimentos do modo de organização descritivo**

As expressões nominais empregadas para introduzir, manter ou desfocar os *objetos de discurso* são elementos utilizados para produção de significado nos enunciados. É por meio, também, do processo de referenciação que o ato de linguagem se concretiza discursiva e textualmente. As propriedades da referenciação aliam-se aos procedimentos do modo de organização descritivo e podem contribuir para a coesão de textos verbo-visuais.

Os elementos coesivos são as unidades lexicais que, ao se entrelaçarem num movimento linear, trazem significado e sentido ao que de fato se quer dizer. Eles auxiliam no desenrolar e movimento do texto, fazendo com que não haja perda nem desvio da intenção no querer-dizer. Para Koch (2014, p. 18), o conceito de coesão textual diz respeito a todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual.

As diferentes formas de integrar os objetos discursivos aos enunciados participam do processo de referenciação do texto, ou seja, no primeiro momento em que um objeto é apresentado no texto, temos a introdução deste referente. Quando ele é mantido para que não haja a perda de foco deste objeto, diz que há a manutenção dele, e, quando um

outro objeto discursivo é apresentado no enunciado e passa a ocupar a posição focal do texto, tem-se o que Koch e Elias (2012) chamam de desfocalização de um referente.

Dessa forma, pode-se dizer que, ao introduzir ou manter os referentes, utilizamos o modo de organização descritivo, já que, ao nomear e qualificar esses objetos, estamos tecendo o texto como uma colcha de retalhos. Para Charaudeau (2014), descrever é objetivar o mundo a partir do ponto de vista de quem o observa; a descrição é responsável pela nomeação, localização e qualificação de seres e objetos. O ato de descrever encontra-se presente em vários tipos textuais, pois, à medida que caracterizamos uma personagem e a nomeamos, estamos, de certo modo, descrevendo-a. Para Charaudeau (2014: 111) “(...) descrever consiste em ver o mundo com um “olhar parado” que faz existir os seres ao nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes qualidades que os singularizam”.

Assim, como proposto por Charaudeau (2014), os modos de organização do discurso propõem uma organização do mundo referencial ao mesmo tempo em que resulta em lógicas de construção desses mundos (descritiva, narrativa, argumentativa) (CHARAUDEAU, 2014, p. 74), propondo ainda uma organização de sua encenação (descritiva, narrativa e argumentativa). A fim de exemplificar os modos de organização, será apresentado a seguir o quadro de Charaudeau (2014).

MODO DE ORGANIZAÇÃO	FUNÇÃO DE BASE	PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO
ENUNCIATIVO	Relação de influência (EU -> TU) Ponto de vista do sujeito (EU -> ELE) Retomada do que já foi dito (ELE)	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Posição</b> em relação ao <b>interlocutor</b></li><li>• <b>Posição</b> em relação ao mundo</li><li>• <b>Posição</b> em relação a <b>outros discursos</b></li></ul>
DESCRITIVO	<b>Identificar e qualificar</b> Seres de maneira objetiva / subjetiva	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Organização da construção descritiva</b> (Nomear-Localizar-Qualificar)</li><li>• <b>Encenação descritiva</b></li></ul>
NARRATIVO	<b>Construir a sucessão das ações</b> de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato.	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Organização da lógica narrativa</b> (actantes e processos)</li><li>• <b>Encenação narrativa</b></li></ul>
ARGUMENTATIVO	Expor e provar causalidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Organização da lógica argumentativa</b></li><li>• <b>Encenação argumentativa</b></li></ul>

Tabela 2: Modos de organização do discurso. Charaudeau (2014, p. 75)

Com isso, percebe-se que os sujeitos da comunicação se organizam de acordo com sua finalidade discursiva para que ocorra a encenação comunicativa. Logo, o modo de

organização descritivo é responsável por atribuir características de seres e objetos que porventura apareçam em outros modos de organização.

O modo de organização descritivo<sup>5</sup> compõe-se de três componentes autônomos e indissociáveis, são eles: nomear, qualificar e localizar-situar. Estes são os principais procedimentos capazes de restringir ou generalizar os *objetos do discurso* a fim de construir uma imagem ‘eterna’ do mundo.

A nomeação diz respeito ao ato de dar existência a algum ser, faz com que um ser ou objeto torne-se único. “(...) nomear não corresponde a um simples processo de etiquetagem de uma referência preexistente. É o resultado de uma operação que consiste em fazer existir seres significantes no mundo, ao classifica-los” (CHARAUDEAU, 2014, p. 112).

Qualificar é um processo mais delimitador ainda, pois é capaz de fazer com que o sujeito falante manifeste seu imaginário e construa, de acordo com seu ponto de vista, sua visão do mundo. Qualificar “(...) é reduzir a infinidade do mundo, construindo classes e subclasses de seres, (...) a qualificação atribui um sentido particular a esses seres, e isto de maneira mais ou menos objetiva” (CHARAUDEAU, 2014, p. 115).

Localizar-situar é determinar o lugar e o espaço que os *objetos de discurso* ocupam no espaço e no tempo, “(...) atribuir características a este ser na medida em que ele depende, para sua existência, para sua função, ou seja, para sua razão de ser, de sua posição espaço-temporal” (CHARAUDEAU, 2014, p. 113).

No geral, os modos de organização do discurso organizam as finalidades discursivas do ato comunicativo. Charaudeau (2014) explica que cada modo de organização possui uma função de base e um princípio de organização. A primeira corresponde “[...] à finalidade discursiva do projeto de fala do locutor [...]” e a segunda ao “[...] princípio de organização duplo para Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo” (CHARAUDEAU, 2014, p. 74).

Logo, são os sujeitos da comunicação que se organizam de acordo com sua finalidade discursiva, para que ocorra a encenação comunicativa. Assim, o modo de organização descritivo é responsável por atribuir características de seres e objetos que porventura apareçam em outros modos de organização.

É por meio desses componentes indissociáveis que podemos introduzir, manter ou desfocalizar os *objetos de discurso* através do processo de referenciação. Relacionado ao

---

<sup>5</sup>Esse modo de organização será o único explorado, já que embasa teoricamente a pesquisa.

modo de organização descritivo, esse processo utiliza-se dos sintagmas nominais para dar um encadeamento progressivo ao texto, produzindo significado por meio do que é lido, mostrado e retomado.

### 3. Breve percurso sobre a Teoria Semi linguística

Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de semi linguística. Semio-, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; linguística para destacar que a matéria principal da forma em questão – a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmática do mundo diferente das outras linguagens). (CHARAUDEAU, 2005, p. 02)

A Teoria Semi linguística do Discurso é uma vertente da Análise do Discurso Francesa apresentada e explicada pelo professor Patrick Charaudeau, da Universidade Paris XIII. Além de afirmar que o processo de interpretação e compreensão de qualquer enunciado se encontra numa relação cujas forças estão numa correspondência centrípeta e centrífuga, o autor diferencia sua teoria por dar ênfase e importância àqueles que interagem no processo de semiotização do mundo, os sujeitos da linguagem.

O processo de semiotização do mundo é a significação e concretização do que foi interpretado pelos sujeitos do discurso e ocorre por meio do duplo movimento, endocêntrico e exocêntrico. O primeiro está ligado ao que é explícito no enunciado, ou seja, participa da construção do sentido simbólico; já o segundo está ligado ao que está implícito no texto, pode-se dizer que este movimento participa do processo de ativação das inferências que permitem buscar uma significação no discurso.

A fim de exemplificar o exposto anteriormente, será apresentado um quadro com as principais características dos movimentos exocêntrico e endocêntrico.

ENDOCÊNTRICO	EXOCÊNTRICO
O movimento endocêntrico está para	O movimento exocêntrico está para
Força centrípeta	Força centrífuga
Designação de referência	Intertextualidade
Simbolização	Contexto
Explícito	Implícito
Construção de Sentido Simbólico	Significação do Discurso

**Tabela 3: Duplo movimento de semiotização do mundo (CHARAUDEAU, 2014)**

Para que ocorra o jogo linguageiro, estabelecido por um contrato comunicativo, é preciso que haja os participantes do ato de linguagem – os sujeitos, pois são eles que, de forma intencional, produzem sentido através de um fazer-dizer em um processo de

interação. “O ato de linguagem pode ser considerado como uma interação de intencionalidade cujo motor seria o princípio do jogo” (CHARAUDEAU, 2001, p. 28-29); “[...] todo ato de linguagem é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem”. (CHARAUDEAU, 2001, p. 29)

O contrato de comunicação é estabelecido pelos parceiros da troca linguageira, uma vez que ele “[...] pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais” (CHARAUDEAU, 2014, p. 56). Ou seja, o sujeito interpretante pode acreditar que o outro “[...] possui uma competência linguageira análoga à sua” (CHARAUDEAU, 2014, p. 56). Para Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 130),

O termo contrato de comunicação é empregado pelos semioticistas, psicossociólogos da linguagem e analistas do discurso para designar o que faz com que o ato de comunicação seja reconhecido como válido do ponto de vista do sentido. É a condição para os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem minimamente e poderem interagir, construindo sentido, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação.

Pode-se dizer que o contrato de comunicação é o responsável por estabelecer o que pode ou não ser dito, além de estabelecer “para quem” ou “o que” deverá ser dito. Por conseguinte, o contrato de comunicação é o elemento que rege toda a situação comunicativa.

Charaudeau (2001) afirma que os participantes da interação comunicativa, os sujeitos linguageiros, desdobram-se para que haja a *mise-en-scène*, ou seja, colocam suas ‘máscaras’ e participam do processo comunicativo de acordo com o contrato de comunicação pré-estabelecido. “Todo ato de linguagem corresponde a uma dada expectativa de significação” (CHARAUDEAU, 2001, p. 28).

O autor ainda pontua que os sujeitos da situação de comunicação desdobram-se em dois circuitos, o do fazer, denominado por Charaudeau (2001) de circuito externo, que se encontra em relação o EUC (EUcomunicante) com o TUi (TUinterpretante). Já o circuito do dizer – circuito interno –, encontra-se em relação o EUE (EUenunciador) e o TUD (TUdestinatário). Assim,

O sujeito interpretante (TUi) é o parceiro que tem a iniciativa do processo de interpretação. Ele constrói uma interpretação – que pode ser muda ou se exprimir por uma interação qualquer – em função dos mesmos três componentes – com as hipóteses de saber que ele é levado a elaborar sobre o sujeito comunicante (EUC) -, e através da percepção do ritual linguageiro. Na interação linguageira, somos confrontados com dois protagonistas: o sujeito

enunciador (EUe) e o sujeito destinatário (TUd), que se definem como seres de fala da encenação do dizer, produzida pelo EUc e interpretada pelo TUi. Estes seres de fala assumem diferentes faces de acordo com os papéis que lhes são atribuídos pelos parceiros do ato de linguagem em função da relação contratual. (CHARAUDEAU, 2001, p. 32)

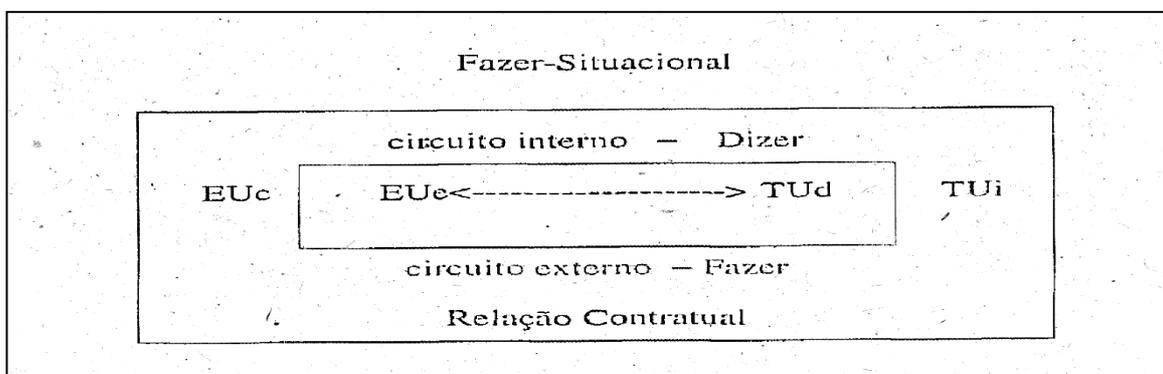


Figura 2: Quadro teórico da relação entre os sujeitos da linguagem. (CHARAUDEAU, 2001, p. 29)

É por meio dos sujeitos da linguagem e do processo de semiotização do mundo que variados gêneros de textos passam a fazer sentido, pois a interação no processo de leitura e interpretação de textos precisa ser pensada e acreditada como um ato “real” dialógico, em que dois seres de fala se inter-relacionam buscando atribuir sentido ao que está exposto.

#### 4. O gênero meme

O gênero discursivo é estável porque conserva traços que o identificam como tal e é mutável porque está em constante transformação, se altera a cada vez que é empregado, havendo mesmo caso em que um gênero se transforma em outro. (SOBRAL, 2009, p. 115)

Os gêneros discursivos estão presentes em todas as situações de comunicação; é por meio deles que os indivíduos se manifestam e se comunicam, permitindo a interação através de enunciados orais, escritos ou visuais. De acordo com Bakhtin (2011), os gêneros podem ser caracterizados por seu conteúdo temático, estilo e a construção composicional, que são indissolúveis, e determinados pelas esferas discursivas.

O autor afirma que os gêneros podem ser divididos por meio da dicotomia *primário x secundário*, em que o primeiro é tratado como simples e o segundo como complexo. Simples porque são construídos nas condições discursivas imediatas, complexos porque aparecem em condições de convívio cultural mais complexo.

Deste modo, o gênero em questão, *meme*, é um gênero originado das relações de comunicação entre os indivíduos que utilizam a tecnologia e as redes sociais para

interagir. Esse gênero é composto, normalmente, por uma parte verbal e uma parte visual, em que a leitura de ambas as parcelas é elementar para trazer significado e sentido em sua interpretação.

O meme é uma espécie de paródia visual, em que há a incorporação de legendas às fotografias que aparecem na mídia consistindo em satirizar, de forma humorística, pessoas públicas ou não, com o intuito de fazer uma crítica social às condições em que se encontra a sociedade – isso no caso das personalidades conhecidas. Esse gênero pode ser criado e recriado por qualquer indivíduo devido à facilidade de acesso a fotografias e informações que estão expostas na internet diariamente.

Do grego, a palavra *mimese*, de acordo com Bechara (2009), significa imitação de outra pessoa, e pode-se relacionar ao que Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 255) dissertam acerca do conceito de mímica: “[...] qualquer movimento [...] que sobrevém no decorrer de uma interação”. Logo, para Souza (2014, p. 157), “memes são compreendidos como palavras, imagens, fotos, bordões, desenhos, ideias, fragmentos de ideias [...] é tudo que se multiplica a partir da cópia/imitação”. Assim,

Em uma pesquisa no site de busca Google os resultados a palavra-chave “meme” remontam ao termo cunhado em 1976, por Richard Dawkins, no livro “O gene Egoísta”. Etimologicamente, “meme” vem do grego “mimema” e significa “imitação/algo que é imitado”. O termo foi cunhado em inglês por Dawkins, pensando na semelhança com as palavras “gene” e “memória”. (SOUZA, 2014, p. 159)

Por meio deste breve resumo acerca do meme, conclui-se que é um gênero atual que está presente no cotidiano dos brasileiros como forma de expressão e denúncia a respeito da situação política e social vivenciada pela população. A próxima seção apresentará uma breve análise desse “novo” gênero tão presente no dia a dia da sociedade brasileira.

## **5. Construindo sentidos na leitura de textos verbo-visuais: o meme em ação**

Nesta seção, apresentaremos três peças, que constituem o *corpus* desta pesquisa, a fim de apontar os elementos visuais e linguísticos que contribuem para ativação das inferências no processo de leitura para atribuir significação ao todo textual. Ainda expõe como a relação palavra/imagem trabalha de forma conjunta na produção de sentido dos enunciados.

É importante ressaltar que a primeira figura apresentada é uma espécie de texto-fonte para as paródias feitas acerca do atual presidente, originando assim o gênero meme, composto, quase sempre, por uma parte verbal e uma parte visual. É com base nessa primeira imagem, vista a seguir, que as outras apresentadas expõem pontos de vistas que podem ativar o imaginário sociodiscursivo dos leitores para que a sátira prevista seja interpretada e compreendida.

Como foi visto, a paródia é uma espécie de releitura de um determinado texto-fonte; nesse caso, com o intuito de expor, satirizando, as personalidades apresentadas nesses memes. A paródia, nos exemplos, irá acontecer de forma verbo-visual e visual. Vejamos:



**Figura 3: “Foto oficial do Presidente Michel Temer”. Disponível em - <http://g1.globo.com/politica/noticia/temer-define-retrato-oficial-como-presidente-da-republica.ghtml>. Acessado em: 22/06/2017.**

A imagem anterior, retirada da internet, é a foto que caracteriza oficialmente a posse do então vice-presidente Michel Temer ao cargo de Presidente da República no lugar da Presidenta Dilma Rousseff. É corriqueira a utilização e exploração desses tipos de fotografia com a famosa faixa presidencial, utilizada por presidentes de muitos países com o intuito de simbolizar o indivíduo que ocupa a presidência. Essa faixa, normalmente, é utilizada pelos presidentes quando se apresentam em algum ato solene, fazem viagens internacionais ou comparecem em ocasiões cívicas.

A personalidade presente na imagem é o atual presidente do Brasil. Temer, assim conhecido e anunciado pela mídia, assumiu o cargo oficialmente em 31 de agosto de 2016 após a aprovação do pedido de impeachment para o afastamento de Dilma do cargo. Também atuou como presidente efetivo durante o afastamento da presidenta por 111 dias até assumir o cargo definitivamente<sup>6</sup>.

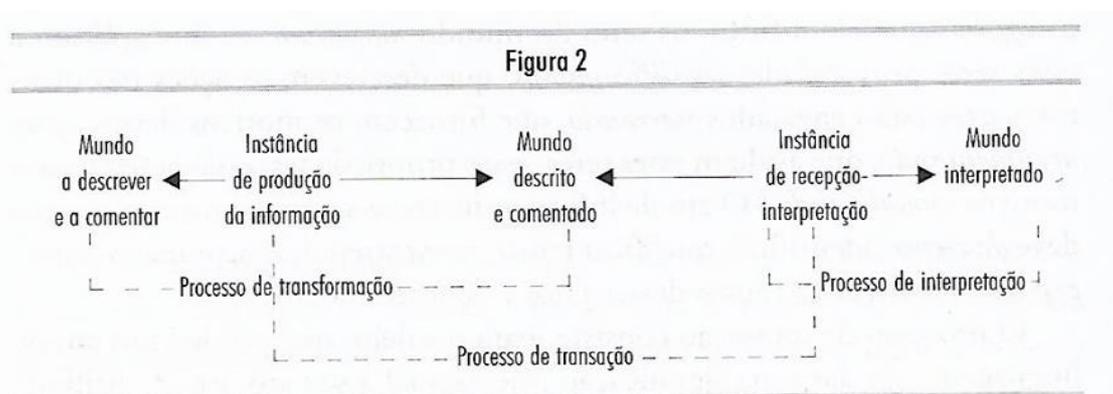
---

<sup>6</sup>Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/biografia>. Acessado em: 30/06/2017.

A insatisfação da população ao que vem acontecendo com a situação política do Brasil induz muitos jovens a ‘ridicularizar’ políticos brasileiros por meio das redes sociais. Sabe-se, porém, que o sentido produzido acerca de personalidades públicas é sempre construído pelas instâncias midiáticas com o intuito de fazer com que a “grande massa” esteja a seu favor.

O sentido nunca é dado antecipadamente. Ele é construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social. O sentido só é perceptível através de formas. Toda forma remete a sentido, todo sentido remete a forma, numa relação de solidariedade recíproca. (CHARAUDEAU, 2015, p. 41)

No quadro a seguir, Charaudeau (2015) apresenta como ocorre a manipulação por parte das instâncias midiáticas para com o público. Assim, o mundo a descrever e comentar é feito pela própria instância midiática, fazendo com que determinado público interprete o que está sendo dito de acordo com que essa instância de produção sugere.



**Figura 4:** Esquema sobre o processo de transação e transformação. (CHARAUDEAU, 2015, p. 42)

Em *Discurso das Mídias*, Charaudeau (2015) afirma que todo sentido é produzido por meio do duplo processo de semiotização do mundo: transação e transformação. Assim, o primeiro é responsável por atribuir significação ao que não tem sentido, fazendo-o ao nomear, qualificar, narrar e argumentar. Já o segundo traz uma significação psicossocial a seu ato linguageiro, atribuindo um objetivo “(...) em função de um certo número de parâmetros: as hipóteses sobre a identidade do outro, (...) o efeito que pretende produzir no outro, (...) o tipo de relação que pretende instaurar com esse outro e o tipo de regulação que prevê em função dos parâmetros precedentes” (CHARAUDEAU, 2015, p. 41).

Através das redes sociais, os indivíduos se expressam e expõem seus pensamentos e desejos, e a criação de paródias feitas com a foto oficial do presidente é uma das formas de manifestação da insatisfação de muitas pessoas. Diferentemente das mídias impressas

e televisivas, que são administradas por instâncias privadas, a relação midiática nas redes sociais pode ser feita por qualquer um, e é isso que facilita o crescimento acelerado de gêneros que passam informações de forma rápida e concisa humoristicamente pela comunidade virtual.



**Figura 5:** disponível em -<http://www.aratuonline.com.br/noticias/sem-photoshop-temer-e-alvo-de-piadas-e-memes-apos-divulgacao-de-foto-oficial/>. Acessado em: 22/06/2017.

A imagem anterior é uma sátira verbo-visual do texto-fonte apresentado no início da seção. Nela, podemos observar a presença do “corpo” do presidente, igualmente de terno e com a faixa presidencial, só que no lugar de seu rosto aparece sua mão. Acima da imagem, encontramos uma legenda que diz assim: “A foto oficial do Temer ficou ótima”.

Nesse exemplo, pode-se afirmar que a relação semântica estabelecida entre palavra e imagem é de complementaridade, do verbal em relação ao visual, tendo em vista que o visual é mais informativo que o verbal. Além disso, é uma relação de complementaridade, justamente, porque o sentido irônico e satirizado só é percebido de forma completa por meio da presença de ambas as parcelas do texto, pois, sem a imagem, não poderíamos compreender e interpretar a legenda. Sendo assim, há uma relação sintática virtual no eixo da subordinação sincronizada.

Em relação à parte verbal, pode-se dizer que é uma expressão, por parte do enunciador, totalmente irônica, já que ele afirma que a foto ficou ótima e abaixo comprovamos que o rosto da personalidade foi substituído por uma parte do corpo humano.

Já a parte visual cumpre um papel completamente cômico, tendo em vista que a graça do meme se dá pela presença dessa mão em um lugar inesperado, caracterizando-se como uma metonímia visual. Pode-se afirmar que o autor do texto passa aos sujeitos interpretantes que uma mão pode substituir o rosto do presidente na foto. Com isso, pode-se inferir, simbolicamente, que o todo textual pode expressar: fala com a minha mão, expressão vulgar normalmente utilizada quando alguém não está com vontade de

conversar ou questionar algo dito por outrem. Ou a mão pode estar simbolizando o fato de que o presidente não tem nada interessante para dizer. Ainda, em outra interpretação, ironiza o fato de o presidente sempre se apresentar ao público gesticulando.

Os *objetos de discurso* em textos visuais ou verbo-visuais são, normalmente, introduzidos pelo visual, o que ocorre nesse texto. O *objeto discursivo* Temer é introduzido e nomeado pelo visual, já que podemos perceber, através do imaginário sociodiscursivo, tratar-se do atual presidente. Ele é retomado e qualificado pelo verbal, que resgata a fotografia por meio da expressão nominal “presidente” e o qualifica, ironicamente, pela presença do adjetivo “ótimo”. Nota-se que os elementos referenciais trabalham de forma conjunta aos componentes do modo de organização descritivo para dar o encadeamento progressivo ao texto.

Com isso, percebe-se que o contrato comunicativo estabelecido pelo gênero em questão prevê que os interpretantes do discurso ativem, por meio das inferências, seus imaginários sociodiscursivos para que compreendam e interpretem o texto como pretendido pelo enunciador, isto é, o humor desejado depende integralmente dos conhecimentos prévios dos indivíduos leitores. A seguir, expõe-se outro exemplo:



**Figura 6:** Disponível em - <http://www.newsrondonia.com.br/noticias/foto+oficial+photoshopada+de+temer+vira+piada+na+internet+confira/86296>. Acessado em: 01/07/2018.

O meme anterior também é composto pela relação verbo-visual, logo percebe-se que é pelo visual que o *objeto discursivo* analisado nos é apresentado. No texto, observa-se a imagem da personalidade política, igualmente, com a faixa presidencial, só que seu rosto está configurado como o de um palhaço ou como de um personagem *hollywoodiano*. Além disso, há um período em que está escrito: “Algo de errado não está certo na foto oficial do Michel Temer. Decifrem...”.

A paródia feita acerca da foto oficial também é uma espécie de subversão e faz com que possamos inferir outras personalidades, fazendo uma intertextualidade a

personagens consagradas, como o palhaço Bozo, o palhaço Carequinha, o Patati e o Patata, e até com o Coringa do longa-metragem Batman. O período apresentado anteriormente retoma o *objeto discursivo* em foco, afirmando que, de fato, o rosto do presidente não está “no lugar” certo, ou então que ele, o próprio presidente, não tem legitimidade no lugar de fala que se encontra.

A relação do meme estabelecida com o atual presidente Michel Temer apresenta, de forma crítica e irônica, o fato de o governo não estar suprindo de forma adequada as necessidades da população brasileira. A relação estabelecida entre o verbal e o visual pode ser classificada virtual e sintaticamente como uma relação semântica complementar no eixo da subordinação sincronizada, tendo em vista que, para a produção total de sentido, é necessária a leitura de ambas as parcelas do texto.

Nota-se que a introdução e manutenção dos *objetos de discurso* são feitas pelo visual, da mesma forma que sua nomeação e caracterização. É também por meio da “mostração” desses *objetos* que podemos atribuir sentido ao todo textual. O imagético é capaz de ativar nossos imaginários sociodiscursivos para que possamos atribuir significado a nossa leitura. Assim, pode-se notar as especificidades das parcelas textuais: enquanto o verbal descreve, o visual mostra:

O visual	O verbal
Atua de maneira afetivo-relacional	Ativa os efeitos cognitivo-conceituais
Introduz objetos de discurso	Mantém os objetos de discurso
Trabalha com a “mostração”	Trabalha com a descrição
Força centrípeta	Força centrífuga
Construção do sentido simbólico	Significação do discurso

**Tabela 4: Síntese para análise do gênero meme**

## 6. Considerações Finais

O estudo dos memes se faz necessário para a compreensão deste contemporâneo mundo em que habitamos, pois é através dessas esferas comunicativas que há a ‘inter-relação’ e o diálogo entre a população. Os principais fatores da utilização da linguagem são a maleabilidade e possibilidade de adequação da língua; é por meio da interação que há a evolução social.

A diversidade de posicionamentos políticos é categórica, por isso há a criação exacerbada de novos gêneros que intuitivamente tentam ridicularizar não só a personalidade pública que expõe, mas também a todos aqueles que com ela se aliam. O

atual momento ético e social do Brasil está propiciando a propagação do ódio e injúria por meio desses enunciados, que são facilmente descartados, mas que ostentam um certo mascaramento por parte de quem os cria, apresentando tom humorístico.

As seleções lexicais e manutenção de alguns elementos visuais, como nos exemplos expostos, são escolhas completamente intencionais, para fazer com que a população possa, de imediato, inferir e aceitar o contrato comunicativo vigente. A interação entre os sujeitos da linguagem é marcada por legitimidade do lugar de fala, e se aliar a diferentes meios de comunicação que possam reforçar “o poder moral” contribui para que cada vez mais haja crescimento e proliferação dos memes.

A utilização da paródia com o intuito de desqualificar a voz do outro não é um artifício contemporâneo, mas a captação do público por parte das imagens, de certa forma, é e contribui para a criação parodística em enunciados que apresentem pelo menos parcela visual, já que, ao mostrar algo já consagrado na memória do leitor, a interpretação desejada ocorre mais rapidamente. A intenção do meme é captar de forma rápida e eficiente a maior plateia possível.

Sendo assim, a questão política que se instaura nesta sociedade por meio da propagação desses novos gêneros traz à tona conflitos entre a população, munidos por um sentimento de insatisfação e injustiça em face dos problemas sociais presentes nas comunidades. Certa de não haver solução para essas questões políticas neste momento, acredito que compreender os fenômenos trazidos junto a essas insatisfações seja o caminho para analisar, criticar e refletir acerca desse gênero tão presente na atualidade.

### **Referências Bibliográficas**

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2014.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6ª. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BARTHES, Roland. O óbvio e o obtuso. *Ensaios Críticos III*. Tradução. Léa Novaes 3ª impressão. Editora Nova Fronteira, 1990.

BECHARA, Evanildo. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1998.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; FILHO, Valdinar Custódio; BRITO, Mariza Angélica Paiva. *Coerência, referência e ensino*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. *Les conditions de compréhension des discours*. Lenguage en FLE, texte ET compréhension, Revue ICI et LÂ, Madrid, Soc. General Española de Librería, 1994, p. 1-7.

\_\_\_\_\_. *De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas*. Revista latinoamericana de estudios del discurso, vol. (1), 2001, editorial Latina, Venezuela, 2001, p. 1-20.

\_\_\_\_\_. Uma Teoria dos sujeitos da linguagem. In.: MARI, H. MACHADO, I. L., MELLO, R. de. (orgs) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lucia e MELLO, de Renato. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, Nad/Fale, UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (orgs) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27 / 1-12.

\_\_\_\_\_. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. In: *Imagem e Discurso*. (Orgs) MACHADO, Ida Lucia; LIMA, Helcira; DIAS, Dylia Lysardo. Belo Horizonte: NETII, 2013.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso – modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. *Discurso das mídias*. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*; tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2014.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. – Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

FÁVERO, Leonor Lopes. Paródia e Dialogismo. In.: *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.) 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

FIORIN, José Luiz. Polifonia Textual e Discursiva. In: *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.) 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

FERES, Beatriz dos Santos. O ato de ler numa perspectiva interativa: os níveis de construção de sentidos dos textos. In: *Leitura e formação do leitor: Cinco estudos e um relato de experiência*. DIAS, André; FERES, Beatriz dos Santos; ROSÁRIO, Ivo da Costa (orgs). 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016, p. 29-42.

GOMES, Regina Souza. *Relações entre linguagens no jornal: fotografia e narrativa verbal* – Niterói: EduFF, 2008. P. 99-141.

GUIMARÃES, Elisa. *Texto, discurso e ensino*. 1. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

JENNY, Laurent. A estratégia da forma. In: *Intertextualidades. Revista de teoria e análise literárias Poétique*. Tradução: ROCHA, Clara Grabbé. Livraria Almedina – Coimbra, 1979.

KLEIMAN, A.B. *Oficina de Leitura e Prática*. Campinas: Pontes, 1996.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. O Texto na linguística textual. In: *O Texto e seus conceitos*. BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org). 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 31-44.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. *As herdeiras de uma revolução: imaginários sociodiscursivos e estereótipos*. Cadernos do CNLF, Vol. XVI, nº 04, t. 1. Anais do XVI CNLF, 2012, p. 306-316.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*; editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PAULINO, Graça; WALTY, Ivete; CURRY, Maria Zilda. *Intertextualidade*. Belo Horizonte, MG: Ed. Lê, 2ª edição, 1997.

ROJO, Roxano; BARBOSA, Jaqueline. *Hipermodalidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SANTAELLA, Lucia. *Leitura de imagens – como eu ensino*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.a

SANTAELLA, Lucia e NÖTH, Winfried. *Imagem, cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2012.b

SIQUEIRA, Thatiana Muylaert. *Palavra e imagem nas seções de abertura dos livros didáticos de língua portuguesa: relações semânticas e sintático-discursivas*. Orientadora: Beatriz Feres. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2017.

SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Humberto da Cunha Alves de. *Memes (?) do Facebook: reflexões sobre esse fenômeno da comunicação da cultura ciber*. Ano X, n. 7 . Julho/ 2014. NAMID/UFBP. p. 156-174. Disponível: [file:///D:/Doutorado/11memes\\_facebook\\_comunicacao.pdf](file:///D:/Doutorado/11memes_facebook_comunicacao.pdf). Acesso em: 25/06/2017.

#### **Abstract**

The present research proposes to investigate the operation of the proposal of "synchronized tying" to the genre meme made on the current President of the Republic Michel Temer, in his official photograph with the presidential track (2016/2017), which circulates in the networks in order to "satirize" the public personality that is exposed. The meme is a kind of visual parody, in which there is the incorporation of captions to the photographs that appear in the media, consisting of mock, humorously, public people or not; producing criticism of various social spheres. The purpose of this work is investigate semantic and syntactic-discursive relationships (SANTAELLA, 2012; SANTAELLA NÖTH, 2012) that exist between word and image, exposing the nexus established virtually in the syntactical axes, based on the notions of subordination (AZEREDO, 2014; CASTILHO, 2010) synchronized, which are established in there adding of verb-visual texts by means of referential resources (KOCK; ELIAS, 2010). The discursive genres are present in all situations of communication, and it is through them that individuals communicate allowing interaction through oral, writing nor visual utterances. The corpus consists of two parts taken from the internet, establishing a qualitative approach that aims to demonstrate how semantic and syntactical relationships manifest themselves in texts of the meme genre.

**Keywords:** Semi linguistics; Synchronized tying; Referencing; Verb-visuality.